



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E
QUALIDADE DE VIDA**

ANTÔNIO JOSÉ MOTA BENTES

**GESTÃO FLORESTAL E QUALIDADE DE VIDA EM UM PROJETO DE
ASSENTAMENTO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
PERCEPÇÕES DE ASSENTADOS E GESTORES**

Santarém – Pará

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E
QUALIDADE DE VIDA**

ANTÔNIO JOSÉ MOTA BENTES

**GESTÃO FLORESTAL E QUALIDADE DE VIDA EM UM PROJETO DE
ASSENTAMENTO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
PERCEPÇÕES DE ASSENTADOS E GESTORES**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, na Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade e Desenvolvimento Amazônico, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida do Centro de Formação Interdisciplinar da Universidade Federal do Oeste do Pará

Orientador: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira

Santarém – Pará

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIGI/UFOPA

B475g Bentes, Antônio José Mota

Gestão florestal e qualidade de vida em um projeto de apresentação rural na Amazônia Brasileira: percepções de assentados e gestores / Antônio José Mota Bentes. – Santarém, 2019.

208 fls.: il.

Inclui bibliografias.

Orientador: Dr. Thiago Almeida Vieira

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.

1. Reforma Agrária - Amazônia. 2. Território. 3. Recursos Florestais. I. Vieira, Thiago Almeida, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 333.3109811

FICHA DE AVALIAÇÃO

ANTONIO JOSÉ MOTA BENTES

GESTÃO FLORESTAL E QUALIDADE DE VIDA EM UM PROJETO DE ASSENTAMENTO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: PERCEPÇÕES DE ASSENTADOS E GESTORES

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, da Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade e Desenvolvimento Amazônico do Centro de Formação Interdisciplinar da Universidade Federal do Oeste do Pará

Orientador: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira.

Aprovado em: 14 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira (PPGSAQ/UFOPA)
Presidente/Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Raimunda Nonata Monteiro (UFOPA)
1^ª Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Larissa Santos de Almeida Fuck (Comando do Exército – 8^º BEC)
2^ª Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Ianni Dias Lauer-Leite (PPGSAQ/UFOPA)
3^ª Examinadora

Dedico a meus pais, Antônio Bentes & Maria Mota Bentes, e a minha família pela compreensão e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a todas as formas de colaboração recebida para participação neste mestrado e elaboração da dissertação.

Agradeço à minha família que foi meu primeiro apoio para conseguir chegar ao final desta formação acadêmica. Primeiramente aos meus pais, que apesar da limitada instrução souberam dar a mim e a meus irmãos uma educação de qualidade, educação esta nos preparou para a vida. Aos meus primeiros filhos: Nayara Santana Bentes, Maíra dos Santos Bentes, Uirá dos Santos Bentes e Huaido dos Santos Bentes.

Em especial, agradeço a minha família atual com quem divido meus sonhos e projetos de vida: minha companheira Glêz Rodrigues Freitas Bentes e nossos filhos, Yara Luana Santana Bentes, Dara Liz Freitas Bentes e Antonio Nonai Freitas Bentes.

Agradeço aos amigos e colegas de trabalho pela paciência para compreender minhas ausências e os sentimentos envolvidos no caminho, muitas vezes difícil, dos estudos.

Agradeço aos professores do Mestrado, em especial a meu Orientador, Dr. Thiago Almeida Vieira, pela grande ajuda, desde os primeiros dias no Programa de Mestrado, pela aceitação do meu projeto, pela indicação de material de pesquisa, e pelo meu acompanhamento durante a jornada.

À professora Iani Lauer Leite, pelos ensinamentos para compreendermos a qualidade de vida como conceito e lição de vida, temática que se tornou um grande desafio para o Programa, e muitos colegas enveredaram pelo estudo do tema.

Agradeço a todas as pessoas envolvidas no Mestrado, colegas e servidores, a minha gratidão, por terem me proporcionado imenso aprendizado acadêmico e profissional.

Agradeço o apoio do Projeto CAPES Pro-Amazônia e CNPQ/ANA/MCTIC para a realização da minha pesquisa de campo. Da mesma forma em que agradeço o apoio recebido da SAPOPEMA, na pessoa do Professor Dr. David Mcgrath, Antônia do Socorro Pena da Gama e Wandicleia Lopes de Sousa, bem como o Instituto de Pesquisa da Amazônia na pessoa do seu diretor executivo André Guimarães, por ter me autorizado a usar dados de pesquisa de campo realizada no PA Moju I e II, na qual participei efetivamente

Deixo aqui o meu profundo agradecimento, aos moradores do PA Moju I e II, especialmente as Associações das comunidades onde fiz o levantamento de campo da pesquisa: Terra Santa-Travessão Km 119, Santo Antonio Travessão Km 124, São Miguel Travessão Km 130, Nova Canaã Travessão Km 140, Princesa Isabel Travessão Km 140, e Santa Rita de Cássia travessão Km 140. Aos presidentes de Associação que gentilmente participaram do treinamento para apoio na aplicação das entrevistas, e cuja contribuição foi fundamental para a coleta de dados, a consecução dos objetivos do projeto de pesquisa e dos resultados alcançados.

Agradeço, também, a recepção e disponibilidades dos gestores para a participação nas entrevistas.

RESUMO

A gestão florestal é uma preocupação atual e global. Os assentamentos no Brasil têm possibilitado uma série de estudos e discussões em relação a sua viabilidade e sobre as políticas públicas implementadas pelo Estado, visando o desenvolvimento sustentável desses territórios. A Reforma Agrária entrou na agenda sobre o desmatamento da Amazônia. Diante disso, este estudo propõe analisar a gestão e uso da floresta em um assentamento de reforma agrária na Amazônia Brasileira, a partir da percepção dos sujeitos sociais envolvidos, partindo-se da hipótese de que gestores e assentados constroem uma percepção sobre o território e seus recursos naturais, e estabelecem uma concepção de gestão que ocorre a partir de diferentes óticas de uso desses espaços. A metodologia de pesquisa foi baseada em um estudo de caso realizado no Projeto de Assentamento Moju I e II, localizado na área de influência da BR 163, nos municípios de Mojuí dos Campos e Placas, Pará. Utilizou-se ainda a pesquisa bibliográfica e documental para a busca de informações secundárias, e a pesquisa de campo com coleta de dados primários, em forma de entrevistas com perguntas semiestruturadas para levantamento das percepções das famílias e agentes governamentais envolvidos no estudo. A pesquisa de campo foi realizada em seis comunidades, com amostra de 63 famílias. Desta forma, compreendeu-se como as famílias do assentamento rural estudado e os gestores públicos percebem a gestão florestal em nível da dimensão territorial (o assentamento). Além de identificar de que forma essas percepções contribuem ou não para o uso sustentável dos recursos florestais, para a sua conservação, aprimoramento de políticas públicas e a qualidade de vida dos assentados.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária. Território. Recursos Florestais. Amazônia.

ABSTRACT

Forest management is a current and global concern. The settlements in Brazil have made possible a series of studies and discussions regarding their viability and the public policies implemented by the State, aiming at the sustainable development of these territories. The Agricultural Reform entered the agenda on the deforestation of the Amazon. Therefore, this study proposes to analyze the management and use of the forest in a settlement of agrarian reform in the Brazilian Amazon, based on the perception of the social subjects involved, starting from the hypothesis that managers and settlers construct a perception about the territory and its natural resources, and establish a management concept that occurs from different perspectives of the use of these. The methodology was based on a case study carried out in the Moju I and II Settlement Project, located in the area of influence of BR 163, in the municipalities of Mojuí dos Campos and Placas, Pará. Bibliographical and documentary research for the search of secondary information, and field research with primary data collection, in the form of interviews with semi-structured questions to survey the perceptions of the families and government agents involved in the study. Field research was conducted in six communities, with a sample of 63 families. In this way, it was understood how the families of the studied rural settlement and the public managers perceive the forest management at the level of the territorial dimension (the settlement). Besides identifying how these perceptions contribute or not to the sustainable use of forest resources, to their conservation, improvement of public policies and the quality of life of the settlers.

Keywords: Agrarian Reform. Territory. Forest Resources. Amazon.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pirâmide populacional dos assentados do Projeto de Assentamento Moju I e II, estado do Pará.....	72
Gráfico 2 - Nível de escolaridades dos assentados no PA Moju I e II, estado do Pará.....	73
Gráfico 3 - Participação dos assentados nas organizações sociais, Projeto de Assentamento Moju I e II, estado do Pará.....	74
Gráfico 4 - Diversidade das Atividades desenvolvidas pelas famílias no PA Moju I e II.....	77
Gráfico 5 - Estimativa da composição da renda anual pelas famílias no PA Moju I e II.....	78
Gráfico 6 - Comparação das fontes de renda entre o PA Moju I e II e o total geral de todos os assentamentos na região.....	79
Gráfico 7 - Desmatamento anual entre os anos de 2008 a 2016 e taxa de conversão anual no Projeto de Assentamento Moju I e II.....	83
Gráfico 8 - Cuidados e prática em prol da conservação florestal na percepção dos assentados no PA Moju I e II, Pará.....	113
Gráfico 9 – Percepção dos assentados em relação à importância da floresta.....	115
Gráfico 10 – Principais atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados.....	116
Gráfico 11 – Ordem de ocupação dos lotes pelas famílias de assentados no PA Moju I e II, Pará.....	118
Gráfico 12 – Principais culturas anuais e perenes desenvolvidas no PA Moju I e II.....	120
Gráfico 13 – Principais indicadores do papel da floresta nos projetos de assentamentos na percepção dos gestores, expressos em porcentagem (%) de frequência de resposta.....	125
Gráfico 14 - Perfil dos assentamentos com menores taxas de desmatamento de acordo com a percepção de gestores do INCRA na Amazônia.....	128
Gráfico 15 – Os usos atribuídos à floresta na percepção dos assentados no PA Moju I e II.....	132

Gráfico 16- Percepção da gestão florestal pelos gestores.....	138
Gráfico 17 – Formas de uso da floresta que mais predominam nos assentamentos na percepção dos gestores.....	140
Gráfico 18 – Como os assentados são percebidos pelos gestores na gestão de suas florestas.....	141
Gráfico 19 – Percepção dos gestores em relação ao papel do INCRA na consolidação da gestão florestal nos assentamentos.....	142
Gráfico 20 - Percepção dos assentados em relação a existência de planos para uso da floresta.....	143
Gráfico 21 – Parcerias para a gestão florestal na percepção dos assentados.....	146
Gráfico 22 – Qualidade de vida na percepção dos assentados e gestores, Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.....	165
Gráfico 23 - Contribuição da floresta para a qualidade de vida na percepção dos assentados do Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.....	165
Gráfico 24 – Porque a floresta não contribui para a qualidade de vida na percepção dos assentados.....	172
Gráfico 25 - Plano de uso da floresta por assentados do Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.....	173
Gráfico 26- Demonstrativo da renda obtida da floresta pelas famílias assentadas no Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.....	179
Gráfico 27 – Atividades que compõem a renda obtida da floresta na percepção de assentados do Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.....	175
Gráfico 28 – relações de parcerias desenvolvidas pelos assentados em atividades relacionadas à floresta, projeto de assentamento pa moju i e ii, estado do Pará.....	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis que servem de referência para uma avaliação do bem-estar das comunidades e sua relação com a gestão florestal e a qualidade de vida.....	53
Quadro 2 - Comunidades e Associações Comunitárias no PA Moju I e II, estado do Pará.....	70
Quadro 3 - Caracterização socioambiental e fundiária do PA Moju I e II.....	81
Quadro 4 - Comunidades selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa de campo e plano.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ATER – Assistência técnica e extensão rural
- CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
- CCU – Contrato de cessão de uso
- COOPEVAG – Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale do Araguaia
- FAO - A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FLOE – Florestas Estaduais
- FLONA – Floresta Nacional
- GEE – Gases de efeito estufa
- IBAMA - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IMAZON - O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- MFC – Manejo Florestal Comunitário
- OEMAs – Órgãos Estaduais de Meio Ambientes
- ONG – Organização Não Governamental
- PA – Projeto de Assentamento
- PAC - Projetos de Assentamento Conjunto
- PAE - Projetos de Assentamento Agroextrativista
- PAF - Projetos de Assentamento Florestal
- PAQ - Projetos de Assentamentos Quilombolas
- PAR - Projetos de Assentamento Rápido
- PCA - Projetos de Assentamentos Casulo
- PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
- PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
- PIC – Projeto Integrado de Colonização
- PIN - Plano de Integração Nacional
- PMFS – Plano de manejo florestal sustentável
- PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
- POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
- PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
- RB – Relação de beneficiários

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REED+ - Redução de Emissões de gases de efeito estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação florestal

RESEX – Reserva Extrativista

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

SIMPAS – Sistema de Informação do Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC – Unidade de Conservação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tempo de permanência das famílias no Projeto de Assentamento Moju I e II, estado do Pará	75
Tabela 2 – Percepção dos assentados em relação à gestão do INCRA.....	122
Tabela 3 – Percepção dos gestores em relação a gestão florestal nos assentamentos.....	126
Tabela 4 – Percepção dos assentados em relação à gestão florestal pelo INCRA.....	133
Tabela 5 – Percepção em relação a floresta na chegada ao assentamento e a visão hoje	135
Tabela 6 - Planos para a gestão da floresta de acordo com os assentados.....	142

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 A GESTÃO FLORESTAL E OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	24
2.1. O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	24
2.2 GRANDES QUESTÕES SOBRE A GESTÃO FLORESTAL EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS.....	30
2.2.1 GOVERNANÇA TERRITORIAL E GESTÃO INTEGRADA DE USO DA TERRA	35
2.2.2 O uso múltiplo da floresta.....	38
2.2.3 A insegurança fundiária.....	40
2.2.4 A falta de assistência técnica.....	41
2.3 O LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE FLORESTAL.....	41
2.3.1 O problema do desmatamento.....	42
2.4 HISTÓRICO DE EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE MANEJO FLORESTAL.....	43
...	
2.4.1 Manejo florestal comunitário e os projetos de assentamento na Amazônia brasileira: potencialidades e limites.....	46
2.4.2 Percepção Socioambiental no Meio Rural.....	48
2.4.3 Qualidade devida no Meio Rural.....	50
REFERÊNCIAS.....	55

3 O PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJU I & II: SOCIOECONOMIA E GESTÃO FLORESTAL.....	62
3.1 INTRODUÇÃO.....	62
3.2 CONTEXTO HISTÓRICO.....	64
3.3 METODOLOGIA.....	65
3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	68
3.4.1 Perfil socioeconômico das famílias assentadas.....	69
3.4.2 A gestão florestal no assentamento: histórico e sujeitos sociais.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	92
4 A GESTÃO FLORESTAL NA PERCEPÇÃO DOS ASSENTADOS E GESTORES: O CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJU I E II, PARÁ.....	97
4.1 INTRODUÇÃO.....	97
4.2 O DISCURSO DA GESTÃO FLORESTAL.....	99
4.3 METODOLOGIA.....	105
4.4 A GESTÃO FLORESTAL NA PERCEPÇÃO DE ASSENTADOS E GESTORES.....	110
4.4.1 A gestão florestal na percepção dos assentados.....	110
4.4.2 A gestão florestal na percepção dos gestores.....	127
4.5 O LUGAR DA FLORESTA NA PERSPECTIVA DOS ASSENTADOS E GESTORES.....	127
4.5.1 O lugar da floresta na percepção dos assentados.....	127
4.6 GESTÃO FLORESTAL E O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO PROJETO DE ASSENTAMENTO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	125
4.6.1 O lugar da floresta na percepção dos gestores.....	133

4.7 A VISÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE PARCERIAS E A GESTÃO FLORESTAL.....	140
4.8 DESAFIOS DA GESTÃO FLORESTAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA.....	147
CONSIDERAÇÕES.....	148
REFERÊNCIAS.....	151
5 AS PERCEPÇÕES DE ASSENTADOS E GESTORES SOBRE A INFLUÊNCIA DA FLORESTA NA QUALIDADE DE VIDA.....	157
5.1 INTRODUÇÃO.....	157
5.2 A floresta e sua relação com a qualidade de vida	159
5.3 METODOLOGIA.....	161
5.3.1 Origem dos dados e tamanho da amostra.....	161
5.3.2 Análise dos dados.....	167
5.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	168
5.4.1 A percepção da qualidade de vida pelos assentados e gestores.....	176
5.4.2 Percepção dos sujeitos sociais sobre a contribuição da floresta para a qualidade de vida.....	179
5.4.3 Desafios para a qualidade de vida de assentados a partir da floresta.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	181
6 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO FLORESTAL E QUALIDADE DE VIDA EM.....	188
APÊNDICES.....	188

1 INTRODUÇÃO

Oficialmente, a reforma agrária no Brasil remonta ao final da década de 1950 e início de 1960, com as discussões sobre as reformas de base do governo João Goulart e a criação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964). Esta década ficou marcada na história do Brasil como um período de debates efervescentes em torno de grandes temas, dentre eles a questão da terra, que utilizou a Reforma Agrária como um dos mecanismos para a estratégia militar de ocupação do território nacional, principalmente na Amazônia, considerada ainda como um “espaço vazio” que precisava ser ocupada e integrada à convivência nacional (ALENCAR et al., 2016; SPAROVEK, 2003;TOURNEAU, 2010).

A primeira fase da reforma agrária na Amazônia ocorreu durante o governo militar, na década de 1970, no contexto de abertura de rodovias sob a égide da integração da região do ponto de vista social, político e econômico para o escoamento da produção. Com a abertura das rodovias de integração, o governo brasileiro incentivou a migração de agricultores do Nordeste e do Sul do país para ocupar parcelas de 100 hectares por família, numa extensão de 10 km de cada lado das rodovias federais. Fez parte também desse processo a política de incentivos fiscais que estimulou a vinda de empresas agropecuárias e grandes projetos econômicos de mineração para o desenvolvimento da Amazônia (OLIVEIRA, 2005; BOEING, 2015).

Ressalta-se que, durante as primeiras fases da reforma agrária no Brasil e marcadamente na Amazônia, predominava a concepção de que o assentado para assegurar a sua condição de cliente da reforma agrária, além de atender aos critérios da relação de beneficiários, a família deveria beneficiar a terra recebida do PNRA, iniciando pelo desmatamento da área, seguido do uso da terra para a produção agrícola e pecuária. Nesse sentido, a reforma agrária no Brasil nasce sem nenhuma atribuição à floresta como componente de desenvolvimento socioeconômico de valorização do uso da terra.

Enquanto política pública, a reforma agrária tem sua trajetória marcada por um processo histórico de altos e baixos em relação a sua perspectiva de promover o acesso à terra. Além disso, independentemente de qualquer análise, é consenso que ela alterou a paisagem brasileira, pois apesar de ser uma ação voltada ao campo,

seu impacto em termos políticos e socioeconômicos abrange toda a Sociedade, extrapolando a fronteira da dimensão rural e atingindo a nação como um todo (SPAROVEK, 2003). “Trata-se de uma temática complexa que polariza a opinião pública em geral e as forças políticas atuantes” (TOURNEAU, 2010).

Nos últimos anos, os assentamentos rurais passaram a fazer parte da agenda ambiental e as florestas familiares entraram na pauta desse debate, sobretudo por conta da preocupação em reduzir o desmatamento. Essa preocupação está ligada ao processo de colonização e ocupação da Amazônia, no qual os assentamentos se desenvolveram às custas do desmatamento incentivado por políticas governamentais de ocupação da Amazônia, dentre elas, os incentivos fiscais e florestais que reconheciam o desmatamento como indicador da posse da terra para a implementação de atividades agropecuárias.

No entanto, a criação de assentamentos rurais tem servido também para aliviar a pressão social pela terra, representando, ao mesmo tempo, um desafio para o alcance das metas nacionais de redução de gases do efeito estufa decorrentes da conversão florestal. Neste sentido, ao mesmo tempo em que a criação de assentamentos rurais contribui para aliviar a luta e os conflitos pela terra no Brasil, traz consigo, também, a preocupação contra o desmatamento da Amazônia, recolocando na agenda do Programa Nacional de Reforma Agrária, o debate em relação à questão da gestão florestal.

Na Amazônia, as políticas de colonização resultaram no aumento da pobreza e das taxas de desmatamento, colocando os assentamentos rurais como vetores importantes desse processo. Atualmente, diante da crise ambiental, as florestas voltaram a ganhar importância na pauta do governo por conta da agenda de redução de gases de efeito estufa (GEE) e do aquecimento global. Apesar desse reconhecimento, as florestas têm sido continuamente destruídas, principalmente pelo desmatamento e a extração ilegal de madeira em diferentes partes e territórios amazônicos (ALENCAR et al., 2016).

Assim, a maneira como a Amazônia tem sido pensada e ocupada influencia também nas formas de uso dos seus recursos naturais, processo que tem sido objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. De acordo com Becker (2001), a ocupação contínua da Amazônia foi resultado de um processo histórico ligado à formação do moderno aparelho do Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território.

Os programas nacionais de reforma agrária estão vinculados a este mesmo processo de ocupação, atendendo às demandas da Sociedade, por meio da pressão social, ou por interesses governamentais de colonização da região com a justificativa de integração e segurança nacional. Além disso, essa estratégia de ocupação e colonização da Amazônia não se deu somente por meio das políticas e ações do Estado, mas também por migrações espontâneas desencadeadas no Brasil, impulsionadas por diversas razões (BECKER, 1990).

Deste modo, a dinâmica de organização do espaço ao longo da BR-163, por exemplo, é resultado da política desenvolvimentista de ocupação da Amazônia adotada durante o período militar. As políticas públicas implantadas nesse período foram incentivadas sob a égide da ocupação e do desenvolvimento de atividades agrícolas e não florestais ao longo das rodovias, no entanto, a maneira como foram conduzidas acabaram por desenvolver uma estrutura extremamente desigual, priorizando a agricultura empresarial em detrimento da produção familiar (MARGARIT, 2013).

Embora sendo objeto de críticas, os assentamentos rurais surgem como resultado da pressão popular no Brasil, em um contexto complexo de discussão dos problemas sociais na cidade e no campo (BRASIL, 2005). No caso da Amazônia, em particular, o processo de ocupação se insere no âmbito da política de colonização dirigida para a região, sob a bandeira da integração nacional e do lema de “integrar para não entregar”. Um processo marcado por ações arbitrárias de políticas fundiárias que nunca levaram em consideração a realidade da região e das populações tradicionais que nela habitavam, como as populações indígenas, tradicionais, extrativistas, pescadores, quilombolas, seringueiros, dentre outras (OLIVEIRA, 2007; ALENCAR et al., 2016).

Faz parte desse processo a migração induzida e espontânea de nordestinos para a Amazônia, fugindo da seca, para ocuparem as terras da primeira fase da Reforma Agrária no Brasil, por meio dos chamados Projetos de Integração e Colonização (PIC). Tal situação era utilizada como alternativa do governo para impedir que regiões brasileiras, como o Sudeste, ficassem inchadas pela migração da população empobrecida do Nordeste. A destinação de terras devolutas pra sem terras sem dúvida que foi uma alternativa social importante, mas acabou se tornando um problema ao assentar agricultores sem tradição florestal e com uma lógica produtiva no qual a floresta se tornou um entrave e a prática do corte e queima para

a implantação da agropecuária a fagulha que faltava para pôr início na Amazônia uma tendência irreversível ao desmatamento (BECKER, 2004, MARGARIT, 2013).

Atualmente, os assentamentos rurais fazem parte da preocupação do desmatamento na Amazônia, no entanto vale ressaltar que, em seus primórdios, as áreas de ocupação, incluindo os assentamentos, serviam para justificar e comprovar a posse pelo uso da terra por meio do desmatamento. Se o desmatamento constitui hoje uma preocupação mundial, em um passado recente no Brasil e na Amazônia, serviu para justificar a posse da terra como benfeitoria válida. Em um contexto cuja política de regularização fundiária se fazia implementar por meio dos programas governamentais como o Plano de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), ambos compondo a estratégia desenvolvimentista para a Amazônia (ALENCAR et al., 2016).

Apesar dos projetos e esforços governamentais de ocupação da Amazônia, foi na década de 1980 que surgiu o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), concebido no final do regime militar e início da redemocratização brasileira. Este plano marcou o início da segunda fase da Reforma Agrária no Brasil, momento em que se propôs a criação dos Projetos de Assentamentos (PAs) (SPAROVEK, 2003), modalidade da qual faz parte o PA Moju I e II no entorno na BR 163, nos municípios de Placas e Mojuí dos Campos, no Estado do Pará.

A terceira fase da Reforma agrária no Brasil ocorreu a partir da primeira metade da década 1990, quando são criados os chamados Assentamentos Especiais, e a quarta fase no início do segundo milênio, com a inserção das populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação como beneficiárias das políticas do programa nacional de reforma agrária (SPAROVEK, 2003; ALENCAR et al., 2016).

Atualmente, a reforma agrária na Amazônia envolve cerca de 8% do território dos estados amazônicos, abrangendo uma área de cerca de 41,8 milhões de hectares e 3.589 assentamentos, constituindo-se em um tema que instiga governos, a sociedade e a pesquisa (ALENCAR et al., 2016). Assim, a gestão florestal se configura como uma importante preocupação atual e global.

Em face do exposto, evidenciamos que se trata de uma temática relevante, cujo estudo foi desafiador devido à sua complexidade, tendo em vista que a reforma agrária no Brasil, enquanto política pública tem mais de cinquenta anos, e ainda existem lacunas que justificam a realização de estudos sobre as realidades dos assentamentos no Brasil, em especial na Amazônia.

Neste estudo, procuramos fazer uma discussão sobre as percepções que assentados e gestores públicos têm acerca da gestão florestal em assentamento da reforma agrária na Amazônia e sua relação com a qualidade de vida.

Posto isto, como objetivo geral, esta pesquisa analisa a gestão florestal nos assentamentos de reforma agrária a partir da percepção dos atores sociais envolvidos, compreendendo a influência na qualidade de vida dos assentados.

Foram traçados os seguintes objetivos específicos: (a) caracterizar o perfil socioeconômico dos assentados; (b) caracterizar a gestão florestal na área estudada; (c) avaliar a percepção de assentados e gestores sobre a gestão florestal no assentamento; (d) analisar a relação da gestão das florestas do assentamento com a qualidade de vida dos beneficiários da reforma agrária no assentamento estudado.

Assim, entendemos ser uma importante contribuição acadêmica para análise da gestão florestal, valorizando a percepção de gestores e assentados da reforma agrária, a fim de compreender os sentidos atribuídos por seus discursos e a relação com a qualidade de vida de seus beneficiários. Esperamos, também, subsidiar a implementação ou reformulação de políticas públicas nessa área. Nesse sentido, a principal questão de estudo desta pesquisa é “como assentados e gestores da reforma agrária percebem e formulam a sua compreensão sobre a gestão florestal e sua relação com a qualidade de vida?”.

Admitiu-se como hipótese que a Gestão Florestal e o uso da floresta podem proporcionar qualidade de vida aos beneficiários do assentamento estudado. Admitiu-se ainda que a efetividade das políticas públicas de reforma agrária, que não chegam ou chegam precariamente, e sem uma estratégia de ordenamento da gestão florestal claramente discutida, levam as famílias a permanecerem em suas áreas por meio de processos de resistência, que se dão, principalmente, a partir da organização social dentro do assentamento.

A percepção que fazem da qualidade de vida e sua relação com a floresta também é uma construção social que está diretamente ligada à utilização efetiva dos recursos florestais a partir de suas diferentes possibilidades, dentre elas a

extração florestal para uso econômico voltado, principalmente, para produtos madeireiros e não madeireiros para fins de geração de renda, bem como, pelo suprimento de necessidades de sobrevivência. Esse processo é determinante na formulação de uma percepção que atribui à floresta papel importante na qualidade de vida. Nesse sentido, a floresta pode ter muito ou pouco valor na percepção dos assentados dependendo da função que ela exerce efetivamente para a sobrevivência no assentamento.

A área escolhida para o estudo foi o PA Moju I e II, localizado a 102 km da sede municipal de Santarém, na mesorregião do Baixo Amazonas Paraense, Estado do Pará, oficialmente nos municípios de Placas e Mojuí dos Campos, com influência do município de Belterra.

Este assentamento foi criado em 1996, pela Portaria nº 087 de 18/11/1996, com retificação publicada no D.O.U. de 20/11/1996. Tem área total registrada de 152.686,0566 ha e capacidade para 1.590 famílias (PDA/INCRA, 2009). É um dos maiores assentamentos nessa modalidade da região mencionada, com 10,9% da área ocupada do total de 63 Projetos de Assentamento existentes na região Oeste do Pará, e tem sido objeto de inúmeras intervenções de políticas públicas de reforma agrária ao longo das últimas décadas (SIPRA/INCRA, 2017). Trata-se de uma unidade de reforma agrária bastante significativa e que pode se constituir, como referência para o estudo de assentamentos na Amazônia.

A presente dissertação está organizada em cinco partes, sendo que a primeira traz uma introdução geral, a segunda apresenta o referencial teórico, abordando a gestão florestal e os projetos de assentamentos rurais na Amazônia brasileira; a terceira apresenta capítulo dos resultados do estudo sobre os aspectos socioeconômicos do projeto de assentamento e uma caracterização da gestão florestal neste território; a quarta parte aborda as questões referentes à percepção dos assentados e gestores sobre a gestão florestal no assentamento estudado; e a quinta e última parte, analisa como a qualidade de vida é influenciada pela floresta, considerando as percepções dos atores envolvidos no estudo.

2 A GESTÃO FLORESTAL E OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

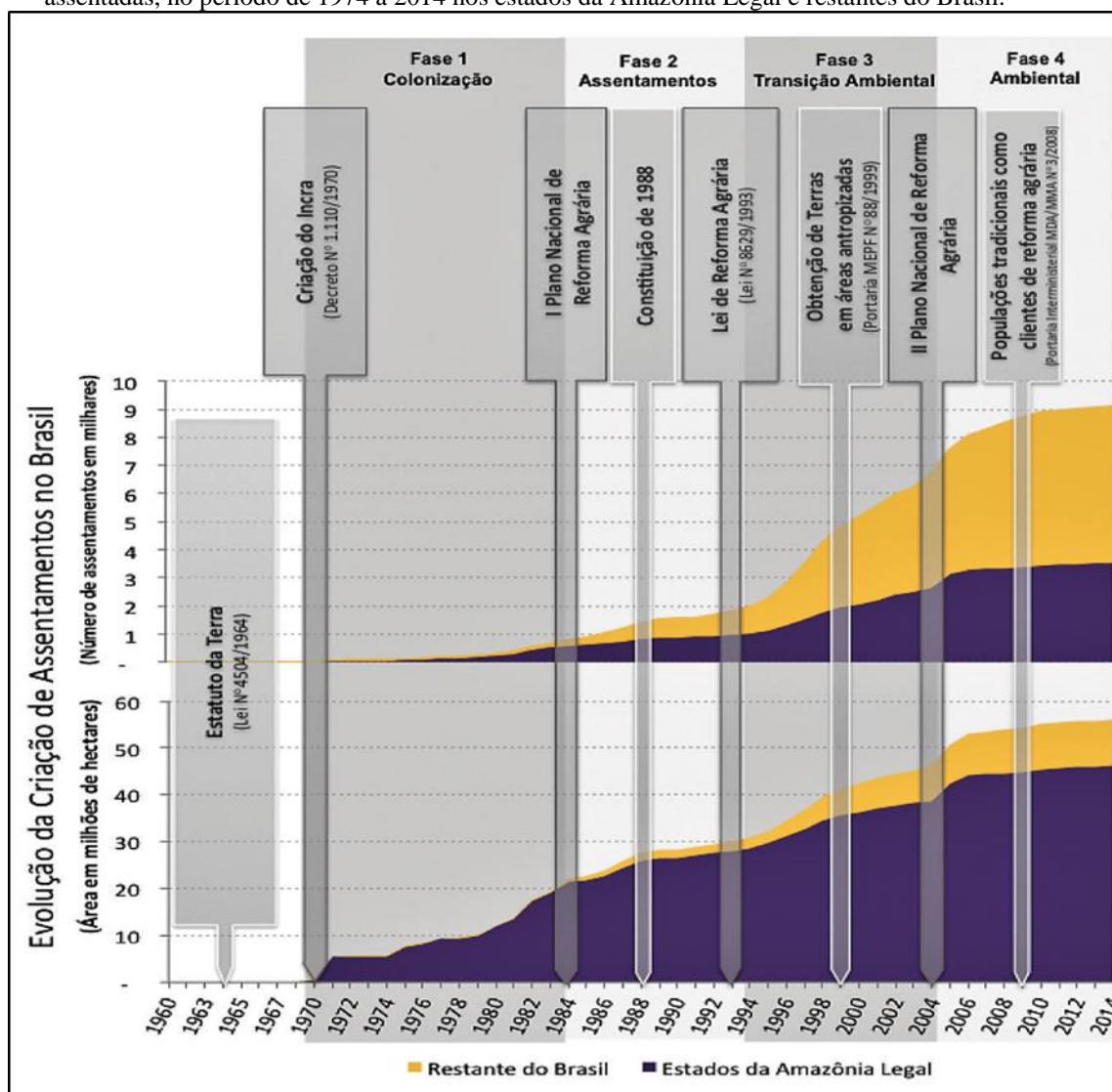
2.1 O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA E COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A reforma agrária no Brasil remonta ao período colonial quando a coroa portuguesa, preocupada em promover a ocupação do território, realizou a distribuição de terras para impedir a invasão por outros interesses estrangeiros na região. As Companhias Hereditárias representaram um exemplo deste processo no Brasil, que consistiu na distribuição de terras para garantir a delimitação geográfica de acordo com as regras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas no século XIV (BRANDÃO, 2009; SPAROVEK, 2003).

Se considerarmos o princípio dos programas de reforma agrária concebidos por diferentes governos na história brasileira, verificaremos que esta aceção de ocupação do território para garantir a segurança nacional enquadra-se na mesma lógica utilizada no período inicial de formação da sociedade brasileira. A partir desse processo histórico, surgiram os latifúndios e as famílias sem-terra, dando início às tensões e conflitos que envolvem a reforma agrária em todas as regiões brasileiras. A Amazônia, em especial, conforme já mencionado, foi considerada nos governos militares como espaço vazio e como tal deveria ser ocupada preventivamente e povoada para impedir a invasão das fronteiras (SPAROVEK, 2003; BOMFIM, 2010).

Em seu processo histórico, a reforma agrária no Brasil passou por diversas fases e estágios. Segundo Alencar et al. (2016), a política de reforma agrária e seus desdobramentos na Amazônia poderão ser compreendidos a partir de quatro grandes contextos e fases conforme demonstrados na Figura 1. O período da colonização, a fase dos projetos de assentamentos, o período de transição ambiental com a criação dos projetos diferenciados e coletivos e, por último, a fase de inserção das populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação de uso sustentável, como beneficiárias das políticas de reforma agrária. Nessa trajetória, apenas a colonização se consolidou, tornando-se área emancipada e as demais, não.

Figura 1- Evolução da área ocupada por assentamentos em hectares e número de famílias assentadas, no período de 1974 a 2014 nos estados da Amazônia Legal e restantes do Brasil.



Fonte: Alencar et al.; (2016).

Nos últimos anos, os assentamentos rurais passaram a fazer parte da agenda ambiental, e as florestas comunitárias e familiares entram na pauta desse debate, sobretudo por conta da preocupação em reduzir o desmatamento. Essa preocupação está vinculada ao processo de colonização e ocupação da Amazônia, no qual os assentamentos foram criados à custa do desmatamento incentivado por políticas governamentais dirigidas para a Amazônia, dentre elas, os incentivos fiscais e florestais que reconheciam o desmatamento como indicador da posse da terra para implementação de atividades agropecuárias.

Conforme já dito, na Amazônia, esse processo serviu somente para o aumento da pobreza e das taxas de desmatamento, além de colocar os

assentamentos rurais como vetores importantes desse processo. Atualmente, diante da crise ambiental, as florestas voltaram a ganhar importância na pauta do governo por conta da agenda de redução de gases de efeito estufa (GEE) e do aquecimento global. Contudo, apesar desse reconhecimento, as florestas têm sido continuamente destruídas, principalmente pelo desmatamento e a extração ilegal de madeira em diferentes partes e territórios amazônicos (ALENCAR et al., 2016).

O processo de ocupação da Amazônia, faz parte de uma estratégia de intervenção do Estado brasileiro à região como componente de um projeto geopolítico de modernidade acelerada da sociedade e dos territórios, sobretudo a partir de um modelo exógeno de desenvolvimento da região (BECKER, 2001). No Oeste do Pará, a reforma agrária e o processo de ocupação da região passaram por diferentes processos e momento (Figura 1). Na década de 1970, os fluxos migratórios de agricultores oriundos de diversas regiões do Brasil, serviram de base para implementação pelo governo militar de um processo de ocupação da região Oeste do Pará por meio da criação de projetos de Colonização, que juntamente com a abertura da BR-163 e Transamazônica, fizeram parte de um processo de ocupação baseado no lema da ocupação do espaço vazio e de integração da região ao território nacional (MARGARIT, 2013). Os projetos de colonização fazem parte da primeira fase da Reforma Agrária na Amazônia, iniciando-se em 1970 até o início da década de 1980.

A ocupação da região Oeste Paraense obedeceu a diferentes processos de uso da terra. As formas de ocupação mais antigas remontam a presença das populações indígenas que habitavam esta região. Segundo Boeing (2015), é partir da década de 1960, com os planos de desenvolvimento econômico do governo militar, que deu-se início a implantação dos projetos de colonização na Amazônia, cujo modelo de desenvolvimento, foi incentivado por meio de políticas públicas do governo federal. Esse processo de ocupação mais recente ocorreu inicialmente em torno da abertura das rodovias BR-163 e BR-230 com a chegada dos agricultores migrantes do nordeste e sul do país.

A região Oeste do Pará, mais especificamente a área de influência da BR 163, tem sua trajetória marcada pela abertura desta rodovia na década de 1970 e os desdobramentos que passaram a ocorrer em decorrência de sua efetivação. Apesar de décadas de abandono, a região em torno dessa estrada voltou a ganhar importância a partir da década de 1990 com a decisão do governo federal de

completar o seu asfaltamento da parte localizada no Estado do Pará, visando influenciar nos custos de transporte da produção de soja realizada no estado do Mato Grosso, e também como parte dos projetos estruturantes com efeito multiplicador no contexto do Plano Plurianual 1996-1999 do programa Brasil em Ação (Ferreira, 2010). Este processo estimulou a vinda para a região de novos contingentes populacionais, desta vez, empresários do Centro Oeste brasileiro dispostos a comprar de terras baratas para o desenvolvimento do agronegócio.

A chegada à região dos investimentos na produção do agronegócio, com ênfase para o cultivo de grãos, trouxe a pressão sobre as terras ocupadas historicamente pelos agricultores familiares e impôs uma reacomodação das famílias assentadas e outras localizadas em áreas estratégicas para o cultivo de grãos a venderem suas terras e buscarem novos espaços para sobrevivência, seja no campo ou nas periferias das cidades circunvizinhas ao eixo da BR 163 e da BR 230. Nos municípios de Belterra, Santarém e Mojui dos Campos, ocorreu o desaparecimento de comunidades inteiras, cujos moradores venderam suas terras para os sojicultores que na região chegaram. Muitos moradores dessas comunidades extintas, foram morar em áreas de assentamentos da reforma agrária na região, geralmente com grandes dificuldades de infraestrutura ou se tornaram moradores das periferias das cidades, vivendo do subemprego e formando os bolsões de pobreza e dependendo dos programas sociais do governo. Esta realidade é confirmada por Teixeira et al (2012), ao afirmar que as novas dinâmicas territoriais impactadas pela chegada do agronegócio repercutiram no cotidiano das populações locais, refletindo na desorganização e reorganização dos territórios visando ao atendimento de uma lógica voltada para atender os circuitos mercados em detrimento da dinâmica das populações tradicionais locais.

O histórico vivenciado pelos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil tem suscitado um processo de discussão bastante significativo em relação ao seu desenvolvimento e viabilidade. Junto a esse processo existe também, um esforço estatal de formulação e implementação de políticas e programas voltados ao desenvolvimento dos assentamentos criados, numa perspectiva de torná-los sustentáveis econômico, social e ambientalmente. Todavia, os investimentos de políticas públicas implementados na perspectiva de desenvolver e tornar essas áreas emancipadas e sustentáveis, não demonstram ter alcançado o objetivo desejado por todos os envolvidos. Na região Oeste do Pará, por exemplo, na qual se inclui a

microrregião do baixo Amazonas paraense, dos 216 assentamentos existentes sob jurisdição do INCRA/SR-30, nenhum desses territórios conseguiu alcançar esse estágio desejado, tanto pelo Estado, como pelas famílias assentadas.

A realidade fundiária na Amazônia, especificamente no contexto do território da BR 163, região Oeste Paraense, tem se configurado como o resultado de um processo histórico de ocupação desordenada com ações de ordenamento territorial das áreas da União, desde o programa governamental de colonização na década de 1970. O projeto de colonização concebido pelo Governo Militar na década de sessenta constituiu-se em um processo de incentivo da ocupação das margens das rodovias na Amazônia, projeto este que, segundo o INCRA, possui uma área em torno de 43.259,00 km², com aproximadamente 10.455 lotes rurais em torno de 100 ha. Esta modalidade de distribuição de terras da União não assegurou às famílias beneficiárias o acesso à infraestrutura, serviços básicos de educação e saúde, incentivos e financiamentos como garantem as novas modalidades de assentamento do Governo Federal (INCRA/PDA, 2009).

Para Sauer (2005), o assentamento é uma terra, um território que possui significado real e simbólico de um lugar de trabalho, moradia e produção, e também de reprodução social camponesa. Enquanto espaço de reprodução sociocultural, os assentamentos de reforma agrária representam um local de potencial desenvolvimento da cultura, sendo que este processo se dá a partir de uma realidade de atores e ambientes assimétricos, onde não há parcelas fundiárias homogêneas e as famílias são oriundas de lugares e culturas diferentes entre si. Desta forma, o assentamento é um território que Sauer (2005) define como sendo um espaço geograficamente delimitado, que reúne um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária.

O assentamento é, portanto, o lugar onde diferentes biografias se encontram. Ou seja, é o espaço do encontro da diversidade de culturas e visões de mundo, e este ambiente de assimetria permite a construção de percepções também diferentes sobre a realidade onde vivem; e a partir disso, estabelecem perspectivas que dialogam ou questionam as políticas públicas ligadas à reforma agrária. O Assentamento, enquanto território, torna-se, portanto, o espaço dos processos de interação e identidades sociais, fazendo da diversidade o ambiente para o surgimento de novos atores sociais (SAUER, 2005). Nesse sentido, as famílias assentadas fazem uma aposta, cuja perspectiva tem como horizonte um novo modo

de vida, sendo o assentamento o espaço da articulação de práticas, valores e tradições e construção de laços e códigos de (re)conhecimento social (SANTOS, 2003).

Administrativamente, o assentamento é estabelecido por meio de uma portaria do órgão fundiário competente de acordo com a competência do ente federativo. Do ponto de vista político, o assentamento nasce primeiro como anseio de famílias sem-terra que pressionam o governo para a sua criação. Do caráter legal, ele é resultado de um ato administrativo do Estado Brasileiro que estabelece os limites do território e define os critérios de seleção das famílias que farão parte da relação de beneficiários, efetivando-se como território artificialmente construído e espaço para a consolidação de um novo Segundo ambiente e uma nova organização social (SPAROVEK, 2003; BRASIL, 2005; CARVALHO, 1999).

A terra, o trabalho e a produção constituem-se nos principais fatores de mediação da relação dos assentados com a natureza e suas potencialidades. A partir desse processo de mediação real e simbólica, os assentados constroem duas visões de mundo e reproduzem-se como atores de uma construção histórica (que é o assentamento). Essas interações, muitas vezes subjetivas, são mediadas, também, por processos organizativos que contribuem para a reprodução da territorialidade enquanto unidade resultante de uma perspectiva histórica. Essas relações internas que configuram em interações recebem interferência e novas formulações sobre a percepção de mundo, a partir das relações de parcerias externas, que atuam diretamente ou indiretamente na reprodução social e na utilização dos recursos naturais (SAUER, 2005).

A percepção que fazem da realidade está associada às condições de contexto às necessidades de sobrevivência no assentamento (FRANCO, 2005). Nesse sentido, a relação com a natureza nem sempre ocorre por meio de uma perspectiva ambiental, cuja preocupação seja a preservação dos recursos. Muitas vezes, essa relação com a natureza ocorre a partir de uma lógica econômica e social, que contempla anseios de subsistência, geração de renda, acesso a políticas públicas, melhoria das condições de vida, reprodução, segurança, afeto e bem-estar, o que vem primeiro é a sobrevivência, sendo que esta percepção sobre os recursos sofre, de alguma forma, pressão do mercado, cuja perspectiva é a de produção econômica (COSTANZA, 2007). Esta pressão para uma permanência na terra de forma produtiva é resultado do processo histórico da reforma agrária, em que um dos

pressupostos é a distribuição de áreas devolutas “improdutivas”. Assim, a produção possui um valor simbólico sobre a terra ocupada, já que o assentamento surgiu na oposição do espaço não produtivo. O valor simbólico do acesso à terra é o acesso ao trabalho que caracteriza e dá valor à identidade e autonomia do assentado (BRASIL, 2005).

Para Sauer (2005), a importância do assentamento se dá no fato de ser um espaço de valorização e (re)construção de uma identidade social, permitindo interiorizar a noção de ser alguém visível na sociedade. Essa visibilidade alcançada no processo de conquista da terra possibilita o estabelecimento de uma nova relação com o “outro” e com a “sociedade”. As relações mudam significativamente porque não estão mais baseadas no preconceito e na discriminação (“sem-terra” e “vagabundo”). Há um estabelecimento de uma relação igualitária com o “outro” – por meio do reconhecimento social –, possibilitando a “boa vizinhança” e o convívio pacífico. Esse lado bom do que seja o assentamento para as famílias que moram em suas parcelas acontece à revelia da política nacional de reforma agrária, tornando-se um resultado invisível e não reconhecido oficialmente, até pela própria sociedade.

De modo geral, os assentamentos são criados em áreas já exauridas no que diz respeito à presença de floresta com valor econômico, não havendo mais, por conta da extração ilegal, a existência da diversidade de espécies nobres e, por conta disso, perdem a representatividade enquanto potencial para compor uma estratégia de uso sustentável pelos assentados (ALENCAR et al., 2016).

O recebimento de terras pobres e devastadas econômica e ambientalmente pela ação predatória ao longo de anos pode também explicar a desistência de famílias dos lotes e a formação de latifúndios que reconcentram a terra. Para Leite (2004), o latifúndio é responsável pelo deslocamento geográfico através do êxodo rural, que resulta em exclusão social e marginalização política de indivíduos, à medida que as famílias não possuindo condições de permanência em suas parcelas a abandonam, permitindo que as terras abandonadas sejam readquiridas e reconcentradas em latifúndios, empurrando as famílias para novas áreas ou deixando-as sem terra.

A reforma agrária deve estabelecer novas bases produtivas, sociais, políticas, culturais e organizacionais, bem como criar novas dinâmicas socioambientais no meio rural, com base em uma nova ruralidade que possibilite

condições às famílias de permanecerem no lote com dignidade, mesmo que as terras já tenham sido esgotadas em suas riquezas naturais. Nesse sentido, o papel da política pública é oportunizar condições dignas de moradia e uso da terra, proporcionando bem-estar a essas famílias e para que possam construir ambientes com qualidade de vida.

De acordo com Bergamasco e Ferrante (2005), o sucesso da reforma agrária depende da qualidade dos assentamentos criados. A qualidade da criação de assentamentos nos últimos 20 anos pode ser avaliada a partir da promoção do acesso à terra de qualidade pela população excluída, pela ocupação desta, pela melhoria das condições de vida das famílias assentadas, através da inserção regional e municipal com impactos/mudanças marcantes dentro e fora dos assentamentos, bem como pela alteração no processo de concentração fundiária existente na região.

A partir da trama que se forma com a criação do assentamento surgem as percepções sobre o espaço e seus recursos naturais, pois é a partir desse processo que se dá a reprodução social. Nesse contexto, surgem as lideranças, nascem as relações de solidariedade e identidades na diversidade sociocultural. E no enfrentamento das dificuldades, buscam-se respostas para a situação de tensão, que, em seu conjunto, produzem mudanças, reconhecimento de direitos e expressão de novas relações de poder. É neste processo de tensões que se buscam as estratégias de sobrevivência social, econômica e cultural, além de motivações para a permanência na terra (BERGAMASCO; FERRANTE, 2005).

Em geral, os assentamentos são analisados como resultado das “lutas pelo poder de divisão”, as quais podem se revelar no estabelecimento de territórios, delimitando regiões e criando fronteiras. A consolidação de fronteira territorial leva ao estabelecimento de divisões do mundo social, criando diferenças culturais e gerando identidades. Esta realidade de característica assimétrica de atores e ambientes conduz a diferentes construções simbólicas sobre o meio ambiente, processo de formulações sociais que conceituamos de percepção, tanto do seu ambiente interno como externo e vice-versa (BOURDIEU, 1998, BRASIL, 2005).

2.2 GRANDES QUESTÕES SOBRE A GESTÃO FLORESTAL EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS

A gestão florestal nos assentamentos da reforma agrária integra o processo histórico da discussão sobre a sustentabilidade da Reforma Agrária no Brasil, e mais especificamente na Amazônia. Os projetos de integração e colonização nacional (PIC), deflagrados a partir da década de 1970, sob a égide das políticas desenvolvimentistas e de ocupação regional, possibilitaram os alicerces para o processo de implementação dos chamados Projetos de Assentamentos (PA) na região. Na Amazônia Legal encontra-se o maior esforço do Estado Brasileiro para a implementação de assentamentos rurais, tanto em termos do número de famílias assentadas, como de área ocupada, mas este processo tem ocorrido sem levar em consideração as especificidades amazônicas, tanto econômica, como ambientalmente (TOURNEAU, 2010).

Historicamente, este debate faz parte da pressão social e de demandas apresentadas pela sociedade ao Estado, para resolver o problema fundiário, do crescente processo de concentração de terras e da pobreza. A expressiva migração das famílias de outras regiões para a Amazônia motivou-se pela oferta de terras e crédito subsidiado para o desenvolvimento das áreas. Esses contingentes populacionais de diversas regiões brasileiras, que se dirigiram à Amazônia, incentivados por essas políticas governamentais, foram distribuídos, em sua maioria, em assentamentos do INCRA. Inicialmente, essas áreas foram concentradas ao longo das rodovias de integração, a exemplo da Transamazônica e BR 163, no estado do Pará, da BR364 em Rondônia, que deveriam concomitantemente assegurar o acesso à terra e à conservação dos recursos florestais, como afirma o estudo de Brandão Junior e Souza Junior (2006):

Os assentamentos têm grande importância na distribuição de terras e já beneficiaram mais de 850 mil famílias em todo Brasil. Por outro lado, as atividades desenvolvidas nos assentamentos estão ligadas à agricultura e à exploração madeireira, as quais têm alto potencial para gerar desmatamento e degradação florestal na Amazônia. Portanto, o desafio da política de assentamentos é assegurar o acesso à terra para os pequenos agricultores e ao mesmo tempo conservar os recursos florestais da Amazônia (BRANDÃO JUNIOR e SOUSA JUNIOR, 2006, p. 01).

Na prática, a reforma agrária tem conseguido, através dos assentamentos, dar acesso à terra para um número expressivo de famílias, mas não tem promovido a valorização e a conservação das florestas e a sua gestão (AMARAL et al., 2011). Ao contrário, os assentamentos rurais de reforma agrária têm exercido um papel de destaque em relação ao desmatamento da Amazônia nas últimas décadas, o que tem levado a política de reforma agrária a uma polêmica no cenário nacional e amazônico, no qual ambientalistas, em geral, culpam os assentados e o INCRA pela degradação ambiental, dando ênfase ao desmatamento da floresta. Ao longo de décadas, a gestão florestal nos assentamentos tem sido uma preocupação da pesquisa, por parte de ambientalistas e da sociedade, mas com pouca mudança na tendência histórica de reversão do quadro de degradação florestal que acompanha a reforma agrária no Brasil (ALENCAR et al., 2016).

A reforma agrária representa um importante desafio no contexto do desenvolvimento do país e da Amazônia. Trata-se de uma política que vem sendo historicamente questionada quanto a sua viabilidade econômica, social e ambiental, principalmente no que se refere à forma como tem sido conduzida pelo Estado em seus diferentes momentos. Apesar dos esforços para dar condições de funcionalidade às áreas criadas, pouca mudança significativa tem ocorrido no sentido de garantir a sobrevivência das famílias no tocante ao uso da terra e a sustentabilidade das florestas. Ou seja, de um lado o assentamento é a base da política de reforma agrária e de outro é visto como grande responsável pelo desmatamento e degradação ambiental, como afirmam Alencar et al. (2016, p. 11):

Atualmente dos 3.589 assentamentos registrados na base de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nos estados da Amazônia, somente 2.982 (83%) são georreferenciados e passíveis de análise espacial sobre a dinâmica do desmatamento. Desse, 2.217 estão localizados no bioma Amazônia. Esse conjunto de assentamentos georreferenciados no bioma ocupa 34,5 milhões de hectares dos quais 12,7 milhões de hectares encontram-se desmatados, representando 37% da área total dos assentamentos e 40% da área de floresta original existente nos mesmos. Apesar de apresentar quase dois quintos da área de floresta convertida em outros usos da terra, a dinâmica do desmatamento dentro dos assentamentos da Amazônia segue o mesmo padrão e tendência de redução observados no desmatamento da região como um todo, computando uma redução de 68% de 2004 a 2014, se comparada com a redução de 82% ocorrida no restante da Amazônia no mesmo período. Isso indica que o desmatamento dentro dos assentamentos responde, de forma direta e indireta, não somente às políticas de reforma agrária que incidem sobre os mesmos, mas também à dinâmica socioeconômica e política que ocorre no seu entorno. Entretanto, apesar da redução em termos

absolutos da área desmatada dentro dos assentamentos, estes têm apresentado uma tendência de aumento relativo na sua contribuição média histórica para o desmatamento total da Amazônia, passando de 24% no final da última década (2003 - 2010), para 29,2% nos últimos quatro anos (2011-2014).

Deste modo, os assentamentos da reforma agrária, em suas diferentes modalidades, têm exercido um papel de destaque em relação ao desmatamento da Amazônia nas últimas décadas; e se realizam em razão da dimensão territorial que representam no contexto dos estados amazônicos brasileiros. De acordo com Alencar et al. (2016), cerca de 8% do território dos Estados amazônicos (41,8 milhões de hectares) encontram-se destinados aos 3.589 assentamentos de reforma agrária. Esses territórios representam 39% do total da área destinada à reforma agrária no país.

A discussão em torno do desmatamento e da gestão florestal nos assentamentos da reforma agrária colocam-se em um contexto de dificuldades para se estabelecer assentamentos sustentáveis do ponto de vista social, ambiental e econômico. Nesse sentido, qual seria o papel da gestão florestal e das políticas públicas nos projetos de assentamentos na Amazônia? Essa é uma questão fundamental para o estudo da gestão florestal nos assentamentos rurais na Amazônia, a partir de importantes questões inseridas na gestão do órgão responsável pela implementação da reforma agrária, o INCRA, e também nas formas de gestão das florestas desenvolvidas pelos assentados em seus territórios.

O principal desafio da reforma agrária está na implementação de modelos de gestão dos projetos de assentamentos que contemplem a floresta como um componente prioritário de desenvolvimento territorial e de contribuição para a melhoria da qualidade de vida. Todavia, esta perspectiva enfrenta dificuldades pela ausência de governança que possibilite condições para o manejo sustentável da floresta, o que tem favorecido o oportunismo da ilegalidade.

Nos projetos de assentamentos, a maioria das famílias são agricultoras que, não tendo experiência de manejo florestal, utilizam o corte e queima para limpar suas áreas de agricultura ou para a criação de gado. E ainda, quando a floresta exerce sua função econômica, é utilizada como capital para investimento no lote em atividades que pressionam a permanência da floresta. Assim, enquanto a taxa de desmatamento reduz-se em grande parte da Amazônia brasileira, nos projetos de

assentamentos é vista como responsável por uma contribuição cada vez mais significativa do desmatamento na região.

Nesse cenário, surgem questionamentos sobre as políticas de assentamento e os próprios assentados, os quais são vistos como responsáveis pelo aumento da taxa de desmatamento, o que gera grande polêmica em torno da efetividade da política de reforma agrária na Amazônia e sua relação com a gestão florestal. Por outro lado, estudo de Alencar et al. (2016) demonstra que a taxa de desmatamento em assentamentos reduziu, apontando outros fatores que contribuem para o problema do desmatamento e do uso predatório dos recursos florestais, tais como: falta de assistência técnica para a gestão e manejo da floresta; políticas inconsistentes e conflitantes em relação à gestão florestal e à regularização fundiária; não efetividade de políticas públicas que resolvam as questões fundiárias; dificuldade de acesso ao crédito; demora nos licenciamentos; falta de governança dos assentamentos são questões que não têm sido tratadas com prioridade no âmbito da política de reforma agrária, resultando na fragilização da organização dos assentamentos e pouca funcionalidade.

A Lei de Gestão de Florestas Públicas e a reestruturação do setor florestal governamental são resultados, em parte, de conflitos madeireiros nos assentamentos, estimulando o uso sustentável de florestas públicas e minimizando a exploração florestal dos assentamentos. Diante disso, constatamos que o fato de não se tratar a questão florestal com prioridade nos assentamentos acaba sendo uma barreira à conservação florestal. Nesse sentido, o estudo de Alencar et al. (2016) afirma que:

Os projetos de assentamento convencionais, representados principalmente pela categoria conhecida pela sigla PA (Projeto de Assentamento), são a modalidade de assentamento de reforma agrária que mais converteu suas florestas em outros usos da terra na Amazônia. Essa modalidade hoje agrega 82% do desmatamento acumulado dentro dos assentamentos da região. Por outro lado, os assentamentos categorizados como ambientalmente diferenciados e aqueles relacionados ao reconhecimento de populações tradicionais (i.e. Projetos de assentamento florestal - PAF, extrativista - PAE, e de desenvolvimento sustentável - PDS), são os que menos têm contribuído para a conversão de florestas em outros usos da terra, contabilizando somente 7% do desmatamento que ocorreu dentro dos assentamentos da região. Esse fato sugere que o investimento na consolidação dos assentamentos ambientalmente diferenciados pode representar avanços na redução do desmatamento dentro dos assentamentos (ALENCAR et al., 2016, p. 12).

No que diz respeito às políticas governamentais sobre a gestão florestal e o desmatamento nos assentamentos rurais, apesar de haver um esforço na implementação de ações que visam diminuir taxas de desmatamento, esses esforços governamentais não têm sido suficientes para mudar a trajetória e a forma de uso dos recursos naturais no contexto da Reforma Agrária no Brasil, e na Amazônia. Um exemplo dessas ações é o Programa Assentamentos Verdes (PAV), instituído pelo INCRA em 2013, que visava influenciar na redução das taxas de desmatamento ilegal em áreas de Reforma Agrária na Amazônia Brasileira. Faz parte desta iniciativa o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis nos assentamentos, incluindo o manejo sustentável da floresta e a recuperação ambiental das áreas já degradadas, no entanto essas intenções não têm saído do papel (IPAM, 2015).

Por si só a Reforma Agrária não possui condições de resolver o problema do meio rural brasileiro. E não resolve porque a reforma agrária não pode ser simplesmente a mera distribuição de terras para quem não tem, ela é mais que isso. Infelizmente, ela tem se reduzido a uma política de criação de assentamentos rurais e não de ordenamento e desenvolvimento rural sustentável como deveria ser.

Nesse sentido, apresentamos a seguir uma análise de seis (06) grandes questões que consideramos representar uma síntese dos principais desafios para a consolidação de projetos de assentamentos sustentáveis e a gestão florestal na política de reforma agrária na Amazônia: (i) a governança territorial e gestão integrada de uso da terra, (ii) o uso múltiplo da floresta, (iii) a insegurança fundiária, (iv) a falta de assistência técnica e extensão rural, (v) o licenciamento da atividade florestal e (vi) o problema do desmatamento.

2.2.1 Governança territorial e gestão integrada de uso da terra

A governança é um termo muito utilizado por diferentes áreas do conhecimento sem um consenso quanto ao seu significado. O conceito de governança é aqui discutido como um sistema de regras, papéis e comportamentos que são exercidos por diferentes atores sociais e institucionais, incluindo a sociedade civil, os governos e as comunidades locais para a gestão de um determinado território. Tal termo pode ser também compreendido como um conjunto de ações que refletem territorialmente a capacidade de organização social para gerir as temáticas públicas em um processo colegiado e cooperativo dos atores

sociais, econômicos e institucionais, visando ao desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2011, ESPADA, 2015).

Para Dallabrida (2015; 2016), o conceito de governança tem sido abordado de diferentes maneiras e por vários autores: como processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais, através de relações voluntárias, não hierarquizadas entre atores públicos, organizações sociais e instituições privadas.

Outros autores tratam a governança como uma nova abordagem de gestão sobre as temáticas públicas num determinado território, fundamentada em boas práticas de governo, com forte exercício de valores da democracia e um maior protagonismo da sociedade civil (FERRÃO, 2010 E 2013, FARINÓS, 2008; ROMERO & FARINÓS, 2011).

Para Santos (1997), a governança são processos de cooperação e arranjos institucionais construídos por diferentes atores sociais e políticos para gerir e regular suas interações sociais. Por fim, para autores como Peters e Pierre (1998) e Bocher et al (2007), a governança implica em um processo onde os atores sociais e econômicos em um determinado território tornam-se influentes na implementação de política.

Tomando por base essas referências teóricas, entendemos não haver grandes disparidades entre as concepções dos autores acerca do termo “governança”, por isso adotaremos a posição de Dallabrida (2015) para nortear as discussões sobre o tema da governança territorial como uma das grandes questões sobre os desafios da gestão florestal nos projetos de assentamentos.

O modelo atual de uso da terra nos projetos de assentamentos rurais na Amazônia tem representado um dos maiores desafios da gestão territorial e na forma de uso da terra nas áreas de reforma agrária. Essa é uma questão que tem sido objeto de inúmeras discussões e estudos, mas muito pouco tem sido alterado em relação aos processos de gestão em curso nos assentamentos. As estratégias atuais de uso da terra acabam por contribuir para o aumento das taxas de desmatamento, sem uma mudança efetiva na melhoria das condições de vida dos assentados (AMARAL et al., 2011). E também, a reforma agrária tem se reduzido a um instrumento normativo de intervenção pontual junto aos beneficiários, sem uma preocupação com os desdobramentos da gestão social e do desenvolvimento territorial, que são fundamentais para mudar lógicas das atividades não sustentáveis

para processos de uso integrado dos recursos naturais disponíveis (SPAROVEK, 2003).

Os sistemas de governança territorial são também fundamentais para que as comunidades possam se organizar e discutir suas demandas e se expressarem politicamente (MEDINA, 2012). Torna-se quase impossível uma área de reforma agrária conseguir responder às estratégias de sustentabilidade econômica, social e ambiental, sem o apoio de parcerias e o aporte de políticas públicas e de conhecimentos técnicos que possam subsidiar a gestão, lhe oferecendo as condições necessárias para isso. A consolidação de sistemas de governança territorial nas áreas de reforma agrária tem sido discutida como um caminho que pode viabilizar a superação das dificuldades da falta de gestão territorial, e essa é uma questão que está diretamente relacionada à qualidade dos assentamentos. Nesse sentido, indicadores como a elevação da renda das famílias beneficiadas, acesso à infraestrutura e serviços básicos relacionam-se diretamente com a melhoria da qualidade de vida e maior participação política dos envolvidos na democratização do território e da relação deste com a sociedade, daí a importância da governança (SPAROVEK, 2003).

Compreende-se, portanto, que sem um sistema de governança, os assentamentos ficam vulneráveis e não conseguem se consolidar para responder aos anseios das famílias beneficiárias. Nos projetos de assentamentos, essa é uma questão difícil de ser trabalhada porque essas áreas foram criadas sem uma lógica de gestão coletiva do território como ocorre hoje nos Projetos de Assentamentos diferenciados. No contexto amazônico, os projetos de assentamentos, em sua maioria, não possuem estruturas de governança local. São raros os assentamentos dessa modalidade que conseguiram construir estruturas de gestão territorial com o propósito de tornar o processo participativo, democrático e sustentável. No Oeste do Pará, apenas o PA Moju I e II e o PA Ituqui, no município de Santarém, conseguiram desenvolver tais mecanismos, mas não consolidaram porque a reforma agrária e suas políticas não reconhecem tais sistemas de gestão para assentamentos tradicionais e porque não conseguiram estabelecer um diálogo equilibrado entre os interesses individuais e os coletivos.

2.2.2 Uso múltiplo da floresta

O uso múltiplo da floresta como uma característica da gestão florestal em territórios comunitários e da agricultura familiar constitui-se ainda em um dos principais desafios do manejo florestal nos assentamentos rurais na Amazônia. Nos projetos de assentamentos, a floresta está organizada em parcelas sob domínio familiar, na forma de Reserva Legal que representa 80% da área para uso familiar e as áreas de preservação permanente (APP), sendo que a primeira poderá ser utilizada para o manejo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Estudo da estrutura e uso potencial de espécies arbóreas, realizado no PA Moju I e II por Correa et al. (2015), detectou um grande potencial de remanescentes de exploração florestal para a implementação da estratégia de uso múltiplo da floresta, identificando pelos menos sete possibilidades que podem viabilizá-la: o recurso madeireiro, o medicinal/fármaco, as fontes de alimentação para a fauna, os recursos para alimentação humana, madeira comercial e para construções rústicas, recurso para a produção de carvão e exsudato/óleo-resinífero.

Apesar da floresta nos assentamentos apresentar um grande potencial para viabilizar a implementação do manejo florestal de uso múltiplo, a atividade florestal nas áreas de reforma agrária, de um modo geral, tem se concentrado na utilização apenas dos recursos madeireiros, negligenciando o potencial de recursos florestais não madeireiros (AMARAL et al., 2011; ALMEIDA et al., 2012). No PA Moju I e II, por exemplo, o recurso florestal madeireiro representa um potencial de cerca de 63,3% do total de espécies encontradas na área, e 58% apresentam potencial pelos menos para dois usos, o que demonstra a capacidade da área para implementar o uso múltiplo como uma estratégia da gestão florestal (CORRÊA et al., 2015; ALMEIDA, 2010).

No contexto amazônico, o manejo de uso múltiplo da floresta se constitui um grande desafio. A extração madeireira ainda representa o maior interesse no uso da floresta. O uso múltiplo da floresta possui amparo legal através da Instrução Normativa n.º 4, de 04/03/2002, que, entre outras coisas, define as categorias e os procedimentos de manejo florestal de uso múltiplo na bacia amazônica (BENATTI et al., 2003). Desta forma, entende-se que apesar da normatização, na prática a implementação de planos de manejo de uso múltiplo na Amazônia é pouco expressivo. O que na verdade ocorre é a aprovação de planos com tal denominação,

cujo objetivo é, na verdade, a exploração madeireira tradicional. Estudos mostram que o manejo florestal de uso múltiplo é viável e representa a melhor abordagem para o uso comunitário das florestas e sua viabilidade técnica tem sido muito avaliada pela dimensão quantitativa e econômica, associada apenas ao volume e ao valor da madeira que existe como potencial e pelas operações de corte seletivo (AHRENS, 2005).

Para Almeida et al. (2012), o uso múltiplo da floresta melhora o seu aproveitamento e manejo, além de ampliar as possibilidades de geração de renda para as famílias envolvidas, tanto através da utilização dos produtos madeireiros como também o aproveitamento do potencial de produtos florestais não madeireiros (PFNM). O Acre foi o Estado amazônico que investiu no manejo florestal comunitário de uso múltiplo por meio de políticas de redirecionamento da ação estatal para o desenvolvimento socioterritorial, por meio de políticas de incentivo ao manejo sustentável de uso múltiplo, entre outras políticas apoiadas na floresta e em seu potencial econômico (FGV/EAESP, 2013).

O uso múltiplo da floresta vem sendo testado com sucesso em outros países, principalmente, nos Estados Unidos, Europa e Canadá. E os avanços obtidos nesses países, com essa abordagem, estão relacionados diretamente com a baixa complexidade relativa dos ecossistemas e os investimentos do Estado em tecnologia. No Brasil, além dos esforços do Estado do Acre em viabilizar políticas de incentivo ao uso múltiplo da floresta, é uma temática cujos esforços encontram-se ainda muito no âmbito das discussões acadêmicas (SILVA, 1996; MACHADO et al., 2005).

A FAO (2006), em uma avaliação dos recursos florestais globais, afirmava que a maioria das florestas tropicais ainda existentes estava sob diversas formas de uso econômico, mas com predomínio da exploração dos recursos madeireiros e pouco esforço no manejo de produtos florestais não madeireiros, sobretudo em relação ao manejo florestal comunitário.

A extração de produtos não madeireiros em áreas rurais amazônicas, na maioria dos casos, está muito mais voltada ao conhecimento que as populações rurais têm da floresta do que de iniciativas planejadas de aproveitamento desse recurso. Este saber está sedimentado ao longo dos tempos e, raras vezes, tem recebido auxílio do avanço tecnológico, que incide nos métodos de extração,

principalmente sobre as áreas de populações tradicionais na Amazônia (KITAMURA, 1994).

Em 2015, a FAO identificou tendência de melhora na redução do desmatamento e aumento das atividades de manejo das florestas, mas ainda afirmando a necessidade desta tendência ser reforçada nos países em desenvolvimento. Assim as atividades de manejo florestal nos assentamentos, em geral, estão predominantemente relacionadas ao uso dos recursos florestais para a produção madeireira e pouco para produtos não madeireiros. Sendo que os fatores mais comuns que determinam as práticas de Manejo Florestal Comunitário (MFC) nos assentamentos são: o controle sobre os recursos florestais de forma familiar ou associativo, o uso de mão de obra familiar ou local e a parceria com empresas madeireiras de toda ordem. O interesse predominante pelo recurso florestal ainda é o madeireiro em relação aos produtos florestais não madeireiros; situação essa que ocorre geralmente por falta de incentivo e apoio de políticas governamentais (BURIVALOVA, 2017).

2.2.3 Insegurança fundiária

A emancipação fundiária é uma das principais questões discutidas no âmbito dos Projetos de Assentamentos. A emancipação propriamente dita consagra-se no acesso ao documento definitivo da terra prometida pelo governo às famílias selecionadas para ocupar os lotes dos projetos de assentamentos (BRASIL, 2001). Nesse sentido, de acordo com avaliações feitas pelos movimentos sociais no Oeste do Pará, até final de 2017 nenhum assentamento de reforma agrária na modalidade de projeto de Assentamento (PA), havia sido emancipado. A falta de regularização fundiária produz um cenário de incerteza e insegurança na terra e reproduz a mobilidade das famílias com a troca frequente ou mesmo a venda de lotes. Esta situação reflete-se também na degradação florestal, que ocorre pela não permanência das famílias na terra, ocasionando uma rotatividade rotineira na parcela, e a não consolidação de uma tradição para o uso sustentável da floresta.

A segurança fundiária é um componente imprescindível para garantir aos pequenos produtores o ambiente favorável para investimento em atividades florestais de longo prazo. O ordenamento do uso da floresta em um ambiente de insegurança fundiária não se efetiva quando as famílias não possuem as devidas condições garantidas pela política de reforma agrária. No caso dos Projetos de

Assentamento (PA), em que a família detém a posse individual da parcela, o processo de regularização fundiária deveria ser consolidado num prazo de cinco (05) anos após a homologação da família na relação de beneficiários (RB) e o recebimento do contrato de cessão de uso da parcela (CCU), o que nunca aconteceu. Embora os assentamentos já estejam consolidados, não possuem a situação da regularização fundiária resolvida. Tal situação tem deixado as famílias em uma relação de dependência com o órgão fundiário e a demora que existe para liberação de planos de manejo em assentamentos está relacionada, em boa parte, a essa situação.

2.2.4 Falta de assistência técnica

De acordo com o decreto que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária – PNATER, são beneficiários os assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais e, nos termos da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, portadores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP ou que constem da Relação de Beneficiário - RB homologada no Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária – SIPRA. A assistência técnica e extensão rural é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, que promova processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive, atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como desafio aos assentamentos rurais, é vista a partir de duas grandes situações: pela ausência ou pela sua existência deficitária. Na área florestal, a questão de ATER é ainda mais complexa, pois a oferta de serviço público ocorre prioritariamente para atendimento da demanda de atividades relacionadas à agropecuária. Todavia, pela lógica do desenvolvimento rural sustentável, os agricultores familiares na Amazônia precisam de grande atenção e apoio de assistência técnica para a devida utilização de seus recursos naturais de forma sustentável, a fim de obtenção de melhorias sociais, econômicas e ambientais (GAMA et al., 2006).

O apoio de assistência técnica constitui-se em um dos fatores considerados como os mais influentes nos resultados dos processos produtivos de modo geral e nos projetos de Manejo Florestal Comunitário na Amazônia e em toda a América Latina (AMARAL & AMARAL, 2005).

2.3 LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE FLORESTAL

O uso sustentável da floresta é permitido de acordo com as normas legais vigentes e procedimentos técnicos estabelecidos em diversos instrumentos normativos específicos. O código florestal, em seu artigo 31, determina que a exploração de florestas nativas e formações sucessoras, de domínio público ou privado, ressalvados os casos previstos nos artigos 21, 23 e 24, dependerá de licenciamento pelo órgão competente do sistema nacional do meio ambiente (SISNAMA), mediante aprovação prévia de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS que contemple técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme (BRASIL, 2012).

Com base nas iniciativas de projetos de manejo florestal desenvolvidas no PA Moju nas últimas décadas, observamos que o tempo médio para aprovação de um plano de manejo em áreas de assentamentos tem variado entre 5 a 10 anos. É um tempo longo que acaba inviabilizando a atividade florestal legal, pois a espera, que nem sempre termina na aprovação do plano de manejo, tem levado à desistência da família para a realização dessa atividade, tornando a floresta um componente produtivo desinteressante.

Esta situação pode contribuir para a prevalência de um ambiente de ilegalidade e degradação florestal em um contexto de “promiscuidade social”, de marginalização social, que apenas serve para a reprodução da pobreza nos territórios da reforma agrária em toda a Amazônia.

No PA Moju I e II, onde tem prevalecido um processo de exploração florestal baseado na relação empresa e comunidade, observou-se que o licenciamento da atividade florestal é realizado pela empresa que recebe da comunidade uma procuração para fazê-lo em seu nome. Na maioria dos casos, os planos de manejo são na modalidade comunitário de uso pleno para fins de exploração dos recursos florestais madeireiros, cujo pedido de licenciamento é feito

em nome de uma associação da comunidade que é a detentora do plano, mas terceiriza todo o processo, desde as atividades pré-exploratórias até as exploratórias, atribuindo esse papel a uma empresa por meio de um contrato.

Conforme observado, as poucas iniciativas de manejo florestal existentes ocorrem numa relação de “promiscuidade” com empresas madeireiras, que desenvolvem processo sem o empoderamento da comunidade e da família e a predominância de um comércio de madeira a preço vil, retirada da reserva legal dos lotes, sem critério e compromisso de cumprimento dos princípios do manejo florestal. Em via de regra, esses fatos ocorrem em áreas de reserva florestal familiar, pois o projeto de assentamento em sua modalidade tradicional não possui área comunitária. Portanto, a extração florestal na área de floresta familiar, individualmente, fragiliza o mosaico de floresta que forma a área do território e não gera compromisso de manutenção da floresta, nem por parte da família e nem pelo empresário que comprou a madeira e viabilizou o plano de manejo, desencadeando, assim, um processo que fica à revelia da lei por falta de fiscalização.

2.3.1 Problema do desmatamento

A reforma agrária no Brasil e mais especificamente na Amazônia tem sido objeto de inúmeras reflexões e estudos sobre a conservação florestal e o desmatamento.

As principais características e os vetores que têm levado à conversão florestal nos assentamentos da Reforma Agrária tem sido resultado de situações históricas e que, continuamente, se reproduzem nos dias atuais sem que tenha sido feita uma análise cuidadosa das causas e efeitos.

Na realidade, a gestão de assentamentos na Amazônia constitui-se um grande desafio que tem fugido ao controle por parte do INCRA. Além disso, não existe um sistema de governança capaz de possibilitar condições para a valorização e o manejo florestal sustentável e que não favoreça o oportunismo e ilegalidade como vem ocorrendo sistematicamente. Por outro lado, os assentados são agricultores que não têm experiência em lidar com a floresta, falta assistência técnica ampla para a gestão e o manejo florestal, predominando o sistema tradicional de limpeza das áreas para o plantio de monoculturas de ciclo curto e a criação de gado.

De acordo com Alencar et al. (2016), o desmatamento ainda representa a principal preocupação em relação aos assentamentos da reforma agrária na Amazônia, seguido do problema da falta de regularização fundiária dessas áreas. Para eles, os ambientalistas responsabilizam os assentados e o INCRA pelas altas taxas de desmatamento que ocorre nos assentamentos. Mas, na realidade, o assentado é vítima de uma política de reforma agrária executada sem planejamento e orçamento. De modo geral, as famílias são abandonadas no lote sem assistência técnica e regras contraditórias de acesso aos recursos do lote, falta de condições econômicas e de estrutura para viabilizar a conservação e manejo da floresta, situação que induz essas famílias a um modelo de sobrevivência regalada à própria sorte na área.

2.4 HISTÓRICO DE EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE MANEJO FLORESTAL

Ressaltamos que o conceito de manejo florestal sustentável mais utilizado trata da definição prevista na Lei de Florestas Públicas de 2006 e outras literaturas, que considera a atividade sustentável da floresta ou o manejo florestal como a gestão da diversidade biológica da floresta e a possibilidade dos usos das suas potencialidades de produtos e serviços ambientais, considerando o uso múltiplo da floresta. Esta concepção reforça o pressuposto clássico de que o manejo florestal se constitui em um processo de administração de uma floresta para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais (BRASIL, 2006; GUARIGUATA, 2013; SIST et al., 2011). Nas últimas décadas, os esforços empreendidos, de uma forma geral, têm sido no sentido de aperfeiçoar tal diretriz visando minimizar os riscos e as limitações que esta definição ainda carrega em seu bojo.

A partir dos avanços na legislação conseguidos a partir da mobilização da sociedade civil organizada, o manejo florestal é considerado uma política ambiental viável para a exploração madeireira na Amazônia. Apesar do código florestal de 1934 não ter tratado do conceito de manejo florestal, a regulamentação propriamente dita da atividade de manejo florestal no Brasil ocorreu a partir da década de 1960 com a revogação da Lei nº 23.793 de 23/01/1934, e a instituição do novo código florestal brasileiro de 1965, sendo contemplada nessa legislação a afirmação no seu artigo 15, que dizia:

Fica proibida a exploração sob forma empírica das florestas primitivas da bacia amazônica, que só poderão ser utilizadas em observância a planos técnicos de condução e manejo a serem estabelecidos por ato do Poder Público, a ser baixado dentro do prazo de um ano. (BRASIL, 1965).

Em 1994, o Decreto nº 1.282 definiu a exploração florestal sob a forma de manejo sustentável de uso múltiplo, com base nos princípios gerais e fundamentos técnicos e, em 1995, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), através da Portaria nº 48 de 10 de julho de 1995 estabeleceu as normas e especificou o conceito de manejo florestal sustentável, afirmando que a exploração das florestas nativas na Amazônia e demais formas de vegetação arbórea natural, somente seria possível legalmente o seu uso através de manejo florestal sustentável, conforme regulamentação estabelecida na referida portaria e a redação dada pelo Decreto nº 2.788, de 28/09/1998.

Neste decreto também foi consolidado o conceito legal de manejo florestal sustentável como “a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo”, sendo este processo permitido por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, levando-se em consideração os seguintes princípios da conservação dos recursos naturais: a conservação da estrutura da floresta e de suas funções; a manutenção da diversidade biológica; e o desenvolvimento socioeconômico da região; bem como os fundamentos técnicos estabelecidos na lei (IBAMA, 1995).

A partir dos novos preceitos legais, o Manejo Florestal Sustentável pode ser desenvolvido na modalidade empresarial, fundamentado na rentabilidade financeira da atividade ou, por pequenos produtores familiares e agricultores na modalidade de manejo florestal comunitário ou familiar. (AMARAL et al., 2008).

Essa diferenciação na lei entre as abordagens de manejo florestal empresarial, comunitário e familiar acabou se tornando, na prática, muito mais uma limitação no processo de licenciamento do que em avanços, pois, do ponto de vista econômico, ambos precisam ser viáveis para se tornarem uma atividade de sustentabilidade. Para Humphries (2012), o manejo florestal comunitário ou familiar não incorpora somente os aspectos econômicos, mas os princípios de

responsabilidade da conservação da biodiversidade e com os aspectos sociais que extrapolam os limites financeiros da atividade.

Em 2009, o governo federal instituiu o programa nacional de manejo florestal comunitário e familiar com a finalidade de organizar ações de gestão e fomento ao manejo sustentável em florestas, para que fossem objeto de utilização pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2009).

Com a instituição do novo código florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, as Reservas Legais tornaram-se áreas de floresta importantes como parte de uma estratégia mais ampla de conservação da biodiversidade e de restauração florestal em paisagens fragmentadas, críticas ou prioritárias. O documento estabeleceu ainda que, para garantir a sustentabilidade do manejo florestal, é fundamental levar em consideração as informações sobre a biologia reprodutiva das espécies para preservar a sua reprodução e a manutenção da diversidade genética das espécies arbóreas nas áreas manejadas (BRASIL, 2012).

2.4.1 Manejo florestal comunitário e os projetos de assentamento na Amazônia Brasileira: potencialidades e limites

De acordo com Burivalova et al. (2017), nos últimos anos, dois mecanismos importantes surgiram para promover o manejo sustentável da floresta: a certificação e a gestão florestal baseada na comunidade ou manejo florestal comunitário. Sendo que estes mecanismos foram criados visando assegurar a sustentabilidade e rentabilidade no uso da floresta e a sua valorização, promovendo a conservação florestal e, ao mesmo tempo; aumentando o bem-estar humano das populações diretamente envolvidas.

Embora o manejo florestal comunitário represente uma alternativa à conservação e à gestão florestal, estudar a realidade dos assentamentos pode mostrar que a gestão destas áreas tem sido permeada de dificuldades, tanto no que diz respeito ao apoio de políticas públicas, como também aos trâmites para aprovação de planos de manejo florestal, o que fragilizaria a estratégia da floresta como componente de desenvolvimento do território.

Apesar de as florestas, sob domínio das comunidades locais, já serem geridas sustentavelmente, antes mesmo do processo de colonização do Brasil e da Amazônia, em particular, somente a partir da década de 1990o Manejo Florestal

Comunitário (MFC) tornou-se uma alternativa oficialmente reconhecida (SFB, 2007). A atenção ao MFC é resultado de um processo de conscientização, sobretudo contra o desmatamento e a degradação florestal, bem como da pressão sobre os governos para aliviar a pobreza no campo; e da crença de que as comunidades locais têm conhecimento e capacidade para gerir suas florestas de forma sustentável (BURIVALOVA, 2017).

Para Pagdee et al. (2006) e Blomley et al. (2008), o conceito de MFC engloba muitas abordagens diferentes que incluem: a gestão conjunta de florestas, o gerenciamento participativo e o co-gerenciamento. No entanto, os princípios centrais incluem melhoria da comunidade e sustentabilidade ecológica. Estudos de caso na Tanzânia, na África oriental, analisaram a abordagem participativa do manejo florestal comunitário e as de manejo abertas ou convencionais, e concluíram que o envolvimento da comunidade no manejo florestal correlaciona-se com a melhoria da condição da floresta. Lá, o governo fomentou o manejo participativo da floresta (ambos gestão florestal e manejo florestal comunitário) como uma estratégia importante para o gerenciamento de florestas naturais para uso sustentável e conservação. Experiências como essas confirmam a importância da participação do estado na promoção da gestão florestal, empoderando as comunidades e grupos coletivos para o uso sustentável dos recursos florestais e para a melhoria das condições da floresta. Os estudos mostram que algumas variáveis são fundamentais para a viabilidade e sucesso do manejo florestal comunitário. Dentre essas variáveis destacam-se, a segurança fundiária, o empoderamento da comunidade na estratégia de uso sustentável dos recursos florestais, clareza das regras socioeconômicas que determinam as relações entre as famílias envolvidas, gestão e monitoramento da atividade florestal, sanção para a quebra de regras, presença de lideranças e organizações sociais fortes, expectativa de benefícios comuns entre as comunidades e a presença do Estado com suas políticas.

Na Amazônia brasileira, o termo Manejo Florestal Comunitário (MFC) tem sido usado de forma genérica para denominar uma atividade diversificada de modalidades e escalas de manejo florestal praticado por pequenos produtores, de forma coletiva ou individual. O MFC expandiu-se na Amazônia Brasileira como uma alternativa de uso múltiplo da floresta de forma sustentável, representando uma

oportunidade para enfrentamento ao desmatamento decorrente do desenvolvimento de atividades agropecuárias de baixa produtividade e rentabilidade.

Em geral, as iniciativas de MFC na Amazônia são recentes e datam do início da década de 1990, quando os primeiros planos de MFC foram licenciados e implementados. A partir de 1998, quando foi editada a primeira regra oficial para reger os planos (Instrução Normativa nº 04/1998, Ibama), o MFC teve uma expansão exponencial, passando de uma dúzia de projetos em meados dos 1990 para aproximadamente 1500 planos protocolados no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no final de 2006. (SFB, 2007).

Nos últimos anos, sobretudo a partir de 1998, o manejo florestal tem se constituído cada vez mais em uma alternativa sócio e ambientalmente viável para comunidades rurais no Brasil e em toda a América Latina (AMARAL, 2005).

Apesar da importância da gestão e do manejo florestal ser representativa para a conservação ambiental na Amazônia, ainda é uma atividade invisível e que pouco apoio recebe de políticas governamentais, prevalecendo a derrubada indiscriminada da floresta e seu pouco valor no contexto do desenvolvimento local. Segundo Clement & Higuchi (2006), a derrubada indiscriminada da floresta ocorre porque ela tem pouco valor na percepção da sociedade brasileira atual, apesar dos discursos de defesa da floresta. Para estes autores, a contradição entre o discurso e a realidade sócio-político e econômica comum no mundo contribui para buscarmos uma compreensão sobre os problemas de degradação florestal que afetam a perspectiva de sustentabilidade dos empreendimentos humanos.

Deste modo, percebemos que o manejo florestal nos projetos de assentamentos rurais na Amazônia possui uma trajetória muito mais de retrocessos do que de avanços, e com poucos resultados para políticas públicas de fortalecimento da conservação florestal nessas áreas. As preocupações formais sobre o Manejo Florestal Comunitário e Familiar- MFCF na Amazônia brasileira datam da segunda metade da década de 1990, a reboque da articulação entre movimentos sociais e as Organizações Não Governamentais (ONG) ambientalistas que atuam na região. Desse processo de articulação interinstitucional, houve a edição por parte do IBAMA das Instruções Normativas (IN) 04, 05 e 06 de dezembro de 1998 (AMARAL et al., 2015; SFB, 2007).

No estado Pará, há cerca de cinco anos que se discute uma proposta de política para o MFC, mas este processo não tem conseguido ganhar adesão junto

aos governos para a sua efetivação. Isso mostra que não há vontade política para o estabelecimento de políticas de valorização da gestão comunitária ou coletiva na região. Em 2013, as discussões sobre a formulação de uma política para o Estado do Pará conseguiram chegar na elaboração de uma minuta, que não conseguiu a adesão do governo para a sua aprovação (IDEFLOR, 2013).

2.4.2 Percepção socioambiental do meio rural

Apesar do cenário de degradação que ainda existe, conforme salientado anteriormente, vivemos em um mundo cada vez mais crescente de consciência ambiental, com enormes desafios a serem superados, sobretudo no que tange a uma percepção socioambiental que extrapole a visão bipolar dos extremos: *preservação ou conservação*. No meio rural, os assentamentos representam a política mais frágil em termos de uma perspectiva ambiental nos moldes do que se discute no momento atual, do desmatamento zero e da gestão florestal sustentável acompanhada de um padrão de qualidade de vida que permita ao homem a permanência no campo com dignidade.

Para os movimentos sociais, a reforma agrária possui uma posição de destaque na política nacional, responsável pela promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural, tendo a agricultura familiar como a protagonista desse processo.

Para Lima et al. (2003), o assentamento, enquanto território, constitui-se de ambientes e recursos que podem ser utilizados e desenvolvidos com base em pactos entre as famílias e empresários, segundo os interesses de cada um. Para estes autores, a floresta é concebida como uma “floresta familiar”, um bem pertencente à família, que pode ser utilizada por meio de um pacto socioambiental entre a indústria madeireira e a agricultura familiar. Esta percepção atribui às populações rurais a condição de sujeitos político, histórico e economicamente marginalizados na Amazônia e, como tal, poderiam se beneficiar de forma sustentável da grande riqueza da floresta reconhecidamente como detentores desta.

Na visão de Lima et al. (2003), a gestão florestal seria um modelo a ser desenvolvido a partir do conceito de “Florestas Familiares” associado à relação de parceria entre empresa e comunidade, por meio de um pacto socioambiental considerado justo para a valorização da floresta e dos seus detentores. Portanto, a

floresta familiar seria fruto deste pacto social entre agricultores familiares e a indústria madeireira.

Apesar dos avanços em relação à consciência das pessoas para as questões socioambientais, sobretudo aquelas que tratam sobre o meio rural, Bueno (2016) revela que ainda há necessidade de promoção de atividades educacionais e de maior divulgação de informações que possam estimular a adoção de hábitos e comportamentos mais comprometidos com os princípios da sustentabilidade e que levem a mudanças mais efetivas nos padrões de relacionamento entre a sociedade e o meio ambiente.

Outro elemento importante em relação à percepção socioambiental do meio rural trata-se da questão ambiental nos assentamentos rurais. A política de reforma agrária no território amazônico ainda é uma temática bastante polêmica em relação a essa questão, polarizando a opinião pública em geral e as forças políticas atuantes na região. Nesse sentido, existem aqueles que defendem a importância dos avanços sociais que os assentamentos têm representado com a maximização do seu papel no desmatamento (CARDOSO, 1997; PACHECO, 2009). Mas, também, existem outros estudos que apresentam o papel dos assentamentos e sua dinâmica histórica em uma tendência de desflorestamento da região amazônica (BRANDÃO JUNIOR; SOUSA JUNIOR, 2006). Para Sparovek (2003), independentemente do observador é comum a todos, o entendimento que houve alteração na paisagem brasileira como impacto do processo de implantação da Reforma Agrária, mas que é necessário ponderar também sobre os benefícios sociais e econômico que tais projetos promoveram. Todavia, em um contexto em que a situação da floresta amazônica é cada vez mais associada às mudanças climáticas, aumentam os desafios em torno da preocupação pela conservação das florestas nas áreas destinadas para a reforma agrária (LAURANCE et al., 2001; GULLISON et al., 2007).

Alguns defendem que há uma discrepância na situação atual da Amazônia, que detém menos de 15% da população rural do país e abriga quase 55% dos lotes distribuídos pelo INCRA. E que o desequilíbrio ficou ainda maior nos últimos anos, quando o órgão passou a dispor de uma estratégia ambiental definida cuja vertente é a proteção da floresta em pé. Esta realidade é relevante no debate sobre o papel da reforma agrária e o seu impacto territorial na Amazônia. (TOURNEAU et al., 2010).

O segundo Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA (2004) preconizava que um dos elementos centrais de um projeto nacional soberano para o Brasil residiria em um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural assentado em um modelo de Reforma Agrária que primasse pelo fortalecimento da agricultura familiar. Esperávamos que a ação compartilhada do Estado e da sociedade civil fosse capaz de desconcentrar a propriedade da terra, alterar a estrutura agrária, promovendo e criando condições para a eficácia das políticas de fomento à produção, de garantia da sustentabilidade ambiental e de universalização do acesso a direitos pelas famílias de produtores familiares assentados (BRASIL/MDA, 2004). Teoricamente, o segundo PNRA de 2004 tem a perspectiva socioambiental presente em sua estratégia, mas esse processo não se consolida por razões diversas, dentre elas, os interesses políticos partidários que têm predominado na gestão do órgão fundiário e na política agrária brasileira.

Segundo Laurance (2001), as principais ameaças à Amazônia são o desmatamento, exploração madeireira ilegal, fragmentação florestal e incêndios florestais. Todas as preocupações estão relacionadas à floresta, como um componente chave na economia rural da Amazônia, no sentido de promover a geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais às populações detentoras de floresta, notadamente os agricultores familiares nos assentamentos de reforma agrária.

Assim, a perspectiva socioambiental do meio rural deve-se fundamentar no respeito à diversidade de culturas e atividades econômicas; e, no caso dos assentamentos, na promoção da floresta como um componente de desenvolvimento do território familiar (o lote) e do território coletivo (o assentamento).

2.4.3 Qualidade de vida no meio rural

Existem muitas abordagens do conceito de qualidade de vida. Estudos mostram que as conceituações sobre a qualidade de vida e a falta de consenso tem levado ao uso diversificado, muitas vezes divergentes. Por falta de consenso teórico, a utilização do conceito de qualidade de vida tem sido tratada por pesquisadores como saúde, bem-estar e estilo de vida (PEREIRA, 2012).

De modo geral, a qualidade de vida é um construto subjetivo porque se constrói a partir da percepção do real na forma de reflexão. Compreendê-lo exige

método e ferramenta adequada, pois a qualidade de vida se apresenta como uma forma de expressão do sentimento humano. Uma das definições importante sobre qualidade de vida foi desenvolvido por The WHOQOL Group em 1993. A proposta conceitual deste grupo ligado à organização mundial da saúde (OMS) considera a definição de qualidade de vida como resultado da percepção do indivíduo de seu meio (REPPOLD et al., 2014).

A qualidade de vida é um conceito mais amplo do que o conceito de felicidade, porque implica em fatores como gozo e a realização pessoal ou coletiva. Também é mais amplo do que a satisfação com a vida, porque implica em variáveis como aspiração e recolhimento. É também mais amplo que bem-estar porque a qualidade de vida é neutra. Ou seja, a neutralidade em relação à percepção da qualidade de vida ocorre porque os participantes de igual felicidade podem tender a responder de formas diferentes, dependendo da escala para a qual são apresentados. Da mesma forma é mais amplo do que a saúde, porque implica ser no contexto de um ou vários fatores. (DIENER, 2010; INOBUCHI & FUJII, 2013; LAYOUS et al., 2014). Os indicadores da qualidade de vida incluem não apenas riqueza e emprego, mas também o ambiente construído socialmente, a saúde física e mental, a educação, a recreação e tempo de lazer e pertencimento social (GREGORY et al., 2009).

Para Tonon (2015), se a qualidade de vida nos oferece a possibilidade de uma nova visão teórica, que visa trabalhar as potencialidades em vez de deficiências, e em um ancoradouro comunitário que inclua a análise do contexto sociopolítico no qual uma pessoa é considerada como sujeito e protagonista, poderemos afirmar que a qualidade de vida representa uma realidade social e política, necessariamente baseada em um respeito integrado pelos direitos humanos. Ou seja, a qualidade de vida é a percepção que cada pessoa tem de seu próprio lugar na vida, dentro de um contexto cultural e do sistema de valores ao qual se enquadra, em relação às expectativas, interesses e conquistas.

Inoguchi & Fujii (2013) mencionam que, ao avaliar a qualidade de vida, as pessoas consideram tudo o que lhes interessam e julgam a qualidade geral de suas vidas como um todo. Enquanto, ao mesmo tempo, as pessoas escolhem aspectos particulares nos domínios de suas vidas e julgam cada um deles separadamente. A qualidade de vida tem, ultimamente, sido referida como o grau que determina que a vida de uma pessoa seja desejável ou indesejável em casos

individuais. Portanto, os domínios de satisfação com a vida devem ser entendidos como o julgamento das pessoas, ao avaliar diferentes áreas de suas vidas.

Casas (1999) afirma que a qualidade de vida é um conceito que se refere à ação conjunta dos cidadãos na avaliação do que os afeta, trazendo significância política, contribuindo para o estudo do bem-estar das pessoas na perspectiva do físico e psicológico, relacionando as necessidades materiais com os aspectos sócio emocionais e integrando medidas psicológicas e sociais da percepção à avaliação de experiências pessoais individuais.

Ferris (2006) acrescenta que a qualidade de vida também é condicionada pela estrutura social, que pode ser considerada em termos de características demográficas, traços culturais, características psicopatológicas da comunidade, bem como as características de suas instituições, tanto oficiais quanto privadas, que desenvolvem sua ação em contexto. Aponta ainda que a base demográfica da estrutura institucional proporciona o ambiente social para as condições de vida. Neste sentido, a qualidade de vida é provocada por dois tipos de forças, endógenos e exógenos. Os primeiros incluem respostas mentais, emocionais e psicológicas das pessoas em relação às suas condições de vida. O último, por outro lado, inclui a estrutura social e a influência cultural da comunidade.

Os estudos sobre qualidade de vida relacionados à floresta, no meio rural, focam a questão do manejo e a gestão florestal como elemento para compreensão deste processo. Analisando variáveis dos objetivos do manejo florestal com base em diferentes regimes de gestão, encontramos indicadores que servem de referência para uma avaliação do bem-estar das comunidades e pessoas envolvidas na atividade florestal. Esta análise permite compreender a gestão florestal e a qualidade de vida nos assentamentos de Reforma Agrária a partir de diferentes variáveis, desde a incidência de crime ambiental até a igualdade com vistas ao empoderamento social (BURIVALOVA, 2017).

Quadro 1 - Variáveis que servem de referência para uma avaliação do bem estar das comunidades e sua relação com a gestão florestal e a qualidade de vida.

VARIÁVEL	VARIÁVEL DO NÚCLEO	NOTAS
Crime ambiental	ENV / SOC, Carbono, biodiversidade, bem-estar	Inclui exploração madeireira, conversão em fazendas de gado.
Caça	ENV / SOC, Biodiversidade, bem-estar	Viabilidade da população animal, disponibilidade de carne enutrição.
Regulação da água	ENV / SOC, Biodiversidade, bem-estar	Disponibilidade de água

VARIÁVEL	VARIÁVEL DO NÚCLEO	NOTAS
Acesso aos recursos	SOC, bem-estar	Acesso à floresta para coleta de PFM, diponibilidade de madeira para venda, segurança alimentar.
Infra-estrutura e instituições	SOC, bem-estar	Sindicatos de trabalhadores, escolas e oportunidades de educação, estradas de acesso.
Condições de vida e trabalho de empregados	SOC, bem-estar	Cuidados da saúde, assistência social, treinamento.
Empregos	SOC / ECON, bem-estar	Variável econômica básica para as comunidades (Renda)
Conflitos com a empresa & Governo	SOC, bem-estar	Acesso à floresta, pagamentos diretos, condições de emprego.
Conflito interno	SOC, bem-estar	Mobilização financeira por membros da comunidade, poder de decisão dentro da comunidade.
Segurança na terra, posse de terras	SOC, bem-estar	Terrenos mais seguros, ligação com crime ambiental.
Benefícios econômicos diretos para Comunidade	SOC, bem-estar	Taxas e compensações pagas pelas empresas madeireiras às comunidades locais, taxas do ecoturismo, investimento por empresa para comunidade.
Conformidade com a colheita e Regulamentos	SOC / ECON, bem-estar, lucro	Conectado ao estoque de madeira no futuro; refere-se ao respeito das intensidades de exploração madeireira proibições em declives íngremes, legislação trabalhista e outras leis nacionais.
Bem-estar comunitário e meios de subsistência	SOC / ECON, variável de núcleo	Bem-estar dos membros da comunidade, mesmo que não participem diretamente da exploração madeireira. Inclui gerenciamento de resíduos, estado de saúde, poluição do ar eativos.
Consciência, capacitação, Participação	SOC, bem-estar	Contribui para o capital social. Criação de comitês, habilidades melhoradas dos trabalhadores, conhecimento do status da Unidade de Gerenciamento Florestal.
Igualdade, menos marginalização	SOC, bem-estar	Contribui para o empoderamento, refere-se a diferentes segmentos da sociedade (idade, gênero, níveis de pobreza)

Fonte: BURIVALOVA (2017).

Soma-se a esses indicadores de gestão e qualidade de vida o acesso à políticas públicas oportunizadas pelo governo. A valorização e a gestão da floresta contribuem para a qualidade de vida e depende, de alguma forma, diretamente do apoio de políticas públicas para que as famílias possam gerir de modo sustentável os recursos naturais disponíveis em seus territórios e possam, com isso, ter condições de manejá-los adequadamente, gerando benefícios sociais, ambientais e

econômicos. Assim, a qualidade de vida está interdependentemente ligada a fatores socioculturais e econômicos que podem ser otimizados por meio do aporte de condições ofertadas pelas políticas públicas inerentes à Reforma Agrária no caso dos assentamentos (COSTANZA, 2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHRENS, S. Sobre o Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo: Proteger a Fauna para conservar as florestas. **Revista de Direitos Difusos** - v.29, p. 01, 2005.

ALENCAR, A., PEREIRA, C., CASTRO, I., CARDOSO, A., SOUZA, L., COSTA, R., BENTES, A. J., STELLA, O., AZEVEDO, A., GOMES, J., NOVAES, R. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades. Brasília: Brasília, 2016.**

ALMEIDA, L. S. **Produtos florestais não madeireiros em área manejada: análise de uma comunidade na região de influência da BR 163, Santarém, Estado do Pará.** 2010.128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2010.

ALMEIDA, L. S.; GAMA, J. R. V.; OLIVEIRA, F. A.; CARVALHO, J.O.P.; GONÇALVES, D.C.M.; ARAÚJO, G.C. **Fitossociologia e uso múltiplo de espécies arbóreas em floresta manejada, Comunidade Santo Antônio, município de Santarém, Estado do Pará.** *Acta Amazonica*, v. 42, n. 2, 2012.

AMARAL, P.; AMARAL NETO, M. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina.** Belém: IEB: IMAZON, 2005.

BENATTI, J. H.; MCGRATH, D. G.; OLIVEIRA, A.C.M. **Políticas Públicas e Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Amazônia.** *Ambiente & Sociedade* – v. 6, n. 2, 2003.

BELARMINO, M. G.; MACEDO, J. S.; APRIGLIANO, P.; ANTUNES, V. Z.; GIBERTONI, G. B.; SANTOS, L. M. F.; COSTA, G. S.; DELCIELLOS, A. C.; MOURA, M. C.; LORETTO, D. M. Curso de Introdução à Educação Ambiental para os Alunos do CAMP-Mangueira. **Anais do II EREBIO.** Niterói, 2003, 415 p. p. 95-98.

BERGAMASCO, S.M.P e FERRANTE, V.I.S.B. A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária: a polêmica que nunca saiu de cena. **In. Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.** Assentamentos em debate / coordenação Caio Galvão de Franca, Gerd Sparovek. Colaboradores Antonio Marcio Buainain [et al]. Brasília: NEAD, 2005.

BECKER, B. K. Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?. *Parcerias Estratégicas* – n. 12 – Setembro, 2001.

BLOMLEY, T., PFLIEGNER, K., ISANGO, J., ZAHABU, E., AHRENS, A. & BURGESS, N. **Seeing the wood for the trees: an assessment of the impact of participatory forest management on forest condition in Tanzania.** *Oryx*, 42, 380-391, 2008.

BOMFIM, P.A. **Fronteira Amazônica e Planejamento na época da ditadura militar no Brasil: Inundar a Hileia de civilização?** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo – SP: 2010.

BOCHER, M., GIESSEN, L.; KLEINSCHMIT, D. Environmental and Forest Governance: **The Role of Discourses and Expertise.** Proceedings of the International Conference, Göttingen 2007.

BOEING, J. A participação comunitária versus modelo desenvolvimentista do governo federal ao longo da BR-163 Cuiabá-Santarém: Conflitos e desafios para a implementação do desenvolvimento socioambiental. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, L.C.K.. **A Colonização Brasileira, do descobrimento ao Estatuto da Terra.** Planeta Amazônia: Revista internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Publicação oficial do Programa de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP: 2009.

BRANDÃO JUNIOR, A.; SOUZA JUNIOR, C. **Desflorestamento em assentamentos de reforma agrária na Amazônia.** Estados da Amazônia. 2006

BRASIL, Presidência da República. Código Florestal. **LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965.**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural.** Brasília, DF: MDA, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Assentamentos em debates. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Coord.** Caio Galvão de França, Gerd Sparovek. Colaboradores Antonio Márcio Buainain (et al...), Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa N. 5, de 11 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFSs nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=216088>>. Acesso em 05 set. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Serviço Florestal Brasileiro – MMA. **Plano Anual Florestal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.** Serviço Florestal Brasileiro-SFB, Brasília-DF, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Um Novo Brasil Rural.** Brasília, 2010.

_____. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. Brasília, DF: MDA, 2012.

BUENO, V.C.S. **Percepções Sociais sobre o futuro da humanidade no planeta: Um estudo na cidade de Piracicaba-SP.** USP, 2016.

BURIVALOVA, Z., HUA, F., KOH, L.P., GARCIA, C., & PUTZ, F. **A Critical Comparison of Conventional, Certified, and Community Management of Tropical Forests for Timber in Terms of Environmental, Economic, and Social Variables.** *Conservation Letters*, January/February, 10(1), 4–14, 2017.

CARDOSO, F. H. **Reforma agrária: compromisso de todos.** Brasília, DF: Brasil, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

CARVALHO, H.M. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: NE AD, 1999.

CASAS, F. **Calidad de vida y calidad humana.** En *Revista Papel es del Psicólogo* nº 74. Madrid. p. 46–54, 1999.

CORRÊA, V.V. et al. **Estrutura e uso potencial de espécies arbóreas em floresta manejada, PA Moju, Santarém-Pará.** *CERNE*, v. 21, n. 2, p. 293-300, 2015.

COSTANZA, R. et al. **Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being.** *Ecological economics*. n. 61, p. 267 – 276, 2 007.

DALLABRIDA, V.R. **Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança.** IPEA, *Anais.: do I Ciclo de debates acadêmicos*, Code, 2011.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática.** *Análise Social*, L(2º), 215, 304-328. Disponível acesso em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_a04.pdf, 2015.

DALLABRIDA, V.R. **Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas.** *EURE*, vol. 42, n. 126, pp. 187-212, maio 2016.

DIENER, Ed. **Happy People Live Longer: Subjective Well-Being Contributes to Health and Longevity.** http://internal.psychology.illinois.edu/~ediener/DienerChan_Health, 2010.

FAO. **Global Forest Resources Assessment 2005. Progress towards sustainable forest management.** Forestry Paper 147, Food and Agriculture Organization of The United Nations. Rome, 2006

_____. **Global Forest Resources Assessment 2015.** Food and Agriculture Organization Of The United Nations, Rome, 2015.

FARINÓS, J. Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda. **Boletín de laa.g.e.**, (46), 11-32. Disponível em <http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0563/Gobernanza.pdf>, 2008.

FERREIRA, F.S.S. Políticas públicas de ordenamento territorial no Baixo Amazonas (PA): uma análise a partir das políticas e programas dos Governos Federal e Estadual na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

FERRÃO, J. Governança e ordenamento do território. Reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e Planejamento**, (17), 129-139, 2010.

FERRÃO, J. **Governança, governo e ordenamento do território em contextos metropolitanos.** In: Á. Ferreira, J. Rua, G. J. Marafon & A. C. P. Silva (Orgs.). *Metropolização do Espaço: Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais* (pp. 255-281). Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013.

FGV/EAESP. **Manejo de Uso Múltiplo como Alternativa para o Desenvolvimento Local Sustentável: o caso do Acre.** REDE AMIGOS DA AMAZÔNIA, 2013.

FERRIS, A. **A theory of social structure and the quality of life.** Applied Research in Quality of Life, 1, 117–123, 2006.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de Conteúdo.** Brasília, 2ª edição: Liber Livro Editora, 2005.

GAMA, M.B. et al. Fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário em Assentamento Rural na Amazônia Oriental, Rondônia, Brasil. Congresso Latino Americano da IUFRO 2. *La Serena, Anais... La Serena:* Instituto Forestal de Chile 2006.

HUMPHRIES, S.; HOLMES, T.P.; KAINER, K.; KOURY, C.G.G.; Cruz, E.; MIRANDA ROCHA, R. **Are community-based forest enterprises in the tropics financially viable? Case studies from the Brazilian Amazon.** Ecol. Econ., 77, 62-73. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Portaria n.48**, de 10 de julho de 1995. Brasília, 1995.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO PARÁ-IDEFLOR. **Minuta da Lei para instituição da política estadual de manejo florestal comunitário e familiar do Estado do Pará.** Belém: 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA-IPAM. **Documento Base dos Movimentos Sociais do Oeste do Pará (Área de Abrangência da SR-30 – INCRA Santarém)**. Conferência dos Movimentos Sociais do Campo para elaboração de propostas para o desenvolvimento sustentável em assentamentos de Reforma Agrária da Amazônia Brasileira. SANTARÉM, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento-PDA**. COOPVAG, Santarém, 2009.

INOGUCHI, T., & FUJII, S. **The quality of life in Asia**. A comparison of quality of life in Asia. Dordrecht, Heilderberg, New York, London: Springer, 2013.

JUNIOR, B., A.; SOUZA Jr., C. **Deforestation in landre forms ett lements in the Amazon. State of the Amazon, Belém, n. 7, p. 1-4, 2006.**

JUNIOR, A. B., JUNIOR, C. S. **Desmatamento nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia**. O Estudo da Amazônia, n° 7, Junho- IMAZON, 2006.

KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Embrapa, 1994.

LAYOUS, K.; ZANON, C. **Avaliação da felicidade Subjetiva: para além dos dados de autorrelato**. Avaliação em Psicologia Positiva. Em: HUTZ, Claudio Simon. Avaliação em Psicologia Positiva. Art Med, Vital Book file, 2014.

LAURANCE, W.F. et al. The future of the Brazilian Amazon. **Science, New York**, v. 291, n. 5503, p. 438-439, 2001.

LEITE, S.P. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. Unesp (co-editora e distribuidora), 2004.

LIMA, E. et al. **Florestas Familiares: Um pacto socioambiental entre a indústria madeireira e a agricultura familiar na Amazônia**. IPAM, 2003.

MACHADO, S.A. et al. **Manejo integrado viabiliza uso múltiplo dos recursos**. USP ESALQ/ scientia agrícola, N°4, JUL | DEZ 2005.

PACHECO, P. **Agrarian reform in the Brazilian Amazon: its implications for land distribution and deforestation**. World Development, Oxford, v. 37, n. 8, p. 337-1347, 2009.

PAGDEE, A., Kim, Y. & Daugherty, P.J. **What makes community forest management successful: a meta-study from community forests throughout the world**. Soc. Nat. Resour., 19, 33-52, 2006.

PETERS, B.G., & PIERRE, J. **Governance without Government.** *Journal of Public Administration Research and Theory*, **8**(2), 223–243, 1998.

ROMERO, J. & Farinós, J. Redescubriendo lago bernanza más allá del buengobierno. **Democracia como base, desarrollo territorial como resultado.** *Boletín de laa.g.e.*, (56), 295-319. Disponível em dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3722490/1.pdf, 2011.

SAUER, S. **O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: Assentamentos em debate.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD: Brasília, DF; 2005.

SANTOS, I. P. dos, Ferrante, V. L. S. B. (org). **Da Terra Nua ao Prato Cheio – Produção para Consumo Familiar nos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo.** Araraquara: Fundação Itesp/Uniará, 2003.

SANTOS, M.H.C. **Governabilidade, governança e democracia: criação da capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-Constituinte.** *Dados*, v. 40, n.3, 1997.

SILVA, J. de A. **Análise quali-quantitativa da extração e do manejo dos recursos florestais da Amazônia Brasileira: uma abordagem geral e localizada (Floresta Estadual do Antimari-AC).** 1996. 547 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

SIPRA/INCRA. **Relatório 0208** emitido em 29/10/2018. SR-30, 2017.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO-SFB. **Manejo Florestal na Amazônia Brasileira: avanços e perspectivas para a conservação florestal** (MMA). 2003).

Serviço Florestal Brasileiro-SFB. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira: Avanços e perspectivas para a conservação florestal.** Ministério do SHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun, 2004.

SPAVOREK, G. (Org.). A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: **Páginas e Letras**, 2003.

TEIXEIRA, B.E.S. et al. A Expansão da Fronteira Agrícola da Soja no Município de Santarém (PA) e suas Transformações Socioespaciais. UFU, Uberlândia, 2012.

TONON, G. **Qualitative Studies in Quality of Lif: Methodology and Practice.** Social Indicators Research Serie, Springer Cham heidelberg New York Dordrecht London © Springer International Publishing Switzerland, 2015.

TOURNEAU, François-Michel Le; BURSZTYN, Marcel. **Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental.** Ambiente & Sociedade, Campinas-SP, 2010.

WIERSUM, K.F., Humphries, S., van Bommel, S. **Certification of community forestry enterprises: experiences with incorporating community forestry in a global system for forest governance.** Small-scale Forestry, DOI 10.1007/s11842-011-9190-y, 2011.

WHOQOL Group. **The development of the World Health Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL).** In: ORLEY, J.; KUYKEN, W. (Eds.). Quality of life assessment: international perspectives. Heidelberg: Springer, 1994.

3 O PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJU I & II: SOCIOECONOMIA E GESTÃO FLORESTAL

Na Amazônia brasileira, os assentamentos representam importantes territórios ocupados por agricultores familiares que não representam apenas um espaço de produção rural, mas também territórios de afirmação identitária e de reprodução social. Historicamente, a criação dessas áreas é consequência da pressão da sociedade civil organizada, da política de incentivos fiscais e econômicos para a implementação e do processo estratégico de ocupação da região amazônica, principalmente, a partir da década de 1970, impulsionada pelo governo militar de garantir a soberania e desenvolvimento do país. Este fato contribuiu para o avanço e intensificação do desmatamento, principalmente por meio da construção das rodovias BR-163 e BR-230, dos planos de expansão em infraestrutura e do avanço da fronteira do agronegócio (LAURANCE et al., 2001; FEARNSSIDE, 2001).

Apesar de se constituírem de uma pauta histórica de reivindicação dos movimentos sociais e terem integrado as políticas de ocupação da região, os assentamentos não conseguiram alcançar até hoje seu estágio final de consolidação da regularização fundiária e sua emancipação. A falta de governança e de planejamento que caracterizara o processo histórico de ocupação desordenada da Amazônia continua ainda sendo reproduzida. Expressos na falta de regularização fundiária dos assentamentos e na exploração predatória dos recursos naturais, com ênfase na floresta, tais problemas constituem-se como os principais elementos que justificam ainda a intensidade e amplitude do desmatamento nessas áreas (VENTURIERI, 2004).

São cerca de 730 mil propriedades menores que 100 hectares ocupando uma área de aproximadamente 13,3 milhões de hectares, que seriam responsáveis por 15% da perda total de cobertura florestal na Amazônia (PACHECO, 2009). Por outro lado, esses agricultores e produtores rurais são responsáveis por mais de 80% do fornecimento de alimentos da segurança alimentar básica de quem mora na cidade. São territórios importantes para a socioeconomia da população assentada na Amazônia.

Se de um lado a reforma agrária faz parte das preocupações sobre o desmatamento na Amazônia, por outro ela representa uma válvula de escape para a pobreza no Brasil e oportunidade para dar acesso às famílias sem-terra.

No Oeste do Pará, os assentamentos representam cerca de aproximadamente 97,8 mil Km² de áreas de florestas e rios, envolvendo várias modalidades, dentre elas, os Projetos de Assentamentos convencionais (PAs). Até 2010 haviam sido implementados um total de 216 projetos com uma capacidade para distribuição de terras para 108,3 mil famílias. É nesse contexto que o PA Moju I e II representa uma importante área de reforma agrária, por ser o maior assentamento da região Oeste do Pará na sua modalidade (IPAM, 2013).

O PA Moju I e II foi criado na primeira metade da década de 1990, por força da ocupação espontânea de agricultores familiares sem-terra, oriundos principalmente de outros estados brasileiros, como o Nordeste, ou vindos da falência da mineração aurífera na região do Alto Rio Tapajós, no final da década de oitenta. Oficialmente, a sua criação deu-se pela Portaria nº. 087, de 18/11/1996, publicado no D.O.U. Em 20/11/1996, com área arrecadada e desapropriada do Polígono de Altamira Gleba Pium, pelo Decreto Federal nº. 68.443/71. A denominação do PA Moju I e II se originou do Rio de mesmo nome que corta a área em toda a sua extensão. Sua classificação advém do fato de o referido assentamento ter sido implantado em duas fases (INCRA-PDA, 2009).

Em face do exposto, o objetivo deste capítulo é compreender o perfil socioeconômico dos assentados e a gestão florestal na área estudada. O propósito desta análise é trazer elementos que ajudem a entender a socioeconomia e o processo de construção das percepções, tanto no que se refere à gestão florestal, como também aos elementos relacionados à qualidade de vida na perspectiva histórica dos atores envolvidos. Entender esses elementos é o principal desafio deste estudo.

Os resultados apresentados neste capítulo foram obtidos através da análise de dados de pesquisa de campo, realizada pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM e disponibilizados oficialmente para fazer parte deste estudo. As informações resultaram de levantamento por meio de pesquisa de campo implementada no período de 2012 a 2016 no PA Moju I e II e em outros dois assentamentos na região Oeste do Pará que não são tratados neste trabalho.

3.2 CONTEXTO HISTÓRICO

O projeto de assentamento PA Moju I e II, objeto deste estudo, integra a segunda fase do processo de reforma agrária no Brasil. Trata-se de uma modalidade de assentamento implementada a partir da década de 1990, que consistia na formação de um território com agrovila centralizada em um ponto estratégico no entorno das parcelas onde as famílias eram assentadas.

Esta configuração territorial possibilitaria às famílias o acesso facilitado às políticas públicas relacionadas à saúde, educação, saneamento básico, energia e lazer. Todavia, esse modelo fundiário entrou em decadência por duas razões: as agrovilas não receberam as estruturas de benefícios sociais prometidos pela reforma agrária e a localização distante das áreas de trabalho fez com que as famílias não se sentissem estimuladas a morar nesse centro urbanizado do projeto de assentamento, enfrentando as dificuldades de acesso e transporte para o escoamento da produção. Mas apesar disso, as famílias, mesmo com pouca estrutura, estabeleceram-se em seus lotes, onde hoje vivem e desenvolvem suas atividades (BRASIL, 2005).

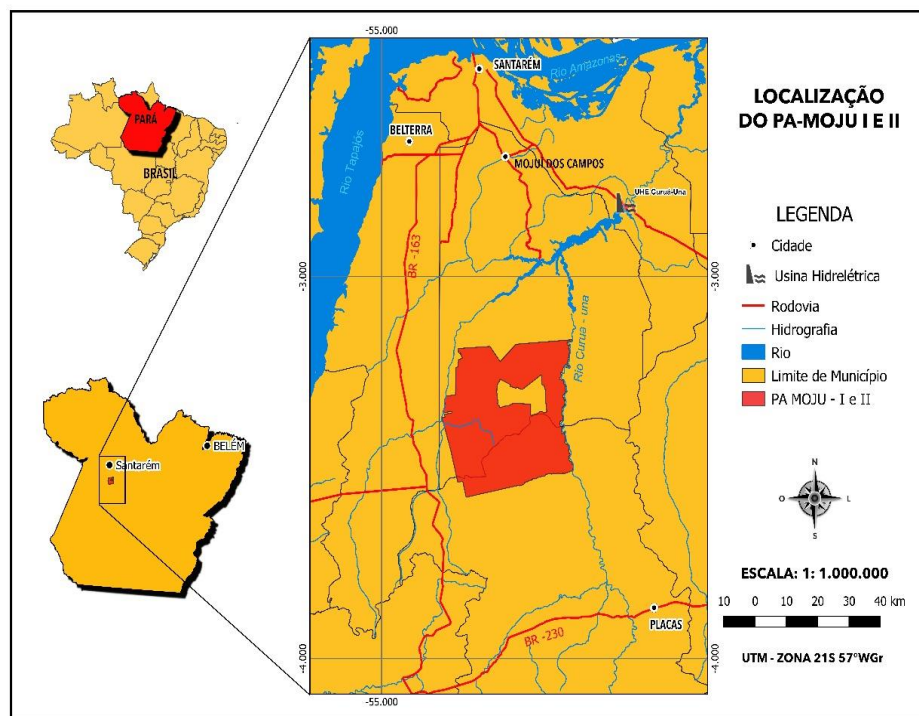
O PA Moju I e II se insere nesse contexto amazônico da reforma agrária. No entanto, apesar dos avanços e conquistas em relação ao ordenamento territorial e à implementação de políticas públicas, a maioria dos familiares ainda não internalizou os benefícios da reforma agrária. Dentre as principais dificuldades que geram tal situação destacam-se: a falta de regularização ambiental e fundiária; dificuldade de acesso à assistência técnica e extensão rural; carência de incentivos para a promoção de alternativas produtivas sustentáveis; supressão de novas áreas de floresta para a intensificação da produção agropecuária; além de falta de incentivo para o manejo florestal sustentável e gestão florestal (IPAM, 2011).

3.3 METODOLOGIA

As análises aqui apresentadas foram desenvolvidas a partir de dados primários e secundários, produzidos por instituições de assistência técnica, pesquisa e gestão da reforma agrária que atuam na região, a exemplo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a Cooperativa de Assistência Técnica (COOPERVAG) e a Superintendência Regional do INCRA/SR-30. A maior parte dos dados utilizados é de pesquisa realizada pelo IPAM no PA Moju I e II que,

como integrante do grupo de pesquisadores desta instituição na época, analisou-se as informações a serem apresentadas com a devida autorização institucional e das comunidades.

Figura 2- Localização da área de estudo, PA Moju I e II, Estado do Pará.



Fonte: Adaptado INCRA/COOPERVAG/PDA (2009).

Portanto, os dados utilizados fazem parte desses estudos e pesquisas realizados por essas instituições, notadamente o IPAM, que atua no PA Moju I e II há cerca de 15 anos, e recentemente desenvolveu projeto de assistência técnica produtiva no período de 2012 a 2016, processo que gerou informações que hoje servem de base para as análises e os resultados deste estudo.

Os dados foram extraídos do Sistema de Informações do Projeto Assentamentos Sustentáveis (SIMPAS), desenvolvido pelo IPAM para monitoramento da execução do Projeto “Assentamentos Sustentáveis na Amazônia” (PAS), implementado em três assentamentos da região Oeste do Pará, sendo eles: o PA Moju I e II nos municípios de Mojuí dos Campos e Placas; o PA Cristalino II no município de Aveiro; e o PA Bom Jardim no Município de Pacajá na região da Transamazônica.

A extração dos dados brutos do referido sistema permitiu a análise dos resultados por meio de gráficos, quadros e mapas. As informações foram organizadas em temas como: escolaridade, idade, origem, infraestrutura dos lotes (moradia, transporte, acesso à água, energia), situação fundiária, atividades produtivas (culturas anuais e perenes, pecuária, criação de pequenos e médios animais, atividades florestais madeireiras e não-madeireiras). Além de informações sobre a renda e os aspectos socioeconômicos e ambientais, incluindo a caracterização da situação da participação e organização social.

A opção pelo uso das informações produzidas pelo IPAM, COOPEVAG e INCRA se deu por dois motivos: primeiro por se tratar de informações recentes e públicas sobre o PA Moju I e II; e segundo, por se tratar de informações, cujo processo de levantamento e organização foram efetivamente produzidos ao longo de cinco (05) anos de trabalho de assistência técnica e extensão rural junto às famílias do referido assentamento. Desta forma, acreditamos ser viável otimizar a utilização desses dados, sendo dispensável, portanto, a realização de novos levantamentos similares para tratar sobre o perfil socioeconômico da área em estudo.

As análises foram construídas com a utilização dos dados da socioeconomia e gestão florestal no PA Moju I e II, obtidos através de pesquisa de campo desenvolvida por meio de questionário com perguntas estruturadas, envolvendo uma amostra de 137 famílias, representando cerca de 9,04% da população total da área.

O levantamento de dados das famílias foi realizado por meio de formulário digital (*Droid Survey*), o qual foi instalado em tabletes para o levantamento de dados em campo. As informações coletadas foram armazenadas em um banco de dados *Postgre SQL*. Após a devida análise, os resultados foram apresentados numa plataforma denominada SIMPAS - Sistema de Monitoramento do Projeto Assentamentos Sustentáveis da Amazônia.

As informações no banco de dados foram organizadas da seguinte maneira: composição da família (escolaridade, idade, origem, etc); infraestrutura dos lotes (moradia, transporte, acesso à água, energia, etc); situação fundiária; atividades produtivas (culturas anuais, perenes, pecuária, criação de pequenos e médios animais, atividades florestais madeireiras e não-madeireiras); custos de produção em cada etapa da atividade produtiva; produtividade do lote; acesso a

mercados; beneficiamento da produção; insumos e mão-de-obra; e aspectos socioeconômicos e ambientais

A análise estatística foi realizada através do programa Excel. A partir dos resultados desta análise foi possível elaborar os gráficos, tabelas e quadros que permitiram a caracterização da socioeconomia e da gestão florestal no assentado estudado.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Numa perspectiva socioeconômica, a gestão territorial, mais especificamente a gestão florestal, é resultado da percepção de atores sociais sobre a realidade e tem relação com as necessidades de sobrevivência no espaço; e nem sempre este processo ocorre a partir de uma perspectiva ambiental com base na conservação e/ou preservação, mas a partir de uma lógica econômica baseada na geração de renda e na melhoria das condições de vida como resultados práticos.

O assentamento, por ser um espaço de encontro entre culturas, constitui-se em um ambiente de reprodução social que realimenta uma perspectiva histórica de sujeitos políticos, que são por essência, complexos e estão materializados nas famílias localizadas em suas parcelas e lotes. Desse modo, a gestão florestal é um processo assimétrico de ambientes e atores que caracterizam os territórios da reforma agrária e o tornam um campo de forças políticas que impulsionam o seu desenvolvimento a partir de diferentes formas de gestão e cujo processo é dinâmico (SAUER, 2005).

Do ponto de vista institucional, a gestão florestal é vista como um processo de cogestão que envolve diferentes relações e atores em um ambiente de parcerias em torno de uma concepção da floresta como um bem comunitário ou coletivo. Neste aspecto, a parceria institucional é uma condição chave que compõe a estratégia de governança ambiental para o estabelecimento do uso sustentável dos recursos naturais. O processo de gestão materializa-se no esforço de cooperação entre indivíduos e instituições (ESPADA, 2015). Esta abordagem tem sido desenvolvida de forma efetiva nas Unidades de Conservação na Amazônia; nos projetos de assentamentos os enfoques de cogestão materializam-se de forma diferente a partir de um contexto sócio-político, onde indivíduos e instituições se adaptam ao ambiente que se encontra em construção.

Uma outra possibilidade da gestão florestal é a de ser concebida numa perspectiva econômica e ambiental, cuja base de sustentação fundamenta-se na ideia da conservação dos recursos florestais para o uso sustentável. Assim, a floresta representa uma oportunidade de uso real, sendo a conservação o elemento que sustenta a estratégia de gestão e une diversos sujeitos em torno do manejo florestal sustentável. Desta forma, a gestão florestal desenvolve-se sob a responsabilidade de uma comunidade local ou um grupo social mais amplo, que estabelece direitos e compromissos de longo prazo com a floresta e se organiza para dar suporte à sua manutenção a partir de objetivos sociais, econômicos e ambientais que conservam uma paisagem ecológica e cultural, produzindo uma diversidade de produtos para consumo e para o mercado (AMARAL, 2005).

Em suma, a gestão florestal, enquanto dimensão do desenvolvimento sustentável nos territórios da reforma agrária na Amazônia dá-se a partir de diferentes lógicas que, embora sejam semelhantes em seus objetivos, diferenciam-se nas ênfases e nos elementos que a constituem, operando em realidades assimétricas de ambientes e atores sociais.

Assim, conclui-se que o uso da floresta deve estar para além da visão meramente econômica de extração da madeira enquanto recurso de valor econômico no curto prazo ou de produtos não madeireiros. Além de que a gestão florestal, enquanto processo, deve ocorrer considerando o uso múltiplo da floresta, bem como a diversidade de possibilidades que ela oferece.

3.4.1 Perfil socioeconômico das famílias assentadas

O PA Moju I e II é considerado um dos maiores assentamentos nessa modalidade, na região Oeste do Pará, e possui capacidade para assentar 1.590 famílias com uma área em torno de 150.000 ha. É composto atualmente por 31 comunidades e 33 Associações Comunitárias (Quadro 1), e uma população aproximada de 6.000 pessoas. Os núcleos familiares não são considerados grandes, sendo compostos por um filho apenas (28,2%), por dois filhos (25,9%), por três filhos (23,5%), por quatro filhos (11,8%) e por cinco filhos (10,6%).

Quadro 1 - Comunidades e Associações Comunitárias no PA Moju I e II, estado do Pará.

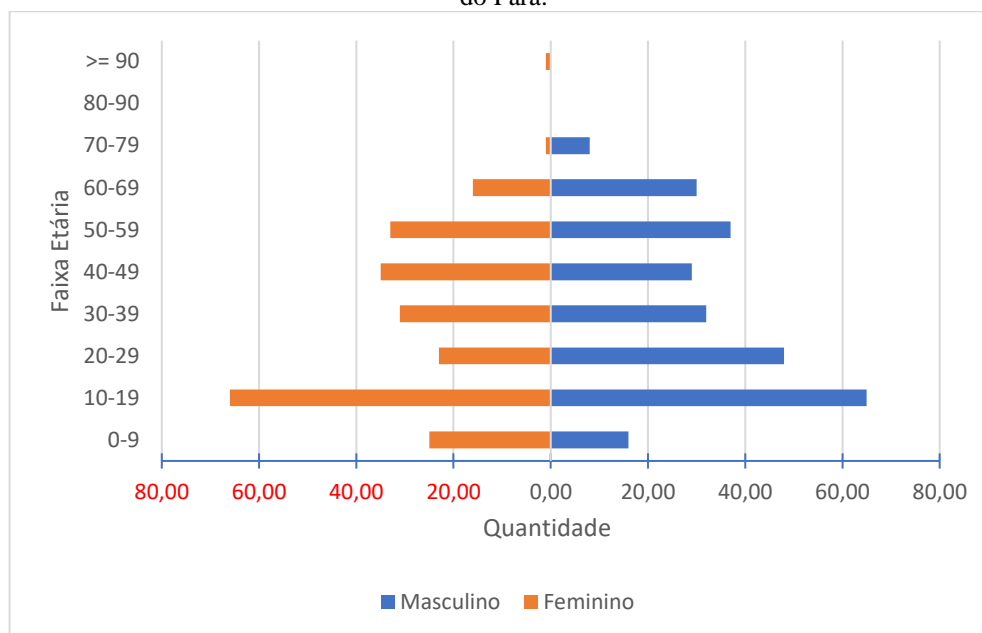
Ord.	Comunidade	SIGLA	CNPJ	Endereço
1	ACTAAIA	ACTAAIA	055.796/0001-63	Estrada 4 bocas.
2	Igarapé do Anta	ASPAIA	623.830/0001-26	Estrada Actaia.
3	Coração de Mãe	AIPROCOM	055.862/0001-06	Km 119/BR163.
4	Corpus Christi	ASAMPRU	544.949/0001-42	Km 135/BR163
5	Estrela da Bica I	Estrela da Bica	06.137.030/0001-20	Estrada STM Jabuti.
6	Nova Estrela da Bica II	ACPRORNEB	14.142.289/0001-98	Km 124-BR 163
7	Igarapé Fortaleza	ASPAIF	04.307.049/0001-42	Km 140/BR163
8	Nova Canaã	APPN-2	03.169.381/0001-25	Km 140/BR163
9	Nova Vitória	ASPROCONOV	11.095.035/0001-78	Estrada STM Jabuti
10	Oliveira Sena	ASMACO	07.629.186/0001-91	Km 140/BR163
11	Piranha	APACU	03.099.616/0001-50	Km 101/BR163
12	Princesa Isabel	ACAPI	04.062.551/0001-30	Km 140/BR163
13	Rainha da Floresta	ASCOMOPRORAF	10.531.902/0001-08	Estrada STM Jabuti
14	Santa Fé do Cachoeirinha	APROCEF	06.983.694/0001-00	Km 140/BR163
15	Santa Rita Cássia	APROSARC	03.240.730/0001-58	Km 140/BR163
16	Santo Antonio	ASCOPRASA	04.169.291/0001-05	Km 124/BR163
17	São João	ASPRUR	02.938.267/0001-50	Km 124/BR163
18	São Mateus	APROCOSMA	03.627.939/0001-79	Km 145/BR163
19	São Miguel	ASA	30.814.682/0001-37	Km130/BR163
20	N. Sra. Navegantes	APPRA	01.991.738/0001-20	Km 130/BR163
21	Sombra Santa	APACSS	04.791.905/0001-88	Estrada STM Jabuti
22	Sombra Santa	ASTEPRUCOS	06.334.295/0001-19	Estrada STM Jabuti
23	Terra Santa	ASMOJU	05.082.059/0001-90	Km 119 da BR163
24	Terra Santa	ASCOTES	10.298.778/0001-82	Km 119 da BR163
25	Vale Verde	ASCOPRUBE	07.052.351/0001-95	Estrada quatro bocas
26	Faveira	ACAPRUCOF	15.275.698/0001-25	Estrada STM Jabuti
27	Sorriso do Moju	ASMORAF	14.575.164/0001-51	Ramal das Faveiras-STM Jabuti
28	Cinco Amigos	ACOMPRUCIA		Estrada STM Jabuti
29	Sete Voltas	ASSEAGRO	07.820.355/0001-76	Vicinal do Km 140-BR 163
30	Nova Jerusalém	ASCONOJE		Estrada STM Jabuti
31	Aracuzinho	APAAC	07.582.858/0001-50	Km 140/BR163
32	Boa Vista	AMPBR-BV	04.866.684/0001-60	Km 135/BR163
33	Nova Aliança	ACANA		Km 140/BR163

Fonte: Adaptado INCRA-PDA (2009).

Cerca de 87,3% dos lotes no PA Moju possuem tamanho de 100 hectares, e somente 9,3% das famílias estão em lotes maiores que 100 hectares, e menor que 50 hectares apenas 3,4% das famílias. Ressaltamos que as parcelas dos projetos de assentamento não deveriam ser superiores a 100 hectares, sendo que alguns lotes são maiores que essa medida por razões técnicas e por conta da situação em que se encontram em relação à geografia e localização do assentamento na região.

A maioria da população do assentamento encontra-se na faixa etária entre 10 a 19 anos e a menor a partir dos 70 anos (Gráfico 1). Isto mostra que muitos jovens ainda residem no assentamento. Os problemas sociais existentes, sobretudo aqueles relacionados à falta de estrutura de saúde, educação e melhores condições para as atividades produtivas fazem com que grande número dos jovens migre para a cidade com apoio das famílias em busca de condições melhores para estudo e formação profissional, principalmente a partir dos 20 anos de idade. Estudos também apontam que o êxodo rural juvenil reflete certo grau de insatisfação tanto do jovem como de sua família em relação às condições difíceis da vivência no campo, por falta de projetos e de oportunidades que sejam indutores de processos inclusivos para a juventude (SANTOS, 2009). Outros autores, como Castro e Wesheiner (2005), destacam que a migração juvenil nos assentamentos é uma consequência das mudanças econômicas e sociais que se processaram no mundo agrário.

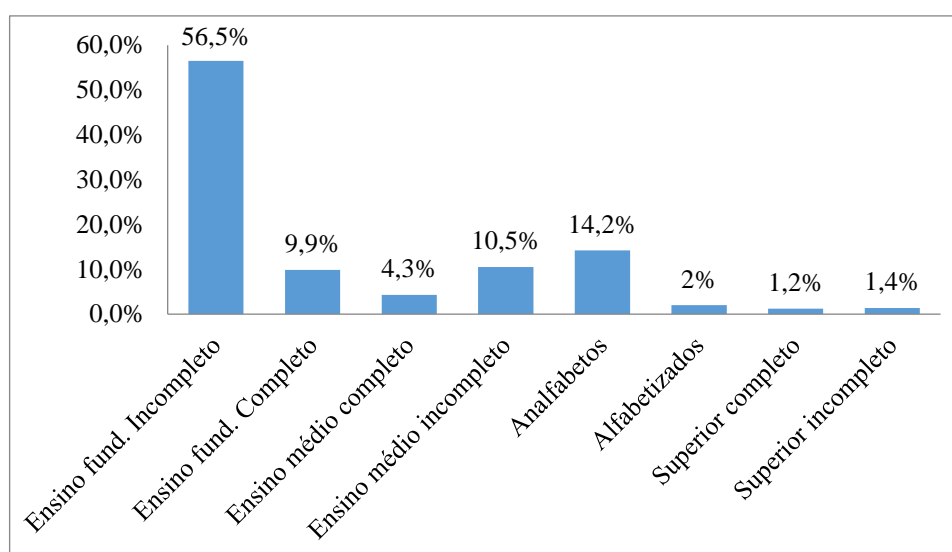
Gráfico 1 - Pirâmide populacional dos assentados do Projeto de Assentamento Moju I e II, estado do Pará.



Fonte: Adaptado de IPAM (2017).

A população masculina é de 53,2% e a feminina 46,8%. Esses dados do PA Moju I e II refletem a tendência de ocupação da Amazônia em sua primeira fase capitaneada por grandes investimentos federais, através da abertura de estradas a exemplo da BR-163 e Transamazônica, dos incentivos fiscais e dos grandes projetos de exploração mineral. Esse modelo de ocupação promoveu o deslocamento de grandes contingentes populacionais de várias regiões brasileiras, notadamente do Nordeste. A maioria dos migrantes eram homens que vieram em busca do Eldorado, uma vez não concretizado o sonho, esses indivíduos acabaram indo ocupar as terras destinadas pela reforma agrária (Alves, 2008). Hoje, no PA Moju I e II, muitos lotes são ocupados por homens solteiros e que não conseguiram constituir família.

O grau de instrução das famílias assentadas no PA Moju I e II é muito baixo, sendo que a grande maioria dos adultos (56,5%) possui apenas o ensino fundamental incompleto e somente 9,9% possuem completo (Gráfico 2). O ensino médio foi concluído por apenas 4,3% e 10,5% não conseguiram concluí-lo. Cerca de 14,2% dos assentados (as) adultos são analfabetos e 2% foram apenas alfabetizados. E uma parcela pequena, cerca de 1,2%, possui formação de nível superior e 1,4% iniciaram a formação universitária, mas não conseguiram concluir.

Gráfico 2 - Nível de escolaridades dos assentados no PA Moju I e II, estado do Pará.

Fonte: Adaptado IPAM (2017).

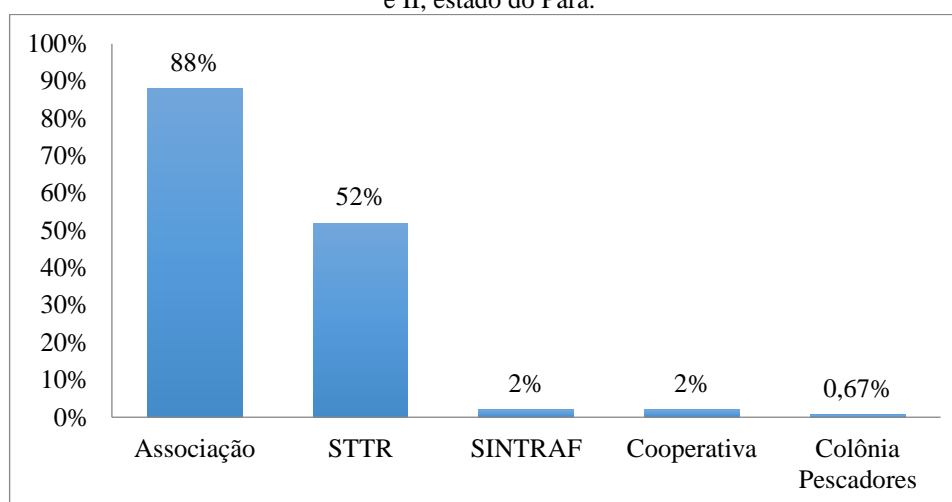
Embora não seja um fator que determine o desenvolvimento socioeconômico do assentamento, a baixa escolaridade presente nas famílias reflete de certa forma o abandono a que estão submetidas às famílias nos assentamentos (IPAM/SIMPAS, 2017).

O assentamento organiza-se em torno do Associativismo e do sindicalismo rural (Gráfico 3), em cujo processo as comunidades são representadas por meio de Associações próprias, por Delegacias Sindicais ligadas aos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mojuí dos Campos e de Placas, e por uma Central de Associações em regime Federativo de representação coletiva do Assentamento.

Tal estrutura organizacional torna o assentamento diferenciado no contexto dos demais na região, uma vez que não é comum os projetos de assentamentos convencionais (PA) organizarem-se em sistemas federativos. Esta modalidade é típica dos Assentamentos diferenciados ou coletivos como os PAEs, PDS, dentre outros. Oficialmente os PAs foram criados sem uma institucionalidade de gestão territorial, uma vez que a posse da terra é individual e a regularização fundiária obedece ao regime jurídico da titulação parcelada.

Embora o associativismo juntamente com o sindicalismo sejam as formas predominantes de organização do assentamento, percebemos que há, mesmo que numa escala menor, uma diversidade de modalidades presentes nas comunidades (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Participação dos assentados nas organizações sociais, Projeto de Assentamento Moju I e II, estado do Pará.



Fonte: Adaptado IPAM (2017).

O número maior de assentados envolvidos no associativismo do que no sindicalismo se dá em razão do incentivo à participação das famílias nas organizações associativas para acesso as políticas de reforma agrária, sobretudo os créditos iniciais de fomento à permanência na terra e os produtivos para fortalecimento da renda. As políticas de reforma agrária são geralmente aplicadas com apoio das Associações e o acesso ao crédito segue o mesmo critério, na maioria dos casos. Daí o reflexo de uma maior participação no associativismo do que no sindicalismo.

A organização social no assentamento não exerce apenas o papel político da representação, mas incorpora o desejo das famílias pela geração de renda e manutenção da estrutura necessária para a promoção da qualidade de vida, como os sistemas de captação e distribuição de água potável, acesso à energia e estradas para o escoamento da produção (MILAGRES, 2014). Por estarem mais próximas dos assentados, as organizações locais exercem o papel da luta pela aplicação das políticas de reforma agrária, e são em última instancia espaço de poder e disputa políticas internas e externamente.

No que tange à titulação definitiva do lote, que corresponde ao estágio final da regularização fundiária nos assentamentos convencionais, observamos que poucas famílias assentadas já receberam o título definitivo de suas áreas. O recebimento do título definitivo, como documentação da terra, consagra o estágio da emancipação fundiária, finalizando a responsabilidade do INCRA na aplicação

de políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária, que inclui o acesso ao crédito fomento e produtivo, habitação, políticas sociais de educação e saúde, bem como a infraestrutura de estradas, captação de água com rede de distribuição e energia.

Na visão oficial, a emancipação fundiária é um ato administrativo, como afirmam os documentos internos do INCRA, a saber:

O assentamento é considerado emancipado, após ter participado das diversas políticas públicas de apoio, e ter conseguido encontrar seu caminho de desenvolvimento econômico estando consolidado e apto a integrar-se a vida do município em que está implantado. A emancipação se dá por ato do INCRA, observadas as determinações legais e regulamentares. A esta nova condição do assentamento dá-se o nome de emancipado ou em processo de desenvolvimento econômico (INCRA, 2008, p. 02).

A emancipação dos núcleos de colonização já havia sido mencionado na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, em seu artigo 68 e 69:

Art. 68. A emancipação do núcleo ocorrerá quando este tiver condições de vida autônoma, e será declarada por ato do órgão competente, observados os preceitos legais e regulamentares.

Art. 69. O custo operacional do núcleo de colonização será progressivamente transferido aos proprietários das parcelas, através de cooperativas ou outras entidades que os congreguem. O prazo para essa transferência, nunca superior a cinco anos [...] (BRASIL, 1964, p. 23).

Para os assentados, a emancipação possui um significado para além de um ato administrativo. Como afirma Sauer (2005), a emancipação pretendida no assentamento não se refere apenas à independência dos órgãos e programas, mas no grau de organização e capacidade de mobilização social e política das famílias assentadas. A emancipação, portanto, não se restringe a um estágio de supressão de direitos pelo fim da relação com o Estado, mas da consolidação de “sujeitos de suas próprias biografias”.

Apesar da criação do PA Moju ter ocorrido oficialmente a partir de 1996, a ocupação da área já havia iniciado pelo menos dez anos antes. Da população que ocupou a área há cerca de trinta anos, apenas 2,2% continua na área há mais de 25 anos, e do período da criação, apenas cerca de 9,5% (

Tabela1).

Tabela1 - Tempo de permanência das famílias no Projeto de Assentamento Moju I e II, estado do Pará

Tempo de permanência	Frequência (%)
Até 5 anos	40,9
De 5 a 10 anos	27,7
De 10 a 15 anos	19,7
De 15 a 20 anos	7,3
De 20 a 25 anos	2,2
Mais de 25 anos	2,2

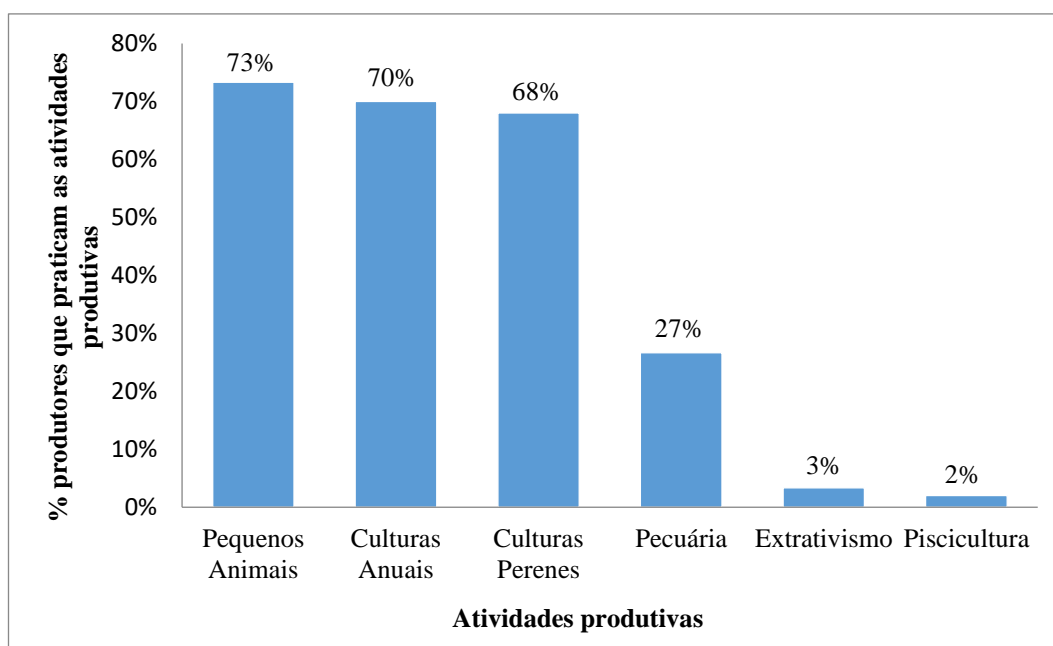
Fonte: adaptado IPAM (2017).

De acordo com a tabela 1, os dados revelam um alto grau de instabilidade que ocorre no assentamento em relação à permanência das famílias em seus lotes. Cerca de 68% da população assentada têm no máximo dez anos de permanência na parcela do contexto de mais de vinte anos de criação oficial do assentamento.

Essa situação reflete uma insegurança fundiária a que são submetidas as famílias nos assentamentos da reforma agrária na Amazônia brasileira. Este cenário interfere nos processos produtivos, na relação com a gestão e uso da floresta, no desmatamento e na qualidade de vida como indicador de sucesso da reforma agrária na Amazônia.

Dependendo do potencial florestal de valor econômico que a família encontra no lote, seja por ter recebido a destinação do INCRA ou por processos informais de compra e venda que ocorrem no assentamento, a floresta poderá ganhar valor como componente de desenvolvimento territorial, seja como fonte de renda por meio do manejo florestal, no curto prazo ou como reserva de longo prazo.

No que diz respeito às principais atividades desenvolvidas nos lotes, destacam-se: pequenos animais (73%), as culturas anuais (70%), as culturas perenes (68%) e a pecuária (27%). A floresta tem pouca representatividade no desenvolvimento do lote (3%), porque não possui mais potencial de exploração, porque já foram destinadas na relação com madeireiros ou porque não é uma atividade desenvolvida pela família (Gráfico 4).

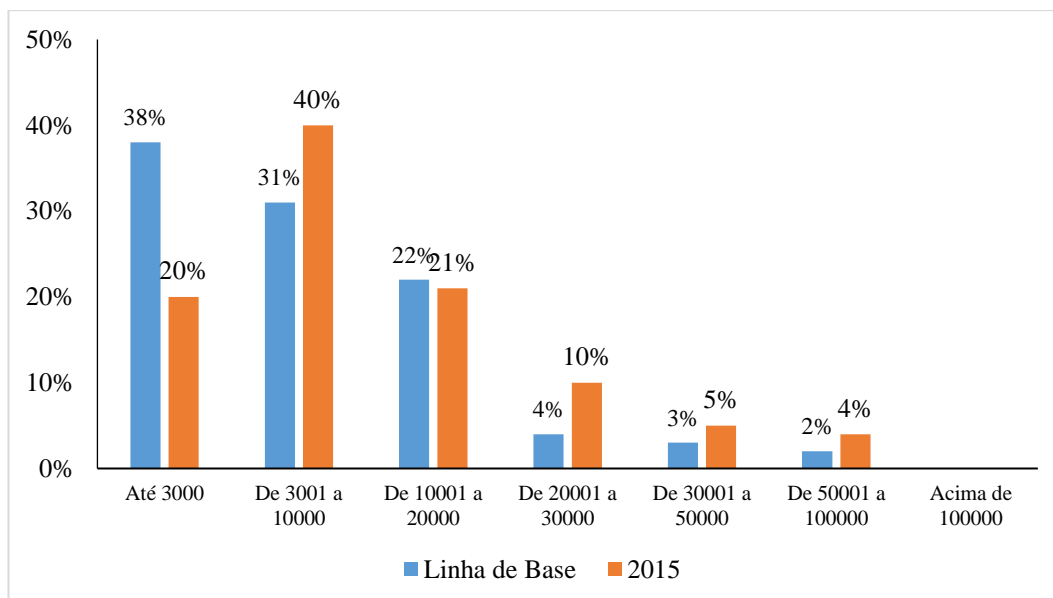
Gráfico 4 - Diversidade das Atividades Produtivas por Produtor PA Moju I e II.

Fonte: adaptado IPAM (2017).

Na criação de pequenos animais, destacam-se a criação de galinha, pato, carneiro e porco. Nas culturas anuais estão: a mandioca, como a atividade de maior representatividade na geração de renda entre as famílias, seguido de milho, arroz e feijão. No cultivo de culturas perenes, destacam-se o cultivo de Pimenta do reino (*Piper nigrum*), Açaí (*Euterpe oleracea*), cacau (*Theobroma cacao*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e banana (*Musa spp.*). E na pecuária predomina a criação para corte e, em menor escala, a pecuária leiteira e de recria.

Em termos de ocupação de áreas no assentamento, a pecuária ocupa 63,5% das áreas dos lotes; 21,9% com o cultivo de culturas anuais e 14,6% para a produção de culturas perenes (IPAM, 2015). Nas culturas anuais, 42,1% do esforço é para o cultivo de mandioca destinado à produção de farinha e outros derivados; sendo 25,4% para milho, 17,1% para arroz e 15,4% para feijão. Nas perenes, o maior esforço de produção é para o cultivo de pimenta do reino (58,1%), seguido do cultivo de cacau (12%), depois açaí (11,1%), cupuaçu (10,3%) e banana (8,5%).

Outra análise importante em relação ao perfil socioeconômico dos assentados do PA Moju I e II refere-se à composição da renda. O Gráfico 5 apresenta um esforço de agrupamento da renda, por faixa de rendimento bruto, utilizando um levantamento realizado pelo IPAM (2017), durante a implementação de um projeto de assistência técnica junto a 150 famílias no período de 2012 a 2016.

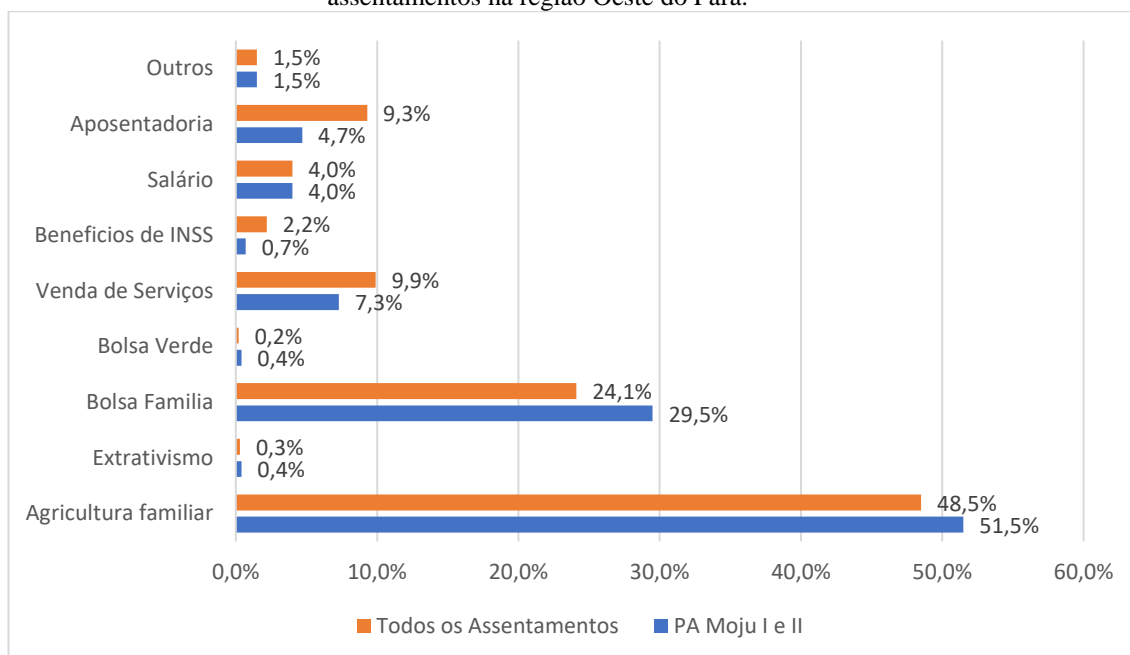
Gráfico 5 - Estimativa da composição da renda anual pelas famílias no PA Moju I e II.

Fonte: adaptado (IPAM, 2017).

Tomando por base as informações do Gráfico 5, é possível estabelecer uma visão geral sobre as possibilidades de renda bruta obtida pelas famílias no assentamento, a partir de diferentes possibilidades. Na faixa de até R\$ 3.000,00/ano encontram-se 20% das famílias, representando uma renda média mensal em torno de 30% de um salário mínimo como referência. Entre as famílias que ganham em média até R\$ 10.000,00/ano encontram-se 40% dos moradores, o que representa uma renda mensal em torno de 1 salário mínimo. Aqueles que ganham até R\$ 20.000,00/ano constituem aproximadamente cerca de 21% das famílias do assentamento, o que representa uma possibilidade de ganho de até 2 salários mínimos mensal. Para os que ganham até R\$ 30.000,00/ano representam cerca de 10% das famílias do assentamento, com a possibilidade de ganharem até 3 salários mínimos por mês. Apenas 5% das famílias possuem ganho anual médio em torno de aproximadamente R\$ 50.000,00/ano, podendo representar um rendimento médio em torno de até 5 salários mínimos mensal.

Outra análise foi feita estabelecendo uma comparação das fontes de composição da renda obtida pelas famílias no PA Moju I e II com as de outros assentamentos de reforma agrária na região. O resultado dessa análise encontra-se demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Comparação das fontes de renda entre o PA Moju I e II e o total geral de todos os assentamentos na região Oeste do Pará.



Fonte: adaptado (IPAM, 2017).

Observamos que 51,5% das fontes que compõem a renda das famílias no PA Moju I e II advém das atividades produtivas, considerando aqui a renda com a produção florestal que representa 0,4% e a renda obtida com culturas anuais, perenes, pecuária e pequenos animais que atingem o percentual de 51,5%. As demais atividades que geram renda somam juntas cerca de 48,1%, incluindo o bolsa família, venda de serviços, aposentadorias e outras formas de assalariamento.

Comparada aos demais assentamentos, a renda obtida das atividades produtivas no PA Moju I e II (51,6%) é maior que nos demais assentamentos da região Oeste do Pará, que possuem renda média em torno de 48,6%. Embora a renda obtida com a floresta seja relativamente pequena, vale ressaltar que o assentamento é o maior produtor de pimenta do reino na região, e essa atividade apresenta rendimento bastante significativo em relação às demais atividades. A baixa renda oriunda das atividades florestais demonstra a pouca importância que esta representa do ponto de vista econômico na vida das famílias assentadas. De um lado essa situação ocorre porque os assentados não possuem conhecimento para fazer o uso sustentável, por falta de assistência técnica e de uma política de valorização da florestal. De outro lado, as parcelas estão degradadas pela exploração ilegal, e por

conta disso não compõem a estratégia de desenvolvimento, nem do assentamento e nem do lote.

Na infraestrutura do assentamento, o acesso à água tratada beneficia cerca de 60,6% das famílias assentadas, sendo que 39,4% consomem água sem nenhuma forma de tratamento. Em relação ao acesso à energia, 59,1% das famílias já possuem algum tipo de acesso, 40,9% ainda não conseguem ter alguma forma de energia em seus lotes. Entre as famílias que possuem energia, o acesso é feito através de rede elétrica de motor gerador a diesel ou gasolina (14,3%) e as demais estão interligadas à rede de energia do programa “Luz para todos” (85,7%).

O acesso à infraestrutura é fundamental para dar garantia e segurança de permanência na terra. A qualidade do assentamento para a permanência com dignidade do sujeito no campo dialoga com diversos fatores, mas a questão da infraestrutura é vital para a qualidade de vida das famílias e do futuro de seus filhos. É inconcebível um assentamento que não possui acesso à água potável, energia, estrada e serviços básicos de saúde e educação. Sem essas condições, o assentamento não se viabiliza. Como afirmam Costanza et al. (2007), as políticas públicas devem servir para criar oportunidades e promover a qualidade de vida para as pessoas.

3.4.2 A gestão florestal no assentamento: histórico e sujeitos sociais

A maior demanda por madeira na Amazônia advém de florestas de pequenos agricultores de diferentes áreas: povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas. Nesse contexto, os assentamentos da reforma agrária representam uma importante parcela de floresta, que pode integrar uma estratégia de uso sustentável e tornar-se um componente do desenvolvimento da Unidade Familiar nas diferentes modalidades de assentamentos na Amazônia.

Há autores que concordam que o uso sustentável da floresta para fins econômicos e sociais seja uma estratégia importante na conservação das florestas tropicais (ZARIN, 2005). Outros, por sua vez, indicam que há deficiências ao longo do tempo em relação à sustentabilidade ecológica das florestas que sofrem ação de manejo (FONSECA et al., 2005; KELLER et al., 2005). Questões como ciclo de corte, regeneração e impactos socioeconômicos são temáticas que estão no centro do debate sobre a viabilidade do manejo florestal a longo prazo e colocam-se como

desafios à investigação científica nos próximos anos. Por outro lado, embora reconheçam que existem limitações e riscos de sustentabilidade, como já frisado, há pesquisadores que argumentam como positiva a viabilidade do manejo florestal comunitário, como uma alternativa de conservação da floresta e não como um negócio. (BRASIL, 2009; HUMPHRIES et al., 2012). O entendimento do uso dos lotes pode refletir no consumo dos recursos florestais na área do assentamento. O

Quadro 2 mostra como se dividem os lotes com relação às áreas de Reserva Legal e às Áreas de Preservação Ambiental.

Quadro 2 - Caracterização socioambiental e fundiária do PA Moju I e II.

Discriminação	Total há
Área média das parcelas	100
Área total registrada	152.686,06
Área total medida	142.338,66
Área requerida no Código Florestal de Preservação Permanente	2.255,97
Área efetiva de Preservação Permanente (Preservada)	1.694,84
Área efetiva de Reserva Legal (área total planejada para destinação como RL)	124.057,39
Área Requerida no Código Florestal para Reserva Legal (% da área registrada ou medida)	113.695,07
Área desmatada até 2016	23.974
Área em regeneração	6.692

Fonte: (INCRA, 2009; SIMPAS, 2017).

Entre a área requerida no código florestal para preservação permanente e a área efetivamente preservada de APP, há cerca de 25% de áreas a serem efetivadas no assentamento. Essa é uma questão que não tem sido tratada com frequência e devida atenção, deixando-se à deriva a responsabilidade do órgão fundiário em sua implementação. Nesse sentido, a **Figura** é um mapa que apresenta o nível de desmatamento de APP igual ou maior que 50% dentro PA Moju I e II e a sua distribuição nos lotes das famílias. Notamos na figura que o desmatamento de APP se localiza, em maior intensidade, a Oeste que são as áreas mais próximas da BR-163, e as menos desmatadas localizadas a Leste na área mais isolada do assentamento, onde a dificuldade de acesso é maior.

Figura 3 - Situação das APPs com desmatamento igual ou maior a 50%, Projeto de Assentamento Moju I e II, estado do Pará.



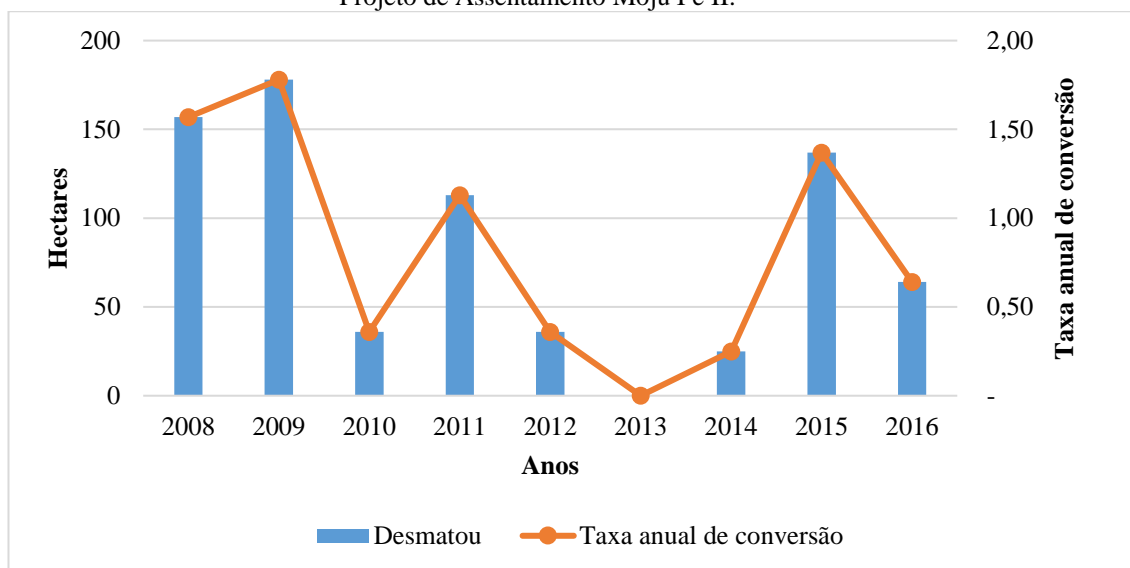
Fonte:(SIMPAS, 2017).

Apesar da extensão territorial, o PA Moju está com a sua capacidade esgotada. Em média 49,7% dos lotes possuem entre quatro a mais de cinco moradores e 50,3% até três moradores.

Em relação ao uso e cobertura do solo, até 2016, cerca de 23.974 hectares haviam sido desmatados (16,84%) para atividades agropecuárias, sendo que 110.908 hectares de floresta (77,92%) permaneciam sob a forma de reserva legal ou ativo florestal e 6.692 hectares (4,7%) em processo de regeneração e ainda 764,66 hectares foram degradados (0,54%) (SIMPAS, 2017).

O desmatamento no assentamento obedece às necessidades das atividades econômicas ligadas à agropecuária e de pressão externa de produtores do agronegócio interessados na área. Entre 2008 e 2016, a taxa anual de conversão da floresta variou de acordo essa dinâmica (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Desmatamento anual entre os anos de 2008 a 2016 e taxa de conversão anual no Projeto de Assentamento Moju I e II.



Fonte:(IPAM, 2017).

Observa-se que, os picos de desmatamento obedecem a um processo que está associado, principalmente, as atividades de agropecuária que vem sendo desenvolvido ao longo do tempo no Assentamento e na rotatividade das famílias na parcela. À medida que a família não permanece no lote, a cada entrada de uma nova família na parcela, novos desmatamentos são executados, uma vez que não possuem assistência técnica e nem tecnologia para o uso das áreas já abertas. Embora não haja uma tendência definida nas taxas de desmatamento, mas este processo vem ocorrendo sistematicamente dentro do Projeto de Assentamento estudado, mostrando a ausência de uma estratégia de gestão florestal que envolva os órgãos fundiário e ambiental, bem como a ausência de políticas públicas que promovam a floresta como um bem de uso sustentável (Gráfico 7). Atualmente, o PA Moju I e II encontra-se novamente em uma nova fase, onde um novo processo de mudanças e transformações ocorrem a partir de um cenário de saída das famílias de suas parcelas, com esvaziamento das agrovilas, chegada de novas famílias e novamente o surgimento de uma tendência de atividades produtivas mais voltadas para a pecuária.

Em pesquisa realizada em 2019, entrevistando algumas lideranças, foi possível identificar depoimentos que retratam bem este novo cenário como afirma uma delas:

“Olha, hoje a situação do PA Moju I e II, em termos de lote e invasão está muito complicado. Porque hoje dentro das comunidades já tem lote seguido assim de 5 a 6 lotes em nome de uma só pessoa. Quer dizer, a pessoa chega aqui compra um lote, daí vai comprando o outro do lado, e quando a pessoa não quer vender do lado, assim mesmo eles vendem e compram outro lá na frente. Porque eu conheço gente aqui dentro que tem seis(6) lotes seguido em nome de uma só pessoa, em vários lugares e em todo o PA Moju, inclusive na Comunidade Rainha da Floresta e na Comunidade Santo Antonio onde a situação é mais complicada. A maioria das famílias que está chegando no assentamento são de outras regiões, só que é assim, a maioria deles está morando, só que estão morando e fazendo a pecuária. Eles fazem o desmatamento da capoeira, plantam o capim, fazem a cerca e estão criando gado. Inclusive hoje, 40% do PA Moju I e II está virando pecuária. Não é soja, nem milho e nem feijão, é só pecuária, mas não sei se é visando mais na frente, mas agora é pecuária (Assentado, 31/01/2019).

De acordo com Venturieri (2004), a ocupação e exploração desordenada de terras na região amazônica é um processo que tem se estabelecido há décadas, caracterizado pela falta de governança e de planejamento. Sem a regularização fundiária, a apropriação desordenada da terra tem resultado na exploração predatória dos recursos naturais, sendo que a estrutura e a dinâmica da apropriação fundiária desordenada justificam ainda a intensidade e amplitude do desmatamento.

Entendemos que a gestão florestal é um componente importante para garantir a conservação e o uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros nos Projetos de Assentamentos de reforma agrária na Amazônia Brasileira. Nesse contexto, o manejo florestal comunitário é um componente integral do gerenciamento e da preservação sustentável da floresta na Amazônia brasileira (HUMPHRIESET al, 2012). O manejo florestal comunitário, como estratégia de gestão da floresta e alternativa ao desmatamento, surgiu como modelo coletivo nos anos de 1980 (SCHERR *et al.*, 2004; AMARAL e AMARAL NETO, 2005; BRAY *et al.*, 2005). E como tal esteve ligado à preocupação e aos trabalhos globais de proteção às florestas tropicais naturais contra o desmatamento e a degradação, para reduzir a pobreza e a desigualdade nas áreas rurais, e levar uma assistência de desenvolvimento mais relevante e justa para as comunidades (CHARNLEY E POE, 2007).

Experiências dos continentes como Ásia, África e América Central podem servir de referência para a construção de novos modelos de gestão florestal nos assentamentos da Amazônia, estabelecidos com base em uma concepção que vai

além da exploração madeireira em si e abrange outras dimensões da sustentabilidade.

Na Bacia do Congo na África, por exemplo, cerca de 20 milhões de hectares de florestas são exploradas de acordo com os planos de manejo, com base em um sistema florestal de redução da intensidade da exploração, incorporando na estratégia o pagamento de serviços ambientais de REED+ como forma de compensação pelo esforço de gestão (ROSSI, 2017). No Brasil, a floresta somente tem conseguido ter valor pelo potencial madeireiro existente em taxas de alta intensidade de exploração, cerca de 30m³/ha.

Na Índia, após históricos anos de negação do direito das comunidades de usarem os recursos florestais a seu favor, em 2006, através da criação da Lei dos Direitos da Floresta, as comunidades passaram a exercer um papel prioritário na gestão das florestas. Essa mudança na concepção da gestão florestal estabeleceu não somente o uso prioritário da floresta pelas comunidades, mas também atribuiu responsabilidades na conservação florestal e da biodiversidade pelos atores envolvidos (LAWRY e MCLAIN, 2012). Essa é uma experiência que traz à tona a discussão sobre o direito à propriedade e ao uso sustentável dos recursos naturais.

A experiência vivida na Guatemala, no que concerne à questão da gestão e da degradação florestal, levantou discussões interessantes em torno de soluções para os problemas semelhantes vivenciados no Brasil. O uso da reserva florestal se deu através de um processo de planejamento participativo e criação de zonas de proteção, de entorno e áreas de uso múltiplo dos recursos florestais. Nos projetos de assentamentos na Amazônia, a reserva legal é a área de floresta para uso múltiplo, mas este componente do território não se consolida por falta de planejamento. Embora as experiências na América latina e Central tenham uma realidade diferente e uma diversidade de arranjos sociais, institucionais, políticos e econômicos; esses contextos ajudam a refletir sobre os principais avanços e desafios nos diferentes níveis e realidades da gestão florestal no Brasil (AMARAL e AMARAL, 2005).

Em nosso país, o uso sustentável da floresta nos projetos de assentamentos é regulado pela Instrução Normativa nº 05 de 11 de Dezembro de 2006 do Ministério do Meio Ambiente–MMA. Neste caso, o desenvolvimento florestal poderá se efetivar a partir de duas categorias de manejo florestal, quanto à intensidade de exploração para a produção de madeira: 1) o manejo de baixa

intensidade, sem uso de maquinários “pesados” e com intensidade de corte de 10m³/ha, e 2) o manejo pleno, com uso de maquinários “pesados” e intensidade de corte de 30 m³/ha. Para o PMFS pleno, o ciclo de corte inicial é no mínimo de 25 anos e no máximo de 35 anos. Já para o PMFS de baixa intensidade o ciclo de corte é de, no mínimo, 10 anos (BRASIL, 2006).

Com base em um estudo de viabilidade do Manejo Florestal Pleno e de Baixa intensidade realizado no PA Moju I e II, Santos (2016) concluiu que as referidas categorias apresentaram viabilidade econômica, mas devem ser levadas em consideração as peculiaridades de cada uma delas. Segundo este autor, o manejo florestal pleno proporciona um melhor retorno financeiro, porém é uma abordagem que requer a utilização de maquinário pesado e mão de obra especializada. Quanto ao manejo florestal de baixa intensidade, apresenta agregação de maior valor à madeira, com baixa intensidade de colheita (10m³/ha), embora com um menor retorno financeiro. Por outro lado, apresenta um impacto social maior e positivo, em razão de não utilizar máquinas pesadas, e com o tempo possui uma tendência para a absorção de mão de obra local com mais facilidade, por conta do menor grau de especialização que é exigido.

Assim, fica evidente que o manejo da floresta tem sido um processo longo e burocrático. Esta situação tem contribuído diretamente para a extração ilegal clandestina da floresta que ocorre à revelia do órgão fundiário e ambiental. Por não representar uma fonte de renda contínua, a floresta acaba não sendo um componente do planejamento estratégico da família em relação à geração de renda. Daí as atividades econômicas predominantes serem aquelas relacionadas à agropecuária desenvolvidas no sistema de corte e queima.

Historicamente a extração madeireira é intensa no assentamento, mas as atividades de manejo legalmente licenciadas são pequenas devido a vários fatores, dentre os quais se destacam: a inexistência de regularização fundiária dos lotes, a falta de assistência técnica, a demora do licenciamento, a dificuldade de acesso a crédito e a grilagem de terras para desmatamento em detrimento da floresta em pé (GOMES et al., 2012; IPAM, 2015).

No PA Moju I e II, a gestão da floresta vem sendo feita predominantemente em parceria com uma empresa ou madeireiro individual que atua na região. Esse processo é realizado por contrato que não tem fortalecido a governança no assentamento, assim como não tem transferido nenhum tipo de tecnologia ou

conhecimento às famílias envolvidas. Apesar dos avanços, essa relação ainda ocorre na maioria das vezes em um ambiente de pouco retorno tecnológico e de consolidação da autonomia e capacidade das comunidades em fazer a gestão da floresta (LIMA, 2003; ESPADA, 2009; AMARAL et al., 2011).

O órgão fundiário, por sua vez, segundo os assentados, tem atuado muito mais impedindo o andamento dos processos de manejo da floresta do que orientando para que a atividade possa ser melhor desenvolvida. Como o assentamento não está emancipado, o detentor da área ainda permanece sendo o INCRA, que atua sempre como concedente, por meio de um processo de anuência que precisa ser dado a quem quer fazer o manejo da floresta. O descontentamento dos assentados sobre a gestão do INCRA em relação à floresta é geral, como ficou visível na fala de um dos assentados:

Eu vejo o INCRA, na história deles, na conversa deles, que é fácil a gente preservar a floresta. Agora, como já falei de preservar, a gente não tem parceiro, na verdade a gente não tem mesmo, porque o INCRA joga a gente no assentamento, deixa a gente aqui de qualquer jeito, não dá a documentação necessária pra que a gente possa preservar, e isso não é culpa nossa, eu ponho a culpa no INCRA. Na minha visão eu vejo que o INCRA é culpado nessa história, não dá condições técnicas, não nos orienta, eles exigem a lei, mas eles não estão lá orientando, até porque eles não vão no assentamento, só vão quando a gente protocola um documento exigindo a visita deles e outras coisas, se não for assim não vão, e quando a gente pede um documento ainda não dão, ficam empurrando a gente com a barriga, eles não cumprem com o papel deles (Assentado 3, 04/045/2018).

Nos projetos de assentamento não emancipados, as famílias precisam de anuência do INCRA para implementar projetos de manejo florestal. Em princípio, a emissão de anuência deveria ser um processo simples, mas na prática tem demorado o suficiente para que muitos assentados desistam e entreguem suas florestas para gestão de madeireiros clandestinos que fazem a extração de forma ilegal. Nesse sentido, apresentamos uma experiência de três comunidades do PA Moju I e II, iniciada em meados de 2013 para buscar o licenciamento da atividade florestal, cujo pedido de anuência junto ao INCRA foi protocolado no final de 2015, mas até o início de 2018 não havia nenhuma posição do órgão em relação à liberação do pedido.

De acordo com Amaral et al. (2011), o assentamento é uma modalidade de floresta pública que pode representar uma boa perspectiva para o estabelecimento de formas sustentáveis de uso dos recursos florestais na Amazônia. Por outro lado, o assentamento também é um grande desafio, porque, em geral, falta assessoria

técnica para proporcionar sustentabilidade econômica e ambiental das atividades; e quase não há apoio governamental que possibilite o uso dos diversos recursos florestais disponíveis nas Unidades Familiares. Além disso, os recursos financeiros são escassos e não há conhecimento técnico para o desenvolvimento do manejo florestal. Esta realidade impõe uma série de dificuldades, o que acaba levando o uso da terra a contribuir para o aumento das taxas de desmatamento, o que inviabiliza que se melhorem as condições de vida dos assentados pela reforma agrária.

Para quem já possui a titulação definitiva da terra, este processo se torna mais fácil porque o processo de licenciamento não passa mais pela anuência do órgão fundiário, e sim diretamente pelo órgão licenciador, ou seja, pela Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado (SEMAS).

Na modalidade de projeto de assentamento, as florestas não são comunitárias. No PA Moju I e II, por exemplo, o processo de gestão ocorre de maneira familiar com o suporte de uma organização coletiva, que geralmente é uma Associação (como já demonstrado no Quadro 1), e com relações de parcerias, envolvendo empresas madeireiras, organizações não governamentais de assessoria e ATER e os órgãos fundiário e ambiental.

Embora, do ponto de vista legal, não exista nenhuma exigência que obrigue o assentado a fazer parte de uma associação para poder realizar suas atividades produtivas em assentamentos nos quais as famílias ainda não conseguiram a condição de emancipadas, a relação coletiva com o órgão fundiário torna-se uma estratégia de pressão para a emissão de documentos de autorização (anuência) e fundiários (CCU, CCIR) exigidos pelo órgão licenciador do manejo florestal.

Nas experiências de manejo florestal no PA Moju I e II, apesar de ter havido um esforço de enquadramento técnico e legal na categoria “manejo florestal comunitário”, na prática o que tem prevalecido é a ideia de “floresta familiar” em cujo processo, o projeto de manejo para o licenciamento é apresentado de forma coletiva, envolvendo vários lotes familiares, formando uma Unidade de Manejo para efeito de enquadramento na categoria “comunitário”. Assim, constatamos que o que de fato acontece é uma unidade de manejo fragmentada em cada lote familiar envolvido.

Historicamente o PA Moju I e II é o berço, na região Oeste do Pará, da gestão florestal em parceria com empresas madeireiras. Este processo que tem sido

denominado “relação empresa-comunidade” surgiu da falta de atendimento pelo governo das demandas sociais em relação à infraestrutura de acesso como estradas e vicinais, energia, escolas e postos de atendimento à saúde.

Geralmente, estas demandas se tornam parte da negociação com as empresas no arcabouço do contrato, que é construído com a participação da Associação e sua diretoria, em cujo processo, na maioria das vezes, as famílias não possuem nenhuma participação, apenas recebem os recursos financeiros advindos da venda da madeira dos lotes. O manejo florestal é uma atividade econômica permitida nos assentamentos e os acordos podem ser legítimos se forem construídos com a participação efetiva das famílias interessadas na atividade florestal, mas da forma como vêm sendo concebido e desenvolvido tem proporcionado poucos benefícios para a população assentada.

Os acordos se caracterizam por uma relação assimétrica, cujos benefícios resultantes do uso da floresta não ocorrem com a mesma proporcionalidade em termos de mudança na melhoria da qualidade de vida das duas partes envolvidas (AMARAL et al., 2011). Em geral, observamos que, pelo fato de não existir uma transparência na discussão de todas as etapas do processo de manejo da floresta, acaba ocorrendo o não empoderamento e a perda de autonomia sobre a gestão da floresta de domínio da família. Nesse sentido afirma Amaral:

No entanto, os acordos se caracterizam por uma relação assimétrica, na qual as empresas são beneficiadas em detrimento dos assentados, que frequentemente vendem sua matéria-prima por um preço baixo, sem qualquer tipo de controle social e sem garantia de sustentabilidade ambiental. Portanto, geram muito menos benefícios do que poderiam gerar se os detentores da matéria-prima tivessem mais capacidade organizativa, acesso à informação⁴ e maior conhecimento do processo de exploração florestal (AMARAL et al., 2011, p. 16).

A parceria empresa e comunidade no desenvolvimento da atividade florestal no assentamento só não consegue promover o bem estar das famílias, porque trabalha com a inversão de responsabilidade e em modelos baseados nas relações paternalistas que reduzem a autonomia e o poder de barganha das comunidades. Ao invés de as famílias assumirem responsabilidade sobre a gestão de suas florestas com apoio das Associações, é a empresa que se coloca como sujeito político deste processo. Ao invés da relação ser Empresa X Comunidade, a

mudança para um processo de co-responsabilidade exigiria que a relação fosse Comunidade X Empresa (SOUZA, 2013).

Segundo Medina et al. (2009), a governança para o manejo florestal na Amazônia é fundamental para garantir o desenvolvimento rural sustentável, mas este processo não pode ser caracterizado pela imposição de pacotes técnico-gerenciais definido por especialistas ou terceiros. Sem a participação efetiva das comunidades e de seu empoderamento, por meio do engajamento em atividades legais, a sua viabilidade torna-se impossível.

Embora Medina et al. (2009) apresentem dois principais modelos de gestão da floresta por pequenos produtores e comunidades tradicionais na Amazônia, a parceria empresa e comunidade e a gestão comunitária com apoio de ONGs e Agencias Governamentais, não se trata de uma análise reducionista polarizada entre uma ou outra abordagem, mas de encontrar pontos de equilíbrios que possibilitem que o uso sustentável da floresta se desenvolva sob condições justas, para a melhoria da qualidade de vida dos detentores desses recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades para a consolidação dos Projetos de Assentamentos na Amazônia e da tendência histórica do êxodo rural, um grande contingente de jovens ainda permanece no campo. O PA Moju I e II é um exemplo dessa realidade. Uma das características deste assentamento na região Oeste do Para é a presença marcante de jovens nos lotes. Esta é uma realidade que traz à tona a preocupação no que concerne à implementação de políticas públicas básicas como o acesso à educação. Nesse sentido, a qualidade do assentamento e a sua continuidade passam por essa implantação de estratégias de permanência no território, evitando-se o êxodo para os centros urbanos, principalmente da juventude.

Embora os projetos de assentamentos não possuam estruturas de governança concebidas desde a sua criação, configuram-se como territórios importantes para o desenvolvimento local. Um grande potencial de organização social existe nessas áreas, tendo o associativismo como a principal forma, mas com

pouco poder de participação no planejamento e implementação das políticas de reforma agrária.

Uma mudança na forma de relação entre os órgãos gestores e os assentados poderia se constituir uma importante estratégia para que exista uma nova lógica de gestão e desenvolvimento dos territórios da reforma agrária, com base em sistemas de governança. Esse sistema, por sua vez, seria o instrumento para dar garantia e sustentabilidade à emancipação fundiária.

Outra situação dos projetos de assentamentos que tem chamado atenção é em relação ao tempo de moradia do assentado em sua parcela. No PA Moju I e II, há um predomínio de famílias que estão assentadas entre 5 a 10 anos, o que pode demonstrar certa instabilidade da permanência. A alta rotatividade do assentado na parcela tem vários fatores de causa, mas se torna uma dificuldade para a consolidação do projeto de Assentamento e sua emancipação. Ademais, essa realidade afeta diretamente a continuidade da gestão florestal.

As atividades produtivas de subsistência e renda são, em sua maioria, desenvolvidas no sistema de corte e de queima da floresta. Há grande frequência de cultivo de lavouras anuais, a exemplo da mandioca, arroz, milho e feijão; de ciclo longo semi-perenes, como banana e pimenta do reino; e da pecuária extensiva de corte.

Como uso da floresta representa apenas 3% do esforço de desenvolvimento na parcela, o que demonstra o pouco interesse pela floresta. O manejo florestal é inexpressivo, predominando a exploração madeireira ilegal, que influencia, em última instância, na fragilização da gestão florestal pelos assentados e reproduz um sistema socioeconômico que não garante a sustentabilidade ambiental do assentamento.

A maioria da população assentada ainda possui renda mensal inferior a um salário mínimo do Brasil. As condições econômicas de sobrevivência são também fatores que têm relação com a gestão florestal, seja para a adoção de estratégia de conservação ou não.

Apesar das deficiências demonstradas na gestão das florestas nos projetos de assentamento, é evidenciado que elas ainda representam um importante potencial de recursos que podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios da reforma agrária na Amazônia. No PA Moju I e II, esse potencial está representado pelas áreas de Reserva Legal, podendo representar

muito mais para as famílias, do ponto de vista econômico. Para a maioria das famílias, embora a floresta exerça um papel de importância subjetiva e secundária, ela não se constitui em um componente estratégico de desenvolvimento do lote, por não ser uma fonte geradora de benefícios econômicos. Não fazendo parte da estratégia do lote, a floresta torna-se vulnerável para atividades ilegais, a maioria predatória, não estimulando as famílias a protegê-la.

No PA Moju I e II, o maior volume de áreas degradadas encontra-se localizado às proximidades da BR-163, na parte Oeste do assentamento. É nessa parte do assentamento onde ocorre também o maior passivo em relação ao desmatamento das áreas de preservação permanente. Isto mostra-se de forma preocupante, ocorrendo principalmente em decorrência da falta de fiscalização, vez que são áreas de fácil acesso. Ademais, ações de educação ambiental junto às famílias poderiam contribuir para a gestão e uso sustentável das florestas neste assentamento.

A gestão florestal deve se realizar amparada nos conceitos de manejo florestal sustentável, sobretudo os de caráter comunitário e/ou familiar. Esta gestão possui avanços, mas ainda apresenta enormes desafios para a sua consolidação. Obstáculos como: a falta de regularização fundiária, a dificuldade de acesso a crédito, a pouca oferta e a fragilidade dos programas de assistência técnica florestal, além da burocracia e o tempo longo para aprovação de planos de manejo florestal comunitário, ausência de uma política clara de valorização e conservação das florestas nos assentamentos e escala de produção da florestal comunitária são alguns dos desafios a serem vencidos, tanto por parte dos assentados como dos órgãos gestores, seja fundiário ou ambiental.

No PA Moju I e II, a única forma de exploração florestal que vem sendo implementada baseia-se na abordagem de manejo pleno, não havendo registro de nenhuma experiência de manejo na abordagem de baixa intensidade. Por outro lado, a sustentabilidade ambiental do manejo florestal depende de vários fatores, que vão além do balanceamento entre o ciclo de corte e a intensidade de exploração. Assim, tratamentos silviculturais, incluindo o manejo de fogo na propriedade, são fundamentais para permitir a continuidade da floresta.

A gestão florestal não é uma mera relação de uso com a floresta para atividades econômicas, mas a soma integrada das dimensões que fazem parte do desafio de garantir a sustentabilidade, para que os benefícios produzidos possam

ser usufruídos pelas gerações presentes e futuras. Portanto, faz-se necessário que a gestão da floresta não seja vista somente para produção de matéria prima, mas pensada para integrar políticas públicas, envolvendo diferentes sujeitos sociais, principalmente os assentados, numa perspectiva de uso múltiplo dos recursos, cuja intensidade de manejo não comprometa o fornecimento de serviços ambientais vitais, e que estes possibilitem a geração de benefícios, inclusive econômicos.

Por fim, a insegurança das famílias no lote somado a ausência de políticas públicas que promovam a floresta como um componente de desenvolvimento sustentável do assentamento, faz com que a Reforma Agrária tenha se tornado um mero processo de distribuição de terras sem a promoção da qualidade de vida das famílias. Essa realidade faz com que o assentamento funcione sem uma condição socioeconômica que favoreça a permanência das famílias no campo, tornando-se vulnerável as transformações que ocorrem no seu entorno em relação ao desenvolvimento de atividades internas do agronegócio. Essa tem sido uma trajetória que tem caracterizado os projetos de assentamento na Amazonia, avaliados como inviáveis e vilões do desmatamento. No PA Moju I e II atualmente essa história se repete, muitas famílias estão abandonando seus lotes e repassando para novas famílias vindas de outros estados brasileiros, esvaziando as comunidades e agrovilas, expropriando os camponeses de suas terras, empurrando-os para as periferias das cidades próximas e/ou deslocando-os para novas áreas sem estrutura, bem como tornando-os peões das fazendas de gado que estão surgindo da compra contínua de lotes, formando-se no contexto do assentamento pequenos e médios latifúndios pertencentes às famílias que não atendem os critérios de clientes da Reforma.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A. et al. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades**. IPAM, Brasília, DF, 2016.
- ALVES, P. A. et al. Explorando as relações entre a dinâmica demográfica, estrutura econômica e mudanças no uso e cobertura da terra no Sul do Pará. **Relatório Técnico de atividade de pesquisa do Projeto GEOMA** – Componente de Dinâmica de População e Assentamentos Humanos. INPE - São José dos Campos, 2008.
- AMARAL, P.; AMARAL NETO, M. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina**. Belém: IEB: IMAZON, 2005.
- AMARAL, M., et al. **Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira 2009/2010**. Belém, PA: IMAZON; IEB / Brasília, DF: GIZ; SFB, 2011.
- BLOMLEY, T., et al. **Seeing the wood for the trees: an assessment of the impact of participatory forest management on forest condition in Tanzania**. *Oryx*, 42, 380-391, 2008.
- BRASIL. ESTATUTO DA TERRA. **LEI Nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Brasília-DF, 1964.
- _____. **Instrução Normativa MMA nº 5 de 11/12/2006**. Brasília, DF: MMA, 2006.
- _____. Decreto nº 6.874, de 05 de junho de 2009. Institui no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências. Brasília, DF: 5 de jun. 2009.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Decreto/D6874.htm
- BRAY, D. et al. **The Community Forests of Mexico: Managing for sustainable landscapes**. University of Texas Press, Austin. 390 p, 2005.
- CASTRO, E. G.. **Entre ficar e sair: uma construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ/Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social. PPGAS, 2005.
- CHARNLEY, S. et al. **Community Forestry in Theory and Practice: Where Are We Now?** *Annu. Rev. Anthropol.* 2007.
- COSTANZA, R. et al. Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being. *Ecologic Economics*, 6, 267-276, 2007.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **ERA - eletrônica**, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.

ESPADA, A L.V. Motivações e estratégias do manejo florestal em assentamentos rurais: realidades na BR-163 e BR-230 no estado do Pará. **Relatório de Estágio Profissionalizante em Eng. Florestal**, USP-São Paulo. Belém-Pará, 2009.

ESPADA, A.L.V. **Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para o manejo florestal comunitário na Amazônia: o caso da Floresta Nacional do Tapajós**. Belém. 2015.

FEARNSIDE, P.M. **Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil**. *Environmental Conservation*. 28: 23–38. 2001.

FONSECA, G.A.B. et al. Desafiando o fim da natureza. In: ZARIN, D. J., et al. (Org). **As Florestas Produtivas nos Neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB, 2005.

GOMES et al. **Oportunidades de apoio as atividades produtivas sustentáveis na Amazônia: Subsídios para debate**. GIZ, Brasília-DF, 2012.

HUMPHRIES, S. et al. **Are community-based forest enterprises in the tropics financially viable? Case studies from the Brazilian Amazon**. *Ecol. Econ.*, 77, 62-73, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA-IPAM. **Conferência dos Movimentos Sociais do Campo para Elaboração de Propostas para o Desenvolvimento Sustentável em Assentamento de Reforma Agrária da Amazônia Brasileira/Documento Base dos Movimentos Sociais do Oeste do Pará (Área de Abrangência da SR-30-INCRA-Santarém)**. Santarém, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA-IPAM. **Assentamentos Sustentáveis na Amazônia: O desafio da transição da produção familiar de fronteira para uma economia de baixo carbono**. Fundo Amazônia/BNDES, Brasília, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA-IPAM. **Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia: o desafio da transição da produção familiar de fronteira para uma economia de baixo carbono**. Brasília-DF, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA-IPAM. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia: Uma nova visão sobre a relação entre Comunidades e Empresas**. 1ª Edição, Santarém-Pará, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA-IPAM. **Os desafios do manejo florestal comunitário**. INFORMATIVO DO PROJETO ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA (PAS)-INFOPAS, NÚMERO 07, JANEIRO 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA-IPAM. **Os desafios do manejo florestal comunitário**. INFORMATIVO DO PROJETO

ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA (PAS)-INFOPAS, NÚMERO 07, JANEIRO 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento-PDA. COOPVAG, Santarém, 2009.**

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **O INCRA E O ASSENTAMENTO.** PNUD, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Sociais.** 2017.

KELLER, M. et al. A Sustentabilidade da exploração seletiva de madeira nas florestas da Amazônia brasileira: os balanços de carbono e o sensoriamento remoto como ferramenta para avaliar os efeitos da exploração madeireira. In: ZARIN, D. J., et al. (Org). **As Florestas Produtivas nos Neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB, 2005.

LAWRY, Steven; McLAIN, Rebecca. **Devolution of Forest Rights and Sustainable Forest Management: Learning from Two Decades of Implementation.** Paper for the World Bank Annual Conference on Land and Poverty, Washington, DC, April 23-26, 2012.

LAURANCE, W. F. et al. The future of the Brazilian Amazon. **Science, New York,** v. 291, n. 5503, p. 438-439, 2001.

LIMA E.; LEITE A.A.; NEPSTAD D.; KALIF K.; AZEVEDO-RAMOS C.; PEREIRA C.; ALENCAR A.; SILVA JR. U.L. E MERRY F. (2003) **Florestas Familiares: Um pacto sócio-ambiental entre a indústria madeireira e a agricultura familiar na Amazônia.** Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Belém, 2003.

MEDINA, G. et al. Community forest management for timber extraction in the Amazon frontier”. *International Forestry Review.* 2009.

MILAGRES, C.S.F. et al. **O uso e manejo dos recursos naturais na Amazônia Brasileira: a organização social e produtiva do PDS.** Nova Bonal. Mundo Agrário, 15 (29), agosto 2014.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **REVISTA NERA – ANO 9, N. 8 JANEIRO/JUNHO DE,** São Paulo-SP: 2006.

PACHECO, P. **Agrarian reform in the Brazilian Amazon: its implications for land distribution and deforestation.** World Development, Oxford, v. 37, n. 8, p. 337-1347, 2009.

PAGDEE, A. et al. **What makes community forest management successful: a meta-study from community forests throughout the world.** Soc. Nat. Resour, 19, 33-52, 2006.

PEREIRA, L.C.A. et al. **Emancipação de Projetos de Assentamento em Áreas de Reforma Agrária.** Fortaleza, 2010.

PEREIRA, E.F. et al. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte.** São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012.

SANTOS, A.C.T. **Juventude Rural e permanência no campo: um estudo de caso sobre juventude do assentamento rural Flor do Mucuri.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2009.

SANTOS, L.E.. **Manejo Florestal Pleno e de Baixa intensidade no Projeto de Assentamento Moju I e II, Pará, Brasil : Estudo de viabilidade econômica.** Santarém, 2016.

SAUER, S. **O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** *In: Assentamentos em debate.* Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD: Brasília, DF; 2005.

SCHERR, S.J. et al. **A New agenda For Forest Conservation and Poverty Reduction: Making Markets Work for Low-Income Producers.** Forest Trends, 2004.

SIMPAS. **Sistema de Informação Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia.** IPAM, Brasília-DF, 2017.

SOUZA, B.R.G. et al. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia: Uma nova visão sobre a relação entre Comunidades e Empresas.** IPAM: 2013.

VENTURIERI, A et al. **Dinâmica territorial da frente de ocupação de São Félix do Xingu-Iriri: Subsídios para o desenho de políticas emergenciais de contenção do desmatamento.** Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento: Rede GEOMA. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Brasília, Brasil. 18 pp. 2004.

ZARIN, D. **Florestas Produtivas Neotropicais: conceitos e realidades.** *In: ZARIN, D. J., et al. (Org). As Florestas Produtivas nos Neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?* Brasília: IEB, 2005.

4 A GESTÃO FLORESTAL NA PERCEPÇÃO DOS ASSENTADOS E GESTORES: O CASO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO MOJU I E II, PARÁ

Gestão florestal, em especial a de base comunitária, é um conceito bastante complexo. Muitos estudos tratam esse tema de modo restrito ao manejo dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros. Para Pagdee et al. (2006) e Blomley et al. (2008), a gestão florestal de base comunitária engloba abordagens diversas incluindo a gestão conjunta de florestas, gerenciamento participativo da floresta e co-gerenciamento, ao passo que os princípios centrais da gestão florestal incluem melhoramento da comunidade e sustentabilidade ecológica (PAGDEE et al., 2006; BLOMLEY et al., 2008). Assim, compreende-se que a gestão florestal engloba os campos político, social, econômico e ambiental, isto é, abarcando as dimensões do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Alencar et al. (2016), os assentamentos na Amazônia beneficiam mais de 200.000 famílias, representando 8% do território dos Estados Amazônicos, 41,8 milhões de hectares, e 3.589 assentamentos. Os assentamentos rurais na Amazônia exercem um importante papel na distribuição de terras para famílias sem meios de produção no Brasil, sendo prioritário um olhar especial à gestão florestal nestas áreas. Isto porque, as atividades desenvolvidas por essas famílias, como a agropecuária e exploração madeireira, têm sido avaliadas com grande potencial para gerar desmatamento e degradação florestal na região.

Nas últimas décadas, os assentamentos rurais na Amazônia têm figurado no cenário das tendências do desmatamento com as maiores taxas de supressão florestal. A taxa anual de desmatamento da Amazônia entre 1997-2004 foi de 0,42% e nos assentamentos foi de 1,8% ao ano, quatro vezes maior se comparada à taxa média de desmatamento na Amazônia (BRANDÃO JUNIOR.; SOUZA JUNIOR, 2006; WOOD et al., 2003; ALENCAR et al., 2016).

Este cenário não poderia ser diferente, dado que essas áreas recebem pouco ou nenhum apoio do Estado, ou seja, pouco se vê materializadas políticas públicas para conservar suas florestas e garantir vida com dignidade e qualidade. Ademais, estes beneficiários encontram-se, muitas vezes, abandonados à própria sorte, o que dificulta a conservação da floresta.

Em vários países, a floresta é ecossistema estratégico para alcançar os múltiplos objetivos de sustentabilidade e gestão dos recursos naturais e minimização da pobreza. No Brasil a gestão florestal, baseada em comunidades e grupos de pequenos produtores,

tem sido um interesse crescente nos últimos anos, voltado principalmente para a promoção da qualidade de vida no campo (MAHANTY, 2006). Esse crescimento do interesse pela gestão comunitária da floresta em todo o mundo, notadamente na América Latina, faz parte do entendimento de que as comunidades representam uma opção propícia para a conciliação da preservação da natureza e o desenvolvimento econômico (SABOGAL, 2008).

O uso sustentável da floresta por meio da atividade de manejo tem sido promovido cada vez mais como um componente importante da gestão e da conservação florestal na Amazônia brasileira (HUMPHRIES, 2012; PINTO, 2011; AMARAL, 2005). Além disso, milhões de pessoas no mundo inteiro dependem, de alguma forma, dos recursos florestais e vão continuar dependendo das florestas para sua sobrevivência no futuro próximo (KENNY-JORDAN, 1999).

Essa tendência mostra que a preocupação com gestão florestal não se pode reduzir apenas à questão ambiental, mas deve abranger a dimensão socioambiental de desenvolvimento local com sustentabilidade, melhoria da qualidade de vida das pessoas que moram diretamente no campo, na área urbana, e a garantia da permanência nos territórios conquistados.

O fortalecimento da gestão comunitária da floresta na região amazônica tem representado cada vez mais um componente indispensável no processo de consolidação da melhoria da qualidade de vida no meio rural em toda a América Latina, e mais especificamente de comunidades rurais que representam importantes protagonistas de territórios com grande potencial de recursos florestais (SABOGAL, 2008). Na Amazônia Brasileira, a preocupação com a gestão florestal tem se tornado uma questão que, vai além da implementação das políticas públicas, e envolve a necessidade de uma maior participação da sociedade no controle social, em torno dos interesses econômicos que se formam em relação ao aproveitamento do imenso potencial de florestas que estão sob domínio de populações de agricultores e extrativistas em diferentes realidades da região. Nos assentamentos rurais, essa preocupação ainda é maior, uma vez que faltam políticas para promover o uso sustentável da floresta.

A gestão de florestas nos territórios de comunidades tradicionais e agricultores familiares na Amazônia, incluindo os assentamentos da Reforma Agrária, tem se constituído um grande desafio para o meio científico e acadêmico. Apesar das dificuldades que permeiam este processo na Amazônia e das críticas em relação a essa questão, mas há um entendimento comum em boa parte dos pesquisadores que a gestão

da floresta por comunidades representa um importante caminho para o desenvolvimento sustentável na região (MEDINA et al., 2009).

Acreditamos ainda que a compreensão das percepções dos sujeitos envolvidos num dado processo, e neste caso sobre a floresta, é fundamental para entender a importância da gestão e sua relação com a conservação deste ecossistema, com o fornecimento de produtos de valor econômico, com a manutenção de serviços ambientais e com sua relação com a qualidade de vida, considerando os contextos dos principais sujeitos envolvidos.

Este processo de análise pode nos ajudar a compreender, também, os motivos que levam as famílias nos assentamentos a realizarem o desmatamento de suas áreas, entendendo as suas perspectivas e projetos de vida para a permanência no campo.

Assim, este capítulo do estudo busca retratar o processo de gestão das florestas nos assentamentos rurais na Amazônia brasileira, a partir da compreensão dos atores envolvidos diretamente, os assentados e gestores, mas, sobretudo, buscando compreender a percepção dos assentados como sujeito político, sobre o qual recai grande parte desta responsabilidade. O objetivo do mesmo é estudar a percepção de assentados e gestores sobre a gestão florestal em assentamento da Reforma Agrária na Amazônia, a partir de um estudo de caso em um projeto de assentamento na região de influência da BR-163.

4.1. O DISCURSO DA GESTÃO FLORESTAL

Os discursos podem ser compreendidos como práticas geradoras de significados e representações que estão relacionadas às construções históricas, que buscam explicar situações de determinados contextos e realidades. O discurso relaciona-se simultaneamente, com suas regras de formação, com outros discursos, com as instituições sociais e o poder que elas expressam (LIMA, 2003).

Nesse sentido, o discurso da gestão florestal na Amazônia se insere no contexto da percepção dos diferentes atores sociais em relação à preservação dos recursos naturais ou de sua conservação para o uso sustentável. Em ambas, a situações reside na emergência de uma reflexão sobre a sustentabilidade como expressão maior do debate em torno da questão ambiental (LIMA, 2003).

O discurso pode também ser definido como conjunto de ideias, conceitos e categorização que é construído, reconstruído e transformado em práticas, por meio das quais ocorrem os significados que são atribuídos às realidades objetivas e subjetivas. O

discurso nasce, portanto, de um processo de construção social, transformando-se em narrativas de enredos que buscam dar uma interpretação do mundo que está em volta do sujeito político (HAJER, 1995; GELCICH et al., 2005).

De qualquer maneira, a discussão acerca da gestão florestal traz consigo certa pressão de escolha entre a preservação das florestas e as necessidades das populações de viverem nelas e delas, no entanto essa pode ser uma questão que não se encontra mais na dicotomia preservação e conservação, mas em um processo que pode ser tratado de forma integrada, beneficiando tanto os sistemas naturais e a sua biodiversidade como as necessidades das populações locais para viverem com qualidade de vida (ZARIN et al., 2005).

O discurso da relação entre desenvolvimento e conservação traz à tona o debate da preservação e da compatibilidade do uso dos recursos naturais e a sua sustentabilidade. Para alguns não é possível harmonizar os interesses entre o desenvolvimento como crescimento e a preservação do meio ambiente (DIÁLOGOS, 2006).

A gestão florestal na Amazônia tem de um lado os que defendem a manutenção da floresta em pé, com a sua função de gerar serviços ambientais vitais, e outros que defendem a conservação para o uso sustentável das florestas, em benefício da melhoria da qualidade de vida das populações locais, superação da pobreza e das desigualdades sociais, bem como a conservação florestal (COSTA et al., 2015). Tanto no discurso da modernização ecológica como na sociologia ambiental, encontra-se presente a preocupação com o pressuposto de que é possível a compatibilização das atividades econômicas como a proteção ambiental (LENZI, 2006).

Nas últimas décadas, tem ganhado força a gestão dos recursos naturais por comunidades. Essa discussão sobre a gestão florestal por comunidades está no debate sobre as condições em que a gestão da floresta e seu uso poderão ser parte de uma estratégia para a conservação, assim como para o combate à pobreza e ao desmatamento.

Nesse sentido, uma estratégia importante da gestão florestal por comunidades é a viabilidade do manejo florestal comunitário, não apenas para o uso do potencial madeireiro como também o não madeireiro, possibilitando a existência de florestas saudáveis, com renda para as famílias a partir de mercados justos que contribuem para a valorização desses processos. Por outro lado, tal perspectiva está inserida em sistemas sociais, nos quais se incluem, além de elementos culturais locais, as relações institucionais e os sistemas históricos de subsistência das comunidades envolvidas, a

partir dos seus diferentes contextos e perspectivas (AGRAWAL 1999; SCHMINK, 2005).

Por muito tempo, a gestão de recursos naturais como estratégia de desenvolvimento foi pensada por tomadores de decisões políticas e por estudiosos sem considerar o papel das comunidades na conservação, uso e gestão desses recursos, por considerá-las, um obstáculo para alcance do desenvolvimento sustentável (AGRAWAL, 1999). Uma lógica baseada na crença de que os ideários de conservação e os interesses das comunidades locais estavam naturalmente em oposição, uma vez que a busca por sobrevivência levaria inevitavelmente à destruição da natureza, um exemplo a teoria da tragédia dos comuns (HARDIN, 1968). A mudança progressiva a esta concepção é recente. Estudos atualmente defendem o papel da comunidade e sua participação na conservação através da descentralização dos processos de gestão e uso dos recursos, com autonomia e a força das tradições culturais (CHAMBERS; McBETH, 1992; CHITERE, 1994).

Apesar da recente popularização do conceito de comunidade na estratégia de gestão dos recursos naturais, ainda é uma abordagem que raramente recebe a atenção ou prioridade de que precisa por aqueles preocupados com o uso e gestão de recursos.

Da mesma forma que a visão de conservação ambiental pautada nas imagens de ecossistemas intocáveis, vistos como ambientes primitivos, inocentes e puros, possibilitou, também, ao longo de muito tempo, a espoliação das comunidades em contradição com a perspectiva de equilíbrio da natureza. Essa perspectiva para áreas em que a legislação permite o uso sustentável da floresta se torna incompatível com a estratégia de conservação florestal e a superação da pobreza no campo (AGRAWAL et al., 1999).

Legalmente, a gestão florestal foi inicialmente tratada pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964) entendendo o manejador comunitário como o responsável pela promoção do manejo florestal sustentável em imóvel rural, coletivo ou individualmente, seguindo critérios de área individual menor que 4 módulos fiscais, cuja gestão é baseada em mão-de-obra da família e eventualmente utilizada a parceria de terceiros (BRASIL, 1964). Essa se fortalece com a Constituição Brasileira de 1988, que estabeleceu conceitualmente a função socioambiental da propriedade, trazendo à tona o tratamento diferenciado para o Manejo Florestal Comunitário (IMAFLOA, 2017).

O novo código florestal, Lei nº 12.651, de maio de 2012, trouxe uma definição de novos instrumentos de gestão: notadamente o cadastro ambiental rural (CAR) e os

programas de regularização ambiental (PRAs), que podem ser vistos como mecanismos da política de regularização ambiental e de gestão das florestas, a partir do estabelecimento da reserva legal (RL), das áreas de preservação permanente (APP) e as de uso alternativo para a produção agropecuária. Teoricamente, o Cadastro Ambiental Rural representa um grande avanço do marco legal no Brasil para a gestão ambiental, mas que na prática, no caso dos assentamentos, não tem se traduzido em um instrumento de gestão das florestas, pela falta de compreensão do que ele representa de fato, ao contrário, tem sido confundido como instrumento apenas de controle (SILVA et al., 2016).

No campo institucional e legal, todos os entes federativos (município, estado, união) podem atuar como gestores na área ambiental e florestal (BRASIL, 2011). Nesta concepção, preconiza-se a descentralização administrativa das ações como uma orientação a nível institucional, mas na prática esse processo não tem funcionado como devia, causando limitações no trâmite dos licenciamentos para empreendimentos, principalmente, florestais. A descentralização se apresenta como uma proposta política interessante, mas com pouca efetividade (TONI, 2006).

Para Pinto et al. (2011), a descentralização da gestão dos recursos florestais para os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) em relação a aprovação e fiscalização de planos de manejo, tornou-se ainda mais moroso o processo e aumentando as dificuldades para a liberação de licenciamento, principalmente para os assentamentos onde existe uma maior intensidade de atores para o uso dos recursos florestais.

Na perspectiva de promoção do Manejo Florestal Comunitário como uma alternativa viável para a conservação florestal, existem os que defendem a governança local como um sistema eficaz de gestão dos recursos florestais. Defendem também o manejo efetivo da floresta como componente do desenvolvimento rural sustentável, mas reconhecem que este processo padece da imposição de pacotes técnico-gerenciais definidos por especialistas, o que torna, virtualmente, impossível o engajamento de comunidades em atividades legalmente reconhecidas, sem suporte externo considerável para superar barreiras técnicas, legais e financeiras. Todavia, são considerados mais eficientes os sistemas de governança desenvolvidos pelas comunidades, mostrando-se como alternativa para o uso e gestão dos recursos florestais, de acordo com os interesses e as capacidades locais (MEDINA et al., 2012).

Para Carneiro (2012), a discussão sobre os mecanismos de governança da gestão dos recursos florestais surgiu a partir da crise do Estado e dos seus instrumentos tradicionais de implementação das políticas públicas. Essa proposição de governança

local, a exemplo da certificação florestal (CARNEIRO, 2007), dos arranjos entre empresas e comunidades (LIMA et al., 2003) e do manejo de florestas desenvolvido por comunidades (AMARAL; AMARAL NETO, 2000) faz parte desse contexto de crítica da incapacidade do Estado de cumprir o seu papel magno sobre a sociedade, bem como em dar respostas à gama de demandas apresentadas pela sociedade civil em face a um sistema econômico globalizante (LE GALÉS, 1995).

O manejo florestal comunitário (MFC), como expressão de governança e gestão florestal, de acordo com Espada (2015), torna-se uma atividade economicamente sustentável e cumpre o seu papel na conservação ambiental e na melhoria da qualidade de vida, na medida em que existam parcerias envolvidas. Nesta visão, as parcerias são concebidas como um processo de cooperação mútua e de confiança para o alcance de objetivos comuns da gestão, alicerçados em interesses individuais e coletivos.

Neste caso, o MFC se constitui uma estratégia de conservação florestal e de desenvolvimento local. Embora reconheçamos que este sistema de governança seja o que mais funciona em termos de gestão florestal através do MFC, entendemos que se trata de um processo que sofre as dificuldades históricas da falta de apoio do poder público e dos problemas da falta de recursos humanos e financeiro para viabilizar e fortalecer esse tipo de atividade na Amazônia.

Para Lima et al. (2003) e Nepstad et al. (2005), os recursos florestais, notadamente o madeireiro, representam uma riqueza que pode ser utilizada pelas populações marginalizadas da Amazônia de forma sustentável e representar uma estratégia de conservação e gestão florestal, com base em um pacto socioambiental entre comunidades e empresas. Nesta concepção, mais ligada ao que acontece nos assentamentos da Reforma Agrária na Amazônia, a gestão florestal é concebida como viável a partir de um sistema de parceria que ocorre entre empresa e comunidade para o manejo sustentável do que chamam de florestas familiares, pautadas na ideia de uma relação justa entre interesses e os atores envolvidos.

A parceria entre empresas e comunidades é avaliada por alguns como uma opção atraente, por representar uma oportunidade de apoio para a realização da extração florestal, possibilitando a mobilização do ativo florestal das comunidades e das famílias. Todavia, apesar dessa visão, a partir das críticas apresentadas a essa abordagem de parceria para a gestão e o manejo florestal, surgiram novas proposições, apontando a necessidade de uma nova relação entre comunidades e empresas, tornando-os mais

participativos, bem como mais transparentes os processos decisórios, regras mais justas e um sistema de governança para o controle social (IPAM, 2012).

Para Amaral et al. (2011), a floresta representa um importante recurso que pode ser utilizado pelos assentados da Reforma Agrária na Amazônia, podendo esta atividade ser desenvolvida através de parcerias das famílias com empresas madeireiras de forma coletiva ou individual. Por outro lado, avaliamos que os acordos existentes não têm proporcionado benefícios justos para as populações locais. Por essa razão, surge a necessidade de construção de diretrizes para que os resultados da relação de parceria entre empresas e comunidades sejam mais simétricos.

No que tange à Amazônia Brasileira, a maior parte da exploração florestal tem seguido uma trajetória de uso predatório dos recursos florestais (GOIS, 2011). Essa realidade, cujo percurso segue na contramão do debate sobre a importância das florestas, seja como fonte de matéria prima ou serviços ambientais, possui diferentes argumentos sobre a sua existência, dentre os quais se destacam: os baixos preços da madeira em pé, a falta de políticas públicas adequadas que promovam o valor socioambiental da floresta e seus serviços, monitoramento deficiente da região somado à falta de uso de técnicas adequadas de manejo sustentável da floresta, e a ineficiência de políticas de valorização da exploração madeireira (ROCHA et al., 2000).

Cerca de 25% da cobertura florestal dos assentamentos do oeste do Pará já haviam sido desmatados, possuindo um passivo de desmatamento em torno de 19% quando foram criados entre 1997 e 2003; que é o caso do PA Moju I e II, 16% para aqueles criados entre 2004 e 2008 e 22% para aqueles criados entre 2009 e 2014, ou seja, as florestas já haviam sido desmatadas antes da criação dos assentamentos. Contudo, os assentamentos na região, somados, possuem ainda uma área expressiva de floresta primária aproximadamente em torno de 4.000.000 hectares que, em grande parte, já sofreu exploração madeireira, predominantemente, de forma ilegal (IPAM, 2015).

4.2 METODOLOGIA

A pesquisa situa-se no campo da abordagem quali-quantitativa, a partir de um estudo de caso. Os estudos de caso, segundo Ludke & André (1995), buscam retratar a realidade de forma completa e profunda, usando uma variedade de fontes de informações, buscando representar os diferentes e, às vezes, conflitantes pontos de vista presentes em

uma situação social ou de aprendizado visando compreender os sentidos atribuídos à realidade.

Segundo Yin (2010), o estudo de caso é um método utilizado em pesquisas nas Ciências Sociais, que possibilita ao pesquisador realizar uma análise das características mais profundas e significativas da vida real. A partir deste método é possível aprofundar e compreender um fenômeno social, integrando importantes condições contextuais. Quanto maior for a aproximação da pesquisa com o objeto de estudo, mais aplicável se torna o método na investigação de fenômenos sociais.

O estudo de caso se justifica para esta pesquisa por permitir que se compreenda como os assentados da reforma agrária percebem e formulam a sua compreensão sobre a gestão florestal, a partir de uma experiência representativa que sirva de referência para generalizações.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do terceiro capítulo baseou-se na pesquisa analítico-descritiva, tendo o estudo de caso como método de investigação para compreender e analisar a interface entre a percepção dos sujeitos envolvidos na Reforma Agrária e a Gestão Florestal em um Projeto de Assentamento (PA).

O estudo da percepção de assentados em relação à gestão florestal nos assentamentos da Reforma Agrária foi desenvolvido no PA Moju I e II. Este assentamento foi definido como área da pesquisa por sua relevância no contexto do território da BR-163; sua importância em relação ao programa nacional de Reforma Agrária; o tempo de sua existência; a dimensão territorial e populacional no contexto da região inquirida; o nível de organização social; a intensidade produtiva no uso dos recursos florestais e a facilidade de acesso para o desenvolvimento da pesquisa.

Os gestores entrevistados para o estudo da percepção em relação a gestão florestal nos projetos de assentamentos são servidores de carreira da Superintendência do INCRA em Santarém (SR-30) que ocupavam cargos de coordenação na estrutura do órgão e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS no exercício de chefia do órgão na região do Baixo Amazonas.

Os procedimentos propostos para a realização da pesquisa envolvem como fonte de coleta de dados a análise de documentos, de bibliografias correlatas, constituindo-se no que é denominado de fonte secundária, e em fontes primárias, por meio de levantamentos em campo, com abordagem de pesquisa quali-quantitativa para a estratégia de compreensão da natureza do fenômeno a ser estudado. Ainda que este estudo tenha um caráter predominantemente de abordagem de pesquisa qualitativa, tomamos como

fundamentação Robson & Foster (1989) que afirmam ser inapropriado se pensar estritamente em termos de pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa. Pois haverá situações onde uma abordagem se torna mais aplicável e outras em que os dois tipos de pesquisa assumem papéis complementares.

Assim, o capítulo foi desenvolvido tendo por base o uso de diferentes procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliografia e documental; as entrevistas gravadas com assentados e gestores no nível federal com ênfase no INCRA; organização e sistematização das informações através da análise de conteúdos com apoio do referencial teórico (FRANCO, 2005; CAPPELLE, 1990; CÂMARA, 2013; ROCHA, 2005; BARDIN, 1977; MORAES, 2003).

A partir das informações levantadas por meio da pesquisa bibliográfica e em campo, foram realizadas as análises com base nos objetivos propostos para estabelecermos inferências sobre a gestão florestal, visando atender aos objetivos do capítulo III e do capítulo IV que tratam sobre a qualidade de vida.

As entrevistas foram gravadas com perguntas semiestruturadas junto aos assentados (Apêndice 1) e gestores do INCRA (Apêndice 2). A pesquisa de campo envolveu 06 (seis) comunidades selecionadas, dentre as 30 comunidades que fazem parte do assentamento estudado, e nestas, a definição de uma amostra para a aplicação dos procedimentos de levantamento em campo.

As entrevistas foram desenvolvidas com base em um plano amostral não-probabilístico no universo das 30 comunidades que compõem o PA Moju I e II, totalizando ao final 06 (seis) comunidades, sendo 3 (três) com experiência em execução de projetos de manejo florestal e 3 (três) sem projeto de manejo florestal.

Nas comunidades selecionadas foi implementado o plano amostral que envolveu a aplicação de entrevistas com 63 famílias, dentre as famílias que residem nas sete comunidades, cujos participantes foram selecionados segundo critério de julgamento do pesquisador, tendo como base o que acreditamos que o elemento selecionado seja capaz de fornecer as informações para o estudo (amostra intencional). Assim, de acordo com Fontanella et al. (2011), pressupõe-se que esta amostra reflita em parte importante do imaginário do grupo ou considerando tratar-se de temas com maiores possibilidades de exemplificação.

O plano amostral para a realização das entrevistas foi obtido com apoio de Cochran (1977):

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

n: tamanho amostral

N: tamanho populacional (294)

E: erro amostral (5%)

P: verdadeira probabilidade do (0,5)

Z: variável normal padronizada, associada ao nível de confiança (95%)

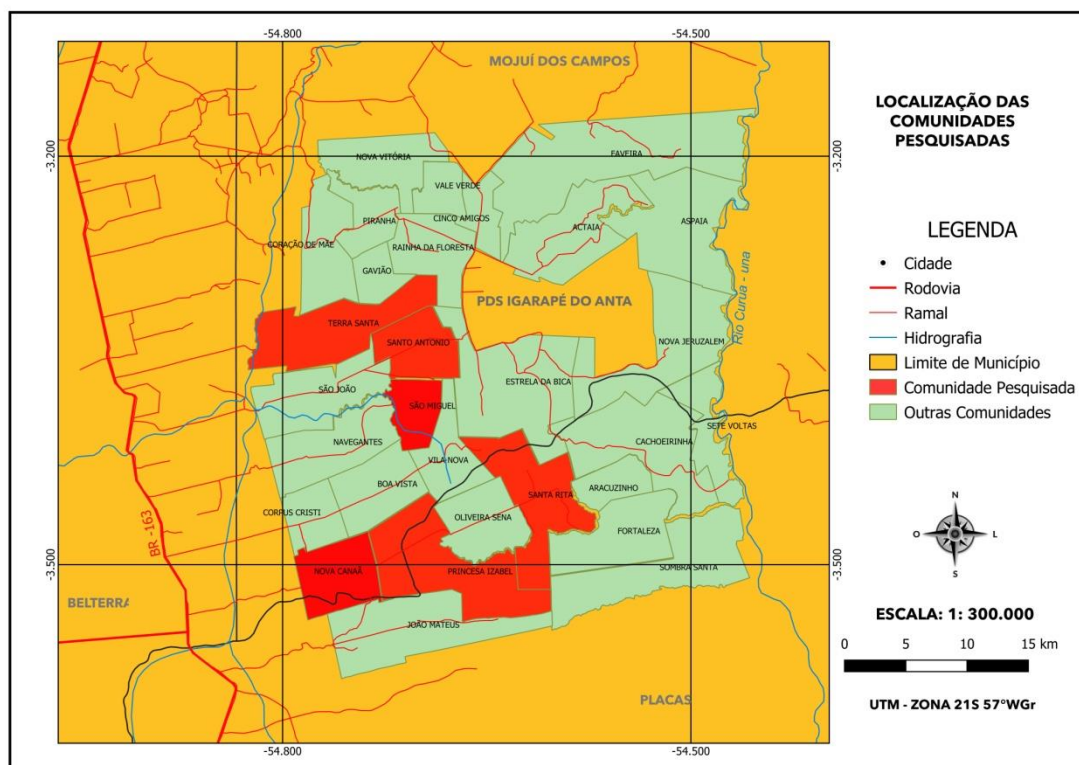
As comunidades selecionadas para a realização das entrevistas estão demonstradas no e a localização na Figura 4.

Quadro 3 - Comunidades selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa de campo e plano amostral.

COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO	TOTAL FAMILIAS	PLANO AMOSTRAL	EXECUTADO
Terra Santa	Travessão Km 119	50	10	13
Santo Antonio	Travessão Km 124	47	09	9
Nova Canaã	Travessão Km 140	62	13	18
São Miguel	Travessão Km 130	35	7	6
Princesa Isabel	Travessão Km 140	47	9	7
Santa Rita de Cássia	Travessão Km 140	53	11	10
TOTAL		294	59	63

Fonte: Esta pesquisa.

Figura 4 - Localização das comunidades estudadas no Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.



Fonte: Resque (2018).

A forma de organização e execução da amostragem foi por meio da técnica da “Bola de Neve”, partindo-se, inicialmente, pela localização de algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população assentada em geral, e assim o grupo de entrevistados foi se formando com base na indicação dos próprios assentados (VINUTO, 2014).

Como critério de inclusão primordial, os selecionados nas comunidades escolhidas deveriam estar na Relação de Beneficiários (RB) do INCRA, órgão fundiário, para garantir a oficialidade do beneficiário como atendido pela Reforma Agrária. De tal forma, que a relação das famílias que participaram da amostra em cada comunidade foi obtida aleatoriamente, por meio de indicação dos entrevistados e também com ajuda das lideranças comunitárias locais.

O aceite do entrevistado foi oficializado através de explicações prévias e assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e somente foi realizado com beneficiários que se dispuseram livremente a participar da pesquisa, sendo os informantes todos adultos, mantendo-se o sigilo de suas identidades conforme acordo

firmado com todos. Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do IESPES, tem sido aprovado, pelo Parecer nº 2.659.043.

A análise das entrevistas foi realizada de forma manual, transcritas e analisadas em planilhas de Excel.

Ao estudarmos as percepções projetadas nos discursos coletados nas entrevistas, o esforço metodológico da análise de conteúdo visou à sistematização minimamente para uma reflexão crítica acerca da construção que fazem os assentados e gestores sobre a gestão florestal e a relação desta com a qualidade de vida.

O percurso de análise foi constituído de passos seguindo orientação do referencial teórico de apoio (BARDIN, 1977; FRANCO et al., 2005; CÂMARA 2013). Com base nessas bibliografias, realizamos a análise das entrevistas, identificando em cada uma delas os aspectos relevantes nos discursos coletados em campo. Nesse sentido, procuramos utilizar palavras e conceitos chaves presentes nas falas dos entrevistados, mantendo a análise fiel aos conteúdos abordados pelos participantes da pesquisa.

O passo a passo da análise se deu da seguinte forma: na primeira fase realizamos a pré-análise das informações (leitura flutuante com formulação de indicadores); na segunda fase a exploração do material com a codificação e classificação das informações, e na terceira e última fase realizamos o tratamento das informações dos resultados e o estabelecimento da inferência e interpretação final dos dados para a construção dos instrumentos de apresentação (tabelas, gráficos, quadros, trechos a serem compilados).

A partir da análise de conteúdo, nos debruçamos à compreensão daquilo que estava por de trás das palavras chaves contidas nas entrevistas, e depois foram transformadas em conteúdos sistematizados com base nos objetivos do estudo (FRANCO et al., 2005).

A partir da percepção que cada entrevistado atribui às questões, essas representações foram classificadas, objetivadas e organizadas como discurso para serem analisadas, com base na estatística descritiva e na perspectiva das percepções dos assentados e gestores sobre a gestão florestal; bem como, compreender a relação da gestão das florestas com a qualidade de vida.

4.3. A GESTÃO FLORESTAL NA PERCEPÇÃO DE ASSENTADOS e GESTORES

4.3.1 A gestão florestal na percepção dos assentados

A formulação da percepção e das mensagens acerca da gestão florestal e da qualidade de vida é pelo entrevistado a partir das condições de contexto onde está inserido. Da mesma forma, é a partir da vivência histórica que ele forma sua visão de mundo, que dialoga com sua origem, trajetória de sobrevivência, e com situações econômicas e socioculturais em que vivem, resultando em expressões verbais que descrevem o que pensam e o que esperam da vida.

Franco et al. (2005) afirmam que a percepção pode ser trabalhada como discurso da existência humana, que ocorre na interação do indivíduo com os diferentes momentos históricos, que possibilita a elaboração de representações sociais acerca da realidade vivida e presenciada, viabilizando, para além da descrição, uma análise crítico-interpretativa ao sentido atribuído às suas mensagens verbais e simbólicas.

A percepção sobre o mundo e a realidade em volta que o assentado faz não é neutra. É uma percepção permeada de conteúdo de sua filiação teórica, de suas aceções políticas, dos seus interesses particulares, coletivos e espaciais, de suas motivações e expectativas construídas historicamente, tendo a terra como o espaço dessa reprodução social. Como as expectativas das famílias não são respondidas pelo Estado através da implementadas das políticas de reforma agrária, o assentamento acaba sendo uma nova extensão e espaço da luta pela terra (SAUER, 2005).

No PA Moju I e II, de acordo com a pesquisa de campo realizada, a importância da floresta e a sua gestão, na percepção dos assentados, está relacionada a sua capacidade de geração de benefícios econômicos e usos para atendimento das necessidades de subsistência.

Das 65 entrevistas realizadas, 97% afirmaram haver necessidade de cuidados com a floresta, apenas 1,5% disseram que não e 1,5% não opinaram. Embora percebam a necessidade de proteger a floresta como um bem e fonte de recursos naturais, 25,1% disseram não realizar nenhum tipo de atividade de proteção.

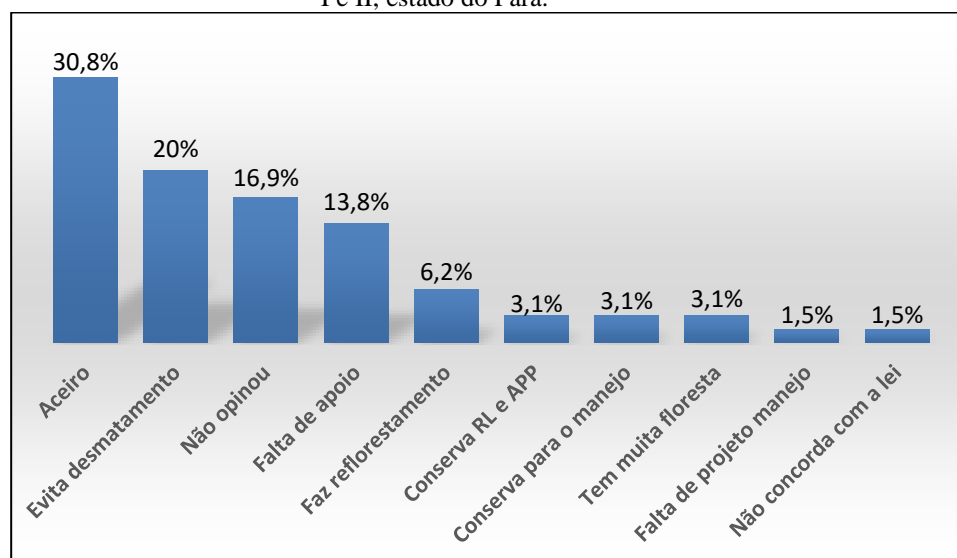
Destaca-se que 63,2% dos beneficiários entrevistados realizam alguma atividade de proteção à floresta, 30,8% desenvolvem aceiros para evitar a queimada da floresta; 20% evitam o desmatamento de suas áreas, utilizando as que já estão abertas para a prática da agropecuária; 6,2% fazem reflorestamentos; 3,1% cumprem a legislação de

conservação de 80% da Reserva Legal; 3,1% protegem a floresta para a implementação de projeto de manejo florestal (Gráfico 8).

Dentre os 25,1% que não desenvolvem atividades de proteção da floresta, 13,8% afirmam que não fazem por falta de apoio; 3,1% argumentam que existe ainda muita floresta e, portanto, não há necessidade de proteger; 1,5% dizem que se tivesse projetos de manejo protegeriam; e 1,5% afirmaram não concordar com a lei de proteção de 80% da Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, que a área para supressão deveria ser maior. Essa realidade que os assentados apresentam poderá ser modificada com a implementação de ações de educação ambiental, Assistência Técnica, e acesso a informações.

No PA Moju I e II, a importância da floresta e a sua gestão na percepção dos assentados está relacionada à sua capacidade de geração de benefícios econômicos e sociais com seus usos para atendimento das necessidades de subsistência, principalmente suprimentos.

Gráfico 8–Cuidados e práticas em prol da conservação florestal na percepção dos assentados no PA Moju I e II, estado do Pará.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

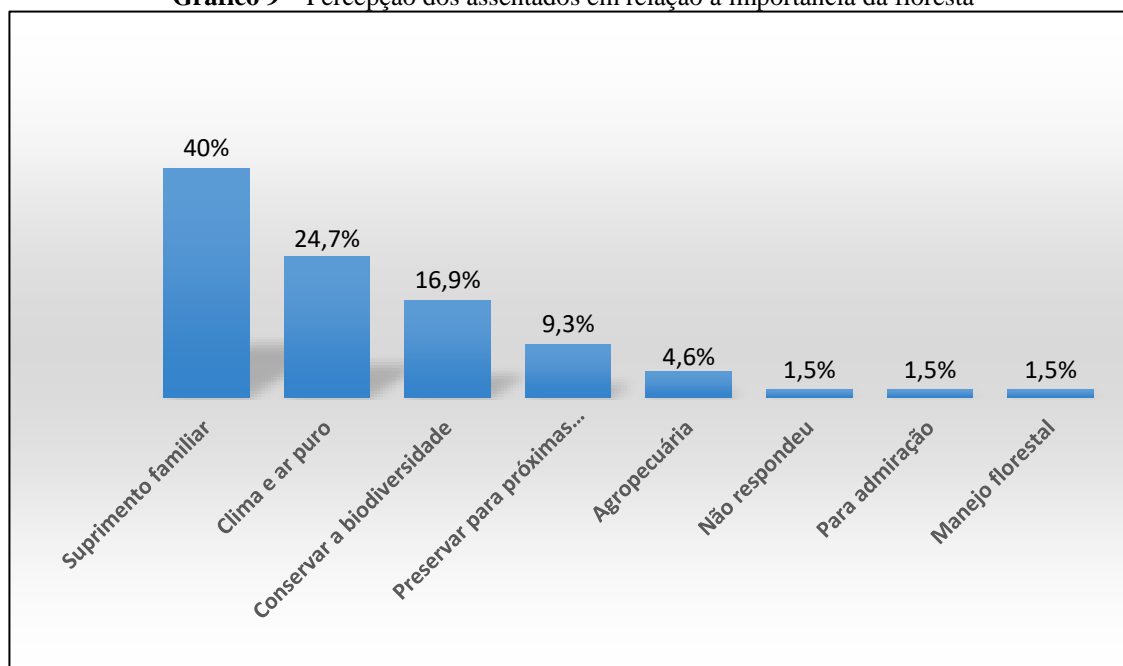
Apesar de 19,9% dos entrevistados afirmarem não adotar nenhuma ação de gestão da floresta por razões diversas, e 16,9% não terem opinado sobre a questão, foi observado que a maioria dos assentados possui preocupação em relação à gestão de suas florestas. Vale destacar que embora exista uma situação desfavorável, que leva as famílias a suprimirem suas florestas para sobrevivência através de atividades agropecuárias, o

resultado mostra que o assentamento possui também uma importância com a floresta na vida das famílias.

Corroborando com essa visão, Alencar et al (2016) afirmaram que os assentamentos possuem importância para além do acesso à terra para os agricultores familiares na Amazônia, assumindo também um papel na conservação das florestas e no fornecimento de alimentos produzidos. Essa posição é confirmada por Agrawal (1999) com a concepção de que as comunidades rurais possuem capacidade para gerir seus recursos naturais, estando esse processo inserido na própria dinâmica de sobrevivência dos envolvidos, que reconhecem na proteção dos recursos naturais um meio para permanecerem na terra, mesmo considerando que não recebem apoio do Estado para isso.

Para 48% dos entrevistados, a floresta estava intacta no início de formação do PA Moju I e II, e pouco desmatada para (43%). Tal situação indica que a floresta encontrava-se pouco degradada nesse período. A percepção acerca da floresta, no período de chegada ao assentamento no início da década de 1990, é de uma natureza exuberante, e intacta. De acordo com Putz (2005), esta visão não ocorre numa separação entre floresta intacta (primária, virgem, não-derrubada) em relação à floresta explorada (secundária, degradada, manejada, domesticada ou perturbada), mas a partir de uma visão que se apresenta de forma aparente aos olhos de quem observa.

Na percepção dos Assentados, a floresta é importante porque consideram que é uma fonte de suprimento familiar, como extração de madeira para a moradia e utensílios em geral (40%); oferta de serviços ambientais básicos, como ar puro e clima agradável (24,7%); conservação da biodiversidade, que possibilita o acesso à alimentação, como as frutas, a caça e as essências para óleos (16,9%); conservação para as próximas gerações (9,3%); manter a floresta para o manejo florestal (1,5%); e para admiração (1,5%), este último relacionado possivelmente com aspectos cênicos proporcionados pela floresta.

Gráfico 9 – Percepção dos assentados em relação à importância da floresta

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

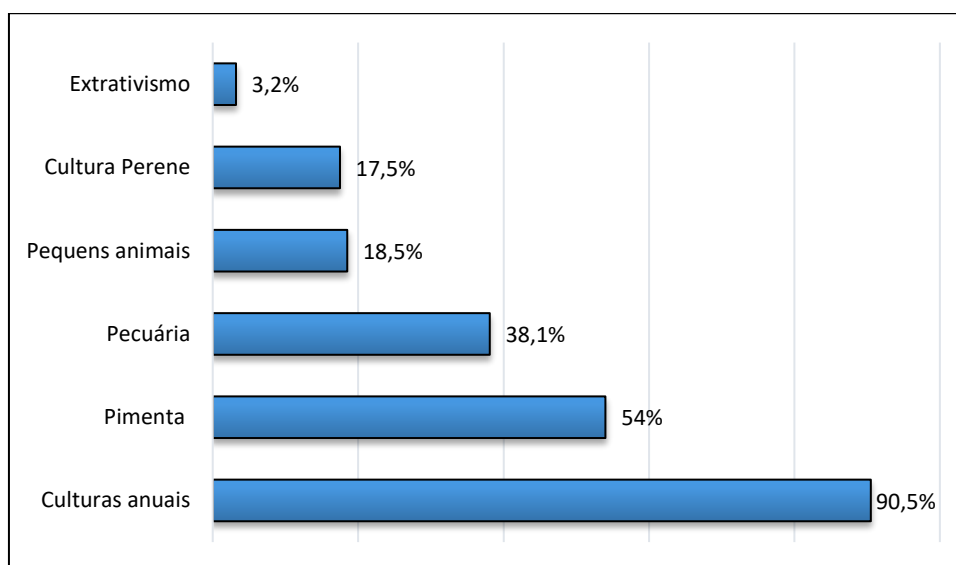
O significado atribuído à floresta pelos assentados no PA Moju I e II traz à tona uma questão importante, que ela é um bem importante que tem relação com a sobrevivência física e cultural, e por não representar uma fonte de renda para a família, torna-se vulnerável na estratégia de desenvolvimento do lote. O uso econômico da floresta tem representado uma importante atividade para a redução da pobreza e das desigualdades nas áreas rurais, e tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico e justo para as comunidades. (HUMPHRIES et al., 2012; CHARNLEY; POE; 2007).

Essa contribuição da floresta de ordem mais econômica na vida das famílias, tem predominado a prática de culturas anuais (89,2%) e da pecuária (36,9%), comumente desenvolvidas nos sistemas tradicionais que envolvem o uso do fogo na limpeza das áreas (Figura 3), o que historicamente, segundo relato dos próprios assentados, tem se constituído em ameaça iminente à perda do potencial florestal, por meio uso do fogo, que leva a incêndios acidentais, que têm crescido nas últimas décadas.

Uma questão central apontada na pesquisa de campo, é que a floresta ocupa lugar de importância como fonte de suprimento para a sobrevivência dos assentados (Gráfico 9), mas é periférica do ponto de vista da geração de renda (Gráfico 4). Essa situação é confirmada por Chomitz (2007), ou seja, muitos consideram o uso da terra para a agricultura mais lucrativo e atraente do que o manejo sustentável das florestas para madeira e outros produtos.

Nos assentamentos, essa questão pode ser compreendida pela falta de políticas de apoio e incentivo ao uso da floresta como um componente importante de desenvolvimento do lote (Figura 10). Assim, tanto a pobreza, como a luta pela sobrevivência poderão ser a causa do desmatamento, assim como o desmatamento também poderá ser uma causa da pobreza quando este processo ocorre sem uma melhoria nas condições de vida das pessoas (CHOMITZ, 2007).

Gráfico 10 – Principais atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados



Fonte: Pesquisa campo, 2018.

Segundo o IPAM (2017), até 2015 a pecuária representava 27% das atividades desenvolvidas pelas famílias nos lotes. Nos últimos anos, de acordo com os dados da pesquisa de campo em 2018 (Figura 10), houve um incremento de 11% nessa atividade, e a cultura de perenes se manteve estável, com ênfase ao cultivo de pimenta do reino.

Por outro lado, as atividades com culturas anuais cresceram 13,9% entre 2015 a 2017. As famílias continuam buscando a sobrevivência nas atividades de culturas de ciclo curto, com ênfase no cultivo de mandioca (81,5%) para produção de farinha, milho (38,4%), arroz (32,3%) e feijão (30,7%), como pode ser observado no gráfico 12.

Na atividade com cultivos perenes, os esforços têm ocorrido substancialmente no plantio de pimenta do reino, açaí, cupuaçu e cacau. A diversificação da produção está concentrada em atividades desenvolvidas nos sistemas de corte e queima da floresta, sendo este processo resultado da forma como o assentamento foi pensado e desenvolvido ao longo do tempo, sem assistência técnica e sem incluir a floresta como parte da estratégia de sobrevivência no lote, como afirma um dos entrevistados:

“Quando cheguei no lote pensava a floresta diferente, porque na época não tinha tanta lei, podia desmatar o tanto que quisesse, não tinha nada de lei, meu pensamento era derrubar, fazer muita pastagem para criação de gado, era um desejo que eu tinha. Hoje a minha visão é partir pra criar gado, porque não tem outro jeito não, a pimenta está morrendo toda de ponta a ponta, e não tem como viver só do arroz e da mandioca porque não tem valor, vamos morrer de fome, pois os produtos não tem valor, se trazer um 1kg de farinha pra vender na base de R\$ 2,00, isso pra mim é morrer de fome, não dá pra sobreviver. Em relação a floresta hoje a minha visão é de que, sinceramente, a gente desmatasse pelo menos 50%, abrir mais um pouco, pra gente abrir uma visão melhor pro assentado viver no assentamento, porque só os 20% é pouco pra gente trabalhar, pois a pimenta está morrendo toda, e pra nós viver da pimenta tem que abrir mais espaço, pra derrubar e plantar mais, com um pouco de pasto, abrir mais pra frente pra gente plantar mais pimenta, porque na parte onde está morrendo a pimenta não dá mais pra plantar mais, porque já plantei três vezes e foi só prejuízo” (Entrevistado 3, em 04/04/2008).

O assentado foi levado pelas circunstâncias da sobrevivência a desenvolver suas habilidades e competências nas atividades agropecuárias. Historicamente, nos projetos de assentamentos tradicionais, a floresta não compôs a estratégia de desenvolvimento do assentamento. Acreditavam que desmatando para consolidar benfeitorias, a família garantia sua terra perante o órgão gestor e a sua efetivação como cliente de reforma agrária. Nessa lógica, as atividades produtivas são aquelas ligadas à agropecuária (uso da terra) e não na floresta.

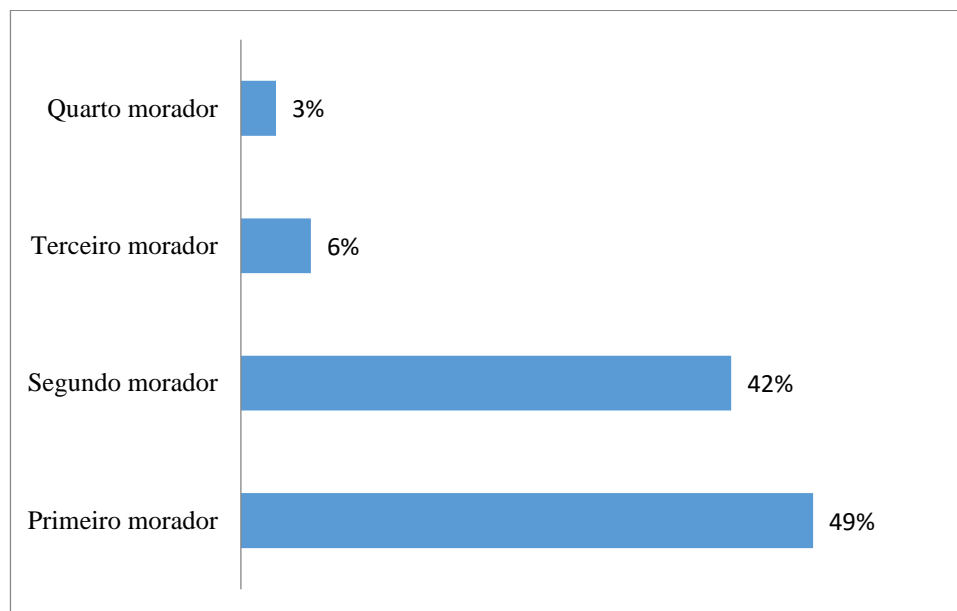
Os principais fatores de mediação real e simbólica (interna e externa) sempre foram o acesso à terra, o trabalho e a produção (SAUER, 2005). Assim, o uso da terra para atividades agropecuárias se constitui no fator de produção primária da estratégia de sobrevivência do assentado, bem como, espaço de revalorização social e de poder (SPAROVEK, 2003; AGRAWAL, 1999).

No PA Moju I e II, do ponto de vista econômico, a floresta ainda gera pouco benefícios, principalmente no que tange à geração de renda. A renda das famílias advém, principalmente, das culturas anuais (89,2%); das perenes, com ênfase no cultivo de pimenta do reino, (52,3%); e da pecuária (36,9%). Apenas 4,6% das famílias possuem algum tipo de renda a partir da floresta, demonstrando que esta não compõe a estratégia de desenvolvimento do lote (Figura 10).

Esse lugar, ocupado pela floresta na vida das famílias explica a pouca expectativa das delas em fazer o seu uso, o que também pode ser explicado pelo baixo rendimento econômico que ela pode apresentar em razão de já ter sido explorada anteriormente com a chegada das famílias na parcela. Essa situação pode ser confirmada pela ordem de ocupação do lote, onde cerca 51% dos moradores entrevistados assumiram

suas parcelas a partir do segundo morador, o que pode explicar a falta de interesse pela floresta pelo fato dela já ter sido explorada antes. (Gráfico11).

Gráfico 11 – Ordem de ocupação dos lotes pelas famílias de assentados no PA Moju I e II, estado do Pará.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Além da preocupação com o desmatamento para atividades agropecuárias, a degradação florestal tem também se tornado uma preocupação que ocorre no interior das florestas remanescentes, a partir dos impactos e mudanças em sua estrutura, provocando a perda da biodiversidade e alterado de forma substancial os processos e funções do ecossistema florestal, com impactos na fauna e flora e no fornecimento de serviços ambientais (CHARNLEY, 2007).

Assim, o desmatamento e a degradação florestal podem exacerbar a pobreza entre as pessoas que dependem de produtos e serviços florestais para apoiar seus meios de subsistência (CHOMITZ, 2007). A manutenção da biodiversidade encontra-se onde as comunidades e grupos estão organizados e conseguem manter o controle sobre a gestão dos recursos (MAFFI, 2005).

Alguns assentados apontam para o fato de a floresta já está bastante degradada, notadamente pela exploração madeireira clandestina que antecedeu a criação do PA Moju I e II, perdurando até os dias atuais. A percepção registrada indica a existência de uma floresta pobre de recursos com potencial econômico, o que podemos perceber nas mudanças de hábitos dos animais silvestres, como é afirmado na entrevista abaixo:

“A floresta, se fosse pra gente viver dela, ninguém vivia. Porque hoje em dia, até uma fruta que está dando lá no meio da mata, a fome é tão grande que o bicho não deixa, até uma roça de milho quando a gente faz tem que quebrar o milho verde porque a curica e o macaco acabam, uma coisa assim difícil pra sobreviver das coisas que a gente planta, que de lá viver da floresta, porque se o bicho está vindo lá do mato pra comer, é porque lá não tem pra ele sobreviver” (Assentado 30, em 17/05/2018).

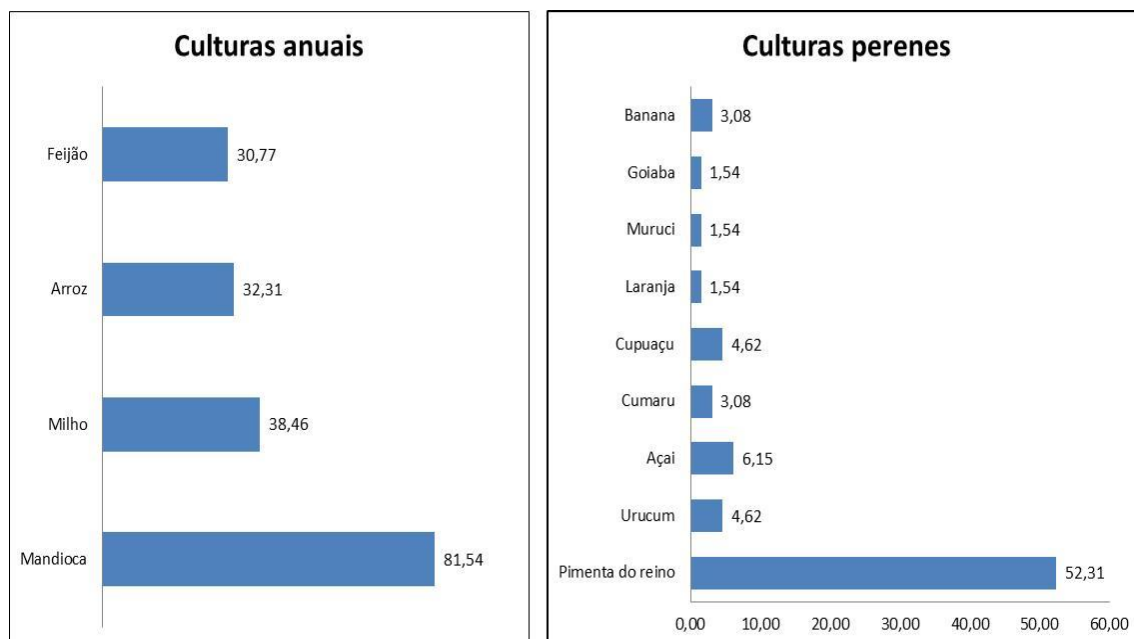
A redução das áreas de floresta ou a degradação florestal no interior e entorno do assentamento tem impactado sobre a biodiversidade da área e a própria sobrevivência dos assentados. Embora essa não seja uma questão central da pesquisa, a partir dos depoimentos colhidos nas entrevistas de campo, detectamos que já começam a existir problemas em relação à sobrevivência da fauna silvestre localizada na área do assentamento, indicando alteração nos ecossistemas e nos hábitos dos animais que deles sobrevivem. Em alguns relatos encontramos uma situação bastante crítica que diversas espécies apresentam em relação à sua sobrevivência, a exemplo do macaco que, em alguns lugares, disputa alimentos com as famílias e algumas espécies de aves (curica, papagaio, etc).

Na Amazônia Brasileira, as florestas degradadas são significativas e abundantes nas áreas de colonização e de fronteira desde a década de 1960. Em geral, nas áreas colonizadas, os recursos florestais (madeira, produtos florestais não-madeireiros e a fauna) foram amplamente retirados de forma predatória ao longo de décadas. Essas atividades degradantes alteraram bastante a estrutura e a função das florestas na produção de biomassa, diminuição do dossel e a produtividade em termos de produção de matéria prima comercial (BLANC et al., 2017).

As constantes extrações predatórias contribuíram para impedir a reconstituição do potencial florestal nessas áreas, afetando o interesse das famílias de incluírem a floresta como um componente importante de desenvolvimento socioeconômico do assentamento e das parcelas. Por conta da perda do seu potencial econômico, deixam de ser interessantes para as atividades das famílias, levando-as a investirem mais nas atividades agropecuárias do que nas florestais. Em decorrência desse processo, as florestas comprometem também o fornecimento de serviços ecossistêmicos (por exemplo, armazenamento de carbono e biodiversidade) que uma floresta primária ou floresta sob exploração sustentável pode produzir. Essa é uma questão importante que explica os desinteresses das famílias na manutenção e uso sustentável da floresta (BLANC, 2017).

As lavouras anuais desenvolvidas nos lotes ajudam a compreender o peso que elas têm nas estratégias adotadas no assentamento pelas famílias (Gráfico4), e quando comparadas com as atividades florestais é possível perceber a dimensão que a floresta ocupa no conjunto das atividades desenvolvidas, permitindo visualizar a importância de sua gestão, no contexto de todas as atividades desenvolvidas (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Principais culturas anuais e perenes desenvolvidas no PA Moju I e II, estado do Pará.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

O interesse das famílias por atividades agropecuárias reflete a tendência do assentamento ao longo de sua história e tudo indica que vai permanecer assim se nada for feito.

Embora 77% dos entrevistados tenham respondido que protegem suas florestas, contra 23% que não protegem, os motivos pelos quais ela não representa um componente importante na geração de renda das famílias são diversos, conforme o seguinte resultado: 52% afirmaram não desenvolver nenhum tipo de uso da floresta, e os que fazem uso (40%), exercem suas atividades voltadas apenas para o suprimento de necessidades básicas do cotidiano familiar, como a extração de estacas para cerca e tutorar a pimenta-do-reino, bem como coleta de algumas frutas como: Piquiá, Uxi e Castanha do Pará, além da extração de cipó e algumas essências como andiroba e copaíba, apenas 3% conseguiram implementar plano de manejo madeireiro; 2% praticam o extrativismo como atividade geradora de renda voltada mais para a extração de cipó e óleos; e 3% dos entrevistados não opinaram sobre o que fazem da floresta em seus lotes.

A maioria das atividades geradoras de renda das famílias no assentamento envolve a conversão da floresta. Esse cenário nos ajuda a entender o porquê das famílias não terem a floresta na composição da renda; mas também traz o desafio de enfrentar o problema do desmatamento numa perspectiva de desenvolvimento socioambiental da reforma agrária no Brasil, e mais especificamente na Amazônia, inclusive a necessidade de entendermos mais o que acontece por trás da conversão florestal nos assentamentos (ALENCAR et al., 2016).

Para muitas famílias, a conversão florestal para o desenvolvimento das atividades agropecuárias representa a única possibilidade de fácil acesso para a produção da subsistência e da geração de renda, como podemos observar na fala de vários entrevistados. Para essas famílias, a floresta ocupa um papel periférico com pouco ou nenhum peso econômico como já demonstrado por Amaral et al. (2011) e Espada (2009,).

Para os assentados, de acordo com a pesquisa de campo, a implementação de um plano para uso da floresta está condicionada à falta de apoio do governo através de assistência técnica e funcionamento de alguns órgãos que poderiam contribuir nesse processo. Em sua percepção, os assentados revelam que possuem clareza do que precisa ser feito, pois entendem que desmatar para além dos limites estabelecidos em lei é ilegal, mas apontam para a necessidade de receberem apoio para realizar projetos que melhorem a sua vida e contribuam para a manutenção da floresta em pé, como afirma um dos assentados entrevistados:

“O plano seria se todos os colonos tivessem uma ajuda dos órgãos, que poderia surgir do governo, apoio, uma ajuda, no caso da EMATER, da EMBRAPA, que são dois órgãos que aqui na Colônia não funcionam. O colono aqui produz pela cabeça dele, e faz do jeito dele, mas se tivesse um órgão que tivesse hoje os técnicos, hoje nós poderia ver que a floresta seria outra, não haveria tanto desmatamento porque tinha outro meio pra você sobreviver. Mas como não tem, aí como que acontece, o cara as vezes, quem tem força vai desmatar, e as vezes é proibido pelo IBAMA, e aí como ele vai sustentar a família? Então eles não veem esse lado, porque eles deveriam ver esse lado, então vamos fazer o seguinte, o único jeito pro colono não desmatar, seria ter um órgão do governo ou inventar um órgão, fazer alguma coisa, um meio pros colonos não desmatar no caso, um plantio, tem tanto plantio aí, no caso da andiroba...Se por acaso eu tivesse no mínimo, uns 100 pés de andiroba, produzindo, eu não ia desmatar, desmatar pra que? Se eu tivesse assim, uns 500 pés de cumaru, eu ia desmatar pra quê? Não tinha como, porque tinha como sobreviver, e se por acaso eu desmatasse, o governo teria toda prioridade pra me pensar, eu estaria fora da razão, mas por enquanto não, eles não tem razão, porque não tem apoio nisso aí (Assentado 33, em 23/05,2018).

Outro fator apresentado pelos assentados para a não utilização da floresta é a falta de apoio por parte do INCRA e conhecimento técnico para lidar com ela. O

desconhecimento de como usar a floresta é percebido pelos assentados como uma dificuldade para fazer a gestão e o uso dos recursos existentes. Para Medina et al. (2009), é possível melhorar os meios de subsistência das comunidades amazônicas para o gerenciamento eficiente dos seus recursos florestais. Todavia, existe compreensão limitada por parte das comunidades de como fazer essa gestão das florestas na fronteira amazônica, sobretudo no que se refere aos assentamentos da reforma agrária. E a contribuição da floresta à qualidade de vida está associada à falta de acompanhamento por parte do governo, como afirma um dos entrevistados:

“A forma como vejo é que está faltando mais acompanhamento, mais acompanhamento para que eles possam instruir a cada assentado, é uma das responsabilidades que a gente vê deles, mas também em dar mais informação, para aqueles que estão assentados, poderem cuidar melhor da floresta. Qualidade de vida eu vejo que nós temos que melhorarmos, mas para melhorarmos nós temos que ter mais ajuda do próprio INCRA, uma motivação, parcerias, para melhorarmos a comunidade, isso aí, eu vejo como melhoria para a qualidade de vida né. A energia e a internet que temos contribui para essa qualidade de vida da gente. Contribui, e poderia contribuir, desde que quando nós tivéssemos um acompanhamento, como eu digo pra gente apreender a trabalhar com a floresta, poder extrair alguma coisa dela, que a gente não sabe o que tem, e que possa nos ajudar” (Assentado 41, em 29/05/2018).

A falta de apoio e a necessidade de sobrevivência são apontados pelos assentados como os principais fatores da supressão florestal. Muitos assentados percebem a importância da floresta como um bem que transcende as gerações atuais, que perpassa numa visão de futuro, como percebemos nas entrevistas quando perguntamos sobre a importância da floresta para o assentado e sua família. A importância da floresta está posta no imaginário de muitos assentados em um campo muito mais subjetivo, com um valor para além do benefício material, físico e econômico. Dessa forma, ela se localiza como um bem que transcende gerações, conforme afirma um dos entrevistados:

“A importância da floresta é o seguinte, da gente respeitar a natureza, e preservar, até o limite que a lei nos permite a gente trabalhar, e não passar além daquilo lá, porque a floresta representa muitas coisas pra nós. Vai chegar um tempo mais antigo, que nossos filhos vão precisar saber o que é uma floresta, e saber também respeitar para que ela não seja destruída, para evitar que chegue em um nível de nós não conhecer o que é mais uma árvore” (Assentado 46, em 27/05/2018).

Os assentados também percebem que a floresta e a água estão diretamente relacionadas à sobrevivência, e que esses recursos são imprescindíveis, mas as necessidades da sobrevivência muitas vezes os obrigam a eliminá-los, e na luta pela

sobrevivência um dos recursos importantes, seja o homem, a floresta ou a água inevitavelmente cederia lugar para o outro. Nas entrevistas foi possível identificar preocupações a respeito da gestão dos recursos florestais e sua relação com outra situação, a exemplo da água, percebido pelo assentado como vital para a sua sobrevivência, como é apresentado por um dos entrevistados:

“Eu tenho falado várias e várias vezes para muitas pessoas, antes de você me fazer essas perguntas, eu imaginava que alguém ia me fazer essa pergunta, eu nunca tive uma terra, assim pra mim trabalhar, mas a partir do momento que recebi esta terra, desse assentamento, eu ando dentro do meu lote não querendo ser mais justo que ninguém, é porque é aquilo que eu vejo, e eu sei que os órgãos, trabalham em cima da situação, mas depois ele apaga, porque isso favorece muito a nós a floresta, se nós tivesse como sobreviver sem mexer na floresta, muitas coisas não aconteceria, eu quero te citar o seguinte, até pra eu tirar um cabo de enxada dentro do meu lote, eu fico pensando, e caçando um pau adequado que não estrague, o meu igarapé se pudesse, eu faço sempre dum lado, faço uma barreira pra poder não descer erosão pra dentro do meu lote, é a coisa mais rica que eu tenho dentro do meu lote, é a floresta e a água, sem isso aí eu não sobrevivo” (Assentado 50, em maio/2018).

Mas esse processo que o assentado percebe, embora seja uma perspectiva fundamentada no conceito de conservação para as gerações presentes e futuras, a sua garantia é condicionada pela falta de apoio, principalmente da política pública da reforma agrária que deveria ser garantida pelo Estado às famílias criteriosamente selecionadas para serem assentadas.

A percepção dos assentados reflete o que Sauer (2005) discute em relação à diferença entre a política de reforma agrária e a política de assentamentos. Na política de reforma agrária, o Estado deveria cumprir o papel de criar todas as condições para a implementação e consolidação dos territórios da reforma agrária, o que na prática acaba se transformando em uma política apenas de criação de assentamentos rurais desprovidos de assistência técnica e de acesso às políticas que permitiriam que as famílias pudessem viver com dignidade em suas parcelas. Essa situação é percebida pelos assentados, como afirma um dos entrevistados:

“O que motiva eu morar aqui no assentamento é da seguinte forma, é que nem eu disse, se melhorar a gente continua mais feliz ainda porque é um lugar da gente viver, tranquilo, em paz, e vendo nossos filhos se criando no nível que a gente pode criar, porque se nós for pra cidade, lá nossos filhos vão tomar outro destino, a onde eu não vou gostar, e vou me envergonhar, então o projeto de eu viver aqui é essa situação. Eu vivo aqui muito satisfeito. E se vim ajuda do governo e do INCRA, ficarei mais satisfeito ainda, porque melhora pra nós aqui a situação.” (Assentado 45, em 27/05/2018).

Em relação ao INCRA, os assentados consideram que o órgão disponibiliza pouco apoio ao assentamento, e que sua gestão é à distância, que não possuem uma política de gestão da floresta, que comumente travam o licenciamento para as atividades de manejo florestal, e não liberam os documentos necessários para o desenvolvimento das atividades produtivas, incluído as atividades florestais, e, no geral, tem deixado o assentado abandonado no seu lote, sem assistência técnica, infraestrutura e os serviços básicos (Tabela 2).

A falta de sinergia com o órgão de gestão fundiária justifica o cenário de gestão florestal nos projetos de assentamento, onde 52% não faz uso da floresta, 40% utiliza apenas a extração de suprimento familiar (estacas para agricultura, madeira para construção, alimentação e usos medicinais), 3% desenvolvem atividades de manejo florestal madeireiro, 2% praticam alguma atividade de extrativismo (principalmente extração de óleos de andiroba e copaíba), e 3% não manifestaram o que pensam.

Tabela 2 – Percepção dos assentados em relação à gestão do INCRA

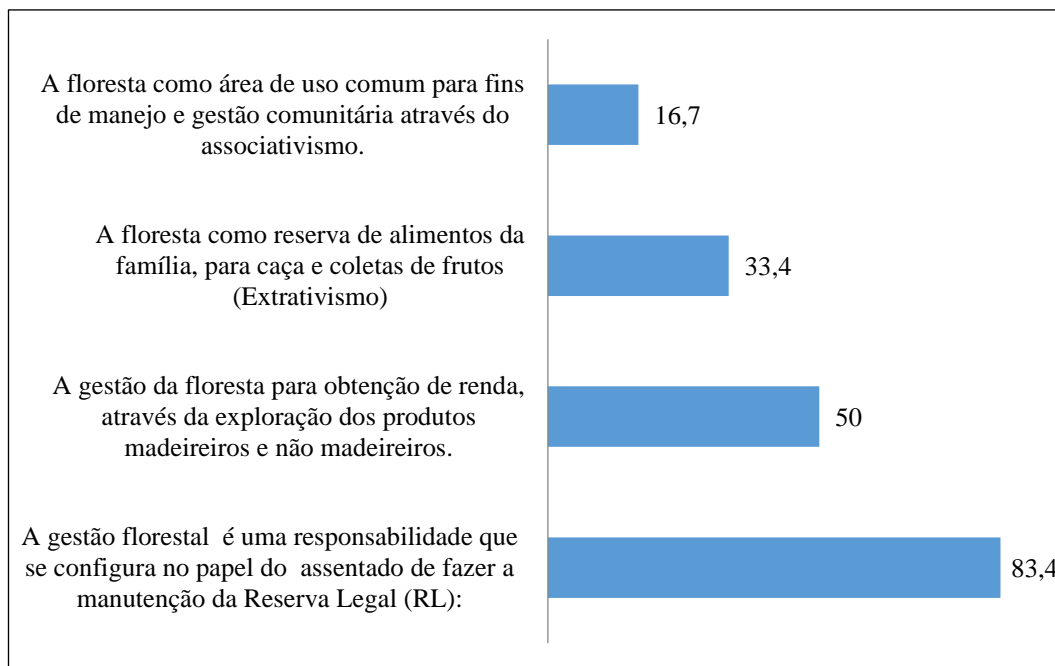
Percepção	%
Consideram que o INCRA apoia pouco o assentamento, que faz uma gestão à distância, não fazem nenhuma gestão da floresta, travam o licenciamento, não liberam documentos e deixam o assentado abandonado.	78,7
Consideram a gestão do INCRA boa, que que o órgão quer a preservação, mas o assentado não quer, e que tem o papel de aplicar as políticas.	16,7
Não opinou	4,6

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

4.3.2 A gestão florestal na percepção dos gestores

Foi perguntado aos gestores qual era o papel da floresta para a reforma agrária quando da implementação dos Projetos de Assentamento, e observou-se que a gestão florestal é uma responsabilidade que se configura na prática como um papel do assentado que, dentre suas obrigações de beneficiário, deve fazer manutenção da Reserva Legal (RL) (Gráfico 13).

Gráfico 13- Principais indicadores do papel da floresta nos projetos de assentamentos na percepção dos gestores, expressos em porcentagem (%) de frequência de resposta.



Fonte: pesquisa de campo.

Uma das percepções dos gestores é o uso comum da floresta. A percepção, em princípio, não se aplica aos projetos de assentamentos tradicionais ou convencionais. As áreas coletivas de uso comum são aplicadas nas modalidades de assentamentos diferenciados ou especiais, a exemplo do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista), PAC (Projeto de Assentamento Coletivo), mas não nos projetos tradicionais onde a floresta está fracionada na forma de Reserva Legal nas parcelas que cada família recebe da Reforma Agrária.

O uso coletivo da floresta vem sendo aplicado nesses projetos nas experiências de manejo em que os planos elaborados agregam um coletivo da Reserva Legal das parcelas e formam uma Unidade de Produção Anual (UPA). Neste caso, para Espada (2009), a detentora é uma Associação que organiza os assentados para a apresentação formal do Plano junto ao órgão licenciador, e a repartição dos ganhos econômicos é realizado individualmente, refletindo a gestão florestal que ocorre no lote pela família. As áreas coletivas são áreas cujos recursos são abertos, e o acesso à terra para o desenvolvimento de atividades é estritamente familiar, em parcelas da área total do assentamento (INCRA, 2010).

A floresta, como reserva para extrativismo, é outro indicador que caracteriza a percepção dos gestores em relação à gestão florestal nos assentamentos. Essa percepção

também é muito semelhante à percepção de uso comum da floresta. Tal visão concebe a floresta para atividades de coletas e extrativismo de essências. Constitui-se uma estratégia interessante, mas não leva em consideração que as famílias assentadas não possuem tradição para essa abordagem. Mas no geral, a perspectiva, sobretudo econômica, em relação ao extrativismo é periférica no conjunto das atividades que compõem a renda da maioria das famílias, representando apenas 4,62% (Gráfico 10), corroborando com Amaral (2011) e Espada (2009).

O terceiro elemento da percepção dos gestores sobre a gestão florestal nos assentamentos é aquela que concebe a floresta como componente da renda familiar por meio do manejo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Parece ser a percepção de gestão que mais se adéqua aos projetos de assentamentos convencionais por incluir a floresta na estratégia de composição dos benefícios econômicos obtidos das atividades produtivas do lote.

Essa perspectiva de gestão florestal, como um componente do desenvolvimento do assentamento a partir do lote, leva a um esforço institucional de repensar a matriz da estratégia para a transformação do meio rural, superando-se o que Leite e Ávila (2007) chamam de amarras reducionistas às quais o campo foi submetido, alargando as possibilidades e oportunidades sociais e inserindo a reforma agrária no processo de desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Os gestores indicam que a gestão florestal é um componente de uso da Reserva Legal, cuja ação se configura numa responsabilidade que o assentado assume quando se torna beneficiário da Reforma Agrária. Mas este processo de gestão da floresta não se constitui em um ato que se consolida apenas por força da lei, é necessário que haja o aporte de condições das políticas públicas, sem o qual a floresta não se tornará um componente da gestão sustentável do assentamento.

A gestão dos recursos naturais não é um processo simples, pois necessita de conhecimentos técnicos e, em muitos casos, exige investimento. Segundo Medina et al. (2009), as comunidades amazônicas possuem disposição e interesse na melhoria dos seus meios de subsistência e gerenciando melhor os seus recursos florestais, no entanto possuem compreensão limitada, havendo necessidade de apoio de assistência técnica, o que não ocorre na maioria dos assentados.

Por fim, os gestores veem a gestão das florestas nos assentamentos sem intervenção por parte do INCRA, tendo em vista que os órgãos não atuam de forma integrada para implementação de políticas de gestão florestal. Assim, as ações de governo

são isoladas no âmbito do assentamento, devido à falta de vontade política para tornar o Estado presente, tal ausência propicia o campo aberto para o predomínio de atividades ilegais e a degradação florestal, prevalecendo os interesses de madeireiras em detrimento dos interesses dos assentados.

Eles reconhecem ainda que haja pouca eficiência na liberação da documentação necessária para o licenciamento de atividades produtivas, notadamente com a floresta, refletindo na ausência de projetos de manejo florestal, que se torna agravado ainda mais pela falta de assistência técnica específica (Tabela 3).

Tabela 3– Percepção dos gestores em relação a gestão florestal nos assentamentos

Percepção	%
Os assentados beneficiários fazem a gestão, o grileiro não	16,7
Falta de atuação sinérgica dos órgãos, ações isoladas, falta de vontade política, ausência do Estado, a floresta a bel prazer de madeireiras, falta de acompanhamento.	50
Pouca eficiência na liberação de documentação para o manejo (sem documento não conseguem licenciar planos).	33,3
Não sabe se há gestão, não percebem	50
Insuficiência de projetos de manejo florestal, falta de ATER específica.	16,7

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Em uma realidade com recursos cada vez mais limitados, as estratégias de ação precisam ser pensadas em uma lógica de integração de esforços e mudança da lógica, de um assentado objeto da política para um assentado sujeito político da reforma agrária. As políticas públicas precisam ser adequadas tanto à realidade dos recursos públicos quando à dos assentamentos e seus beneficiários.

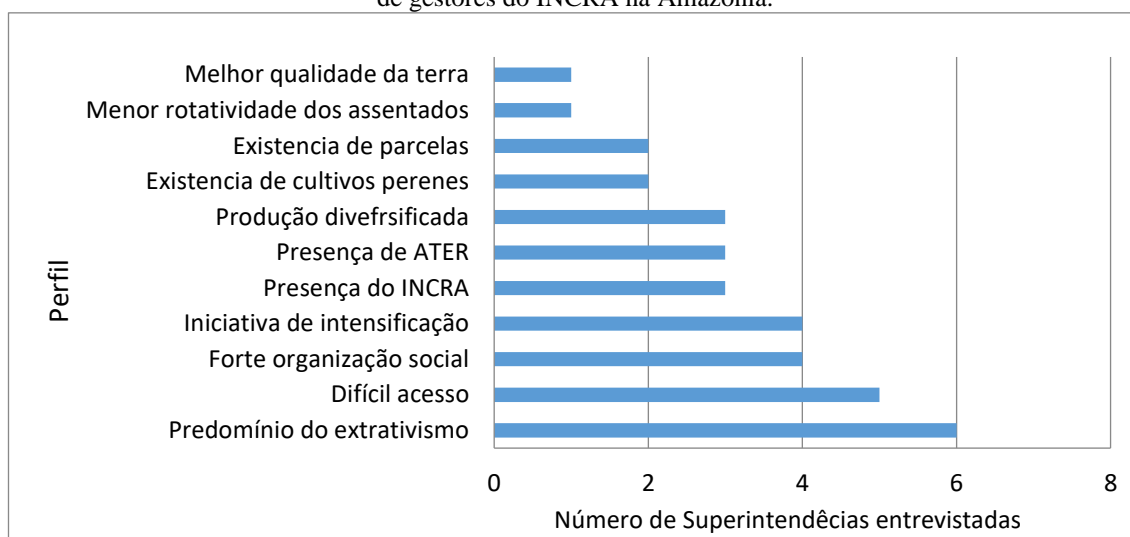
Essa questão é tratada por Leite e Ávila (2007), ao se referirem à necessidade de uma análise das perspectivas futuras para a reforma agrária, destacando dentre as ações necessárias, o suporte técnico, organizacional e financeiro aos beneficiários disponibilizados de forma descentralizada e não burocrática e a experiência gerencial dos beneficiários e infraestrutura previamente disponível.

Os investimentos de políticas públicas precisam ser aplicados de forma eficiente e gerar os resultados que tanto os beneficiários como a sociedade esperam. Para Humphries et al. (2012), a gestão florestal como empreendimento na Amazônia é um mecanismo fundamental de sucesso, que pode oferecer múltiplos benefícios para a

sociedade brasileira, incluindo um padrão de vida mais elevado para as comunidades rurais, melhor governança dos recursos naturais e preservação da diversidade biológica.

Para Alencar et al. (2016), os assentamentos que melhor valorizam a floresta e fazem a sua gestão de forma adequada são aqueles que possuem características que possibilitam a diminuição das taxas de desmatamento em razão de fatores que favorecem, dentre eles, a existência de uma terra de melhor qualidade, menor rotatividade dos assentados, dinamização da economia familiar através do desenvolvimento de cultivos perenes e produção diversificada, presença de Assistência Técnica e do INCRA, iniciativas de intensificação da agropecuária, forte organização social, difícil acesso e predomínio do extrativismo como mostra o gráfico 14. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas e oficinas realizadas com 11 superintendências na região Amazônica.

Gráfico 14 – Perfil dos assentamentos com menores taxas de desmatamento de acordo com a percepção de gestores do INCRA na Amazônia.



Fonte: Adaptado de Alencar et al.(2016).

Em resumo, a gestão florestal é uma preocupação presente na percepção dos gestores, mas ela se apresenta ainda sob diferentes formas, lógicas e abordagens. Assim, os elementos contidos nas percepções são relevantes, e trazem importantes contribuições para a construção de uma abordagem interdisciplinar de gestão florestal nos assentamentos, que integre os aportes de políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária no Brasil, supere as visões dicotômicas e incorpore os elementos numa abordagem integrada.

4.4. O LUGAR DA FLORESTA NA PERSPECTIVA DOS ASSENTADOS E GESTORES

4.4.1 O lugar da floresta na percepção dos assentados

De acordo com a pesquisa de campo (2018), para os assentados, a percepção acerca da importância da floresta se dá a partir de três grandes fatores: (i) a supressão florestal para desenvolvimento de atividades agropecuárias, (ii) preservação para manutenção da sua biodiversidade, e (iii) conservação para atividades de usos e suprimento de necessidades básicas de subsistência e manejo para obtenção de renda.

Essa percepção da importância ou não da floresta se dá a partir desses três indicadores que são resultados do aprendizado cultural, das vivências estabelecidas historicamente e das necessidades de sobrevivência impostas pela sociedade. Além disso, esse processo está diretamente relacionado à origem do assentado (SAUER, 2005).

Os assentados de origem regional, a exemplo dos paraenses, são os que conseguem desenvolver atividades com a floresta (extrativismo) mais voltadas para o suprimento familiar (5,3%), praticam mais as atividades de culturas anuais (94,7%), possuem um grande volume de atividades com culturas perenes (55,3%) e pecuária (28,9%) e pequenos animais (10,5%). Já as famílias que vieram de outras regiões do Brasil não desenvolvem atividades com a floresta, e suas atividades econômicas estão concentradas nas culturas anuais (88,9%), perene (51,8%), pecuária (37,0%) e pequenos animais (33,3%).

Segundo relato das famílias, o ato de suprimir a floresta ocorre por vários fatores, dentre eles a necessidade da sobrevivência na terra, a falta de vocação para manejar a floresta, falta de apoio para desenvolver atividades que incluam a floresta e ausência de políticas públicas de apoio à atividade florestal, principalmente nas áreas de reforma agrária. Alguns depoimentos trazem revelações contundentes sobre esse aspecto, como afirma o entrevistado 24:

“Eu nunca tive aquele prazer de sair derrubando tudo, assim, em fazer um roçado grande pra sair derrubando a floresta não, meu pensamento é de ir conseguindo um pouquinho pra gente ir só fazendo aquele roçadinho pra ir plantando alguma coisa né, eu mesmo não quero ir derrubando os meus 20%, e nem esses 20% eu não derrubei. A minha visão de antes quando cheguei no lote é a mesma de agora” (Assentado 24, em 05/05/2018).

O assentado percebe que a floresta que possui no lote já não é mais rica em potencial florestal, seja como fonte de madeira comercial para geração de renda, como também o lugar onde fazem o extrativismo de espécies importantes para a subsistência, ligadas à alimentação (Piquiá, Uxi, Castanha do Pará); plantas medicinais (cascas, raízes); essências e óleos (Cumaru, andiroba). Embora desenvolvam atividades de proteção, principalmente contra o fogo, percebem que um dos cuidados mais importante de apoio à manutenção da floresta é a implementação de atividade de reflorestamento, como afirmam os entrevistados 24 e 63.

“É assim, o que eu faço é uma plantação que vai reflorestar a parte que eu usei, trabalho com SAFs, com plantio de cumaru, goiaba, são vários tipos. E trabalho com proteção contra fogo. Agora mesmo quando entrou esse fogo trabalhei fazendo aceiro para não queimar, mas não teve jeito. O que a gente faz aqui é assim, faz um roçadinho e faz logo um aceiro pra não entrar o fogo.” (Entrevistado 24, em 15/05/2018).

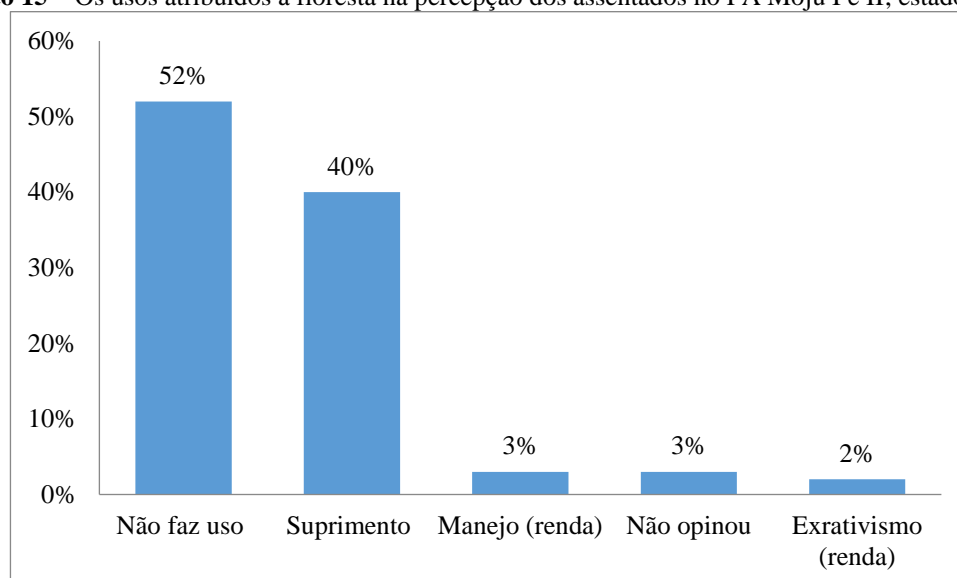
“Hoje a gente vê que a floresta já está bem mais explorada né, tem aquela questão de não desmatamento, mais de extração de madeira, pra retirada de muita madeira, então isso mexeu muito com a floresta. Está acontecendo muito isso daí, mesmo legalizada, a madeireira tirada sempre legalizada, mas pra nós é sempre...quebra muito o ritmo da floresta. E a floresta precisa de cuidados até porque, como estou falando né, antes você encontrava uma copaíba encima uma da outra, o cumaru, o ipê, o jatobá, hoje você não encontra mais, então pra ter essas coisas você tem que replantar, e muitos já estão fazendo, replantando, andiroba, cumaru, essas coisas aí, tem que plantar. Então precisa de muitos cuidados, o certo era preservar os últimos que já tem, se preservasse seria bom.” (Entrevistado, 63, em 15/05/2018).

Na percepção dos assentados, a floresta possui maior ou menor valor para a sua manutenção na parcela, dependendo dos serviços que ela pode oferecer para a sobrevivência e também do seu estado de conservação ou degradação. Apesar de perceberem a floresta com importância para os usos familiares, no entanto, manifestam preocupação em relação a escassez de recursos que se manifesta notório na maioria das parcelas conforme descrito anteriormente na fala do entrevistado 63.

Outro elemento importante para compreensão da gestão florestal na percepção dos assentados é o uso atribuído à floresta. Para os assentados, a importância da gestão se justifica pelo tipo de uso que a floresta representa para a sobrevivência imediata da família no lote. Para os que consideram a gestão da floresta como importante ligada ao fornecimento de suprimento familiar estão 40% dos entrevistados, contra 52% que afirmaram não fazer nenhum tipo de uso da floresta, 3% consideram importante o manejo

da floresta para a obtenção de renda, e apenas 2% realizam algum tipo de atividade extrativa da floresta para geração de renda (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Os usos atribuídos à floresta na percepção dos assentados no PA Moju I e II, estado do Pará



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Como a maioria dos assentados, não fazer nenhum uso da floresta, confirma o desinteresse de um número expressivo de famílias que não conseguem perceber a floresta com um componente importante de desenvolvimento da parcela e de sua sobrevivência. Como já analisada, essa questão reflete uma série de fatores ligados à sustentabilidade do assentamento enquanto uma unidade territorial vinculada à sobrevivência de agricultores familiares.

De acordo com os assentados, a falta de parceria (88%) é um dos principais fatores que dificultam incluir a floresta na estratégia de desenvolvimento da unidade familiar no assentamento e que tem levado a não pensar um plano de ação para o uso da floresta, contra 6% que justificaram ter recebido algum tipo de parceria para fazer uso de suas florestas, principalmente, para plano de manejo, e 6% que receberam apoio para realizar atividades de reflorestamento.

Em relação ao INCRA, o estudo revelou um sentimento de crítica profunda por parte dos assentados em relação ao seu funcionamento. A maioria dos entrevistados, conforme mostra a Tabela 4 (86,2%) vem o órgão sem a devida funcionalidade para atendimento de suas demandas. Avaliam que o INCRA cobra uma conduta de preservação da floresta, mas não tem conseguido dar apoio suficiente e nem assistência técnica para

as atividades ligadas à floresta (29,2%), que as famílias vivem abandonadas (26,2%) e que o INCRA não faz a gestão da floresta, mas cria dificuldade à sua utilização, assim como trava os processos de licenciamento e demora ou não libera os documentos necessários para o desenvolvimento das atividades florestais de forma legal (13,9%).

Tabela 4– Percepção dos assentados em relação à gestão florestal pelo INCRA

Percepção dos assentados	%
Cobram a preservação da floresta, mas não dão apoio e nem assistência técnica.	29,2
Deixam os assentados abandonados	26,2
Não fazem gestão florestal, dificultam o uso da floresta, travam o licenciamento, não liberam documentos.	13,9
Relacionamento à distância com o assentamento	9,2
Consideram a gestão boa do INCRA, estão sob sua responsabilidade	7,7
Tem o papel de aplicar as políticas, infraestrutura, mas não está mais implementando.	7,7
O INCRA quer a preservação, e os assentados o desmatamento.	1,5
Não opinou	4,6
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

O excesso de burocracia aliado ao longo tempo para a liberação de um plano de manejo florestal comunitário se constitui nos principais elementos da falta de motivação dos assentados para o desenvolvimento da atividade legal com suas florestas; o que acaba, na maioria dos casos, empurrando-os para atividades ilegais.

Em relação à percepção da floresta que os assentados tinham quando chegaram no assentamento e a percepção que possuem hoje, o estudo revelou que houve significativas mudanças conforme mostra a Tabela 5. A grande mudança na percepção é que a floresta não está mais intacta como percebiam que estava antes (48%) e hoje (2%).

Tabela 5 – Percepção em relação a floresta na chegada ao assentamento e a visão hoje.

Percepção	Antes	Hoje
Floresta intacta	48%	2%
Pouco desmatamento	43%	46%
Muito desmatamento	5%	34%
Queimada	2%	14%
Agredida por madeireiros	1%	-
Fartura de animais e frutas	1%	1%
Manejada	-	3%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Embora ela não estivesse mais intacta, sua forma ainda era exuberante que demonstrava estar intacta na visão de quem chegava. Na visão de 36% o desmatamento cresceu no assentamento, assim como as queimadas aumentaram significativamente, tornando-se hoje um grave problema na área, conforme foi percebido em vários relatos. E a grande mudança reside no fato de que antes não havia atividade de manejo da floresta e hoje já existe, embora ainda seja uma atividade invisível e pouca significativa no contexto das atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, como já demonstrado anteriormente.

4.4.2 O lugar da floresta na percepção dos gestores

De modo geral, para os gestores, a floresta é um lugar de reserva no assentamento: reserva legal conforme preconizado na legislação, reserva para extrativismo voltado para atendimento das necessidades e suprimento familiares, e reserva de manejo florestal para composição da renda familiar. Essas possibilidades não são divergentes, mas complementares. Em todas essas percepções a floresta ocupa um importante papel, seja para garantir a sobrevivência das famílias através de suprimento alimentar, medicinal e apoio para a agropecuária, seja para servir de alternativa que compõe as atividades produtivas geradoras de renda e manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas.

No que concerne à Reserva Legal, para fins econômicos, esta somente poderá integrar de forma sustentável o sistema produtivo do assentamento, se for por meio de manejo florestal, com ênfase no uso múltiplo, cumprindo a legislação ambiental vigente (INCRA, 2010).

Em resumo, no assentamento, a floresta é um bem comum, mas de uso familiar, podendo assumir formas distintas na forma de uso. Além disso, igualmente à terra que deve cumprir sua função social, a florestal segue também o mesmo pressuposto. Essa visão é reforçada pelo INCRA (2010), enfatizando que a intervenção em áreas de floresta em Projetos de Assentamento deve contribuir com a implementação da Política Nacional de Reforma Agrária e o desenvolvimento rural sustentável.

Para os gestores, a florestal ocupa quatro principais funções: (i) reserva de uso comum; (ii) reserva de extrativismo; (iii) reserva para obtenção de renda; e (iv) reserva de floresta para cumprimento da legislação por meio da manutenção da reserva legal. Essa

percepção dos gestores demonstra as possibilidades do que poderia ser a floresta nos projetos de assentamentos na Amazônia.

4.5 GESTÃO FLORESTAL E O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Para os assentados, o território da reforma agrária é um espaço de conquista que serve de amparo à reprodução e ascensão social do homem enquanto cidadão. Nosso estudo de campo sobre o significado do assentamento para as famílias identificou nos discursos que este processo engloba esperança por um dia melhor no lote e, ao mesmo tempo, as angústias de não terem seus direitos respeitados pelo Estado. Os depoimentos registram histórias marcantes, que trazem misturas de esperança com desesperança, mas que entre uma e outra perspectiva, as famílias, em sua maioria, continuam acreditando que o assentamento seja o melhor lugar para viver com dignidade, tranquilidade, sossego, oportunidade e qualidade e vida. Ao penetrarmos no mundo subjetivo das famílias assentadas, encontramos histórias de vida e sonhos que servem de motivação para a permanência no campo como afirma o entrevistado:

“O assentamento representa pra mim a possibilidade de sobreviver hoje, então não tem outra região melhor”(Entrevistado 34, 10/05/2018.);

“O assentamento é o lugar que nos possibilita ter a terra para trabalhar” (Entrevistado 06, 03/05/2018).

“O assentamento significa um lugar muito bom pra se viver, significa liberdade” (Entrevistado 12, 07/05/2018).

“O assentamento é um lugar muito bom, é onde vivo sossegado”; “morar no assentamento significa ter um pedaço de terra para fazer um barraquinho e trabalhar a vontade” (Entrevistado 36, 25/05/2018).

“O assentamento significa possuir um pedaço de terra para trabalhar, porque a gente não tem profissão, então a gente fica trabalhando aqui” (Entrevistado 38, 25/05/2018).

“ele tem um grande significado, ele dá um lugar pra nós morar, dá um lugar pra nós trabalhar, e dá um lugar pra ser feliz” (Assentado 49, em 27/05/2018).

“Assentamento significa a pessoa, possuir um pedaço de terra, ter uma propriedade, ter um lar, é isso que nós temos hoje, pra nós isso aqui tem sido confortável, antes a gente não tinha, só sonhava com essa terra, e agora nós tem, e ela tem sido importante pra nós” (Assentado 58, em 29/05/2018).

O assentamento é, portanto, o espaço de encontro das biografias, que expressamos sentido da luta pela terra e para as famílias que se aventuram nessa jornada. A terra ganha um significado real e simbólico, de um lugar de trabalho, moradia, produção

e reprodução social camponesa (SAUER, 2005). É o lugar daquele que não teve oportunidade de instrução, acesso ao pleno emprego, moradia digna e de sentir-se dono de seu próprio lugar. É o espaço de sobrevivência de quem foi historicamente marginalizado, por falta de terra e de oportunidades.

O assentamento representa, a possibilidade da vida digna, do direito ao trabalho, da valorização enquanto ser humano, do reconhecimento de ser cidadão pleno de direitos e deveres. O assentamento continua sendo uma aposta aos que buscam no acesso a terra o sentido de pertencimento ao território, ou seja, o lugar de afirmação de uma identidade, a de assentado. Assim, o assentamento continua sendo o espaço social de luta pela terra. A terra, o trabalho e a produção representam os fatores de mediação das relações sociais de subsistência, através dos quais constroem suas perspectivas e visões de mundo (BRASIL, 2005).

A produção, o trabalho e a renda assumem valor simbólico no território que valoriza o assentado enquanto ser político e social. Nesse aspecto, o assentamento é o espaço da reconstrução da vida, da produção e da reprodução social e política que induz o homem do campo à luta pela terra e pela emancipação, traduzida na autonomia em relação à política de reforma agrária, na conquista do direito à propriedade, pertencimento ao território, e na capacidade de organização que possibilite o ambiente da resistência coletiva e da permanência no território conquistado.

Na percepção dos assentados, encontramos um mundo subjetivo de significados, de vivência no território e da satisfação de estar no mundo rural, na relação com o programa nacional de reforma agrária, e entender o significado da construção social do meio e do espaço.

As percepções revelam visões de uma população sofrida no acesso aos benefícios das políticas da reforma agrária no Brasil. Tais percepções sobre o meio rural tornam-se desabafos, um grito de dor em busca de apoio do Estado no atendimento às condições básicas como afirma um dos entrevistados:

“Assentamento significa a pessoa, possuir um pedaço de terra, ter uma propriedade, ter um lar, é isso que nós temos hoje, pra nós isso aqui tem sido confortável, antes a gente não tinha, só sonhava com essa terra, e agora nós temos, e ela tem sido importante pra nós. Diante do impasse, que são assim, das necessidades básicas que a gente tem no assentamento, que a gente tem no assentamento, a gente sobrevive aqui, entendeu, é uma sobrevivência, porque aqui nós não temos escola, nós não temos uma boa escola, nós não temos uma boa saúde, entendeu, então nós temos essas necessidades, nós precisamos ter essa complementação que, assentado nós somos, nós ganhamos uma terra, nós trabalhamos, nós se autossustenta, mas nós não temos esse apoio, que é o apoio na educação, apoio na saúde, ter apoio na comercialização da nossa produção,

porque hoje esse é o grande impasse que nós temos aqui dentro” (Assentado 58, em 29/05/2018).

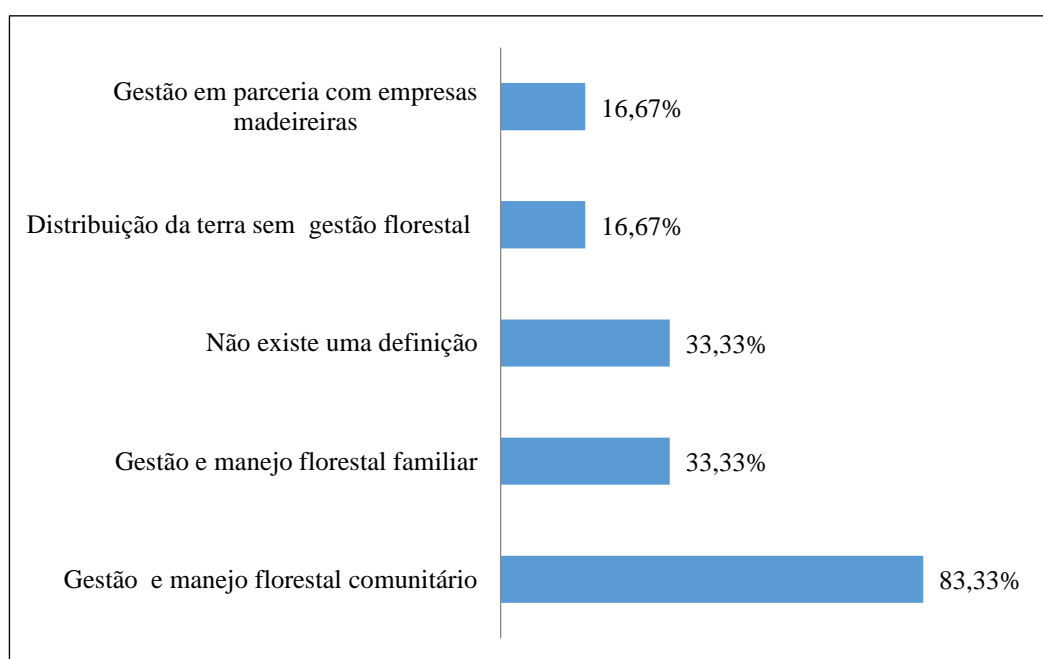
Os assentados apresentam três grandes ações de gestão da floresta no território: o cuidado com as queimadas (42%), evitar o desmatamento (39%) e desenvolvimento de ações de reposição florestal ou reflorestamento (19%). Essas medidas apresentadas pelos assentados compõem a estratégia de gestão da floresta na perspectiva do lote e do assentamento como território comum da reforma agrária.

Dentre as medidas, a preocupação com as queimadas é a que chama mais atenção na percepção dos entrevistados, mostrando a evidencia de um problema que tem se tornado grave no território nos últimos anos, e que tem ameaçado substancialmente a integridade das florestas remanescentes e a segurança das atividades produtivas.

Tanto a preocupação com as queimadas quanto o desmatamento aparecem na percepção dos assentados como as principais ameaças à conservação florestal. Esses problemas, por sua vez, estão associados à lógica de desenvolvimento dos lotes que segue uma tendência histórica de corte e queima e ausência de políticas públicas para promoção de atividades produtivas sustentáveis, incluindo o manejo da floresta na geração de renda e outros benefícios.

A principal forma de gestão da floresta nos projetos de assentamento, segundo os gestores, é o que está previsto na legislação: a gestão e manejo comunitário e a gestão e manejo familiar (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Percepção da gestão florestal pelos gestores.



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Para estabelecer regras de como fazer a gestão florestal nos assentamentos da reforma agrária, o INCRA criou a Instrução Normativa 65 de 27/12/2010 que estabelece as formas e os procedimentos para o manejo florestal, seja para o uso de recursos madeireiros ou não madeireiros que existam nas áreas, cuja regularização fundiária esteja consolidada.

Os gestores reforçam que o INCRA possui um conjunto de normas e regras que orientam as formas legais de manejo florestal sustentável como estratégia de gestão e valorização dos ativos existentes nos territórios da reforma agrária. A gestão poderá ser desenvolvida de forma comunitária ou familiar dentro do assentamento.

Por outro lado, os gestores reconhecem que a aplicabilidade da legislação em campo não ocorre devido a vários fatores, como o fato de ser um processo longo e demorado para fazer um levantamento de campo, alto custo de operação, demora na tramitação dentro dos órgãos, incluindo o INCRA e o órgão licenciador.

Além disso, a regularização fundiária dos assentamentos para os entrevistados é um problema dos mais sérios que impede a emissão de documentação dessas terras, o manejo florestal, bem como o acesso ao crédito para os assentados desenvolverem suas atividades em campo com segurança jurídica e ambiental.

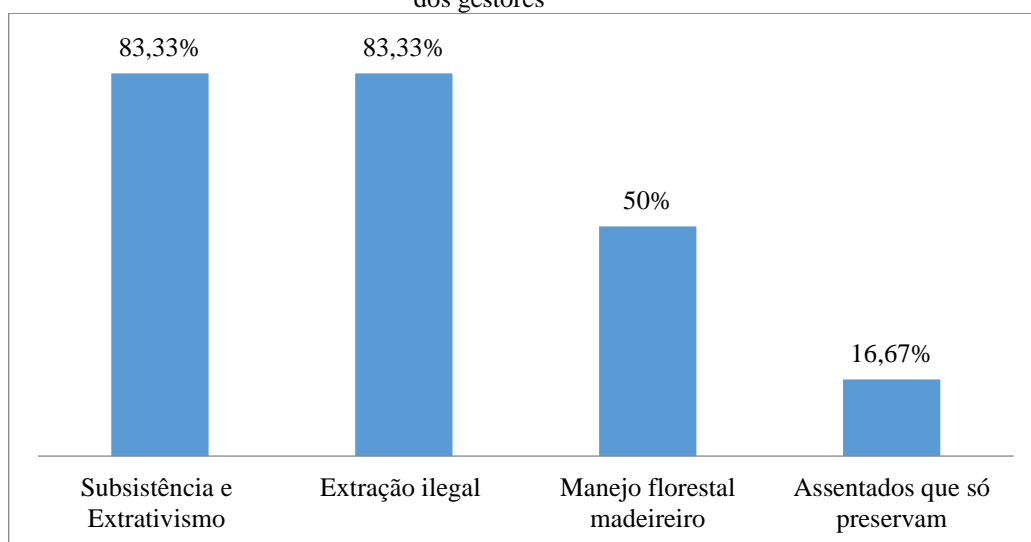
Historicamente, a gestão institucional da reforma agrária tem sido marcada pela ausência de uma política de gestão das florestas nos assentamentos rurais. Os gestores reafirmaram nas entrevistas que inicialmente a preocupação maior do órgão fundiário era com a distribuição de terras para as famílias; e o que comprovava que esta se encontrava na parcela trabalhando era o desmatamento da área. Reconhecem que essa visão inicial de desenvolvimento do assentamento não foi a mais adequada. Afirmaram ainda que este comportamento institucional pode ser observado hoje quando vão fazer vistoria no lote do assentado, cuja premissa básica que serve para avaliar a viabilidade da parcela é ver o desenvolvimento da agricultura, sem nenhuma preocupação que diga respeito à relação da família com a floresta.

Segundo eles, houve mudanças no órgão fundiário em relação à preocupação com a floresta em decorrência de alterações nas legislações, a exemplo do Código Florestal Brasileiro, e da própria pressão internacional a respeito da preservação da Amazônia. Isto levou o órgão a se adaptar e a criar mecanismo de gestão sobre a floresta. Eles também reconhecem que hoje para um assentado conseguir uma licença para desmatamento ou fazer o manejo florestal sustentável é muito difícil, pois a própria

autorização para legalização de planos de manejo que deveria ser uma atividade do cotidiano sofre de uma extensa burocracia dentro do órgão.

Os gestores entrevistados apontam que a exploração não autorizada e clandestina pode ocorrer em função da falta de uma política voltada para a gestão florestal nas áreas de reforma agrária na Amazônia. Uma mudança nessa realidade, para promoção do manejo sustentável, necessitaria da titulação das terras, que praticamente inexistem. Eles afirmam que a maioria dos assentamentos não tem titulação, sequer o CCU que seria o título inicial provisório. Para o licenciamento da atividade florestal, os órgãos ambientais, exigem uma documentação da terra. Mesmo sem a documentação da terra, as pessoas são obrigadas a permanecer no lote, e não conseguem, por conta disso, realizar nenhuma forma de licenciamento das atividades de que precisam para sobreviver. Daí boa parte do problema do uso clandestino da floresta ser por falta da regularização fundiária, afirmam os gestores (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Formas de uso da floresta que mais predominam nos assentamentos na percepção dos gestores

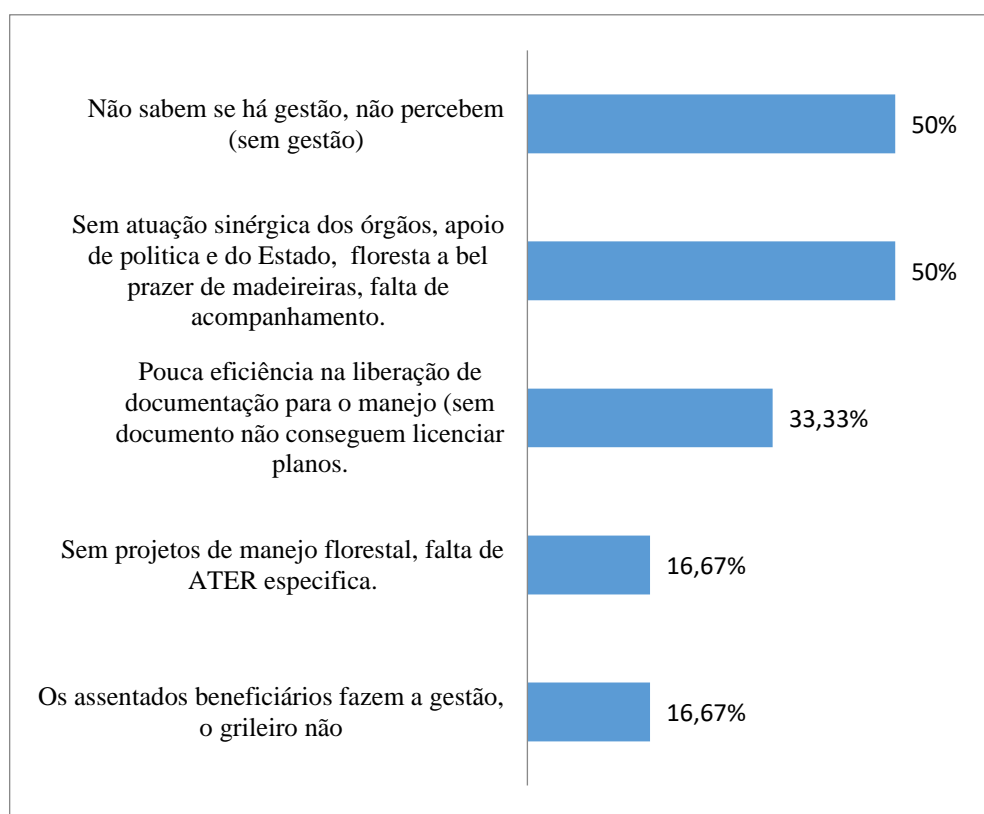


Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Além disso, os gestores foram questionados como percebiam a gestão florestal que vem sendo realizada nos assentamentos pelas famílias. Dentre as percepções: desconhecem a existência de gestão florestal nos assentamentos (50%) e aquelas que consideram que não há gestão por falta de atuação integradas dos órgãos governamentais, por ausência de políticas públicas e presença do Estado e que as florestas são entregues a empresas madeireiras (50%), e a pouca eficiência na liberação de documentação para licenciamento de atividades (33,33%). Estas percepções mostram que a ausência

institucional contribui, de alguma forma, para não haver também nenhuma ação de gestão por parte dos assentados, o que nos revela uma realidade onde a floresta não se constitui parte da estratégia de desenvolvimento dos assentamentos, e a extração ilegal impera juntamente com a degradação florestal (Gráfico 18).

Gráfico 18- Como os assentados são percebidos pelos gestores na gestão de suas florestas



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

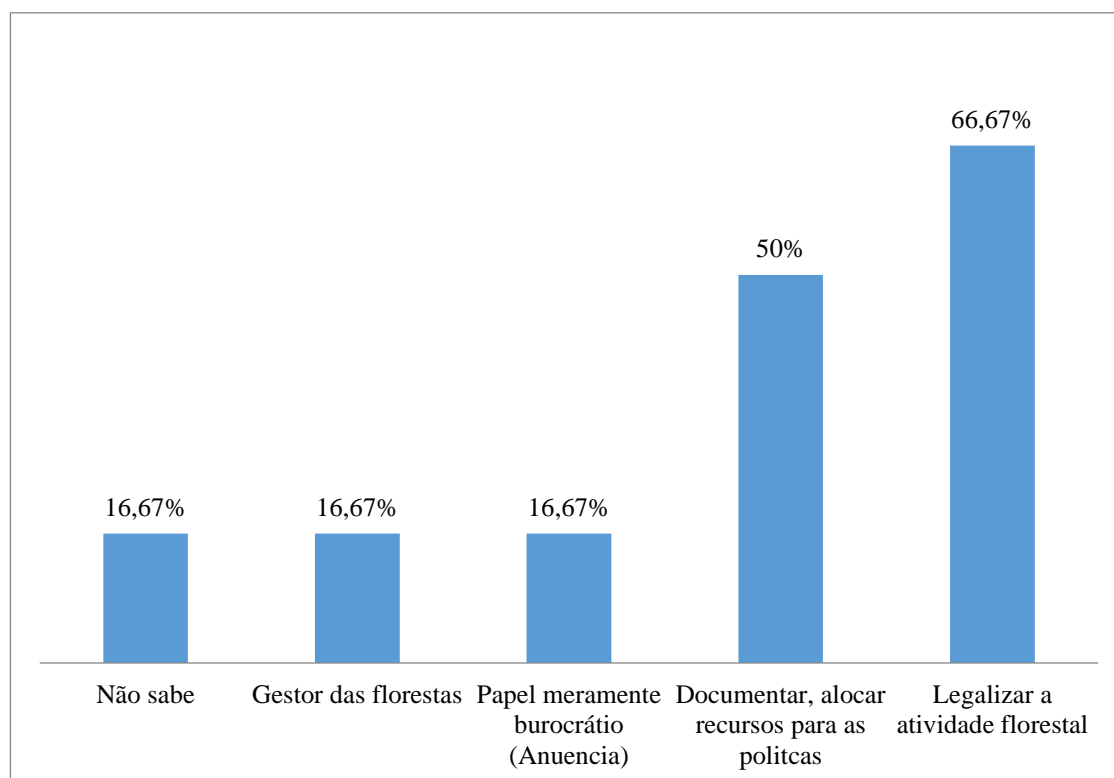
A maioria dos gestores também considera que o papel do INCRA não é o de fazer a gestão do assentamento, incluindo a gestão florestal, mas de criar condições para que as próprias famílias possam exercer esse papel (Gráfico 19). Essa visão está em sintonia com a política nacional de reforma agrária, quando objetiva a emancipação dos territórios e das famílias que neles moram.

A emancipação se constitui no ato de consagração da liberdade e da autonomia do assentado no seu direito à propriedade da terra, situação que vem sendo negada ao longo de todo o processo de implementação da reforma agrária na Amazônia em relação aos projetos de assentamento (PA).

Os gestores concordam que a ausência do Estado e a falta de políticas que promovam o desenvolvimento do assentamento com sustentabilidade é um dos mais importantes cenários do que ocorre com as famílias assentadas nas mais diferentes

modalidades de assentamento, não só nos projetos de assentamentos. Demonstram isso quando se referem ao papel do INCRA na legalização da atividade florestal e no processo de documentação e alocação de recursos para a implementação das políticas (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Percepção dos gestores em relação ao papel do INCRA na consolidação da gestão florestal nos assentamentos



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

4.6 A VISÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE PARCERIAS E A GESTÃO FLORESTAL

A relação de empresas madeireiras com comunidades de assentados é um processo histórico que acompanha a reforma agrária e a implantação dos assentamentos na Amazônia. Mais recentemente o estabelecimento dessas parcerias passou a ser objeto de discussão das organizações comunitárias, instituições governamentais e não governamentais e empresários, visando à consolidação de uma abordagem mais elaborada desse tipo de relação que vem ocorrendo nos assentamentos e inseri-la nos marcos legais socioambientais e a minimização de críticas (CARNEIRO, 2012).

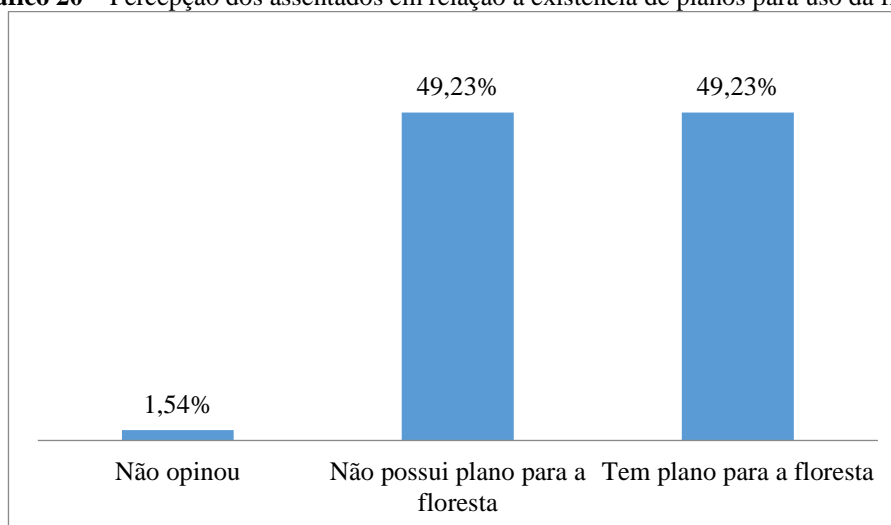
Um exemplo desse esforço é o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF (BRASIL, 2009) e a proposta de Política Estadual de Manejo Florestal e Familiar-PEMCF para o Estado do Pará (IDEFLOR-BIO, 2018).

O manejo florestal, e mais especificamente o comunitário, tem sido defendido com um componente importante e estratégico da gestão e da conservação da floresta na Amazônia brasileira (HUMPHRIES et al., 2013). A cooperação tem sido considerada um componente da dimensão da governança necessária para o sucesso de uso sustentável dos recursos florestais por comunidades e grupos de pequenos agricultores familiares na Amazônia brasileira (ESPADA, 2015). Assim, as comunidades amazônicas possuem um enorme potencial de melhorar seus meios de subsistência e a qualidade de vida gerenciando eficientemente suas florestas (MEDINA, 2009). Todavia, o fortalecimento de sistemas de gestão florestal por pequenos produtores e comunidades ainda é um processo complexo, sobretudo em áreas de fronteira, onde a floresta é um recurso econômico em disputa (MEDINA, 2012).

No PA Moju, de acordo com a percepção dos assentados, 83% afirmaram não possuir nenhuma forma de parceria para o desenvolvimento da gestão florestal, tanto para a implementação de projetos de manejo, quanto para atividades ligadas à proteção e aos cuidados com a floresta.

A ausência de parceria reflete também a ausência do Estado e da Sociedade na viabilização da Reforma Agrária enquanto espaço de reprodução social e de gestão dos recursos naturais. Cerca de 77% dos assentados afirmam desenvolver atividades de proteção da floresta, mas o fazem com esforço próprio (95%). No entanto, os que não desenvolvem formas de proteção da floresta, alegaram por falta de apoio ou conhecimento. E os que desenvolvem suas atividades com apoio de parceria são apenas 2%. Essa situação é também apontada como uma das principais dificuldades para o estabelecimento de algum plano para o uso sustentável do potencial de florestas existentes e fazer a sua gestão.

Apesar de 49% dos entrevistados terem manifestado que possuem plano para uso da floresta, boa parte deles não sabe o que fazer com ela (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Percepção dos assentados em relação a existência de planos para uso da floresta

Fonte: pesquisa de campo (2018).

Dentre os que não possuem expectativa de estabelecimento de um plano de uso da floresta, 41,6% não têm ideia alguma do que fazer, sendo que alguns (29,3%), apesar de não possuírem um plano de uso da floresta no curto prazo, imaginam que podem realizar algum tipo de projeto de conservação florestal, enquanto que para 21,5% dos entrevistados a prioridade de suas atividades é a agricultura (Tabela 6).

Tabela 6 - Planos para a gestão da floresta de acordo com os assentados.

Justificativa	%
Não possui plano	41,6
Conservar a floresta	29,3
Prioridade é a agricultura	21,5
Falta de conhecimento	3,1
Falta de apoio	1,5
Não possui mais interesse	1,5
Usa a floresta sem planejar	1,5

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Para 70,7% dos entrevistados (Tabela 8), a floresta não compõe o plano da família em relação às atividades desenvolvidas no lote. Apenas 29,3% consideram a floresta como parte de suas ações na parcela, seja para uso em termos de suprimento ou para conservá-la para atividades no futuro, incluindo o manejo florestal. A inexistência de uma estratégia para a floresta no lote está ligada a diversos fatores, dentre os quais a falta de apoio e parceria para o desenvolvimento de projetos que envolvam a floresta, como afirma um dos assentados nas entrevistas a seguir:

“Se a gente tivesse preparo, assistência técnica, a gente poderia extrair alguma coisa da floresta, fazer por conta é difícil demais.(Entrevistado 26, 05/05/2018).

A gente não tem um projeto, porque sem ajuda como a gente vai fazer um projeto? (Entrevistado 42, 27/05/2018).

Meu plano é continuar com as roças, a único trabalho que a gente pode viver dele. O futuro que a gente tem é trabalhar na roça pra sobreviver”. (Entrevistado 48, 27/05/2018).

A falta de uma estratégia de política pública para a gestão das florestas nos projetos de assentamentos, levam as famílias a contribuírem para a sua degradação. Para os gestores não existe uma posição institucional para fortalecimento da gestão florestal como uma estratégia de conservação e de uso sustentável da florestal pelos assentados. Para eles, os projetos de assentamentos deveriam nascer com essa definição embutida na sua proposta de consolidação, como afirma um dos entrevistados.

“A minha visão principalmente enquanto técnico sobre a gestão florestal é que já no planejamento de implantação do assentamento, que o órgão responsável, ele já viesse com uma premissa de implantação do assentamento já com a proposta do plano de manejo para a reserva legal pronta para ser apresentada e discutida com os comunitários, pra não deixar justamente que o tempo e o excesso de documentação, porque sem um plano de manejo faz com que eles degradem a floresta. Então, isso já deveria vir já na implantação do assentamento” (Gestor 7, 17/09/2018).

Outra questão apontada pelos gestores em relação a gestão florestal é o fato dela ter um custo que o assentado não tem condições de pagar e a dificuldade de se ter mecanismos mais eficientes e céleres de encaminhamentos de ações em relação as atividades relacionadas a floresta nos projetos de assentamentos. Segundo eles, não existem instrumento normativos simplificadores para o exercício de atividade florestal nos assentamentos da reforma agrária, o que torna o processo de licenciamento penoso e desastrosos em relação a manutenção das áreas de reserva legal. Essa questão foi claramente colocada por um dos entrevistados.

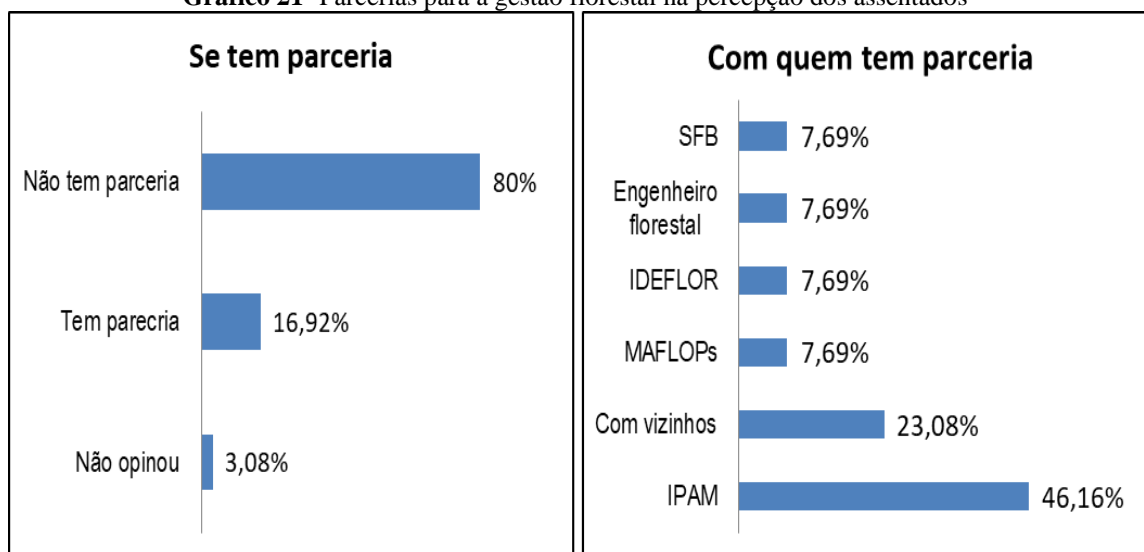
“Os instrumentos legais, por exemplo, para a gestão florestal, de áreas tanto públicas como privadas, quando a gente vai falar de assentamento ela já prevê na maioria das normativas, leis e decretos que tratam da gestão florestal. Ela já prevê, por exemplo, um sistema simplificado para o manejo florestal, numa modalidade simplificada para a utilização de floresta para essas áreas de assentamento. Só que na realidade a gente não tem consolidado esse instrumento de simplificação, de celeridade, quando se trata de assentamento. Então, o assentamento acaba sendo tratado como uma empresa ou uma pessoa física, normal. E essa situação, acaba levando a uma diferenciação que é penosa e é também danosa para as Associações e os comunitários, porque eles não tem, primeiro recursos financeiros, para conseguir um bom advogado para estar no cartório juntando uma boa documentação, contratar um técnico que tenha conhecimento na área, então eles ficam a mercê do que o mercado vai apresentar para eles, e essa relação muitas vezes acaba sendo desastrosa para

a gestão do assentamento. Os instrumentos normativos até existem, mas precisam ser consolidados, o código florestal prevê, a instrução normativa da SEMA prevê um sistema simplificado para os assentamentos, mas a gente não conseguiu até agora implementar de fato uma via alternativa para os assentados, é isso que está faltando”. (Gestor 7, 17/09/2018).

Muitos estudos apontam a parceria como uma possibilidade que contribui para viabilizar o uso sustentável da floresta (ESPADA, 2015; MEDINA et al., 2012; LIMA, 2003; AMARAL NETO et al., 2011). As experiências exitosas de gestão florestal e uso sustentável da floresta na Amazônia, envolvendo comunidades e grupos de camponeses, têm na relação de parcerias governamental e não governamental o grande pilar de sustentação da estratégia e de suporte necessário para que o aprendizado para lidar com a floresta se torne possível. Nesse sentido, as políticas públicas são fundamentais para consolidar os percursos que levam à consolidação da gestão florestal como um componente da estratégia de desenvolvimento da propriedade familiar.

No Brasil, a reforma, ao contrário do que aconteceu em outros países na América Latina, não conseguiu estabelecer as bases de uma política clara de apoio ao fortalecimento do manejo florestal e tampouco conseguiu criar protagonismo de uso sustentável dos recursos florestais nos territórios da reforma agrária, como também não conseguiu consolidar uma economia familiar que considerasse a floresta como um componente estratégico de desenvolvimento do lote. Esse processo depende, de alguma forma, da qualidade dos assentamentos (SAUER, 2005) e da consolidação de uma estratégia de assentamentos sustentáveis na Amazônia (IPAM, 2015).

As parcerias com empresas madeireiras não têm sido implementadas como parte de uma estratégia de desenvolvimento do assentamento que tem a floresta como um de seus componentes. Geralmente, as parcerias são realizadas com a participação de uma Associação Local ou diretamente com as famílias detentoras do lote. Contudo, essas possibilidades de manejo são permitidas de acordo com a Instrução Normativa N° 65 (INCRA, 2010). Por não existir um planejamento delong prazo para a gestão florestal, 80% das famílias não possuem nenhuma forma de parceria, seja para a manutenção de cuidados com a floresta ou para fazer o seu manejo. Apenas 17% afirmaram possuir parceria para atividades florestais, incluindo o manejo, com as seguintes entidades institucionais: IPAM, MAFLOPS e IDEFLOR.

Gráfico 21- Parcerias para a gestão florestal na percepção dos assentados

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Para alguns gestores, a relação de parceria entre empresa e comunidades para a realização do manejo florestal é inviável. Eles afirmam que pelo fato de existir um contrato em torno de um produto fechado, essa situação leva à perda de poder de negociação e busca por melhores preços da madeira por meio de outras estratégias de comercialização. Defendem ainda que o processo mais correto para o uso da floresta seria a comunidade se estruturar financeiramente, arcando com todas as despesas de investimento para poder barganhar mais na hora de comercializar maior o produto.

As relações de parcerias se constituem em processos que deveriam ocorrer naturalmente na consolidação das cadeias produtivas, no manejo florestal madeireiro e não madeireiro, como afirma um dos gestores entrevistados:

“Bom, a gente vê algumas discussões e alguns posicionamentos arbitrários, quer dizer, contrários à relação de um projeto de assentamento, seus assentados e uma entidade privada na exploração de madeira. Agora eu pergunto uma coisa: sendo a madeira um dos potenciais econômicos que vão contribuir muito com o projeto de assentamento, a renda e a qualidade de vida do assentado, eu pergunto: pra quem que o assentado vai vender a madeira? Ele não vender a madeira pro açougueiro, ele não vai vender no supermercado, ele vai ter que vender pra uma entidade, uma indústria especializada do setor madeireiro. O que nós falamos antes, o nível de dificuldade dos pequenos agricultores de se tornarem empresários é muito grande. Eles não têm como serem produtores, manejadores da floresta, serem beneficiadores da floresta, serem industriais, e trabalharem na área comercial, ou seja eles não conseguem trabalhar em todo o elo da cadeia. A não ser que seja construído em muito longo prazo, e que realmente tenha interesse por parte dos assentados. Fora isso, acho que seria muito normal. O exemplo do gado: Tu cria o gado, tu maneja o gado, tu mantém um nível, uma quantidade de rebanho efetivo dentro da tua propriedade e tu vende o excedente; vende pra quem? Tu vende diretamente pra uma empresa especializada no abate, beneficiamento e que acessa a

mercados, no caso, os frigoríficos. Então, o agricultor que cria gado, ele maneja gado, ele é especialista no manejo de gado, ele é bom na sua criação, seja gado, seja na avicultura, seja na produção de macaxeira, no que for. Ele tem que ser bom no que tá fazendo, que é na produção rural. E ele vai ter que buscar parceiros pra poder escoar essa produção, Então é natural que ele vá buscar alguém que vá comprar essa produção” (Gestor 2, realizada em 27/04/2018).

Portanto, para a maioria dos gestores entrevistados, a parceria entre empresas e comunidades é um processo inevitável (16,7%), que faz parte de um contexto em que as dificuldades para o manejo da floresta são maiores que a capacidade local das famílias. Outros defendem que a própria comunidade realize o manejo de suas florestas em todos os elos da cadeia de valor da madeira (16,7%), assim como tem aqueles que consideram inviável (83,3%) qualquer forma de parceria com o setor privado.

O discurso da inviabilidade na visão dos gestores se apóia na ideia de que os assentados perdem ao fecharem um contrato com uma empresa. Segundo eles, os assentados perdem a sua capacidade de gestão da floresta e o poder de comercialização, de fazer barganhas para preços mais justos. Eles defendem que o processo mais correto seria a comunidade se estruturar financeiramente para arcar com todos os custos do manejo, tendo autonomia para gerir os recursos florestais e estabelecerem negócios sustentáveis econômica e ambientalmente. Essa perspectiva se pode observar na entrevista abaixo realizada com um dos gestores.

“Eu não sei como está se dando essas parcerias. Eu vejo um pouco inviável essas parcerias; porque é assim, depende cada caso, no momento que você faz uma parceria, você já tem um produto fechado com alguém, então acaba perdendo o poder de comercialização, de barganhar mais alguma coisa, então eu acho que o mais correto seria a comunidade se estruturar financeiramente e ela arcar com todas as despesas para poder depois ela ter um poder de barganha de comercialização maior em relação ao produto desenvolvido” (Entrevistado 1, realizado em 27/04/2018).

Legalmente, a parceria entre empresa madeireira e comunidade não pode ser proibida, a Instrução Normativa nº 65, de 27/12/2010 permite aos assentados esse tipo de relação para obtenção de recursos florestais. Apesar de existirem estudos que defendam a parceria empresa e comunidade como a melhor alternativa para viabilizar o uso sustentável da floresta, defendendo os contratos como um pacto socioambiental entre assentados e madeireiros (LIMA et al., 2003), existe outros que veem nesta relação perigos para a conservação florestal e o desempoderamento das famílias na gestão das florestas familiares nos assentamento e que essa relação existe porque o Estado não cria as condições necessárias para os assentados, como: acesso às estradas, energia, água

potável, saúde e educação, fazendo com que a floresta se torne uma moeda de troca por esses serviços.

No PA Moju I e II, a relação entre comunidades e empresa foi pioneira na Amazônia brasileira, tornando-se referência para outros modelos de contratos com essa mesma abordagem. (ESPADA, 2009; SABLAYROLLES et al., 2008).

4.7 DESAFIOS DA GESTÃO FLORESTAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA

Os desafios para a gestão florestal nos assentamentos rurais na Amazônia podem ser analisados a partir de dois grandes cenários: um cenário de prosperidade com apoio de políticas públicas, e outro sem a implementação das políticas públicas nos assentamentos.

No cenário próspero com a implementação das políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos, poderá ocorrer a otimização no uso das áreas desflorestadas, aumento significativo da produção de alimentos de qualidade com base na agroecológica e oferta no mercado local com menor custo, melhor utilização das áreas já desmatadas e conservação dos recursos naturais com a redução do desmatamento e da exploração ilegal de madeira e dos conflitos na região, proporcionando uma melhor qualidade de vida, bem estar das famílias assentadas, diversificação da produção com a inclusão do manejo florestal e o extrativismo e fortalecimento da governança local (IPAM, 2015).

No cenário sem a implementação das políticas públicas, haverá um maior abandono dos lotes (evasão), menor disponibilidade de alimentos na região, inchaço da zona urbana, invasão das terras em outras regiões. Conseqüentemente haverá o aumento da concentração de terras, elevação das taxas de desmatamentos, aumento da clandestinidade e extração de madeira ilegal, recrudescimento dos conflitos de terra, da violência no campo aliado à degradação dos recursos hídricos e perda da biodiversidade (IPAM, 2015).

Uma mudança na trajetória da reforma agrária na Amazônia reside na construção de uma nova abordagem que esteja associada à implementação e consolidação de assentamentos sustentáveis. Essa perspectiva corrobora com o conceito de assentamentos de qualidade (SPAROVEK, 2003), e a integração das ações e das políticas (DALLABRIDA, 2015; DALLABRIDA, 2016; DELGADO et al., 2014), além do

fortalecimento da governança para a gestão florestal. (CARNEIRO, 2012; ESPADA, 2011; MEDINA, 2009; ALENCAR et al, 2016; AMARAL, 2005).

CONSIDERAÇÕES

Apresentamos a seguir as considerações da nossa pesquisa sobre a gestão florestal nos assentamentos da Reforma Agrária na Amazônia, tendo por base o estudo de caso realizado no PA Moju I e II:

A ausência da floresta como um componente de gestão do território é observada quando a maioria dos assentados não faz uso da floresta. O estudo mostra que a floresta exerce um papel importante na sobrevivência das famílias como fonte de subsistência para as necessidades do cotidiano, mas ainda sendo possível observar a conversão de áreas de florestas para atividades agropecuárias.

A maioria dos lotes já possui um histórico de degradação florestal resultado de extração ilegal que ocorreu antes da criação do assentamento, da ocupação desordenada ocorrida depois e da incidência de queimadas cada vez mais frequentes nos últimos anos. Esses fatores têm sido determinantes para o empobrecimento dos remanescentes de florestas, e que reflete na fragilização de sua viabilidade econômica na maioria dos casos, levando as famílias a terem pouco interesse pela floresta como componente de desenvolvimento de sua parcela.

A superação do cenário de degradação florestal requer a compreensão da dinâmica que envolve esses processos sociais locais em curso historicamente. Tal processo indica a necessidade de políticas de apoio à gestão florestal indispensáveis para a mudança do atual quadro de degradação. Além disso, devem-se dar condições às famílias de poderem incluir a floresta como um componente de desenvolvimento territorial, e também promovendo o manejo florestal comunitário como uma estratégia de conservação e gestão do assentamento. Por sofrerem pressão das atividades econômicas das áreas de entorno, a exemplo do agronegócio, os projetos de assentamentos necessitam do apoio das políticas de reforma agrária sob pena das famílias serem tentadas a vender seus lotes e a terra perder a sua função social.

Na percepção da maioria dos assentados, o INCRA apóia pouco o assentamento em seu desenvolvimento. Indicam que há necessidade de uma relação institucional mais próxima das famílias, bem como a definição de políticas de apoio à gestão da floresta, e

um processo ágil para os encaminhamentos internos relacionados ao licenciamento quando as famílias apresentarem seus projetos de manejo florestal. Os processos para a análise e aprovação de plano de manejo florestal são lentos e burocráticos demais, o que não estimula as famílias assentadas a buscarem o licenciamento de suas atividades.

A insegurança fundiária dos assentados se constitui em um dos principais motivos da rotatividade nas parcelas. A maioria das famílias está no assentamento há cerca de dez anos, revelando uma rotatividade frequente dos beneficiários nos lotes, gerando instabilidade e novos ciclos de desmatamentos para atividades distintas e não permitindo a consolidação de uma estratégia de gestão da floresta. O acesso à documentação da terra é apontado pela maioria dos assentados como uma das condições necessárias para garantir segurança e a permanência na terra, além de outras garantias com acesso à infraestrutura de estradas e ramais, eletrificação rural, fornecimento de água potável e serviços básico de qualidade na área de educação e saúde.

A maioria das famílias afirmou não fazer o uso econômico da floresta, por ausência de políticas públicas de apoio na gestão e na conservação da floresta nos Projetos de assentamentos. As iniciativas de gestão florestal existentes, por meio de atividades de manejo, são poucas e não conseguem motivar outras famílias a seguirem o mesmo caminho, argumentando-se a falta de incentivo e assistência técnica.

O manejo florestal comunitário ou familiar nos projetos de assentamentos é um componente importante da gestão, conservação florestal e do desenvolvimento territorial. As iniciativas de uso da floresta, por sua vez, quando ocorrem, têm visado apenas o manejo dos recursos florestais madeireiros. Apesar de ainda existirem dúvidas quanto à viabilidade econômica do manejo florestal de uso múltiplo, é de fundamental importância que esta estratégia seja mais incentivada e promovida como um componente da gestão nos projetos de assentamentos na Amazônia.

As atividades econômicas que suprimem a floresta são ainda predominantes no contexto do assentamento. Para a grande maioria das famílias as principais atividades econômicas que são determinantes para a geração da renda familiar são aquelas desenvolvidas com a supressão da floresta, onde predominam as culturas anuais como mandioca, milho, arroz e feijão e perenes com maior ênfase no cultivo de pimenta do reino, bem como a pecuária. Dentre essas atividades, a pecuária é a de maior extensão em termos de uso das áreas nos lotes.

Constatou-se que para a maioria das famílias a renda média mensal é inferior a um salário mínimo. A maior parte dessa renda é obtida com atividades agropecuárias. A

floresta possui pouca representatividade econômica na composição da renda familiar, porque ocupa um papel ainda marginal na estratégia de sobrevivência das famílias e nas políticas de reforma agrária implementadas pelo Estado.

No contexto do assentamento é bastante representativa a ausência de um plano para o uso da floresta no lote. As famílias afirmam que esta ausência ocorre por razões diversas, dentre elas destacam em maior ênfase a dificuldade de não saberem o que fazer com ela, por falta de apoio e assistência técnica. O estabelecimento de um plano de gestão para o lote incluindo a floresta poderia representar uma grande possibilidade de mudança do cenário atual de gestão territorial nos projetos de assentamentos.

Observou-se, também, que a exploração desordenada dos recursos existentes no assentamento é caracterizada pela ausência de fiscalização, descontinuidades no processo de regularização fundiária, mobilidade da família no lote e deficiência na implementação de políticas públicas.

Identificou-se que o assentamento possui um grande número de Associações que servem de espaço para a organização dos assentados, mas que ainda não conseguem mudar a tendência histórica de degradação florestal que limita o desenvolvimento do assentamento em bases sustentáveis. Mas o potencial de organização social existente é uma oportunidade que pode contribuir para viabilizar projetos de educação ambiental, incluindo as escolas, agregando a esse processo conhecimentos técnicos para a promoção do manejo florestal comunitário e familiar, como estratégia de valorização e gestão das florestas.

As dificuldades que tanto gestores como assentados apresentam para viabilizar a gestão florestal nos projetos de assentamento, conclui-se que a gestão florestal é um processo que se consolida na relação de parceria das famílias com o governo, com a sociedade civil e o setor privado. As experiências de parcerias entre empresas e comunidades ou com o setor público são necessárias e inevitáveis em uma realidade sem a presença efetiva do Estado com as suas políticas, mas que trata-se de um processo que necessita de ajustes para a promoção de equidades entre os envolvidos.

Por fim, chamamos atenção para o cenário atual de mudanças e transformações que estão ocorrendo nos Projetos de Assentamentos na Amazônia, com ênfase aqui ao PA Mojui I e II que serviu de objeto de estudo para esta pesquisa. Este novo cenário que o assentamento atravessa atualmente, representa a nosso ver, uma nova fase no processo de consolidação da Reforma Agrária na região e no desenvolvimento dos territórios, principalmente aqueles assentamentos que são influenciados diretamente pelos impactos

das mudanças no uso da terra ocasionados pela dinâmica das políticas de desenvolvimento regional decorrentes de processos como o asfaltamento da BR-163 e Transamazônica, implantação de grandes projetos de mineração e de hidrelétricas que impulsionam corredores de exportação de produtos como a soja, a madeira e o minério. Uma vez não consolidados, os assentamentos se tornam vulneráveis face ao novo contexto e serão afetados, sofrendo mudanças substanciais na sua forma de ser e se desenvolver.

Ressaltamos, também, que as frequentes mudanças que tem ocorrido na gestão da Superintendência Regional do INCRA/SR-30 e o seu sucateamento, tem repercutido na falta de continuidade na implementação das políticas de Reforma Agrária na região, não promovendo novas oportunidades para as famílias, refletindo na insegurança na terra, fragilização dos assentamentos, abandono das famílias de seus lotes, e na perda da função social da terra levando a reconcentração e a volta do latifúndio. Esta nova fase que se encontra o PA Moju I e II, que é a realidade de outros assentamentos na região, vem se caracterizando pela manifestação de indicadores socioeconômicos, tais como: intensificação da exploração madeireira ilegal em detrimento do uso sustentável da floresta, falência de atividades produtivas econômicas importantes como o cultivo da pimenta do reino, menor diversidade produtiva na parcela, aumento do abandono das famílias de seus lotes e venda para famílias vinda de outros Estados, nova ênfase a pecuária como atividade econômica desenvolvida pelas novas famílias detentoras dos lotes, entrada do agronegócios com ênfase para o plantio de grãos como a soja, esvaziamento das principais agrovilas e comunidades. Este novo cenário que chamamos de uma nova fase, se constitui em um importante objeto de investigação para a pesquisa nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

- AGRAWAL, A., Gibson, C. **Enchantment and disenchantment: The role of community in natural resource conservation.** *World Development* 27, 629-649, 1999.
- ALENCAR, A., Pereira, C., Castro, I., Cardoso, A., Souza, L., Costa, R., Bentes, A. J., Stella, O., Azevedo, A., Gomes, J., Novaes, R. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico, Tendências e Oportunidades.** IPAM, Brasília, DF, 2016.
- AMARAL, Paulo; AMARAL NETO, Manuel. **Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: situação atual, desafios e perspectivas.** Brasília, DF: IEB, 2000.
- _____. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina.** Belém: IEB: IMAZON, 2005.
- AMARAL, Manuel; Pinto, Andréia, Amaral, Paulo. **Iniciativas de Manejo Florestal Comunitário e Familiar na Amazônia Brasileira 2009/2010.** Belém, PA: IMAZON; IEB / Brasília, DF: GIZ; SFB, 2011.
- AMARAL, Manuel et al. **Análise de acordos entre empresas e comunidades para a exploração de madeira em assentamentos rurais na região da BR 163 e entorno, no Estado do Pará.** Belém: IEB, 2011.
- AMARAL, Paulo & AMARAL, Manuel. **Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina.** Belém: IEB: IMAZON, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Presses Universitaires de France. 1977.
- BLANC, Lilian et al. **Gestão das florestas degradadas, uma nova prioridade na Amazônia brasileira.** Cirad, Montpellier, *Perspective* 40, França, 2017.
- BRANDÃO Jr., A.; SOUZA Jr., C. **Deforestation in land reform settlements in the Amazon. State of the Amazon,** Belém, n. 7, p. 1-4, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Assentamentos em debates.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Coord. Caio Galvão de França, Gerd Sparovek. Colaboradores Antonio Márcio Buainain (et al...), Brasília, 2005.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Serviço Florestal Brasileiro – MMA. **Plano Anual Florestal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.** Serviço Florestal Brasileiro-SFB, Brasília-DF, 2009.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa N. 5,** de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFSs nas florestas primitivas e suas formas de sucessão na Amazônia Legal, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinke.php?numlink=216088>>. Acesso em 05 set. 2016.

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 140**, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011. Presidência da República, Casa Civil, Brasília-DF: 2011.

BRAY, D. et al. **The Community Forests of Mexico: Managing for sustainable landscapes**. University of Texas Press, Austin. 390 p, 2005.

BRAY, D. et al. The exican model of community forest management: The role of agrarian policy, forest policy and entrepreneurial organization. **Forest Policy and Economics** 8, 2006.

CAMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, 2013.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. **A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras**. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v.22, n.3, p.681-713, set./dez. 2007.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. **Entre o Estado, a Sociedade e o Mercado: Análise Dos Dispositivos de governança da indústria florestal na Amazônia**. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, Jan./Abr. 2012.

CHAMBERS, R. E. and McBeth, M. K. Community encouragement: Returning to the basis for community development. **Journal of the Community Development Society** 23 (2), 20±38, 1992.

CHARNLEY, Susan & POE, Melissa R. Community Forestry in Theory and Practice: Where Are We Now?.Annu. **Rev. Anthropol.** 2007.

CHOMITZ, KM. **Agricultural Expansion, Poverty Reduction, and Environment in the Tropical Forests**.Washington, DC:World Bank, 2007.

CHITERE, O. P. ed. **Community Development: Its Conceptions and Practice with Emphasis on Africa**. Gideon S. Were Press, Nairobi, 1994.

COCHRAN, W.G. **Sampling Techniques, Third Edition**. Nova Iorque: Wiley, 1977.

COSTA, Mauricio da et al. **O “Programa Municípios Verdes”: Estratégias de Revalorização do Espaço em Municípios Paraenses**. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XVIII, n. 2, p. 61-76, abr.-jun. 2015.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática**. *Análise Social*, 215, 1 (2.º), 2015.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas**. *EURE*, vol 42, no 126, 2016.

DELGADO, Nelson Giordano; GRISA, C. **Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança**. Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 1, 2014.

DIÁLOGOS, Projeto. **Articulação das políticas públicas, o caso do repasse de gestão florestal no Mato Grosso: Primeiros resultados de pesquisa**. Outubro, 2006.

ESPADA, Ana Luiza V. Motivações e estratégias do manejo florestal em assentamentos rurais: realidades na BR 163 e BR 230 no Estado do Pará. **Relatório apresentado à ESALQ/USP** como exigência da disciplina de Estágio Profissionalizante em Engenharia Florestal, 2009.

_____. **Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para o manejo florestal comunitário na Amazônia: o caso da Floresta Nacional do Tapajós**, Belém: 2015.

FONTANELLA, B. J. B.; LUCHESI, B. M.; SAIDEL, M. G. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R.; MELO, D. G. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad. Saúde Pública**, v. 27, n. 2, p.389-394, 2011.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. - Brasília, 2ª edição: Liber Livro Editora, 2005.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. Utilizando Estudo de Caso(s) como Estratégia de Pesquisa Qualitativa: Boas Práticas e Sugestões. **ESTUDO & DEBATE**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

GELCICH, S.; EDWARDS-JONES, G.; KAISER, M.J.; WATSON, E. Using discourses for policy evaluation: the case of marine common property rights in Chile. **Society and Natural Resources**, 2005.

GOIS, Susana Lena Lins de. **Gestão de Florestas Públicas na Amazônia Legal: Consensos de uma disputa**. Tese de Doutorado-UNB, Brasília-DF, 2011.

HARDIN, G. The tragedy of the commons: the population problem has no technical solution; It requires a fundamental extension in morality. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1247, Dec.1968.

HUMPHRIES, S., Holmes, T.P., Kainer, K., Koury, C.G.G., Cruz, E. & de Miranda Rocha, R. **Are community-based forest enterprises in the tropics financially viable? Case studies from the Brazilian Amazon**. Ecol. Econ., 77, 62-73, 2012.

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA- IMAFLORA/BVRIO. **Comercialização de produtos madeireiros de manejos florestais comunitários: Diagnóstico, opções e recomendações para o setor**. BVRIO/IMAFLORA, Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Instrução Normativa INCRA Nº 65, de 27-12-2010**, DOU 06-01-2011.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA-IPAM. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia: Uma nova visão sobre a relação entre Comunidades e Empresas.** 1ª Edição, Santarém-Pará, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA-IPAM. **Os desafios do manejo florestal comunitário.** Informativo do projeto assentamentos sustentáveis na Amazônia (PAS)-INFOPAS, Número 07, Janeiro 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento-PDA.** COOPVAG, Santarém, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA-IPAM. **Conferencia dos Movimentos Sociais do Campo para Elaboração de Propostas para o Desenvolvimento Sustentável em Assentamento de Reforma Agrária da Amazônia Brasileira/Documento Base dos Movimentos Sociais do Oeste do Pará (Área de Abrangência da SR-30-INCRA-Santarém).** Santarém, 2015.

KENNY-JORDAN, BC; HERZ, C; AÑAZEO, M; ANDRADE, M. *Construyendo Cambios. Desarrollo Forestal Comunitario en los Andes.* Roma. Italia, 1999.

LE GALÈS, Patrick. Les réseaux d'action publique entre outil passe-partout et théorie de moyenne portée. In: **THATCHER, Marc (Dir.) Les réseaux de politique publique: débats autour des policy networks.** Paris: L'Harmattan, 1995.

LEITE, Sérgio Pereira, AVILA, Rodrigo Vieira de. **Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas.** RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 03, p. 777-805, jul/set 2007 – RJ, 2007.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia Ambiental: Risco e sustentabilidade na modernidade.** Coleção Ciências Sociais, Edusc, Bauru-São Paulo, 2006.

LIMA, Eirivelthon et al. **Florestas Familiares: Um pacto socioambiental entre a indústria madeireira e a agricultura familiar na Amazônia.** IPAM, 2003.

LIMA, E., Leite, A., Nepstad, D., Kalif, K., Azevedo-Ramos, C., Pereira, C., Alencar, A. Lopes, U. e Merry, F. *Florestas Familiares: Um pacto socioambiental entre a indústria madeireira e a população rural carente da Amazônia.* Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Belém, Brasil, 2003.

LIMA, Gustavo da Costa. **O Discurso da Sustentabilidade e suas Implicações para a Educação.** IFCH/UNICAMP, 2003.

LUDKE, M. & ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1995.

MAHANTY, Sango et al. **Reducing Poverty through Community Based Forest Management in Asia.** *Journal of Forest and Livelihood* 5(1) February, 2006.

MEDINA, G.; POKORNY, B. & CAMPBELL, B. **Community forest management for timber extraction in the Amazon frontier.** *International Forestry Review*, 2009.

MEDINA, G et al. Governança Local para o Manejo Florestal Na Amazônia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 27 n° 78, 2012.

MORAES, Roque. Uma Tempestade de Luz: A Compreensão Possibilitada pela Análise Textual Discursiva. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003

NEPSTAD, Daniel et al. Governando a indústria madeireira na Amazônia. In: ZARIN, Daniel et al. (Org.) *As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?* São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB, 2005.

PINTO, Andrea et al. **Iniciativas de manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira 2009/2010**. IMAZON/IEEB, Belém: 2011.

PUTZ, M. **Regional Governance-Theoretisch-Kon-ZeptionelleGrundlagen und eineAnalysenachhal – tiger Siedlungsentwick lung in der metropolregionmunchen**. Oekom. 2005.

ROCHA, Décio et al. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. ALEA, Volume 7, Número 2 JULHO – DEZEMBRO 2005.

ROCHA, K. et al. O valor de opção das concessões nas florestas nacionais da Amazônia. IPEA. In: **Texto para discussão n° 737**. Rio de Janeiro, 2000.

ROBSON, S. Foster, A. **Qualitative Research in Action**, London, Hodder and Stoughton, 1989.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: **Assentamentos em debate. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD**. Brasília, DF; 2005.

SABOGAL, Cesar et al.**Experiencias y retos del manejo forestal comunitário en América Tropical**. Recursos Naturales y Ambiente/no. 54, CIFOR, 2008.

SABLAYROLLES P.; MELO M.S.; HIRN A. K. e ESCROIGNARD E. Cadeias produtivas madeireiras de Santarém e experiências de parcerias comunidades / Empresas. **Relatório final do diagnóstico do Projeto Floresta em Pé**, Belém, 74p, 2008.

SCHERR, S., White, A., Kaimowitz, D.A **New Agenda for Forest Conservation and Poverty Reduction: Making markets work for low-income producers**. Forest Trends, CIFOR, IUCN, Washington, DC, 2004.

SPAVOREK, G. (Org.). **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

SPAROVEK, Gerd. **A Revisão do Código Florestal Brasileiro**. Novos Estudos 89, Março: 2011.

SILVA, Ana Paula Moreira da et al. **Mudanças no Código Florestal Brasileiro: Desafios para a implementação da nova lei.** IPEA, Rio de Janeiro, 2016.

SCHMINK, Marianne. Comunidades, Florestas, mercados e conservação. In. **As Florestas Produtivas nos Neotrópicos: Conservação por meio do manejo sustentável?** IEB, 2005.

SILVA, Ana Paula Moreira da et al. **Mudanças no código florestal brasileiro: desafios para a implementação da nova lei.** Organizadores: Ana Paula Moreira da Silva, Henrique Rodrigues Marques, Regina Helena Rosa Sambuichi - Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

TONI, Fabiano. **Gestão Florestal na Amazônia Brasileira: avanços e obstáculos em um sistema federalista.** CIFOR/CIID/IDRC, 2006.

VINUTO, Juliana. **A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um debate em aberto.** Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014

WOOD, C.; Walker, R. & Toni, F. Os efeitos da posse da terra sobre o uso do solo e investimentos entre pequenos agricultores na Amazônia brasileira. In: J.F. Tourrand u& J.B. Veiga (Eds.). **Viabilidade de sistemas agropecuários na agricultura familiar da Amazônia.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental. pp. 427-436, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.

ZARIN, Daniel. Florestas Produtivas Neotropicais: conceitos e realidades. In: ZARIN, D. J., et al. (Org). **As Florestas Produtivas nos Neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB, 2005.

5 AS PERCEPÇÕES DE ASSENTADOS E GESTORES SOBRE A INFLUÊNCIA DA FLORESTA NA QUALIDADE DE VIDA

A reforma agrária tem suscitado profundas discussões sobre o seu papel na questão agrária brasileira e no fortalecimento da agricultura familiar. Questões como a permanência no campo, contribuição na conservação florestal, manutenção das áreas de preservação permanentes e de reserva legal, a redução do desmatamento, bem como o uso da floresta para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, são algumas dessas questões (BRASIL, 2005).

A preocupação em torno da floresta e do desmatamento nos projetos de assentamentos traz à tona a discussão sobre a qualidade de vida nesses territórios (BERLAMINO et al., 2003). A floresta, enquanto importante ecossistema pode contribuir com o fornecimento de serviços ecossistêmicos, geração de alimentos e renda, bem como na construção de aspectos culturais. Na Amazônia, bioma em que há predominância de florestas, diversos povos vivem a partir destes ecossistemas.

A percepção das pessoas que nela vivem é de fundamental importância para se observar como e em que nível se dá a valorização dos ambientes que lhe cercam. Essas percepções são reflexos de representações sociais que constroem do seu meio e de suas perspectivas enquanto sujeitos históricos (SILVA, 2009).

As representações sociais são originárias do senso comum que se tem sobre uma determinada temática, e são constituídas por ideologias, preconceitos e características específicas das atividades cotidianas, sociais e profissionais (MOSCOVICI, 1978; SPINK, 1993).

Considerando indicadores sociais como o acesso a infraestrutura e serviços básicos de educação e saúde, e a regularização fundiária, a qualidade de vida nos assentamentos é baixa (JUNIOR, 2013). A reforma agrária deveria promover esse conjunto de ações governamentais para a mudança na estrutura fundiária, não podendo ser um simples ato de distribuição de terras por meio da criação de assentamentos rurais, sem criar as transformações sociais, econômicas e culturais no reordenamento fundiário necessários para dar condições à qualidade de vida dos beneficiários do programa nacional de reforma agrária (FERNANDES et al., 2011; OLIVEIRA, 2005).

As formas como gerem as florestas nos projetos de assentamentos da reforma agrária são resultados de um processo de construção histórica, que se dá pela representação que as famílias fazem do espaço ocupado, da perspectiva de sobrevivência na terra e dos seus usos a partir das condições dadas naturalmente ou por intervenção de

políticas públicas. No geral, este processo tem ocorrido sem a efetividade das políticas públicas de reforma agrária, que não chegam ou chegam precariamente (SAUER, 2005).

Sem uma estratégia de ordenamento territorial e políticas adequadas de gestão florestal, torna-se ainda mais difícil uma mudança na trajetória do atual modelo de gestão em curso nos assentamentos (SABOGAL, 2008). Pois, o que hoje ocorre de negativo nas áreas de reforma agrária é resultado da insegurança das famílias, que por sua vez é reflexo de uma série de fatores já descritos anteriormente, ligados principalmente às condições socioeconômicas de sobrevivência. Por outro lado, os resultados positivos que encontramos na percepção das famílias sobre gestão e qualidade de vida estão muito mais relacionados aos processos de resistência, que se dá principalmente através da organização social, do que reflexo de participação nas políticas públicas, ao mesmo tempo em que as comunidades precisam permanecer organizadas para implementar a gestão do território e se fazer ouvir politicamente (MEDINA, 2012).

O presente capítulo objetiva compreender a relação da gestão das florestas com a qualidade de vida dos beneficiários e gestores da reforma agrária nos Projetos de Assentamento, a partir de um estudo de caso realizado no PA Moju I e II. Espera-se que este estudo contribua ao aprimoramento da política brasileira de reforma agrária, uma vez que tem crescido a preocupação quanto ao desmatamento dessas áreas no contexto da Amazônia brasileira. O estudo da percepção que os assentados constroem em relação à floresta em seus territórios nos parece ser fundamental para compreendermos o valor que elas possuem em suas vidas, e mais especificamente em relação a qualidade de vida.

Para fundamentação do conceito de qualidade de vida, buscamos como referência as discussões de WHOQOL (1994), que entende como a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Essa definição possibilitou a discussão da qualidade de vida na percepção dos assentados e dos gestores, principalmente no que se refere a sua relação com a questão da floresta, seus usos e sua gestão. Esta possibilidade de compreensão é reforçada por Benincá (2014), afirmando que o camponês possui uma íntima relação com o meio em que vive, vendo como um meio de vida, de trabalho e de lazer, um local de troca simbiótica e de uso dos saberes herdados.

5.2. A FLORESTA E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA

Etimologicamente o termo qualidade, deriva de “qualis” [latim] que significa o modo de ser característico de alguma coisa, tanto considerado em si mesmo, como relacionado a outro grupo, podendo assumir uma característica positiva ou negativa. Todavia, qualidade de vida está mais relacionada a algo bom, digno e positivo (SANTINI, 2002). Outros autores apresentam referências conceituais que também nos ajudam a entender a percepção de assentados e gestores sobre a relação da floresta com a qualidade de vida. Para Michalos et al. (2000) e Schmidt et al. (2005), a qualidade de vida é analisada como felicidade e satisfação pessoal; qualidade de vida como condições de vida (RENWICK; BROWN, 1996; BUSS, 2000); qualidade de vida como estilo de vida e indicadores de renda (NAHAS, 2003).

Analisar a qualidade de vida a partir da floresta na percepção de assentados e gestores da reforma agrária, não se constituiu numa tarefa simples e fácil. Geralmente discute-se o indicador de qualidade de vida no assentamento relacionado a fatores externos como moradia, acesso à água potável, energia elétrica, disponibilidade de escolas, serviços de saúde, transporte coletivo, renda e condições de acesso (PEREIRA, 2012).

Para compreender a qualidade de vida no assentamento, utilizamos Bergamasco e Ferrante (2005), que assinalam a necessidade de se levar em consideração os códigos tradicionais, as racionalidades, as modificações e reinvenções das formas associativas, a reorganização do espaço produtivo/reprodutivo e os rearranjos em busca da cooperação para a promoção do desenvolvimento que as famílias esperam no assentamento ao se tornarem beneficiários da reforma agrária.

O nível de satisfação com a vida que a família possui no lote vai de alguma forma refletir nos padrões de beneficiário da reforma agrária e na construção de um discurso do que vem a ser qualidade de vida. Essa perspectiva de análise é tratada por Diener (1984; 2000), ao afirmar que os cientistas sociais se concentraram em buscar a compreensão do bem-estar subjetivo a partir do que leva as pessoas a avaliarem suas vidas em termos positivos de satisfação e felicidade, servindo de parâmetro para determinar o que é a qualidade de vida para as pessoas. As obras deste autor nos mostram que conceito de Bem-Estar tem relação direta com o de Qualidade de Vida.

De modo geral, o imaginário simbólico que forma o discurso dos assentados e gestores sobre a qualidade de vida, tem como referência os indicadores de resultados

preconizados pela Reforma Agrária no Brasil na destinação de terras as famílias e das tramas sociais que desse processo decorrem. Desta forma, cada um dos sujeitos envolvidos neste estudo constrói sua percepção a partir desse universo de símbolos que estão ligados à satisfação ou não, tendo por base as condições reais dadas, tanto para quem possui sua vida moldada pelo assentamento, como aqueles que gerem as políticas de reforma agrária e são moldados pelas políticas de governo. O assentado possivelmente leva em consideração o processo histórico de sua vida no lote e de suas relações com o Estado e a Sociedade, e o gestor à realidade do órgão no exercício do seu papel de implementador da reforma agrária.

Assim, os assentados podem desenvolver sua percepção sobre a natureza por meio das atividades produtivas e de sua relação com a floresta, uma vez que por meio deste processo estabelecem relações de respeito e equilíbrio com a mesma.

Estudo no Brasil analisam o desenvolvimento e qualidade de vida a partir de indicadores recentes como renda, educação, saúde, expectativa de vida ao nascer, longevidade, alimentação, trabalho, dentre outros. O desenvolvimento é concebido como um processo de mudança social prático que está associado a melhoria das condições de vida do indivíduo, alcançado através da liberdade de escolha e opções por meio da capacidade e dos meios para isso. A qualidade de vida é uma representação que o indivíduo constrói, combinando capacidade de ser e alcançar as condições de saúde, educação, e integração social (SCHNEIDER et al., 2013). Outros autores questionam a avaliação da qualidade de vida baseado apenas em critérios objetivos, abordando sobre saúde, educação, recursos financeiros e outros; havendo necessidade da inclusão de critérios subjetivos para entender de que forma os indivíduos percebem a si próprios, sentem emoções, relacionam-se com outras pessoas dentro e fora do contexto onde vivem (SEN; NUSSBAUM, 1996).

Ademais, no Brasil, a partir da constituição federal de 1988, se reconheceu o equilíbrio ambiental e um elemento indispensável para a qualidade de vida sadia das pessoas. Inclusive estabelecendo princípios, cujo usufruto dos benefícios produzidos pelo meio ambiente, incluindo a floresta, estão para além das gerações atuais (SPAROVEK et al., 2011).

4.3. METODOLOGIA

A análise da percepção da gestão florestal e sua relação com a qualidade de vida nos assentamentos foi desenvolvida com base em uma abordagem de pesquisa

quantitativa e qualitativa, a partir de entrevistas gravadas com apoio de perguntas semiestruturadas junto aos assentados (Apêndice 1) e gestores governamentais (Apêndice 2), apoiados com a fundamentação teórica de estudos realizados e bibliografias pertinentes que tratam sobre a mesma temática.

Para o desenvolvimento deste capítulo utilizamos a abordagem do método qualitativo, utilizando a coleta de dados de pesquisa de campo, por meio de entrevista com perguntas semiestruturadas.

Para analisarmos a percepção da qualidade de vida dos atores envolvidos utilizamos os indicadores apresentados nas entrevistas, com base nos eixos: histórico de ocupação ou gestão, percepção quanto a importância da floresta, percepção quanto a gestão florestal e percepção da relação da floresta com a qualidade de vida.

Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do IESPES, tem sido aprovado, pelo Parecer nº 2.659.043.

5.3.1. Origem dos dados e tamanho da amostra

Os dados que serviram de base para este estudo foram oriundos de pesquisa realizada no Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará, que serviu como estudo de caso para as análises da relação da gestão florestal com a qualidade de vida. O mesmo procedimento foi adotado para uma pesquisa junto aos gestores do INCRA e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidades (SEMAS).

A pesquisa junto aos assentados foi realizada a partir de uma amostra de 63 entrevistados, de seis comunidades do assentamento mencionado, adotando-se como critério o envolvimento de comunidades com e sem experiências em relação ao uso da floresta por planos de manejo ou similares.

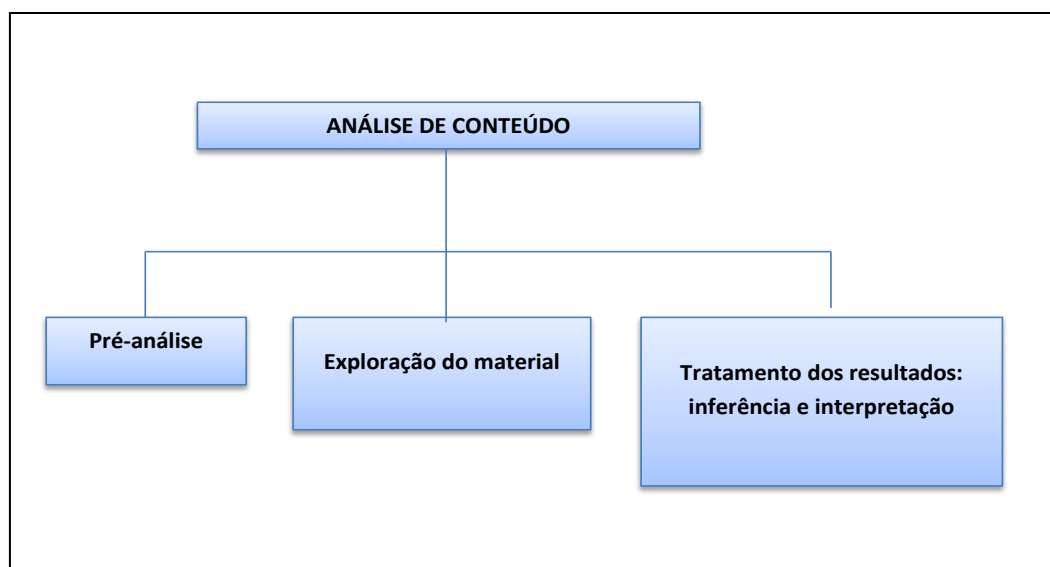
Junto aos gestores, as entrevistas foram realizadas com profissionais pertencentes aos quadros do INCRA (Superintendência Regional - SR30), como também da SEMAS, lotados no escritório de Santarém. Ao todo, foram realizadas sete entrevistas.

5.3.2. Análise dos dados

Os dados coletados foram transcritos em planilha de Excel, e as percepções dos assentados e gestores analisadas por meio do método de análise de conteúdo, conforme Câmara (2013). Esta técnica propõe a análise de conteúdo de entrevistas a partir de três

etapas principais, conforme apresentado na Figura 5, ou seja, a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados com inferências e a interpretação das informações (BARDIN, 2011).

Figura 5 – As etapas da análise de conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin (2011) e Câmara (2013)

Para Câmara (2013), a análise de conteúdo considera a exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade na organização das informações coletadas nas entrevistas de campo: (i) processo de organização das informações, incluindo a transcrição das entrevistas tal qual apresentado pelos atores envolvidos e uma leitura flutuante para familiarização dos dados e identificação de possíveis indicadores para as análises e sistematização; (ii) exploração dos conteúdos apresentados nas entrevistas adotando-se concomitantemente critérios de codificação, classificação e categorização das principais questões apresentadas pelos entrevistados em relação às perguntas inquiridas para ordená-las; (III) tratamento das informações para o estabelecimento de inferências e interpretações que vão compor os resultados que serão apresentados na pesquisa (CAMARA, 2013).

5.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

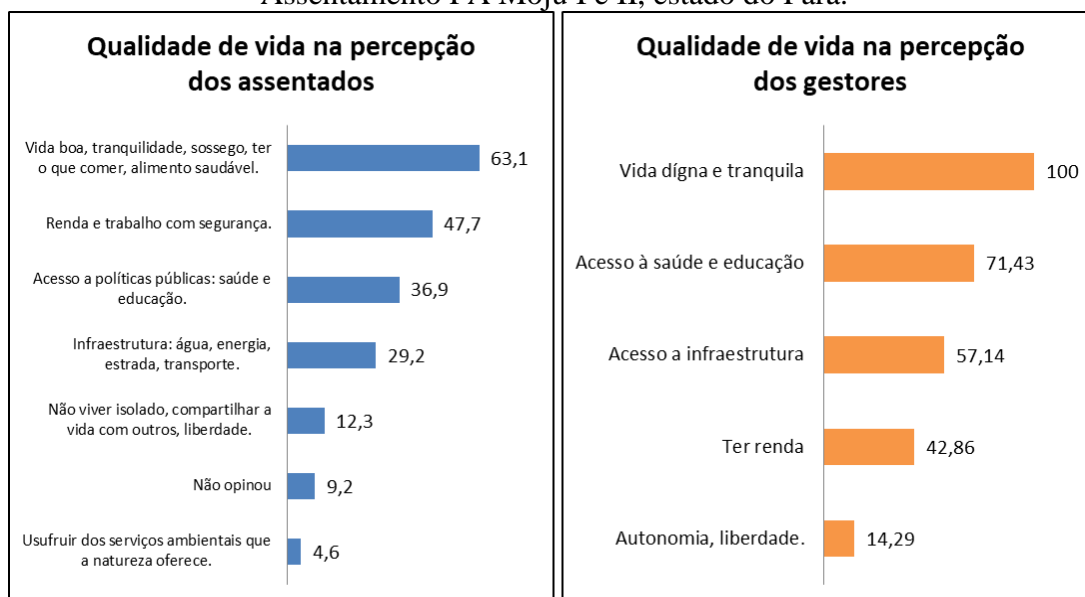
5.4.1. A percepção da qualidade de vida pelos assentados e gestores

A qualidade de vida enquanto conceito para os assentados é elaborado com base na construção social que fazem da realidade onde vivem. Analisando as afirmações

apresentadas, organizamos a perspectiva conceitual dos entrevistados em categorias, buscando encontrar uma conexão da percepção da gestão florestal e sua relação com a qualidade de vida.

Chegamos a um conjunto de sete categorias conforme indicado no Gráfico 22: os serviços ambientais que a floresta dispõe; o compartilhamento da vida com outros e não viver isolado; trabalhar com segurança e ser feliz; acesso a políticas públicas para saúde e educação; ambiente de sossego e liberdade; renda com infraestrutura e alimentos saudáveis, e a posição indiferentes (os que não opinaram).

Gráfico 22- Qualidade de vida na percepção dos assentados e gestores, Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Para grande parte dos assentados, a qualidade de vida está associada à vida boa, tranquilidade, sossego, ter o que comer e alimento saudável (63,1%), enquanto que para a maioria dos gestores o mais importante é a vida com dignidade e tranquila (100%). Tanto assentados como gestores compartilham de uma concepção muito próxima, distinguindo apenas do segundo elemento, que para os assentados é a renda com trabalho seguro (47,7%), enquanto que para os gestores é acesso à saúde e educação (71,43%).

Em primeiro lugar, os principais indicadores da percepção da qualidade de vida tanto para os assentados como para os gestores pode ser compreendido pelo conceito de Bem-Estar Subjetivo (BES). De acordo com Giacomoni (2004), o BES pode se dar por diversas nomeações, tais como: felicidade, satisfação, estado de espírito e afeto positivo, além de também ser considerada uma avaliação subjetiva da qualidade de vida que é

percebida pela pessoa. Trata-se de um conceito sobre o que as pessoas pensam a partir do que elas vivem e como elas se sentem sobre suas vidas a partir de um determinado contexto histórico onde estão inseridas. Tanto assentados como gestores trazem esses elementos em suas percepções.

Para Pereira et al (2012), a abordagem de qualidade de vida também pode ser analisada como uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos como bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal, e também por parâmetros objetivos, cujos indicadores são a satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade, a exemplo dos benefícios de políticas públicas (energia, estradas, serviços de educação e saúde, etc).

Nessa mesma perspectiva de análise da subjetividade da qualidade de vida, Diener (1984), atribui três características importantes da reflexão sobre Bem-Estar Subjetivo que ajudam na compreensão dessa temática. Em primeiro lugar, concordando com Campbell (1976), afirmou que a subjetividade reside na experiência do indivíduo e se manifesta como um indicador de satisfação; em segundo lugar o bem-estar subjetivo enquanto dimensão da qualidade de vida inclui medidas positivas que não pode ser entendida apenas como ausência de fatores negativos, mas a percepção de elementos que medem o nível de felicidade do indivíduo em relação ao ambiente onde vive, e em terceiro lugar, as medidas subjetivas de bem-estar geralmente incluem uma avaliação global de todos os aspectos da vida de um indivíduo em relação ao seu lugar e de sua trajetória nele. De maneira geral, pode-se dizer que a subjetividade presente na percepção dos sujeitos estudados traz a tona como eles avaliam suas vidas no assentamento e fora dele (Diener,1996). Essa perspectiva confirma a posição de Costanza et al. (2008), que também analisam a percepção da qualidade de vida como um julgamento avaliativo baseado em Indicadores ativos e/ou subjetivos do físico, cognitivo, e estado emocional e da vida social de alguém em vários contextos.

Para Costanza et al (2007), os indicadores objetivos de avaliação da qualidade de vida (QV) incluem a análise de aspectos como índices de produção econômica, taxas de alfabetização, expectativa de vida, bem como outros dados que podem ajudar a compreender os fatores que fazem parte da percepção sobre qualidade de vidas das pessoas em determinados contextos, como o acesso a benefícios de políticas públicas que envolvem serviços básicos de saúde e educação e infraestrutura de estradas, água potável, energia, etc. Já os indicadores subjetivos envolvem medidas de avaliações que os

indivíduos fazem de suas experiências vividas na forma de auto-relatos que envolvem satisfação, felicidade, bem-estar ou alguma outro sinônimo.

Esses indicadores da qualidade de vida são medidos pelos assentados pela sua existência em maior ou menor grau ou pela sua ausência, e por exemplo, de escolas de ensino fundamental e médio, de habitação e infraestrutura básica envolvendo, principalmente, energia, estradas e água potável, bem como os aqueles elementos mais subjetivos como: vida boa, tranquilidade, sossego e liberdade.

“Qualidade de vida é a gente ter uma educação para os nossos filhos, uma educação melhor, ter saúde, uma saúde melhor, um posto de saúde que aqui muitas das vezes a gente vai num e não tem remédio, falta as estradas, isso aí eu acho que é uma condição de vida melhor pra nós, um transporte adequado pra nós duas vezes na semana. Então, a qualidade de vida melhor precisa melhorar muito a saúde, a educação, as estradas e o transporte”. (Assentado 45, 27/05/2018).

“Qualidade de vida pra mim, é a pessoa viver bem, é a pessoa ter a condição própria dele, não estar submisso a ter que ser empregado entendeu, porque eu trabalho como autônomo, eu tenho a minha condição própria entendeu, então você tem a sua renda, você tem a sua estabilidade, essa base, não só uma base familiar, mas você tem uma base estruturada aqui, que é o lar que foi construído, então isso é qualidade de vida” (Assentado 58, 29/05/2018).

“Qualidade de vida, eu considero, a que eu tenho no assentamento, a da cidade não é pra mim qualidade de vida. No assentamento, eu tenho qualidade de vida, porque nele eu posso me sentar de baixo de uma árvore, e ficar despreocupado, não tem poluição pra estar respirando. A qualidade de vida não é só ter o que comer, e beber, precisa ter liberdade, precisa ter saúde, precisa ter oportunidade de colocar o filho na escola”. (Assentado 02, 06/04/2018).

O conceito de qualidade de vida para os assentados está diretamente associado a satisfação de suas necessidades, sobretudo aquelas mais subjetivas ligadas ao bem-estar, bem como aquelas objetivas relacionadas a renda, infraestrutura e acesso a serviços básicos como educação e saúde. Essa questão foi também observado por Sousa et al. (2004) ao analisarem comportamento semelhante em assentamentos rurais no Rio Grande do Norte no Brasil, quando observaram que a qualidade de vida é determinada pelos assentados a partir de indicadores como acesso a educação e saúde grau de satisfação quanto à presença desses serviços, condições de moradia e grau de satisfação, acesso a fontes de energia, abastecimento d'água e satisfação a essas condições, aspectos sanitários e de higiene e satisfação, e posse bens duráveis e satisfação. Concluiu que a qualidade de vida é determinada pelos assentados por indicadores físicos que estão diretamente ligados ao contexto onde vivem.

O acesso às políticas públicas, por sua vez, é outro elemento importante da percepção dos assentados que aparece como indicador do conceito de qualidade de vida.

Essa questão é abordada por Costanza (2007), afirmando que as políticas públicas criam oportunidades que contribuem para a melhoria da qualidade de vida. Ao mesmo tempo, ressalta-se que, as políticas públicas são condições essenciais para o desenvolvimento local e humano, como afirma Sen (2000) que indivíduos excluídos do acesso aos benefícios de políticas públicas terão mais dificuldades para o desenvolvimento social, uma vez que são privados das condições para viverem dignamente.

Por fim, a qualidade de vida é também medida pelos assentados por fatores internos, a partir de uma formulação mais subjetiva a exemplo da tranquilidade e do sossego como indicadores de qualidade de vida no assentamento. Essa visão mais subjetiva se aproxima da abordagem psicológica, cujos indicadores tratam das reações subjetivas de um indivíduo a partir de suas vivências (PEREIRA, 2012; DAY; JANKEY, 1996).

Já para os gestores, a qualidade de vida é viver com dignidade no campo, que está associado a ter acesso a saúde, educação, infraestrutura e renda. É uma concepção muito próxima da concepção dos assentados, embora o indicador de renda apareça em menor intensidade. A dignidade a qual se refere os gestores pode se melhor compreendida na entrevista abaixo.

Eu acho que qualidade de vida pra mim, pensando em assentamento claro, seria a comunidade conseguir viver lá, hoje, sem os recursos do Estado, que ele pudesse viver lá tendo alimento, podendo dar escola pra seus filhos, tendo saúde, tendo estradas para escoar a sua produção, tendo conseguido alimento, parte produzido por ele, parte que ele não pode produzir comprado com recursos que ele tirou de dentro do assentamento, e que ele não precisasse hoje correr atrás de apoio do Estado ou do governo para sobreviver. Então, um assentado que consiga, como a gente diz aqui, caminhar com as próprias pernas, sem depender do Estado, sem depender desses auxílios, acho que esse cara tem qualidade de vida. É claro que a gente sabe, que devido ao tamanho da área de um assentamento, ele nunca vai chegar a ser um mega produtor, porque o assentamento é de agricultura familiar, mas que quando ele conseguir se desvincular do Estado e que ele tenha todos esses serviços públicos que são essenciais como saúde, educação, moradia, energia elétrica, água potável, água de qualidade, e consiga sobreviver do seu lote, eu acredito que essa pessoa tem qualidade de vida. (Gestor 6, 08/06/2018).

Tanto assentados, como os gestores compartilham da mesma ideia de qualidade de vida como satisfação de suas necessidades relacionadas à suas condições de vida. Essa percepção é corroborada com o conceito de qualidade de vida como felicidade e satisfação pessoal (MICHALOS et al., 2000; SCHMIDT et al., 2005); igualmente como condições de vida (RENEWICK; BROWN, 1996; BUSS, 2000), estilo de vida (NAHAS, 2003), e a qualidade de vida como renda e acesso à benefícios de políticas públicas (COSTANZA et al., 2007).

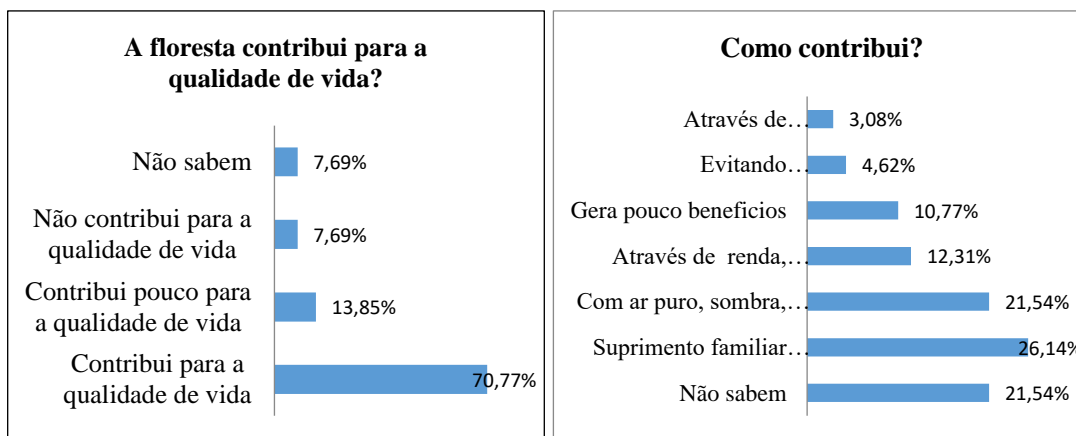
Observa-se que a percepção dos gestores está em sintonia com o que prevê as políticas relacionadas à Reforma Agrária no Brasil, fazendo uma avaliação mais positiva, reconhecendo, contudo, que estes territórios carecem de infraestrutura mínima de educação, saúde e moradia. Já estas carências são bastante marcantes entre os assentados, e por isso, suas percepções trazem a tona questões mais objetivas, isto é, relacionadas à infraestrutura. Isto mostra que a vida neste assentamento não deve ter a qualidade que eles esperam.

A relação da qualidade de vida com a floresta está fortemente associada a contribuição que esta tem no fornecimento de suprimentos para as famílias, e é nesta relação simbiótica que ocorre a percepção da relação da floresta com a qualidade de vida no Assentamento. Nesse sentido, a floresta significa a possibilidade de acesso a recursos para as famílias, contribuindo para a qualidade de vida na medida em que os assentados compreendem a qualidade de vida como necessidades supridas. Desta forma, a relação entre Floresta e Qualidade de Vida é mediada pelos significados que os assentados atribuem tanto para a floresta quanto ao conceito de Qualidade de Vida.

5.4.2 Percepção dos sujeitos sociais sobre a contribuição da floresta para a qualidade de vida

Outra questão estudada foi a contribuição da floresta para a qualidade de vida dos assentados (Gráfico 23). Para a maioria dos assentados, a floresta contribui para a qualidade no assentamento. Essa contribuição está ligada a diversos fatores de bem-estar subjetivo, como: tranquilidade, sossego, liberdade; como também à fatores objetivos, como acesso a políticas públicas, infraestrutura, serviços básicos de saúde e educação, renda, suprimentos (alimentos, remédios, madeira).

Gráfico 23- Contribuição da floresta para a qualidade de vida na percepção dos assentados do Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Essa percepção pode ser notada ainda em vários dos discursos coletados nas entrevistas:

“Qualidade de vida, eu considero, a que eu tenho no assentamento, a da cidade não é pra mim qualidade de vida. No assentamento, eu tenho qualidade de vida, porque nele eu posso me sentar de baixo de uma árvore, e ficar despreocupado, não tem poluição pra estar respirando. A qualidade de vida não é só ter o que comer, e beber, precisa ter liberdade, precisa ter saúde, precisa ter oportunidade de colocar o filho na escola”. (Assentado 2, 06/042018).

“A floresta contribui para a qualidade de vida porque se eu tirar uma semente e vender nós estaremos fazendo uma renda pra casa. Se eu tirar um óleo e vender a gente vai estar trazendo uma renda pra casa, se a gente for tirar um cipó e vender a gente vai estar trazendo uma renda pra casa. (Assentado 49, 04/042018).

O sentimento de Kieling e Silveira (2015), quanto ao predomínio da cultura economicista na descaracterização do meio rural, transformando-o numa mercadoria, parece não ser marcante na realidade percebida dos assentados do PA Moju I e II quanto ao papel da floresta na sua qualidade de vida. Pois veem a floresta muito mais como fonte de suprimentos para atendimento de necessidades de subsistência como coleta de alimentos, extração de produtos medicinais, extração de madeira para habitação e atendimento de demandas da agropecuária como construção de cerca, estacas para cultivos, dentre outros produtos. Os elementos dessa visão dos assentados são apresentados nas falas dos entrevistados.

“Vamos dizer, que economicamente, hoje falando de recursos, dinheiro, a floresta não me oferece, mas para a sobrevivência sim. Se eu preservo minha floresta, eu estou contribuindo para uma qualidade de vida melhor. Porque se a gente se danar a tocar fogo, a gente está se matando, podemos assim, mas creio que sim”. (Assentado 1, 04/042018).

“Na verdade, hoje, a floresta só me provém a caça, mas que quase já não tem mais porque o pessoal já caçou tudo. Então o papel da floresta hoje pra mim é só pra tirar uma árvore pra fazer uma casa, uma coisa do tipo, pra preservar meu igarapé que era um sonho meu ter uma área com igarapé, que até então não tinha tido. Pra mim hoje a utilidade da floresta é também pra mim ter um lazerzinho, pois a área que tenho não vou desmatar mais. Vou procurar preservar pois eu preciso dela justamente para essas necessidades básicas que o colono tem né. (Assentado 2, 06/04/2018).

“A importância da floresta pra nós ela é, muito essencial né pra nós assim a gente extrair um benefício mas sem prejudicar a natureza né. A natureza é pra gente trabalhar nela, extrair o que é preciso mas não matar totalmente ela né certo. Como no caso da gente precisar tirar um cabo de enxada, ou tirar um uma madeira pra fazer um barraco, fazer uma cerca certo, é de grande utilidade mas sem prejudicar né a natureza, não desmatar toda a natureza”. (Assentado 45, 27/05/2018).

Para os gestores a qualidade de vida é medida pelo grau de políticas públicas implementadas e que para eles pode ser mensurado pela quantidade de infraestrutura e serviços colocados a disposição das famílias nos assentamentos. Na perspectiva da gestão, são essas condições estruturais que permitem ao assentado a promoção da sua qualidade de vida, seja com a floresta ou outra realidade do assentamento, cuja plenitude é alcançada por sua autonomia e independência em relação ao Estado. Essa questão é bem marcante em uma das entrevistas realizadas.

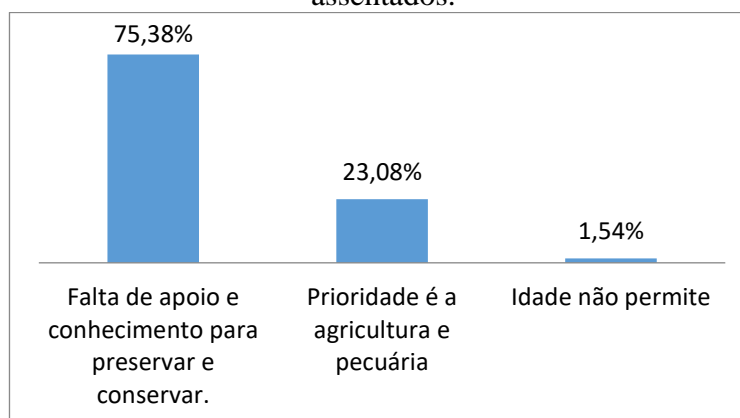
“Hoje no geral é assim, na maioria dos lotes, eu vejo que não tem uma qualidade de vida, pelo menos nos lotes que a gente visita, eu não tenho muito conhecimento do Moju, eu não posso falar, até porque eu fui no Moju umas duas vezes só, mas de modo geral a gente acompanha os assentamentos é, a qualidade de vida ela não é plena, porque a gente vê que a maior parte dos assentados, a maior parte esmagadora dos nossos assentados, precisa muito do Estado para sobreviver, quando digo sobreviver, é ele botar o alimento na mesa, não estou falando de supérfluos, mas de botar o alimento mesmo, porque muitas vezes a gente não conseguiu cumprir com a nossa tarefa mínima que era dar estrutura, que era dar escola, habitação, saúde, pra que ele pudesse realmente sobreviver no lote. Na maior parte dos assentamentos a gente tem um problema muito sério de água, imagina se você morar num lugar e não tem água potável, você tomando água de péssima qualidade, você não tem qualidade de vida. Qualidade de vida tem que ter todas essas questões envolvidas. Então eu vejo de modo geral hoje, que a qualidade de vida no assentamento deixa a desejar, e eu acredito que é por ineficiência do Estado. Ineficiência que eu digo, não que a gente aqui é ineficiente, eu acho que com poucos servidores que a gente tem, e hoje nós somos eu acredito uma das maiores SRs do país em número de assentados, e uma das menores SRs do país em número de servidores, nós temos hoje aproximadamente 60 servidores pra atender a maior SR do País em número de assentados; é humanamente impossível atender isso aí, então hoje a gente costuma dizer aqui dentro que se nós fechássemos o INCRA, nós levaríamos mais de 150 anos para resolver os problemas, sem receber nenhum problema novo. Então assim, nós temos uma dificuldade para atender pelo número de servidores, tem uma dificuldade pelo problema de recursos financeiros, por falta de assistência técnica, por falta de investimento em infraestrutura, por falta de investimento em saneamento básico, então isso leva a uma qualidade de vida desejável vamos dizer assim, não plena dentro de um assentamento”. (Gestor 6, 08/06/2018)

Os gestores pouco mencionam em suas percepções a relação da floresta com a qualidade de vida nos projetos de Assentamentos, suas visões estão mais ligadas a implementação das políticas públicas para dar condições do assentado poder construir com autonomia e sua qualidade de vida. As poucas referências atribuídas à floresta em relação a qualidade de vida estão associadas a geração de renda como indicador para a promoção da qualidade de vida através da floresta como é colocado por um dos entrevistados dos órgãos:

“A gente olhando, fazendo uma avaliação assim, de quem está de fora, eu avalio que a situação dentro dos assentamentos ela é difícil. Não é uma situação de quem está na cidade, que tem um emprego, que tem aquele salário todo mês. É uma situação difícil nos assentamentos, já andei em vários assentamentos, já convivi com vários assentados e os caras não tem uma linha regular de transporte, não tem uma assistência a saúde digna, muitas vezes tem gente que não tem água encanada em casa e tem que buscar no vizinho ou o carro pipa vai levar né, aí entra o fator floresta, muitas vezes, a floresta salva o cara, tem uma copaíba pega ou uma andiroba que ele faz um óleozinho, um breu que ele vai buscar na floresta, tem essa importância na vida dele, e a madeirinha que ele vende lá de vez em quando, um pau de cedro, um pau de ipê, alguma coisa lá, é isso que dá uma contribuição pra ele de vez em quando sobreviver”.
(Gestor 7, 17/09/2018).

Também procuramos entender as razões porque 7,7% afirmaram que a floresta não contribui para a qualidade de vida (Gráfico 24).

Gráfico 24– Porque a floresta não contribui para a qualidade de vida na percepção dos assentados.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Para os assentados que não concebem a floresta contribuindo para a qualidade de vida, o problema está na falta de apoio e conhecimento para o desenvolvimento de atividades de valorização da permanência da floresta em pé (75,4%). A falta de apoio e um plano de valorização florestal acabam levando o assentado a não ver a floresta como

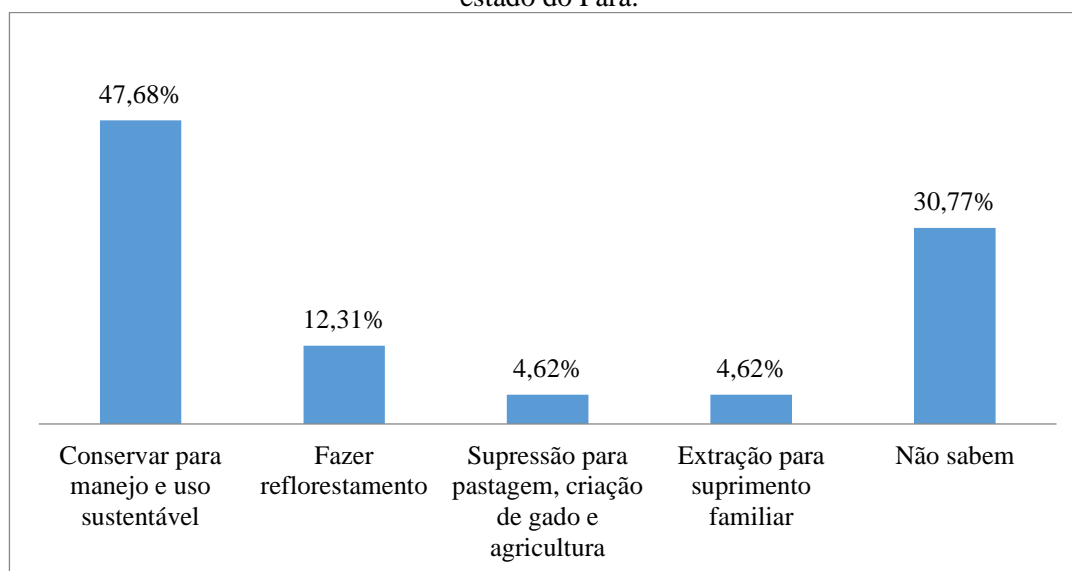
uma oportunidade importante a ser considerada nos componentes de desenvolvimento do seu lote como afirma um dos assentados.

“Tenho muito plano pra usar a floresta, o problema é que não há recurso, não tem um projeto, não tem apoio, então, não adianta nem a gente falar os planos que tem, porque é a mesma coisa que fazer um buraco n’água, não vai ter solução, então precisa esses órgãos, essas ONGs que estão empenhadas, elas estão dentro da comunidade fazendo reunião, fazendo treinamento, dando apoio pra poder a pessoa poder dar a manutenção em alguma coisa, em algum reflorestamento, pra poder daí a gente pensar em ter um plano para a floresta, porque não adianta a gente ter um plano sem ser escutado”. (Assentado 30, 17/05/2018).

“Não sei se tem apoio para preservar a floresta, nunca fui atrás. Ouvi falar que tem bolsa floresta né, que ajuda pra gente poder não desmatar muito, mas aqui pra nós isso ainda não chegou. Então o nosso pensamento a cada dia é fazer roça, mais pasto por nosso gadinho, se não a gente não aumenta nada, fica só naquilo, e por que ficar miserável todo tempo? A gente veio pro Pará pra trabalhar, pra vencer né, pra não ficar todo tempo na pendenga, na miséria”. (Assentado 31, 22/05/2018).

Para os assentados que afirmaram que a floresta contribui para a qualidade de vida, perguntamos também qual era o plano para ela. O Gráfico 25 mostra o resultado da percepção apresentada por eles.

Gráfico 25–Plano de uso da floresta por assentados do Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Na percepção dos assentados em relação ao que pretendem fazer com a floresta, duas questões chamam atenção: o fato de algumas famílias entenderem a importância da

floresta como área que ainda pode ser suprimida (4,62%) e o desconhecimento do que fazer com a floresta (30,77%).

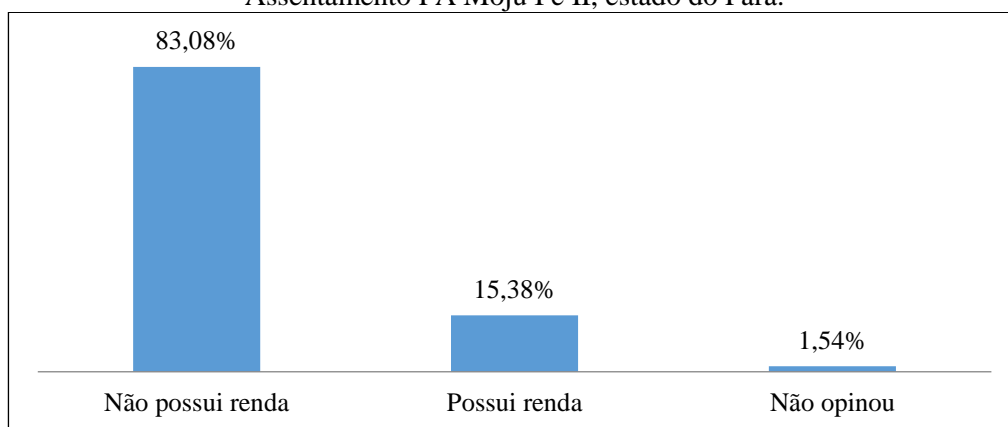
Essas duas situações presentes na relação do assentado com a floresta revelam uma tendência ao desmatamento e uma fragilização na gestão familiar da floresta. Tanto o assentado que vê a floresta como importante para a qualidade de vida, como aquele que não vê, sofrem do mesmo problema: a falta de apoio do Estado para a implementação de ações voltadas a valorização da floresta. Há uma ausência da presença institucional para dar apoio aos projetos e um sentimento de abandono como afirmam os assentados nas falas a seguir:

“O assentamento é uma palavra bonita "assentamento", o que precisa é a gente ter apoio, porque o governo, o INCRA, faz o assentamento aí esquece que fez um assentamento, e deixa as pessoas lá, nós temos estradas péssimas, nós não temos apoio de um projeto, nós estamos precisando e pelejando aqui por uma DAP e já tem mais de ano, o INCRA joga pra EMATER, a EMATER joga pro INCRA, e daí a gente não tem essas DAPs pra gente tirar um PRONAF, fazer um empréstimo, nada, a gente fica aqui de pé e mãos atadas, por isso que muita gente larga o lote e vai pra cidade, porque se passar fome vai passar fome na cidade. Aqui está precisando o apoio do governo, porque eu sei, a gente entra na internet, graças a Deus nós já temos internet, na colônia a gente pesquisa e a gente vê, parece que o único lugar travado é só aqui na nossa região, no Pará, porque ai pra fora, tem as coisas, e aqui precisa crescer, porque se todo mundo tiver polpa de fruta, nós vamos ter um recurso melhor, porque nós vamos vender por um preço melhor. (Assentado 30, 17/05/2018).

“Não sei porque a gente não recebe apoio. Pelo que a gente faz pela floresta, de deixar ela quietinha, acho que a gente merecia uma contribuição. Aqui dentro isso nunca foi discutido. A única coisa que entrou nesse período que estamos no assentamento foi o fomento”. (Assentado 27, 05/05/2018).

Para entender as razões da percepção do assentado pela manutenção da floresta ou pela sua supressão, analisamos também a renda obtida da floresta pela família, como variável para entender a valorização da mesma para mais ou para menos. O resultado revela que a maioria das famílias não possui nenhuma fonte de renda oriunda da floresta (83,1%) (Gráfico 26). Observou-se que estas famílias vêm mantendo a reserva legal, sem uso econômico, apenas para fins de preservação e como fonte suprimentos que a família precisa no dia a dia. Desta forma, entende-se que este processo não se sustenta no longo prazo, é necessário integrar a floresta na estratégia econômica de gestão familiar do lote e dinamização da economia.

Gráfico 26 – Demonstrativo da renda obtida da floresta pelas famílias assentadas no Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.



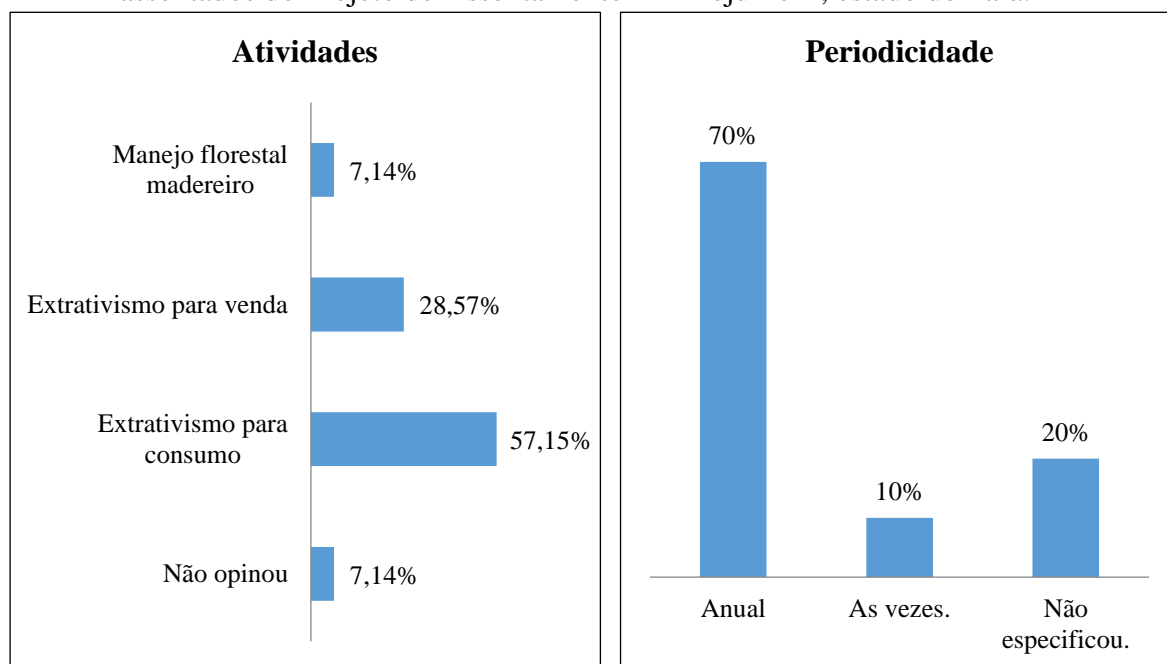
Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Para Tourneau et al. (2010), embora a reserva legal nas áreas de assentamento represente uma alternativa para a geração de renda, todavia, as famílias possuem pouco conhecimento sobre a legislação ambiental e dificilmente terão condições de conservar suas florestas.

De acordo com Farias et al. (2018), a geração de renda para o assentado, após o acesso à terra, se constitui no principal desafio da gestão dos projetos de assentamentos na Amazônia, por meio de iniciativas adequadas que levem em consideração a conservação dos recursos florestais existentes.

Dentre os que possuem alguma forma de renda da floresta (15,4%), ela é obtida principalmente por meio da atividade extrativista, notadamente a extração de óleos vegetais a exemplo da copaíba e andiroba (Gráfico 27). Por outro lado, a floresta se mantém como um componente do lote muito mais pela sua importância social, do que econômica, que se dá pelo extrativismo de consumo (castanha, plantas medicinais, madeira para consumo, etc).

Gráfico 27 – Atividades que compõem a renda obtida da floresta na percepção de assentados do Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Além da floresta ocupar um papel econômico marginal no lote, por outro lado, as experiências de uso dos recursos florestais em parceria com empresas e madeireiros não têm conseguido promover a valorização econômica da floresta, como relata um dos assentados entrevistado:

“Com o plano de manejo que fiz da minha floresta tive bem pouca renda. Os caras enganaram nós aqui dentro. Não foi só eu, foi a turma todinha. Da floresta eu peguei a semente da andiroba, plantei perto de casa e hoje eu tiro o óleo, já desse meu plantio que busquei a semente lá no mato há dez anos atrás. Meu plano de manejo na época que os caras chegaram aí, trazidos pela associação, dizendo que nós ia ter uma produção numa base de 40 a 60 mil. Aí vieram pagar nós 10 mil, e desses 10 mil, deram 5 mil e foram embora. Foi dado maior apoio pra esses caras aí dentro pela Associação, entraram dentro do lote, dois anos, sem nenhum custo pra eles. Essa atividade foi desenvolvida agora entre 2016 e 2017”. (Assentado 27, 05/05/2018).

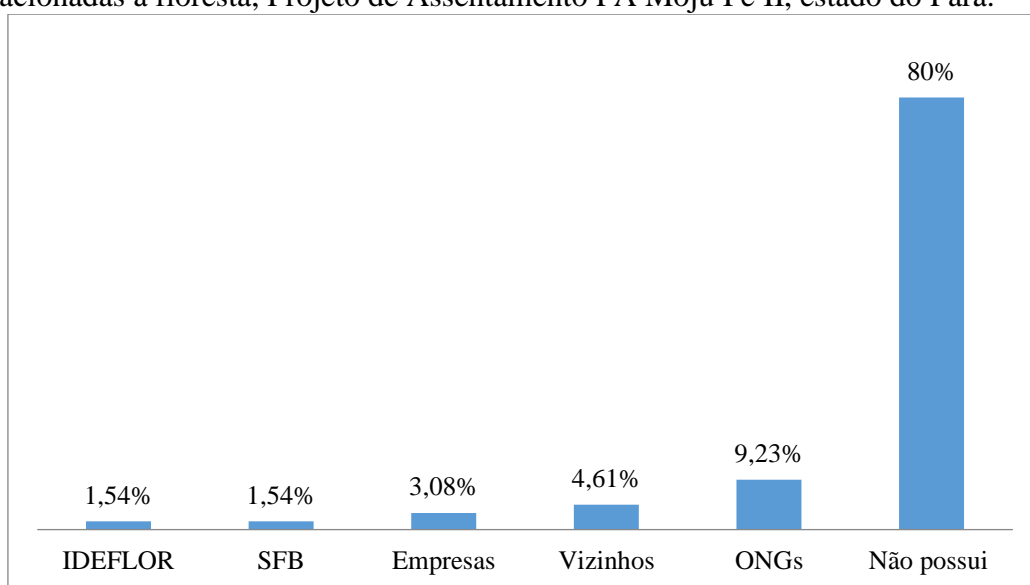
Os custos de gestão da floresta são altos para os assentados assumirem sozinhos, sendo necessário apoio de parcerias para a implementação de atividades, seja de manejo ou manutenção da floresta. Nas atividades de uso da floresta os assentados recorrem a parcerias públicas e privadas, predominando a relação com a última e que nem sempre resulta em melhoria da qualidade de vida, conforme observado no relato anterior.

A relação com empresas madeireiras na gestão florestal não tem sido avaliada positivamente, porque na maioria dos casos os assentados terminam não recebendo o que ficou acertado nos contratos formais e informais (Espada, 2009). Essa situação é

corroborada por Amaral et al. (2011), que afirmam ser a experiência de parceria com o setor empresarial uma relação precária no qual as comunidades envolvidas colocam suas florestas para a aprovação de planos de manejo, fornecem matéria prima aos empresários, mas não são compensados financeiramente como deveria ser por conta do preço que é praticado abaixo do mercado.

Analisamos as relações de parcerias para identificar os esforços em gestão florestal com a qualidade de vida. Em geral, para os assentados, a falta de apoio governamental ou não, reflete uma percepção de abandono em todos os sentidos. Essa questão está fortemente presente nos discursos captados nas entrevistas e já demonstrado nas citações de falas citadas anteriormente. E pode também ser compreendido a partir das relações de parcerias que desenvolvem (Gráfico 28).

Gráfico 28 – Relações de parcerias desenvolvidas pelos assentados em atividades relacionadas à floresta, Projeto de Assentamento PA Moju I e II, estado do Pará.



Fonte: pesquisa de campo (2018).

Os assentados ressentem muito a falta de apoio, de parcerias governamentais e privadas para a gestão florestal. No âmbito da governança ambiental local, a constituição de parceria entre atores locais é fundamental para fortalecer as ações de gestão numa perspectiva de compartilhamento das dificuldades e busca de soluções (ESPADA, 2015; MEDINA, 2012). Apenas 20% afirmam ter recebido ou receber algum tipo de parceria para desenvolver atividades ligadas à floresta, seja pelo manejo florestal madeireiro, seja a partir de produtos não madeireiros, como andiroba e copaíba. As percepções a seguir ilustram a ausência de parcerias como uma dificuldade para a sobrevivência no lote.

“Não recebo nada, nada, nada. Aqui no lote não temos assistência de nenhum órgão, nem assistência técnica, nada, o que a gente faz é por conta, errando, acertando, e assim a gente vai vivendo, mas não temos apoio de nada”. (Assentado 30, 17/05/2018).

“Não tenho parceria. A gente não tem apoio de nada. Inclusive a gente já fez reunião aí, reivindicando alguma coisa, até agora não saiu nada, posto médico aqui dentro, melhorias pra cá né, apareceu alguns, mas ainda não chegou aquilo que a gente reivindicou, isso deixa o pessoal meio enfraquecido né, quanto a permanência aqui, a razão de ter menos povoado aqui é devido o apoio que não tem”. (Assentado 28, 05/05/2018).

É perceptível na visão dos assentados que a ausência do Estado no apoio ao desenvolvimento do assentamento e na criação de oportunidades é um processo que faz falta para a permanência das famílias no lote com qualidade de vida e conseqüentemente contribui para a fragilização da política de reforma agrária. A qualidade de vida é avaliada pelos assentados a partir de suas experiências vivenciadas no cotidiano do assentamento, cuja perspectiva combina elementos objetivos e subjetivos do que considera como definição de QV.

Com base nesta definição, a qualidade de vida existe quando as suas necessidades humanas básicas objetivas são atendidas em relação às suas percepções pessoais ou grupais de bem-estar subjetivo. E as necessidades humanas de sua percepção de QV são aquelas necessidades básicas de subsistência, associadas a sua reprodução enquanto sujeito social, segurança, afeto, tranquilidade, sossego, infraestrutura, serviços básicos, dentre outros. Neste sentido, Costanza et al (1997) reforça que o papel da política pública é criar oportunidades para que as necessidades humanas sejam atendidas, e que existe uma diversidade de maneiras para fazer este processo de atendimento das necessidades acontecer. Para ele, o atendimento das necessidades humanas pode se dar através da promoção de oportunidades que deveriam ser criadas pela implementação das políticas públicas, categorizadas por ele como capital construído, capital humano, capital social e capital natural.

Na percepção dos gestores, as parcerias para atividades florestais são necessárias para uma nova lógica de uso da terra, mas reconhecem que o Estado não tem conseguido implementar políticas de valorização da floresta nos assentamentos, e esse processo contribui para uma baixa qualidade de vida das famílias.

Na fala a seguir fica evidenciado que o Estado não conseguiu desenvolver uma proposta para a gestão das florestas nos projetos de assentamentos, e o processo em curso possui pouca ou nenhuma contribuição para a qualidade de vida das famílias assentadas.

Pela ausência do próprio Estado, ela (a floresta) fica muito ao bel prazer, de madeiras, por exemplo, não credenciadas, de derrubadas ilegais, desmatamentos ilegais, venda dessas madeiras bem abaixo do preço, e isso tudo em razão de uma insuficiência de projetos de plano de manejo mais consistentes, onde obrigatoriamente, teria que ter o Estado também, a frente disso, pelo menos no acompanhamento, de um trabalho desse mais próximo das famílias, mas eu não vejo, vou dar um exemplo, nós temos contratações de assistência técnica, e você não tem a contratação de uma assistência técnica pra trabalhar especificamente por exemplo o plano de manejo; você não tem, você tem uma assistência técnica pra trabalhar o cultivo, como plantar o milho e a mandioca, e assim vai né. Então se tu analisares, nós não temos mesmo (um plano para a floresta), e aí começam a aparecer propostas, eu digo isso porque nesse percurso, começam a aparecer propostas de engenheiros florestais de fora, de empresas, que nada mais é a gente sabe né, são pessoas tentando regularizar planos para poder fazer esses desmatamentos aí, meio sem controle, o que não é muito interessante, mas é o que acontece. (Gestor 4, 07/06/2018).

A ênfase na reorganização fundiária dos assentamentos tem levado a desvincular a implementação das políticas públicas ligadas à reforma agrária a índices de qualidade de vida. A concentração de esforços na eficiência operacional traz à tona a preocupação quanto ao acesso à terra, em detrimento dos benefícios que consolidam o território na perspectiva da emancipação política e melhoria das condições de vida. Como fica evidenciado na fala do gestor, a floresta não tem recebido a atenção devida, e a situação como os processos em torno dela ocorrem nos assentamentos, pouco contribuem para a promoção da qualidade de vida.

Nesse sentido, a avaliação da qualidade está mais ligada a questões de acesso a serviços básicos como educação e saúde e infraestrutura do que em serviços como Assistência Técnica que ajudam a melhorar a vida no lote que assumem papel secundário (BRASIL, 2005).

5.4.3 Desafios para a qualidade de vida de assentados a partir da floresta

O assentamento rural é uma modalidade de floresta pública e como tal representa um território com imensa possibilidade para o estabelecimento de uso sustentável dos recursos florestais.

A floresta, por sua vez, é um importante componente que está diretamente associado a promoção da qualidade de vida das famílias assentadas, por sua importância no fornecimento de suprimentos de subsistência. Para Amaral et al. (2011), a manutenção e uso sustentável da floresta representam um grande desafio, visto que depende da implementação de políticas públicas que possibilitem as condições socioeconômicas para as famílias permanecerem em suas terras, conhecimento técnico para o desenvolvimento

da gestão e o manejo florestal para a valorização dos recursos florestais, que por sua vez contribui para a sua conservação.

O estudo revelou que a qualidade de vida das famílias assentadas possui relação indireta com a manutenção das florestas e o desmatamento como uma situação que contribui para reduzir o bem-estar destas. Assim, a qualidade de vida não depende apenas da inclusão de atividades florestais geradoras de renda ou do aumento da renda para o conjunto de outras atividades. Mas, este processo ocorre mediado pelos significados que são atribuídos à floresta e que por sua vez necessitam de mediação de políticas públicas para que seus efeitos possam ser sentidos pelos assentados. Este processo Costanza et al (2007) afirma que pode ser analisado a partir de um conceito de qualidade de vida que integra elementos objetivos e subjetivos e ferramentas que possam orientar a compreensão da pesquisa, e esta compreensão servir de guia para as políticas públicas em seus objetivos de melhorar a qualidade de vida a partir de múltiplas escalas de tempo e espaço, tendo por base uma visão ampla de contextos culturais e de desenvolvimento sustentável.

A qualidade de vida passa pelo desenvolvimento humano no assentamento, que pode ser medido a partir de uma abordagem integrativa de elementos objetivos e subjetivos percebidos pelos atores envolvidos para além da dimensão econômica; incluindo-se a dimensão social, através do acesso a serviços básicos como educação e saúde, assim como, os benefícios de infraestrutura como estrada, energia, água e transporte (PRATES, 2010). Além de outros elementos como a segurança na terra, a valorização da identidade enquanto sujeito social, o sossego da vida rural, a tranquilidade e a liberdade.

O alcance de níveis satisfatórios de qualidade de vida e que tenha uma contribuição da floresta está associado ao aumento da capacidade das famílias de poderem satisfazer as suas necessidades humanas básicas; que podem ser alcançadas através das oportunidades disponibilizadas por meio de políticas públicas.

Costanza (2007) mostra que trata-se de capital social, humano e natural, sendo o capital social, o sistema de normas que possibilitam a organização social e a cooperação; o humano, o domínio de conhecimento e informações que potencializam e otimizam as ações no território, e o natural, os bens renováveis e não renováveis a serviço da qualidade de vida humana e dos ecossistemas.

A preocupação em torno da floresta e a qualidade de vida não pode ser um processo dissociado das demais preocupações que fazem parte do cotidiano da vida e da

subsistência das famílias nos assentamentos. O desequilíbrio que existe entre os assentados, a floresta e a qualidade e vida é resultado de ações antrópicas históricas, que podem ser repensadas e readequadas às necessidades de uma outra lógica de desenvolvimento territorial nas áreas de reforma agrária na Amazônia.

A inclusão da floresta como um componente de desenvolvimento do assentamento e da parcela, constituindo-se em um processo dos assentados e não do Estado, se apresenta como um elemento central de uma nova estratégia de revalorização da floresta no contexto do assentamento e nesse processo a qualidade de vida como um benefício que atinge a todos. Mas a construção deste novo cenário exige a implementação de políticas públicas eficazes na promoção da qualidade de vida das famílias assentadas.

Desta forma, tanto a revalorização da floresta como a qualidade de vida se constituem nos principais desafios da reforma agrária na Amazônia. Deste modo, representa um desafio a melhoria contínua dos serviços prestados pelas políticas públicas para consolidar a qualidade de vida como um benefício prático na vida do assentado, evitando a mobilidade da família no lote e o êxodo rural (FLORIANO, 2009).

A partir da análise dos discursos identificamos quatro grandes desafios para a promoção da qualidade de vida a partir da floresta: (i) a integração das perspectivas entre gestores e assentados em torno da qualidade de vida a partir da floresta; (ii) a valorização ambiental dos ativos florestais; (iii) a consolidação de um sistema de governança para o desenvolvimento territorial sustentável; (iv) a valorização econômica da floresta.

O aprofundamento desses enfoques se constitui em um grande desafio para a reforma agrária e a produção científica na Amazônia. A integração das perspectivas de gestores e assentados em relação à floresta poderá ajudar no aperfeiçoamento das políticas públicas e criar oportunidades para a melhoria da qualidade de vida, tendo a floresta como um componente estratégico para este processo.

A compreensão de gestores e assentados em relação a importância dos serviços ambientais oportunizados pela floresta, poderá contribuir para uma mudança na lógica de uso da terra em curso, historicamente enraizada nos assentamentos rurais na Amazônia, e na definição de prioridades de ação por parte dos órgãos de gestão.

A medida que a floresta passe a ser vista como um componente importante para o desenvolvimento do assentamento e vital para a permanência no campo, gestores e assentados poderão compartilhar esforços no sentido de mantê-la no assentamento.

Os sistemas de governança não fazem parte da concepção dos projetos de assentamentos convencionais na Amazônia. No entanto, em face às dificuldades

existentes e manifestadas pelos assentados em relação a gestão florestal, hoje é uma questão fundamental para mudar a trajetória de gestão em curso e recuperar a capacidade das florestas de poderem ser valorizadas como um componente ambiental, social e econômico nos assentamentos.

E por fim, não mais importante que as demais questões levantadas, o outro desafio reside em torno da valorização econômica da floresta. A maioria dos assentados argumenta que não valoriza a floresta porque não possui renda dela, e não consegue porque segundo eles não têm apoio e conhecimento para isso. Os gestores, por sua vez, apresentam os elementos da ausência de uma preocupação maior com as florestas nas estratégias de políticas que são implementadas nos assentamentos.

A dimensão econômica das florestas nos projetos de assentamento se coloca como uma dimensão essencial para a sua manutenção, sem a qual não será possível fazer a relação com a qualidade de vida e garantir a sua continuidade para as futuras gerações.

ANÁLISE CRÍTICA

A percepção que assentados e gestores fazem da floresta em relação a qualidade de vida resulta de um processo de construção social, individual e coletivamente.

Para os assentados, esta construção está diretamente ligada à utilização efetiva ou não dos recursos florestais a partir de suas diferentes situações e possibilidades, dentre elas a extração florestal para fins econômicos de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como, para suprimento familiar relacionado às necessidades de subsistência.

Para os gestores, a percepção é construída a partir do ambiente de trabalho e das tensões inerentes a ele, associados ao papel institucional e a implementação das políticas públicas. Estes processos são determinantes na formulação da percepção que atribuem à floresta e sua relação com a qualidade de vida.

A compreensão da importância da floresta para as milhares de famílias assentadas na Amazônia nos parece ser uma questão essencial que traz uma enorme contribuição para a sociedade, para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para refletir sobre o desenvolvimento dos territórios da reforma agrária na Amazônia.

Ao mesmo tempo, que acreditamos ser este estudo uma referência para subsidiar a produção acadêmica e o desenvolvimento rural no contexto amazônico, tendo por base a reforma agrária.

O estudo da gestão florestal e da qualidade de vida trouxe à tona a discussão sobre os reais problemas e benefícios que a floresta proporciona nos projetos de assentamentos na Amazônia e concomitante a esse processo a relação desses benefícios com a qualidade de vida. Nesse sentido, ao se discutir a necessidade da diversificação da produção na perspectiva de uma mudança na lógica produtiva dos assentamentos, apontamos como indispensável que se discuta a manutenção da floresta em pé, considerando a sua importância tanto pelo seu aspecto ecológico, como também pelo social e econômico. Estes são aspectos constitutivos de uma estratégia de gestão florestal que tenha como premissa a qualidade de vida dos assentados e que eles a compreendam como parte de suas preocupações no lote.

Pela dificuldade que o assentado tem para implementar uma estratégia de uso sustentável da floresta sugerimos que a dimensão econômica seja parte integrante e indissociável de uma política de valorização da gestão florestal nos assentamentos da Amazônia.

Atualmente a qualidade de vida está ligada diretamente aos usos não econômicos que a floresta disponibiliza de recursos para a sobrevivência das famílias, incluindo fontes de suprimento familiar, tais como, madeira, frutos silvestres para alimentação, usos medicinais e o reconhecimento de serviços ambientais e a tranquilidade que ela oferece, que já é muito bom. Mas, entendemos ser a valorização econômica das florestas nos projetos de assentamentos na Amazônia um aspecto essencial e determinante para a conservação florestal e a qualidade de vida das famílias, pois desta forma poderão melhorar suas condições de renda e terem suas necessidades humanas básicas complementadas.

Para os assentados o principal elemento do conceito de qualidade de vida está relacionado à satisfação de necessidades básicas como acesso a infraestrutura de estradas, energia, água e serviços básicos como saúde e educação, que por sua vez estão também associados aos aspectos subjetivos de bem-estar manifestado no “viver bem” a exemplo da tranquilidade, sossego, liberdade, boa alimentação e segurança. Já para os gestores a qualidade de vida está ligada as condições para uma vida digna e tranquila com acesso a infraestrutura e serviços básicos que também se utilizam dos mesmos elementos da percepção dos assentados.

Para os gestores, a floresta pode contribuir para a qualidade de vida, mas os assentados não acessam políticas que promovam oportunidades para este processo acontecer plenamente. Nesse sentido, avaliam que a qualidade de vida atualmente não é

suficiente para viverem dignamente, pois não possuem o mínimo necessário de infraestrutura, transporte, educação e trabalho.

Por esse ângulo de análise, nosso estudo mostra também que essa realidade em um cenário de dificuldades a que se tornou a reforma agrária na Amazônia, não levou a priorização da floresta como um componente estratégico do desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios, e por conta disso às famílias pouco conseguem ver alguma relação desta com a qualidade de vida, mas definem qualidade de vida a partir do que vivenciam no cotidiano do assentamento. No entanto, essa é uma realidade que precisa ser alterada para um cenário onde as florestas compõem a estratégia de gestão das famílias no lote.

Por fim, a falta de prioridade do Estado para promover o assentamento como um território sustentável e a florestal como um componente que contribui efetivamente para a qualidade de vida, tem levado os assentamentos a um processo de transformação pressionados pelo modelo exógeno de desenvolvimento presente em seu entorno. Esta pressão recebida ganha força no ambiente de abandono a qual estão submetidos, levando-os a abandonarem os lotes, permitindo a reconcentração da terra e empurrando as famílias para ambientes com menos condições e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Manuel et al. **Análise de acordos entre empresas e comunidades para a exploração de madeira em assentamentos rurais na região da BR 163 e entorno, no Estado do Pará.** Belém: IEB, 2011.

AGRAWAL, A., Gibson, C. Enchantment and disenchantment: The role of community in natural resource conservation. **World Development** 27, 629-649, 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BELARMINO, Maycon G., MACEDO, Joana S., APRIGLIANO, Paula, ANTUNES, Vanina Z., GIBERTONI, Gabriela B., SANTOS, Laísa M. F., COSTA, Gisele S., DELCIELLOS, Ana Cláudia, MOURA, Maíra C., LORETTO, Diogo M. Curso de Introdução à Educação Ambiental para os Alunos do CAMP-Mangueira. **Anais do II EREBIO.** Niterói, 2003, 415 p. p. 95-98.

BENINCÁ, Mainara da Costa. **A percepção de natureza e as práticas produtivas dos camponeses dos Assentamentos Santa Rita e Três Pontes (GO).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí, 2014.

BERGAMASCO. Sônia Maria P.P.; FERRANTE, Vera Lúcia S.B.. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena. In: **Assentamentos em debate.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD: Brasília, DF; 2005.

BURIVALOVA, Z., Hua F., Koh L.P., Garcia C., Putz F.E. **A critical comparison of conventional, certified, and community management of tropical forests for timber in terms of environmental, economic, and social variables.** Conservation Letters, 2017.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.163-77, 2000.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em debate /** coordenação Caio Galvão de Franca , Gerd Sparovek. Colaboradores Antonio Marcio Buainain [et al]. Brasília : NEAD, 2005.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul - dez, 2013.

CAMPBELL, A. Subjectivemeasuresofwell-being. **American Psychologist**, 31, 117-124, 1976.

COSTANZA, R.; DALY, H. E. Natural capital and sustainable development. **Conservation Biology**, p.37-46, 1992.

COSTANZA, R., et al. *An Introduction to Ecological Economics*. St. Lucie Press, Boca Raton. 275 pp., 1997.

COSTANZA, R. et al. **Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being**. *Ecologic Economics*, v.6, p. 267-276, 2007.

COSTANZA, R. et al. **The value of coastal wetlands for hurricane protection**. *AMBIO: J. Hum. Environ.* 37, 241–248, 2008.

COSTA, M. et al. O “Programa Municípios Verdes”: Estratégias de Revalorização do Espaço em Municípios Paraense. *Ambiente & Sociedade*, v. 18, n. 2, p. 61-76, 2015.

DAY, H.; JANKEY, S.G. **Lessons from the literature: toward a holistic model of quality of life**. In: RENWICK, R.; BROWN, I.; NAGLER, M. (Eds.). **Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications**. Thousand Oaks: Sage, 1996.

DIÁLOGOS, Projeto. **Articulação das políticas públicas, o caso do repasse de gestão florestal no Mato Grosso: Primeiros resultados de pesquisa**. Outubro, 2006.

DIENER, Ed. **Subjective well-being**. *Psychological Bulletin*, vol 95 (3), 542-575, 1984.

_____. Subjective well-being. The Science of happiness and a proposal for a national index. *American Psychologist*, 2000.

ESPADA, Ana Luiza V. **Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para o manejo florestal comunitário na Amazônia: o caso da Floresta Nacional do Tapajós**. Belém: 2015.

FARIAS, M. H. C. S.; BELTRÃO, N. E. S.; SANTOS, C. A.; CORDEIRO, Y. E. M. **Impactos dos Assentamentos Rurais no Desmatamento da Amazônia**. *Mercator*, Fortaleza, v. 17, e17009, 2018.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: Paradigmas e Disputa Territorial**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 1, N.1, p. 21-43, 2011.

FLECK, Marcelo et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL – Bref”. *Revista de Saúde Pública*, vol 34 (2), Abril 2000.

FLORIANO, Cinthya Oliveira. **Identificação da Qualidade de Vida no Meio Rural no Município de Major Vieira**. *Ágora: R. Divulg. Cient.*, ISSN 2237-9010, Mafra, v. 16, n. 1, 2009.

GIACOMONI, Claudia Hofheinz. **Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida**. *Temas em Psicologia da SBP*, Vol. 12, no 1, 43– 50, Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

HUMPHRIES, S., Holmes, T.P., Kainer, K., Koury, C.G.G., Cruz, E. & de Miranda Rocha, R. **Are community-based forest enterprises in the tropics financially viable? Case studies from the Brazilian Amazon.** *Ecol. Econ.*, 77, 62-73, 2012.

JUNIOR, Celso Batista Leite. Indicadores Socioeconômico e Ambiental em Assentamentos da Reforma Agrária no Cerrado Goiano. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 16, p. 342-378, ago., 2013.

KIELING, R. I; SILVEIRA, L. L. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **PERSPECTIVA**, v. 39, n.148, p. 133-143, 2015.

LIMA, Eirivelthonet al. **Florestas Familiares: Um pacto socioambiental entre a indústria madeireira e a agricultura familiar na Amazônia.** IPAM, 2003.

MEDINA, G.; POKORNY, B. & CAMPBELL, B. Community forest management for timber extraction in the Amazon frontier". *International Forestry Review*, 2009.

MEDINA, G et al. Governança Local para o Manejo Florestal Na Amazônia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 27 n° 78, 2012.

MICHALOS, A.C.; ZUMBO, B.D.; HUBLEY, A. **Health and the quality of life: social indicators research.** *Social Indicators Research*, Prince George, v.51, n.3, p.245-86, 2000.

MIRAGLIA, Ana Beatriz; MURRIETA, R. S. **Preservação e desenvolvimento. Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições.** Fany Ricardo (org.). São Paulo: Instituto Socio ambiental, 2004.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NAHAS, M.V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo.** 3. ed. Londrina: Midiograf, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização.** In: TORRES, Maurício (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.* Brasília: CNPq, 2005.

PEREIRA, Érico Feldenet al. **Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação.** *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, C.J.C. **Análise da relação entre desmatamento e bem-estar da população da Amazônia Legal.** Piracicaba, SP, vol. 48, n° 01, p. 165-193, jan/mar 2010 – Impressa em março 2010.

REPPOLD Caroline Tozzi, SERAFINI, A.J.; MENDA. EM: HUTZ, Claudio Simon. **Psicologia positiva e avaliação da qualidade de vida. Avaliação em Psicologia Positiva.** ArtMed, VitalBook file, 2014.

RENWICK, R.; BROWN, I. **The center for health promotion's conceptual approach to quality of life.** In: RENWICK, R.; BROWN, I.; NAGLER, M. (Eds.). *Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications.* Thousand Oaks: Sage, 1996.

SABOGAL, Cesar et al. **Experiencias y retos del manejo forestal comunitario en América Tropical.** Recursos Naturales y Ambiente/no. 54, CIFOR, 2008.

SANTIN, S. **Cultura corporal e qualidade de vida.** Kinesis, Santa Maria, v.27, p.116-86, 2002.

SAUER, S. **O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.** In: **Assentamentos em debate.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD: Brasília, DF; 2005.

SCHMIDT, S.; POWER, M.; BULLINGER, M.; NOSIKOV, A. The conceptual relationship between health indicators and quality of life: results from the cross-cultural analysis of the EUROHIS field study. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, Hoboken, v.2, n.1, p.28-49, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio; FREITAS, Tanise Dias. **Qualidade de Vida, Diversificação e Desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural.** **Olhares Sociais**, Vol. 02, n. 01, 2013.

SEN, Amartya Kumar. **Capacidad y Bienestar.** In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya. **La Calidad de Vida.** México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, Magda Cristina de et al. **Qualidade de vida da agricultura familiar em assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte.** Universidade Federal do Ceará-UFC: 2004.

SCHMINK, Marianne. **Comunidades, Florestas, mercados e conservação.** In. **As Florestas Produtivas nos Neotrópicos: Conservação por meio do manejo sustentável?.** IEB, 2005.

SPAROVEK, G.; BARRETO, A.; KLUG, I.; PAPP, L.; LINO, J. A revisão do Código Florestal Brasileiro. **Novos Estudos**, n. 89, p. 111-135, 2011.

SPINK, Mary Jane P. **O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial.** Cad. Saúde Pública., Rio de Janeiro, 9 (3): 300-308, jul/set, 1993.

TOURNEAU, François-Michel Le; BURSZTYN, Marcel. **Assentamentos Rurais na Amazônia: Contradições entre a Política Agrária e a Política Ambiental.** Ambiente & Sociedade, Campinas v. XIII, n. 1, p. 111-130, jan.-jun. 2010.

WIERSUM, K.F., Humphries, S., van Bommel, S. (2011). **Certification of community forestry enterprises: experiences with incorporating community forestry in a global**

system for forest governance. Small-scale Forestry, DOI 10.1007/s11842-011-9190-y, 2011.

WHOQOL Group. **The development of the World Health Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL).** In: ORLEY, J.; KUYKEN, W. (Eds.). Quality of life assessment: international perspectives. Heidelberg: Springer, 1994.

ZARIN, Daniel. Florestas Produtivas Neotropicais: conceitos e realidades. In: ZARIN, D. J., et al. (Org). **As Florestas Produtivas nos Neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?** Brasília: IEB, 2005.

6 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO FLORESTAL E QUALIDADE DE VIDA EM PROJETO DE ASSENTAMENTO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Consideramos que os resultados alcançados pelo estudo trazem grandes contribuições à temática sobre gestão florestal e qualidade de vida em Projeto de Assentamento na Amazônia. Estes resultados servirão de aporte para a literatura científica, como também para futuras ações de gestores com atuação nestes territórios.

As percepções sobre gestão e manejo sustentável das florestas nativas no projeto de assentamento estudado trazem a tona uma série de dificuldades que tornam as ações que vem sendo feitas, tanto por assentados como pelos gestores, insuficientes para responder na atual conjuntura e no futuro as diversidades de realidades dos sujeitos sociais que interagem no assentamento. Nesse contexto, sugerimos a condução de outros estudos que aprofundem novas reflexões acerca deste tema, sob outros prismas.

Em relação ao desenvolvimento sustentável dos territórios de Reforma Agrária na Amazônia, ressaltamos que a pouca efetividade do Estado na implementação de políticas de desenvolvimento agrário e territorial, associado à pouca funcionalidade dos órgãos que operam, tanto com as políticas de gestão, como de fiscalização ambiental, tem contribuído para a não consolidação dos projetos de assentamentos e refletido na baixa qualidade de vida das famílias.

Constatou-se ainda, que um sistema de governança territorial é de fundamental importância para tornar efetivo não somente a execução das políticas, mas também a gestão do território pelos próprios assentados. Nesse sentido, visualizamos a necessidade de um maior investimento em políticas que busquem a integração de esforços institucionais no âmbito municipal, estadual e federal. Esses esforços devem ser no sentido de fortalecer estruturas de governança para a gestão territorial, promover a autonomia fundiária e política das famílias e garantir a conservação florestal.

Entendem-se os projetos de assentamentos na Amazônia como territórios importantes, que devem ser pensados para além da destinação de terra às famílias. Que possam ser autogeridos e que desempenhem papel estratégico no desenvolvimento local e regional.

O manejo florestal comunitário e familiar deve se constituir em uma atividade de uso múltiplo que valorize a floresta, e faça parte das políticas de desenvolvimento territorial nos Projetos de Assentamentos na Amazônia.

Corrobora-se com a literatura pertinente sobre os impactos da reforma agrária na Amazônia, em cujo processo uso do solo pelas famílias assentadas tem sido predominantemente pela supressão florestal para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, com ênfase em sistemas produtivos que priorizam culturas anuais, perenes de ciclos curtos e a pecuária, ambas como as principais alternativas para a geração de renda.

Uma mudança paradigmática se faz necessária como estratégia de transição do atual modelo, visto como muitas vezes predatório, para uma nova abordagem de gestão do território, fundamentada em sistemas produtivos sustentáveis, com a combinação de conhecimentos tradicionais e científicos, e pautados na diversidade produtiva.

Em suma, a gestão florestal é um componente importante para garantir a conservação e uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros nos projetos de assentamentos de reforma agrária na Amazônia. E que a melhoria da qualidade de vida que tenha a floresta como ambiente que contribui para este processo, passa pela superação das privações que tolhem a liberdade de escolhas, para que as famílias possam aproveitar as oportunidades que o território conquistado da reforma agrária lhes permite para alcançarem aquilo que sonham e desejam.

APÊNDICES

6.1. APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE PERGUNTAS SEMIESTRUTURADAS UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO COM OS ASSENTADOS DO PA MOJU I E II.

I) IDENTIFICAÇÃO DO ENTEVISTADO

DATA DA ENTREVISTA

NOME:

COMUNIDADE:

IDADE:

ORIGEM:

GRAU DE INSTRUÇÃO:

TAMANHO DO LOTE:

II) HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

- 01) Há quanto tempo mora no assentamento?
- 02) Onde morava antes de vir morar no assentamento?
- 03) Foi o primeiro morador do lote? Se não foi, qual a ordem da posse?
- 04) O que levou você a morar no assentamento?

III) SITUAÇÃO DA FLORESTA NA OCUPAÇÃO

- 05) Como era floresta quando chegou no assentamento e no lote?
- 06) Como é a floresta hoje no assentamento e no lote? Houve mudanças? Quais?
- 07) Quais são as suas principais atividades econômicas que garantem a sua sobrevivência?

IV) PERCEPÇÃO DO ASSENTAMENTO

- 08) Qual o significado do assentamento pra você e sua família?
- 09) Como é viver no assentamento?
- 10) Está satisfeito em morar no assentamento?
- 11) Quais são as suas motivações para permanecer no assentamento?
- 12) Você participa de alguma organização no assentamento ou comunidade? () Sim () Não
- 12.1. Se sim ou se não, por que? _____

V) PERCEPÇÃO QUANTO A IMPORTANCIA DA FLORESTA

- 13) Qual a importância da floresta pra você?
- 14) Quais os usos que a floresta tem pra você?
- 15) Como era a sua visão da floresta quando chegou no assentamento e como é hoje?

VI) PERCEPÇÃO QUANTO A GESTÃO FLORESTAL

- 16) A floresta precisa de cuidados? () Sim () Não
 - a. Se sim ou se não, por que? _____
- 17) Você desenvolve atividades de proteção da floresta? Quais? () Sim () Não
 - a. Se sim ou se não, por que? _____
- 18) Recebe algum tipo de apoio fora de sua família para cuidar da floresta? () Sim () Não

- a. Se SIM como e Não Por que? _____
- 19) Você tem alguma parceria para fazer o uso da floresta e sua manutenção? () Sim () Não
- a. Se SIM como e Não Por que? _____
- 20) Caso tenha parceria, com quem? Para que?
- 21) Como você utiliza a floresta?
- 22) Como você vê a gestão da floresta pelo INCRA?

VII) PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO DA FLORESTA COM A QUALIDADE DE VIDA

- 23) O que é qualidade de vida pra você?
- 24) A floresta contribui para a qualidade de vida da sua família? () Sim () Não
- a. Se SIM, como contribui? _____
- 25) Você tem planos para usar a floresta? () Sim () Não
- a. Se NÃO, por que? _____
- 26) Se SIM, qual o seu plano para a floresta do seu lote?
- 27) Você tem renda da floresta? () Sim () Não
- a. Se sim ou se não, por que? _____
- 28) Se SIM, quais atividades obtém renda?
- 29) Qual a periodicidade dessa renda obtida da floresta?

6.2. APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE PERGUNTAS SEMIESTRUTURADAS UTILIZADO NA PESQUISA DE CAMPO COM OS GESTORES.

NOME:

IDADE:

NATURALIDADE:

FUNÇÃO:

GRAU DE INSTRUÇÃO

ÁREA DE FORMAÇÃO:

- 01) Há quanto tempo trabalha no órgão? Concursado? Temporário?
- 02) Qual era o objetivo da reforma agrária com a criação dos projetos de assentamentos na Amazônia?
- 03) Qual foi a estratégia pensada pelo órgão para garantir a sobrevivência econômica das famílias assentadas nos projetos de assentamentos?
- 04) Qual o papel da floresta nos Projetos de Assentamento?
- 05) Qual a forma de gestão florestal pensada pelo órgão nos projetos de assentamentos? O que foi pensado está acontecendo? Se SIM ou NÃO, por quê?
- 06) Como a floresta vem sendo gerida nos projetos de assentamentos?
- 07) Como o órgão avalia o seu papel na consolidação de instrumentos de gestão florestal nos projetos de assentamentos?
- 08) Qual a forma de uso da floresta que mais predomina nos projetos de assentamento?
- 09) Se a resposta da questão 09 for ousou econômico clandestino da floresta - porque essa forma é que mais predomina nos projetos de assentamento?
- 10) Como o órgão concebe a gestão florestal nos projetos de assentamento?
- 11) Qual a avaliação que o órgão faz da gestão e uso da floresta no PA Moju I e II?
- 12) Qual a avaliação que fazem da relação dos assentados com as empresas madeireiras no PA Moju I e II?
- 13) Consideram importante a relação (parcerias) de comunidades com empresas madeireiras? Se consideram importante como deveria ser? Se não consideram necessário, por quê?
- 14) O que é qualidade de vida pra você?
- 15) Como você vê a qualidade de vida nos assentamentos?
- 16) Como você vê a gestão da floresta pelos assentados

6.3. APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), APRESENTADO AO CONSELHO DE ÉTICA.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA**

Título da Pesquisa: A Gestão Florestal na Percepção dos Assentados da Reforma Agrária na Amazônia: Estudo de Caso do PA Moju I e II.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Amazônico

Antonio José Mota Bentes (mestrando do PPGSAQ/UFOPA)

Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira (orientador)

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem a finalidade assegurar seus direitos e deveres como participante, será elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com o pesquisado e outra com o pesquisador. Por gentileza, leia com atenção, tranquilidade, e aproveite para esclarecer suas dúvidas. Caso tenha perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se achar melhor, pode levar para sua residência para consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Caso você não queira participar ou deseje retirar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo.

A pesquisa tem como objetivo analisar a gestão florestal nos assentamentos de reforma agrária a partir da análise da socioeconomia e da percepção dos atores e a qualidade de vida dos envolvidos. Tendo como participantes os assentados da Reforma Agrária do Projeto de Assentamento Moju I e II, localizado nos municípios de Placas, Mojuí dos Campos e Belterra, região do Baixo Amazonas, Estado do Pará. Participando do estudo o (a) senhor (a) está sendo convidado a responder questões de uma entrevista a ser gravada, com perguntas semiestruturadas, versando sobre assuntos pertinentes relacionados ao tema da pesquisa. A entrevista será realizada em uma única visita, na qual o (a) pesquisador (a) se deslocará até o local de trabalho ou moradia do (a) participante da pesquisa. Como recurso de apoio durante a realização da entrevista o (a) pesquisador (a) utilizará equipamentos para a gravação em áudio. O material produzido durante a aplicação da entrevista (áudio gravado) e o roteiro de perguntas, poderão ser disponibilizados para o (a) participante da pesquisa. Ressalta-se que o áudio da entrevista e as repostas prestadas durante a sua aplicação farão parte do arquivo pessoal do pesquisador, o qual terão seus conteúdos analisados para produzir uma sistematização das repostas dadas com o objetivo de promover a análise das ações desenvolvidas pela pesquisada. Ressalta-se que as repostas da entrevistaserão transcritas na íntegra no

trabalho do pesquisador. O resultado da pesquisa será encaminhado no prazo de seis meses, após a conclusão dos resultados.

O (A) Sr. (a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (93) 99161-0636, pelo e-mail: antoniononai@gmail.com, abentes@yahoo.com, ou no endereço: Av. Tropical, nº 874, Bairro de Santana, Santarém – Pará. O orientador deste estudo é o Professor Dr. Thiago Almeida Vieira (UFOPA), e-mail: tavbelem@gmail.com e o coordenador do Programa de Pós Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de vida é o Prof. Dr. Itamar Paulino, e-mail: itasophos@gmail.com.br.

Nesta pesquisa há riscos de constrangimento, uma vez que ocorrerá o contato direto do pesquisador com os participantes do estudo. Para tanto, as entrevistas serão realizadas nas suas residências (se autorizado), o qual deixará o pesquisado à vontade e onde serão esclarecidos os princípios éticos da pesquisa, dentre eles: o anonimato dos sujeitos. Caso você se sinta prejudicado pela participação neste estudo seja física, psíquica ou emocionalmente você terá direito a indenização segundo as leis vigentes no país. A pesquisa será realizada durante o horário disponível do participante, em local por este (a) definido, portanto, não será necessário o ressarcimento de despesas com eventuais deslocamentos, mas em caso de deslocamentos, o pesquisador fica na responsabilidade para realizar o ressarcimento das suas despesas.

As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para a presente pesquisa e ninguém será identificado. O destino dos dados escritos e gravados em áudio – entrevista – será arquivado pelo pesquisador e após cinco anos da finalização da pesquisa serão incinerados e os gravados apagados.

Os benefícios (vantagens) de participação na pesquisa são referentes à contribuição para a produção de conhecimentos sobre a percepção da gestão florestal dos envolvidos no programa de reforma agrária na região do Baixo Amazonas. Além disso, os conhecimentos identificados podem contribuir para a melhoria da política de Reforma Agrária na Região. O resultado também pode servir como fundamentação teórica que auxilie no desenvolvimento de políticas públicas para o público participantes da pesquisa nos municípios de Placas, Mojuí dos Campos e Belterra.

Ao final, escreverei um trabalho dissertativo sobre as contribuições e apontamentos percebidos a partir desta pesquisa. Comprometo-me a voltar, e divulgar os resultados desse trabalho no lócus da investigação.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e em caso de dúvida sobre os padrões éticos aplicados à pesquisa você poderá entrar em contato com este comitê. O CEP é formado por vários professores que analisam os aspectos éticos da pesquisa a fim de proteger os participantes da pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Estou ciente que estou assinando esse termo em duas vias e que uma delas ficará em minha posse. Desta forma, concordo voluntariamente em participar do presente estudo, podendo retirar meu consentimento em qualquer momento da pesquisa, sem que isso traga penalidade ou prejuízos algum para mim e autorizo que utilizem, divulguem e publiquem os resultados obtidos pela minha participação neste estudo para fins científicos.

Santarém, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) participante da pesquisa

Eu, pesquisador responsável, declaro que obtive de forma voluntária e ética o consentimento livre e esclarecido do participante.

Antonio José Mota Bentes – Pesquisador

ANEXOS

ANEXO 1 - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética da Pesquisa

INSTITUTO ESPERANÇA DE
ENSINO SUPERIOR / IESPES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GESTÃO FLORESTAL E OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZONIA BRASILEIRA: PERCEPÇÃO DE GESTORES E ASSENTADOS

Pesquisador: ANTONIO JOSE MOTA BENTES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79338617.2.0000.8070

Instituição Proponente: Universidade Federal do Oeste do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.659.043

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa propõe o estudo da gestão florestal na percepção dos gestores assentados da reforma agrária na PA Moju I e II, localizada no entorno da BR 163- área de abrangência dos municípios de Belterra, Mojuí dos Campos e Placas, Estado do Pará.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

Analisar a gestão florestal nos assentamentos de reforma agrária a partir da percepção dos atores, compreendendo a influência na qualidade de vida dos assentados.

Objetivos Específicos:

- Caracterizar o perfil socioeconômico dos assentados e a gestão florestal na área estudada;
- Estudar a percepção de assentados e gestores sobre a gestão florestal no assentamento;
- Compreender a relação da gestão das florestas com a qualidade de vida dos beneficiários da reforma agrária no assentamento estudado.

Endereço: AV. DEPUTADO ICOARACI NUNES, 3344

Bairro: CARANAZAL

CEP: 68.040-100

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)3529-1763

E-mail: cep@iespes.edu.br

Continuação do Parecer: 2.659.043

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

- Riscos: Constrangimento, por se tratar de uma pesquisa com uso de entrevistas através de instrumento de gravação. Risco será minimizado por meio de prévio diálogo com a família sobre objeto da pesquisa e pelo cuidado de realização da entrevista, se autorizada, na residência do entrevistado em data e horário definido pelo mesmo, evitando modificação da rotina diária das famílias envolvidas.
- Benefícios: Contribuição para a produção de conhecimentos sobre a percepção da gestão florestal dos envolvidos no programa de reforma agrária na região do Baixo Amazonas e o resultado também, pode servir de fundamentação teórica que auxilie no desenvolvimento de políticas públicas para o público participante da pesquisa

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O pesquisador acatou recomendações do Comitê de Ética, quanto aos ajustes dos objetivos e dos procedimentos metodológicos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou TCLE;

Incluiu no projeto revisado a avaliação de riscos e benefícios;

Atualizou o cronograma de pesquisa (observe-se que o Cronograma está novamente desatualizado, mas na reunião do Comitê de Ética, decidiu-se pela aprovação do mesmo, por se considerar que essa desatualização decorreu da demora nos trâmites do Comitê de Ética no processo de análise o projeto revisado)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Apresentou TCLE;

Apresentou projeto revisado, onde incluiu a avaliação de riscos e benefícios;

Atualizou o cronograma de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_996025.pdf	26/03/2018 15:16:09		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_revisado.pdf	26/03/2018 15:15:15	ANTONIO JOSE MOTA BENTES	Aceito

Endereço: AV. DEPUTADO ICOARACI NUNES, 3344

Bairro: CARANAZAL

CEP: 68.040-100

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)3529-1763

E-mail: cep@iespes.edu.br

INSTITUTO ESPERANÇA DE
ENSINO SUPERIOR / IESPES



Continuação do Parecer: 2.659.043

Investigador	Projeto_revisado.pdf	26/03/2018 15:15:15	ANTONIO JOSE MOTA BENTES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	19/09/2017 17:13:19	ANTONIO JOSE MOTA BENTES	Aceito
Folha de Rosto	Folharosto_AntonioJose.pdf	19/09/2017 17:10:59	ANTONIO JOSE MOTA BENTES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTAREM, 16 de Maio de 2018

Assinado por:
Juarez de Souza
(Coordenador)

Endereço: AV. DEPUTADO ICOARACI NUNES, 3344
Bairro: CARANAZAL **CEP:** 68.040-100
UF: PA **Município:** SANTAREM
Telefone: (93)3529-1763 **E-mail:** cep@iespes.edu.br

ANEXO 2- Carta de autorização da Associação ASA-Comunidade São Miguel

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE SÃO MIGUEL – ASA
CNPJ. 30.814.682/0001-37

End. Comunidade São Miguel, PA Moju I e II, Vicinal do Km 130-BR 163, Mojui dos Campos-Pará-Brasil.

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

A Associação de Agricultores da Comunidade São Miguel - ASA; PA Moju I e II, Município de Mojui dos Campos, representada legalmente pela Sra. Ana Maria Costa Feitosa, portadora da cédula de identidade RG. 4029218/SSP-PA e CPF. 671.527.242-53; oficializa através desta a autorização para o uso de informações levantadas junto às famílias de nossa comunidade para a realização da pesquisa sobre gestão florestal e sua relação com a qualidade de vida na percepção de gestores e assentados, realizada pelo estudante de mestrado da Universidade Federal Oeste do Pará-UFOPA, Sr. Antonio José Mota Bentes, CPF. 194.997.792-72, RG. 4331737/SP-PA, através do Centro de Formação Interdisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ).

Manifestamos que estamos de pleno acordo que o mesmo utilize as informações para o seu estudo de mestrado e também possa realizar a publicação das mesmas sem nenhuma restrição de nossa parte. Ressaltamos, que o mesmo observou as diretrizes para a obtenção das informações por meio do nosso consentimento prévio e estabelecido junto a nossa comunidade, realizando prévios esclarecimentos sobre:

- a) os impactos sociais, culturais e ambientais decorrentes da execução da atividade envolvendo acesso ao conhecimento tradicional das famílias;
- b) os direitos e as responsabilidades de cada uma das partes na execução da atividade e em seus resultados; e
- c) o direito da comunidade e dos assentados (agricultor familiar) de recusar o acesso ao conhecimento tradicional objeto da pesquisa;

Ressaltamos que foi estabelecido, em conjunto com a comunidade São Miguel, por meio da Associação ASA, as modalidades de repartição de benefícios, não havendo envolvimento de recursos financeiros derivados da realização da pesquisa; apenas ficando o mesmo na responsabilidade de passar cópia da dissertação à comunidade e se possível realizar uma apresentação das informações para as famílias. Acordamos também, que seria respeitado o direito das famílias de assentados de recusar o acesso ao conhecimento tradicional associado, durante o processo de consentimento prévio ou realização da pesquisa.

Por estarmos de acordo com a observância das diretrizes e os termos do instrumento de comprovação para obtenção do consentimento prévio informado, formalizamos esta autorização para fins de direito junto a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e o Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), e quaisquer outros órgãos ligados a formação de Pós-Graduação, que estamos de pleno acordo e cientes desta autorização, a qual firmamos e damos ciência.

Mojui dos Campos-PA, 05 de novembro de 2018.



Ana Maria Costa Feitosa

Presidente da Associação ASA

Contato Telefônico: (93) 99202 0570

ANEXO 3 - Carta de autorização da Central de Associações do PA Moju I e II –
CAAREAPA.

CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ASSENTADOS E
ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA DO PA MOJU I E II
CNPJ. 11.487.027/0001-77
End. Comunidade Sombra Santa, Km 145, PA Moju I e II, Placas-Pará-Brasil



CARTA DE AUTORIZAÇÃO

A Central das Associações de Assentados e Assentadas da Reforma Agrária do PA Moju I e II - CAAREAPA: com sede na Comunidade Sombra Santa, PA Moju I e II, Município de Placas, Travessão Km 145/BR-163, representada legalmente pelo Sr. Nilson Tabajara Silva Lamarão, portador da cédula de identidade, RG. 4755712/PC-PA e CPF. 857.919.462-87; oficializa através desta a autorização para o uso de informações levantadas junto às famílias das comunidades Santa Rita de Cássia, Princesa Isabel, Nova Canaã, São Miguel, Terra Santa, Santo Antonio e Faveira, para a realização da pesquisa sobre gestão florestal e sua relação com a qualidade de vida na percepção de gestores e assentados, realizada pelo estudante de mestrado da Universidade Federal Oeste do Pará-UFOPA, Sr. Antonio José Mota Bentes, CPF. 194.997.792-72, RG. 4331737/SP-PA, através do Centro de Formação Interdisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ).

Manifestamos que estamos de pleno acordo que o mesmo utilize as informações para o seu estudo de mestrado e também possa realizar a publicação das mesmas sem nenhuma restrição de nossa parte. Ressaltamos, que o mesmo observou as diretrizes para a obtenção das informações por meio do consentimento prévio e estabelecido de cada assentado entrevistado junto as comunidades mencionadas, realizando prévios esclarecimentos sobre:

- a) os impactos sociais, culturais e ambientais decorrentes da execução da atividade envolvendo acesso ao conhecimento tradicional das famílias;
- b) os direitos e as responsabilidades de cada uma das partes na execução da atividade e em seus resultados; e
- c) o direito da comunidade e dos assentados (agricultor familiar) de recusar o acesso ao conhecimento tradicional objeto da pesquisa;

Ressaltamos que foi estabelecido, em conjunto com a Central de Associações do PA Moju I e II (CAAREAPA), as modalidades de repartição de benefícios, não havendo envolvimento de recursos financeiros derivados da realização da pesquisa; apenas ficando o mesmo na responsabilidade de passar cópia da dissertação à nossa entidade e se possível realizar uma apresentação das informações para as famílias. Acordamos também, que seria respeitado o direito das famílias de assentados de recusar o acesso ao conhecimento tradicional associado, durante o processo de consentimento prévio ou realização da pesquisa.

Por estarmos de acordo com a observância das diretrizes e os termos do instrumento de comprovação para obtenção do consentimento prévio informado, formalizamos esta autorização para fins de direito junto a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e o Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), e quaisquer outros órgãos ligados a formação de Pós-Graduação, que estamos de pleno acordo e cientes desta autorização, a qual firmamos e damos ciência.

Placas-PA, 05 de novembro de 2018.

Nilson Tabajara S. Lamarão

Nilson Tabajara Silva Lamarão
Presidente da CAAREAPA

ANEXO 4 - Carta de autorização da Associação da Comunidade Nova Canaã.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO MOJU II - APPM II

CNPJ. 03.169.381/0001-25

End. Comunidade Nova Canaã, PA Moju I e II, - Km 140 BR 163 - Município de Mojui dos Campos -
Estado do Pará - Brasil.

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto Moju II - APPM II; PA Moju I e II, Município de Mojui dos Campos, representada legalmente pelo Sr. Cláudio Barbosa, portador do CPF. 638.606.232-72; oficializa através desta autorização para o uso de informações levantadas junto às famílias de nossa comunidade para a realização da pesquisa sobre gestão florestal e sua relação com a qualidade de vida na percepção de gestores e assentados, realizada pelo estudante de mestrado da Universidade Federal Oeste do Pará-UFOPA, Sr. Antonio José Mota Bentes, CPF. 194.997.792-72, RG. 4331737/SP-PA, através do Centro de Formação Interdisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ).

Manifestamos que estamos de pleno acordo que o mesmo utilize as informações para o seu estudo de mestrado e também possa realizar a publicação das mesmas sem nenhuma restrição de nossa parte. Ressaltamos, que o mesmo observou as diretrizes para a obtenção das informações por meio do nosso consentimento prévio e estabelecido junto a nossa comunidade, realizando prévios esclarecimentos sobre:

- a) os impactos sociais, culturais e ambientais decorrentes da execução da atividade envolvendo acesso ao conhecimento tradicional das famílias;
- b) os direitos e as responsabilidades de cada uma das partes na execução da atividade e em seus resultados; e
- c) o direito da comunidade e dos assentados (agricultor familiar) de recusar o acesso ao conhecimento tradicional objeto da pesquisa;

Ressaltamos que foi estabelecido, em conjunto com a comunidade São Miguel, por meio da Associação ASA, as modalidades de repartição de benefícios, não havendo envolvimento de recursos financeiros derivados da realização da pesquisa; apenas ficando o mesmo na responsabilidade de passar cópia da dissertação à comunidade e se possível realizar uma apresentação das informações para as famílias. Acordamos também, que seria respeitado o direito das famílias de assentados de recusar o acesso ao conhecimento tradicional associado, durante o processo de consentimento prévio ou realização da pesquisa.

Por estarmos de acordo com a observância das diretrizes e os termos do instrumento de comprovação para obtenção do consentimento prévio informado, formalizamos esta autorização para fins de direito junto a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e o Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), e quaisquer outros órgãos ligados a formação de Pós-Graduação, que estamos de pleno acordo e cientes desta autorização, a qual firmamos e damos ciência.

Placas-PA, 05 de novembro de 2018.



CLAUDIO BARBOSA
Presidente da Associação APPM II
CPF. 638.606.232-72

ANEXO 5 - Carta de autorização da Associação da Comunidade Terra Santa.

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES FAMILIARES
RURAIS DA COMUNIDADE TERRA SANTA - ASMOJU****CNPJ. 10.298.778/0001-82**

End. Comunidade Terra Santa, PA Moju I e II, - Km 119 BR 163 - Município de Mojuí dos Campos - Estado do Pará

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

A Associação de Moradores e Produtores Familiares Rurais da Comunidade Terra Santa - ASMOJU; PA Moju I e II, Município de Mojuí dos Campos, representada legalmente pelo Sr. Marineudo de Paula Costa, portador da cédula de identidade, RG. 5276715 /PC-PA e CPF. 855.739.732-15; oficializa através desta a autorização para o uso de informações levantadas junto às famílias de nossa comunidade para a realização da pesquisa sobre gestão florestal e sua relação com a qualidade de vida na percepção de gestores e assentados, realizada pelo estudante de mestrado da Universidade Federal Oeste do Pará-UFOPA, Sr. Antonio José Mota Bentes, CPF. 194.997.792-72, RG. 4331737/SP-PA, através do Centro de Formação Interdisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ).


Manifestamos que estamos de pleno acordo que o mesmo utilize as informações para o seu estudo de mestrado e também possa realizar a publicação das mesmas sem nenhuma restrição de nossa parte. Ressaltamos, que o mesmo observou as diretrizes para a obtenção das informações por meio do nosso consentimento prévio e estabelecido junto a nossa comunidade, realizando prévios esclarecimentos sobre:

- a) os impactos sociais, culturais e ambientais decorrentes da execução da atividade envolvendo acesso ao conhecimento tradicional das famílias;
- b) os direitos e as responsabilidades de cada uma das partes na execução da atividade e em seus resultados; e
- c) o direito da comunidade e dos assentados (agricultor familiar) de recusar o acesso ao conhecimento tradicional objeto da pesquisa;

Ressaltamos que foi estabelecido, em conjunto com a comunidade São Miguel, por meio da Associação ASA, as modalidades de repartição de benefícios, não havendo envolvimento de recursos financeiros derivados da realização da pesquisa; apenas ficando o mesmo na responsabilidade de passar cópia da dissertação à comunidade e se possível realizar uma apresentação das informações para as famílias. Acordamos também, que seria respeitado o direito das famílias de assentados de recusar o acesso ao conhecimento tradicional associado, durante o processo de consentimento prévio ou realização da pesquisa.

Por estarmos de acordo com a observância das diretrizes e os termos do instrumento de comprovação para obtenção do consentimento prévio informado, formalizamos esta autorização para fins de direito junto a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e o Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), e quaisquer outros órgãos ligados a formação de Pós-Graduação, que estamos de pleno acordo e cientes desta autorização, a qual firmamos e damos ciência.

Placas-PA, 05 de novembro de 2018.


MARINEUDO DE PAULA COSTA
Presidente da Associação ASMOJU

ANEXO 6- Carta de autorização da Associação ACAPI-Comunidade Princesa Isabel.

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E AGRÍCOLA DE PRINCESA
ISABEL – ACAPI****CNPJ. 04.062.551/0001-30**

End. Comunidade Princesa Isabel, PA Moju I e II, – Km 140 BR 163 – Município de Placas – Estado do Pará

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

A Associação Comunitária e Agrícola de Princesa Isabel - ACAPI; PA Moju I e II, Município de Placas, representada legalmente pelo Sr. Jarbas Batista Serra, portador da cédula de identidade, RG. 2398038 /SSP-PA e CPF. 424.042.902-15; oficializa através desta a autorização para o uso de informações levantadas junto às famílias de nossa comunidade para a realização da pesquisa sobre gestão florestal e sua relação com a qualidade de vida na percepção de gestores e assentados, realizada pelo estudante de mestrado da Universidade Federal Oeste do Pará-UFOPA, Sr. Antonio José Mota Bentes, CPF. 194.997.792-72, RG. 4331737/SP-PA, através do Centro de Formação Interdisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ).

Manifestamos que estamos de pleno acordo que o mesmo utilize as informações para o seu estudo de mestrado e também possa realizar a publicação das mesmas sem nenhuma restrição de nossa parte. Ressaltamos, que o mesmo observou as diretrizes para a obtenção das informações por meio do nosso consentimento prévio e estabelecido junto a nossa comunidade, realizando prévios esclarecimentos sobre:

- a) os impactos sociais, culturais e ambientais decorrentes da execução da atividade envolvendo acesso ao conhecimento tradicional das famílias;
- b) os direitos e as responsabilidades de cada uma das partes na execução da atividade e em seus resultados; e
- c) o direito da comunidade e dos assentados (agricultor familiar) de recusar o acesso ao conhecimento tradicional objeto da pesquisa;

Ressaltamos que foi estabelecido, em conjunto com a comunidade Princesa Isabel, por meio da Associação ACAPI, as modalidades de repartição de benefícios, não havendo envolvimento de recursos financeiros derivados da realização da pesquisa; apenas ficando o mesmo na responsabilidade de passar cópia da dissertação à comunidade e se possível realizar uma apresentação das informações para as famílias. Acordamos também, que seria respeitado o direito das famílias de assentados de recusar o acesso ao conhecimento tradicional associado, durante o processo de consentimento prévio ou realização da pesquisa.

Por estarmos de acordo com a observância das diretrizes e os termos do instrumento de comprovação para obtenção do consentimento prévio informado, formalizamos esta autorização para fins de direito junto a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e o Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), e quaisquer outros órgãos ligados a formação de Pós-Graduação, que estamos de pleno acordo e cientes desta autorização, a qual firmamos e damos ciência.

Placas-PA, 05 de novembro de 2018.

JARBAS BATISTA SERRA
Presidente da Associação ACAPI

ANEXO 7 - Carta de autorização da Associação APROSARC-Comunidade Santa Rita de Cássia

**ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA –
APROSARC**
ENDEREÇO: COMUNIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA - ASSENTAMENTO PA MOJU - VICINAL DO KM 140 - BR 163
CNPJ Nº 03.240.730/0001-58

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Santa Rita de Cássia - APROSARC; PA Moju I e II, Município de Placas, representada legalmente pelo Sr. Raimundo Gonçalves Silva, portador da cédula de identidade, RG. 2316082 /SSP-PA e CPF. 403.381.772-72; oficializa através desta a autorização para o uso de informações levantadas junto às famílias de nossa comunidade para a realização da pesquisa sobre gestão florestal e sua relação com a qualidade de vida na percepção de gestores e assentados, realizada pelo estudante de mestrado da Universidade Federal Oeste do Pará-UFOPA, Sr. Antonio José Mota Bentes, CPF. 194.997.792-72, RG. 4331737/SP-PA, através do Centro de Formação Interdisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ).

Manifestamos que estamos de pleno acordo que o mesmo utilize as informações para o seu estudo de mestrado e também possa realizar a publicação das mesmas sem nenhuma restrição de nossa parte. Ressaltamos, que o mesmo observou as diretrizes para a obtenção das informações por meio do nosso consentimento prévio e estabelecido junto a nossa comunidade, realizando prévios esclarecimentos sobre:

- a) os impactos sociais, culturais e ambientais decorrentes da execução da atividade envolvendo acesso ao conhecimento tradicional das famílias;
- b) os direitos e as responsabilidades de cada uma das partes na execução da atividade e em seus resultados; e
- c) o direito da comunidade e dos assentados (agricultor familiar) de recusar o acesso ao conhecimento tradicional objeto da pesquisa;

Ressaltamos que foi estabelecido, em conjunto com a comunidade Santa Rita de Cássia, por meio da Associação APROSARC, as modalidades de repartição de benefícios, não havendo envolvimento de recursos financeiros derivados da realização da pesquisa; apenas ficando o mesmo na responsabilidade de passar cópia da dissertação à comunidade e se possível realizar uma apresentação das informações para as famílias. Acordamos também, que seria respeitado o direito das famílias de assentados de recusar o acesso ao conhecimento tradicional associado, durante o processo de consentimento prévio ou realização da pesquisa.

Por estarmos de acordo com a observância das diretrizes e os termos do instrumento de comprovação para obtenção do consentimento prévio informado, formalizamos esta autorização para fins de direito junto a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e o Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), e quaisquer outros órgãos ligados a formação de Pós-Graduação, que estamos de pleno acordo e cientes desta autorização, a qual firmamos e damos ciência.

Placas-PA, 05 de novembro de 2018.

RAIMUNDO GONÇALVES SILVA
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO APROSARC
RG. Nº. 2316082/SSP-PA
CPF. Nº. 403.381.772-72